



**TJSE
GESTÃO**
2021-2023

RELATÓRIO DE ATIVIDADES

Des. Edson Ulisses de Melo
Presidente

Aracaju – Sergipe
Janeiro de 2023

Índice

COLEGIADO

04

MISSÃO

06

MENSAGEM DO
PRESIDENTE

08

RECONHECIMENTOS

12

ENCONTRO DO CONSELHO
DE PRESIDENTES DE TJS

20

COMITÊ DE ACOMPANHAMENTO
DO PLANO DE GESTÃO (CAPLAG)

25

PRESIDÊNCIA

ASSESSORIA ESPECIAL
DA PRESIDÊNCIA

38

DEPARTAMENTO
DE PRECATÓRIOS

46

COORDENADORIA
DA INFÂNCIA E
JUVENTUDE

53

COORDENADORIA
DA MULHER

67

DIRETORIA DE
COMUNICAÇÃO

79

CONSULTORIA-GERAL

84

MEMORIAL
DO JUDICIÁRIO

88

BIBLIOTECA CENTRAL

100

DIVISÃO DE APOIO
REMOTO DO 1º GRAU

104

DEPARTAMENTO DE
AUDITORIA INTERNA

105

SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E ADMINISTRAÇÃO (SEPLAD)

DIRETORIA DE PLANEJAMENTO
E DESENVOLVIMENTO

108

DIRETORIA DE
ADMINISTRAÇÃO

116

DIRETORIA DE GESTÃO
DE PESSOAS

124

CENTRO
MÉDICO

128

DIRETORIA DE
SEGURANÇA

136

DEPARTAMENTO
DE OBRAS

140

**SECRETARIA DE FINANÇAS
E ORÇAMENTO (SEFINOR)**

143

SECRETARIA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO (SETECI)

150

DIRETORIA
DE INOVAÇÃO
JUDICIÁRIA

165

**SECRETARIA
JUDICIÁRIA
(SEJUD)**

168

ARQUIVO GERAL
DO JUDICIÁRIO

170

COORDENADORIA DE
PERÍCIAS JUDICIAIS

177

CENTRAL
DE PLANTÃO
JUDICIÁRIO

196

CENTRAL DE
MANDADOS

198

CENTRAL DE
PROTOCOLO E
REGISTRO DO
2º GRAU

200

CÂMARA
CRIMINAL

202

1ª CÂMARA
CÍVEL

205

2ª CÂMARA
CÍVEL

210

OUVIDORIA

212

NUPEMEC

215

NUPEJURE

222

**FICHA
TÉCNICA**

229

COLEGIADO



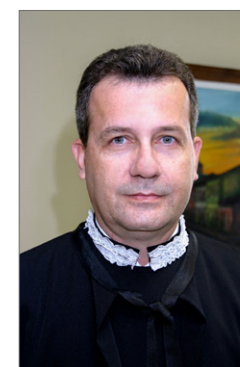
Des. Edson Ulisses de Melo
Presidente

**Desa. Ana Lúcia Freire
de Almeida dos Anjos**
Vice-Presidente

Des. Diógenes Barreto
Corregedor-Geral



Desa. Ana Bernadete Leite
de Carvalho Andrade



Des. Cezário Siqueira Neto



Desa. Elvira Maria de Almeida Silva



Des. Gilson Felix dos Santos



Desa. Iolanda Santos
Guimarães



Des. Luiz Antônio Araújo Mendonça



Des. Ricardo Múcio Santana
de Abreu Lima



Des. Ruy Pinheiro da Silva



Des. Roberto Eugenio
da Fonseca Porto

Missão

Realizar Justiça

Visão

Poder Judiciário efetivo e ágil na garantia dos direitos e que contribua para pacificação social e desenvolvimento do país

Atributos de valor para a sociedade

Acessibilidade

Agilidade

Credibilidade

Eficiência

Ética

Imparcialidade

Inovação

Integridade

Segurança Jurídica

Sustentabilidade

Transparência

Responsabilização

MENSAGEM DO PRESIDENTE



Nasci às margens do rio São Francisco, em 24 de agosto de 1948, no município sergipano de Porto da Folha, terra dos povos originários Xocós, dos quais sou descendente com muito orgulho. Poucos meses depois, em dezembro daquele mesmo ano, a Declaração Universal dos Direitos Humanos foi proclamada pela Assembleia Geral das Nações Unidas. Em seu artigo 1º, ela diz que “todos os seres humanos nascem livres e iguais em dignidade e direitos. São dotados de razão e consciência e devem

agir em relação uns aos outros com espírito de fraternidade”.

Oriundo de uma humilde família, certamente meus pais não sabiam da existência de tal Declaração, mas sempre viram na educação o melhor caminho para sermos livres e iguais em dignidade e direitos. Órfão muito cedo, não perdi de vista os seus ensinamentos e seguindo os passos do meu irmão mais velho continuei com os estudos, chegando à graduação na Faculdade de Direito de Sergipe em 1975, quando já era advogado concursado do Banco do Nordeste. Na faculdade, com saudosos e memoráveis professores, eu finalmente entendi o real significado de dignidade, garantia de direitos e acesso à cidadania plena; conceitos que levei para minha trajetória como advogado, chegando à Presidência a OAB no meu Estado e à Presidência de importantes Comissões do Conselho Federal da OAB, dentre elas a de Direitos Humanos. Acompanhei de perto a redemocratização do país e a construção da nossa Carta Magna, a Constituição Federal de 1988, a qual tem a cidadania e a dignidade da pessoa humana como uns dos principais fundamentos.

Quando assumi o cargo de Desembargador, em 12 de maio de 2008, compondo a Câmara Criminal do Tribunal de Justiça de Sergipe, continuei seguindo a mesma linha traçada pela Declaração Universal dos Direitos Humanos, avaliando cada processo não como um

número, mas enxergando em todos eles pessoas que buscaram a Justiça como última e melhor alternativa para a solução do seu processo.

Não poderia agir de forma diferente ao assumir a Presidência do Poder Judiciário de Sergipe, em 1º de fevereiro de 2021. Mesmo antes disso, ainda durante a transição, solicitei à equipe de gestores que se dedicassem a projetos que garantissem à população um acesso a uma Justiça cada vez mais célere e de qualidade. Dessa forma, dois dos cinco eixos do biênio 2021-2023 foram ‘Cidadania, diálogo, cultura e memória judiciária’ e, por fim, ‘Transformação Digital’.

Mas como nem tudo pode ser efetivado conforme o plano, não contávamos que a pandemia da Covid-19, que se agudizou no período da atual gestão. Assumimos a Presidência já no segundo ano da disseminação do vírus e tivemos que nos adaptar ao novo normal. Nesse caminho, perdemos colegas de trabalho, amigos e familiares, causando a todos profunda dor e sofrimento. Aproveito a ocasião para, mais uma vez, prestar meus sinceros sentimentos a todos servidores e magistrados que sofreram tais perdas. A Covid-19 deixou e ainda deixa nos nossos corações irreparáveis sentimentos de perda e de insegurança.

Apesar disso, nesses momentos mais difíceis, não podemos perder a fé e o foco no trabalho. Sendo assim, um dos principais projetos da gestão foi o Conecte-SE. Através dele, pessoas que não dispõem de recursos e/ou conhecimentos tecnológicos podem participar de audiências judiciais e também administrativas de forma remota, em salas de participação digital



espalhadas pelos fóruns da capital e interior, com o auxílio de servidores. Poderíamos aqui destacar muitos outros projetos de acessibilidade digital, como o aplicativo Judiciário na Palma da Mão e o Cumprimento Digital, porém eles estão descritos mais detalhadamente ao longo desse relatório. Na área de precatórios, foram pagos cerca de R\$ 285 milhões, a mais de dois mil credores.

No eixo que trata de memória e cultura, tenho grande satisfação em dizer que o Projeto Quinta Juriscultural foi um grande sucesso. O Memorial do Judiciário abriu suas portas e janelas centenárias, sempre às últimas quintas-feiras de cada mês, para mostrar o que Sergipe tem de melhor na música, artes plásticas, folclore, fotografia e manifestações populares. Inclusive, o projeto levou ao Museu do Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro a exposição ‘Filho da Natureza, Criado ao Sol – 170 anos de Sílvio Romero’, a qual compareceram expressivas personalidades nacionais, como o jornalista Ancelmo Gois e o Presidente da Academia Brasileira de Letras, o jornalista Merval Pereira.

Ainda destacando o Eixo Cidadania, criamos o Prêmio TJSE de Jornalismo. Através dele, inúmeras ações do Judiciário sergipano chegaram à população através de diferentes mídias, como rádio, televisão e internet. Muitos desses conteúdos jornalísticos premiados destacaram a atuação do Tribunal nas áreas da infância, da mulher e da conciliação, mostrando à sociedade que o Judiciário, além de julgar com celeridade os processos, também se preocupa em desenvolver projetos que permitam aos mais vulneráveis a garantia de direitos fundamentais com acesso à justiça.

Um dos eixos de ação também enaltece o diálogo. Para tanto, foi implementada na nossa gestão o Projeto Despache com o Presidente, no qual dezenas de servidores puderam conversar comigo, de forma remota, individual e previamente agendada, sobre suas demandas pessoais e coletivas. Diálogo também priorizado com o Sindijus, com o qual tivemos mais de uma dezena de reuniões ao longo da gestão. Sentamos à mesa, ouvimos os pleitos e apresentamos propostas, sempre com muito respeito, cordialidade e preocupação com o bem-estar dos servidores. Destaco, nesse ponto, a criação do Auxílio-Educação Infantil e a ampliação do Auxílio Bolsa-Estudo.

Não poderia deixar de falar sobre os avanços na área da Justiça Restaurativa, a mais positiva forma que existe para recomposição do tecido social esgarçado com a prática do delito. Logo no início de 2022, foi aprovada pela Assembleia Legislativa e sancionada pelo Governo do Estado a Lei 8.984, projeto encaminhado pela gestão, que criou a estrutura do Núcleo Permanente de Justiça Restaurativa, o Nupejure, e

o Centro Judiciário de Justiça Restaurativa, o Cejure. Dessa forma, consolidamos a política restaurativa no âmbito do Judiciário Estadual; fato, inclusive, elogiado pelo Coordenador do Comitê Gestor da Justiça Restaurativa do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), o Ministro Luiz Philippe Vieira de Mello Filho, em visita a Sergipe, em setembro de 2022.

Enfim, o biênio 2021-2023 durou exatos 730 dias. E garanto a todos vocês que agora leem esta mensagem: apesar das dificuldades, não desistimos. Cada obstáculo foi superado com o auxílio de todos magistrados e servidores, sem os quais não alcançaríamos o êxito na gestão. Cada um dedicou o seu melhor para o bom funcionamento dessa enorme Casa de Justiça que é o Judiciário sergipano. Tanto que dos 269 projetos da gestão, cerca de 90% foram concluídos. Assim, finalizo essa grande tarefa com a sensação do dever cumprido e com a certeza de que a Declaração Universal dos Direitos Humanos foi e continuará sendo um farol na minha trajetória profissional.

E de tudo colhi grandes ensinamentos, devendo entender que os obstáculos havidos servem como estímulo para um maior crescimento e melhor compreensão do ser humano, respeitando todos eles e, como águia, que voa mais alto quando se depara com as tempestades. As pedras do caminho nos ensinam que com elas poderemos construir um pedestal.

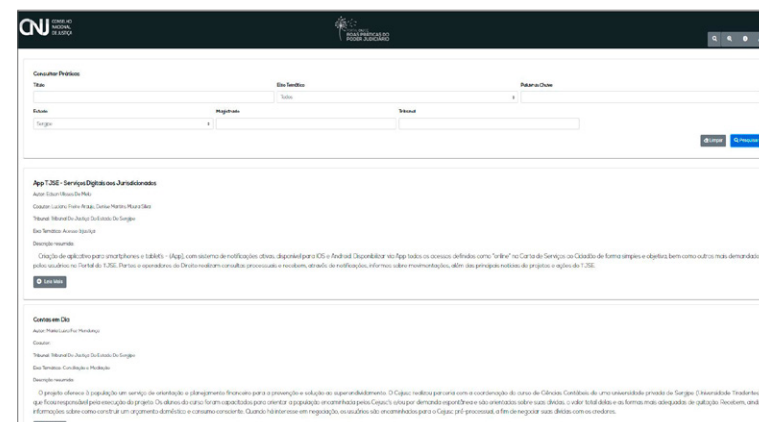


RECONHECIMENTOS

Ao longo do biênio 2021-2023, o TJSE teve algumas das suas ações reconhecidas nacionalmente, inclusive pelo Conselho Nacional de Justiça. Além disso, o Presidente do Poder Judiciário de Sergipe, Des. Edson Ulisses de Melo, e outros magistrados foram agraciados com medalhas e homenagens.

Portal CNJ de Boas Práticas do Poder Judiciário

O Portal de Boas Práticas do Poder Judiciário instituído pelo CNJ em 2019. É um ambiente virtual para o registro e divulgação de práticas de sucesso que podem servir de modelo para a gestão dos diversos órgãos do Poder Judiciário; como também premiação e reconhecimento de práticas inovadoras. Atualmente, contempla 23 Eixos Temáticos.



As boas práticas são publicadas no Portal CNJ após processo de cadastramento em formulários eletrônicos disponibilizados no site, análise pela equipe técnica e posterior aprovação pelo Plenário do CNJ. O objetivo é que, a partir do compartilhamento de boas práticas, seja possível contribuir para elevar a eficiência de outras unidades do Poder Judiciário e beneficiar usuários e colaboradores.

App TJSE Serviços Digitais aos Jurisdicionados – Eixo Temático ‘Acesso à Justiça’

Criação de aplicativo para smartphones e tablets com sistema de notificações ativas, disponível para IOS e Android. Disponibiliza todos os acessos definidos como on-line na Carta de Serviços ao Cidadão de forma simples e objetiva, bem como outros mais demandados pelos usuários no Portal do TJSE. Partes e operadores do Direito realizam consultas processuais e recebem, através de notificações, informes sobre movimentações, além das principais notícias de projetos e ações do TJSE.

Contas em Dia – Eixo Temático ‘Conciliação e Mediação’

Desenvolvido pelo Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania (Cejusc) de Aracaju. Oferece à população um serviço de orientação e planejamento financeiro para a prevenção e solução ao superendividamento. O Cejusc realizou parceria com a coordenação do curso de Ciências Contábeis da Universidade Tiradentes, que ficou responsável pela execução do projeto. Os alunos do curso foram capacitados para orientar a população encaminhada pelos Cejuscs e/ou por demanda espontânea.



Presidente do TJSE, Des. Edson Ulisses, participou de encontro em Brasília que anunciou os vencedores do Prêmio CNJ de Qualidade

Prêmio CNJ de Qualidade

O Prêmio CNJ de Qualidade reconhece as boas práticas dos órgãos do Judiciário em quatro eixos temáticos: governança; produtividade; transparência e dados; e tecnologia. Com essa premiação, o Conselho Nacional de Justiça estimula os Tribunais a buscarem excelência na gestão e no planejamento de atividades, com aumento da eficiência da prestação de serviços. A cada edição são analisados mais de 100 critérios.

2021 – Selo Ouro
2022 – Selo Ouro

Prêmio Prioridade Absoluta do CNJ

A primeira edição do Prêmio Prioridade Absoluta aconteceu em 2021 e foi uma iniciativa do CNJ, por meio da Resolução 355/2020. Contou com o apoio da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco) e do Fundo das Nações Unidas para a Infância (Unicef). Mais de 100 práticas foram analisadas e passaram por duas etapas: uma eliminatória, em que foi analisado o atendimento aos requisitos formais previstos no Regulamento; e outra classificatória, com a verificação dos critérios também estipulados no Regulamento. Os projetos premiados foram inseridos no Portal de Boas Práticas do CNJ.

1º Lugar no Eixo Infracional

Programa de Ações Integradas para o Fortalecimento do Sistema de Garantia e Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente (PRAIF/SGD) na Execução das Medidas Socioeducativas em Meio Aberto. Tem como objetivo é articular ações entre o Poder Judiciário, o Executivo e o Ministério Público para a operacionalização qualificada da rede de proteção aos direitos da criança e do adolescente.

2º Lugar no Eixo Protetivo (menção honrosa)

Programa Familiarizar. Tem por objetivo a reintegração familiar e comunitária ou a colocação em família substituta de crianças e adolescentes acolhidos nas Entidades de Acolhimento Institucional de Sergipe, reduzindo o tempo de acolhimento institucional e favorecendo a agilização dos processos.

Homenagens



Medalha de Honra ao Mérito Cultural do Bicentenário da Independência do Brasil

Promovido pela Confraria Sancristovense de História e Memória, em parceria com a Academia Sergipana de Letras, Academia Sergipana de Educação e Academia de Letras de Aracaju. No dia 24 de outubro de 2022, foram agraciados com a comenda personalidades que contribuem com o fortalecimento e a preservação da história e memória de Sergipe e do Brasil, bem como contribuem com eventos incluídos na agenda positiva da Confraria.



Medalha de Honra ao Mérito Parlamentar

Mais alta condecoração foi concedida pelo parlamento de Estância (SE), em 19 de abril de 2022. A autoria do projeto foi da vereadora Alinete Soares, a qual ressaltou as qualidades e a origem do homenageado.



Comenda da Ordem do Mérito Serigy – Grau Grã-Cruz

Condecoração concedida pela Prefeitura de Aracaju. A solenidade aconteceu no dia 25 de março de 2022 e integrou o aniversário de 167 anos da capital sergipana. As homenagens foram feitas a mais de 40 personalidades de diversos campos, entre elas gestores municipais, legislativos, artistas e profissionais da educação e saúde. Além do Presidente do Poder Judiciário, o servidor Ronaldson Sousa foi agraciado com a Medalha do Mérito Cultural Inácio Joaquim Barbosa.



Desembargadores Roberto Porto e Elvira Maria

Medalha do Mérito Eleitoral

Foram contempladas, no Grau Comendador, em 27 de julho de 2022, as Desembargadoras Ana Lúcia Freire dos Anjos, Vice-Presidente do TJSE; e Elvira Maria de Almeida Silva; além dos Juízes Marcos de Oliveira Pinto e Marcelo Augusto Costa Campos. A medalha é uma homenagem aos que realizaram serviços relevantes para a Justiça Eleitoral e comemorou os 90 anos do TRE Sergipe.



Medalha do Mérito Judiciário do TJMS – Grã-Cruz

Concedida pelo Conselho da Ordem do Mérito Judiciário do Estado do Mato Grosso do Sul, por indicação do Presidente, Des. Carlos Eduardo Contar, no dia 03 de dezembro de 2021.



Medalha do Centenário do Corpo de Bombeiros

A medalha e o diploma foram entregues pelo Corpo de Bombeiros Militar de Sergipe, no dia 14 de outubro de 2021, ao Diretor de Segurança do TJSE, Delegado de Polícia Civil Flávio Albuquerque, que foi designado para representar o Presidente do Tribunal de Justiça, Des. Edson Ulisses de Melo.

Medalha Comemorativa do Mérito Judiciário do TJPE

Alusiva às celebrações dos 200 anos de criação do Tribunal de Relação de Pernambuco, quarto Tribunal mais antigo do país, conforme Alvará Régio de 6 de fevereiro de 1821. Por conta da pandemia da Covid-19, não houve solenidade e a medalha foi enviada ao Desembargador Edson Ulisses de Melo, em setembro de 2021.



Medalha do Mérito Previdenciário

O Presidente do Poder Judiciário de Sergipe, Des. Edson Ulisses de Melo e os ex-Presidentes Luiz Mendonça e Osório de Araújo Ramos Filho receberam a homenagem, em 12 de julho de 2021, do Conselho Estadual de Previdência Social (Ceps), em meio às comemorações pelos 15 anos de fundação e 140 anos da Previdência Estadual.



Medalha Desembargador Décio Antonio Erpen

Conferida durante o 85º Encontro do Colégio Permanente de Corregedores-Gerais dos Tribunais de Justiça do Brasil (Encoge), no dia 25 de março de 2021, ao Corregedor-Geral da Justiça do TJSE, Desembargador Diógenes Barreto. A solenidade aconteceu de forma virtual por conta da pandemia da Covid-19.



Medalha Alusiva aos 85 anos da OAB Sergipe

Entregue, em 11 de fevereiro de 2021, pelo então Presidente da OAB/SE, Inácio Krauss, ao Presidente do Poder Judiciário de Sergipe, Des. Edson Ulisses de Melo. “É a primeira vez, em 85 anos, que um ex-Presidente da Ordem assume a Presidência do TJSE. É um orgulho”, comentou Inácio Krauss.



Medalha do Jubileu de Ouro do TCE Sergipe

A Medalha do Jubileu de Ouro do Tribunal de Contas do Estado de Sergipe foi outorgada a autoridades, servidores, membros e personalidades destacados na história do TCE ou na vida dos sergipanos. O Pres. do TJSE foi agraciado com a medalha logo após sua posse, no dia 05 de fevereiro de 2021.



Selo de Acessibilidade Sergipano

Em 21 de março de 2022, Dia Internacional da Síndrome de Down, o TJSE recebeu o Selo de Acessibilidade Sergipano. A honraria foi entregue pelo Conselho Estadual das Pessoas com Deficiência e Altas Habilidades em Sergipe (ConSer) ao Presidente do Poder Judiciário, Des. Edson Ulisses de Melo. Já o Des. José dos Anjos, então Presidente do Comitê de Acessibilidade do TJSE, recebeu o Título de Cidadão Inclusivo.



Colar do Mérito do Judiciário do TJPI

O Presidente do TJSE, Des. Edson Ulisses, recebeu o Colar do Mérito do Judiciário do Tribunal de Justiça do Piauí, no Grau Grão-Mestre. A honraria foi concedida em cerimônia de comemoração dos 131 anos de instalação do TJPI, que ocorreu no dia 18 de novembro de 2022.



Comenda Amigos da Somese

A honraria foi entregue, no dia 21 de outubro de 2022, ao Des. Edson Ulisses pela Sociedade Médica de Sergipe (Somese) como parte das comemorações alusivas ao Dia do Médico. A comenda é um reconhecimento a entidades e seus respectivos representantes que contribuem com a classe médica.



Diploma de Honra ao Mérito do IAB

O Presidente do Poder Judiciário de Sergipe recebeu, no dia 11 de abril de 2022, um Diploma de Honra ao Mérito do Instituto dos Advogados Brasileiros (IAB), que foi fundado em 1843 e se dedica ao debate dos grandes temas nacionais, bem como de defesa da ordem jurídica e do Estado Democrático de Direito.

CONSEPRE



O Tribunal de Justiça de Sergipe sediou, nos dias 15 e 16 de junho de 2022, o II Encontro Nacional do Conselho de Presidentes de Tribunais de Justiça (Consepre). Desafios e perspectivas dos Tribunais acerca da inteligência artificial, acessibilidade digital, prevenção e cuidados com a saúde dos servidores e eficiência na gestão financeira foram alguns dos temas discutidos ao longo do encontro.

O Consepre foi criado em novembro de 2021, resultante da união do Conselho de Tribunais de Justiça e do Colégio de Presidentes de Tribunais de Justiça. Entre os objetivos, estão a defesa das prerrogativas e funções institucionais do Poder Judiciário, especialmente no âmbito estadual; intercâmbio de experiências administrativas e judiciais dos TJs; intermediação das relações entre os Tribunais e diferentes esferas de governo, poderes constituídos, organizações públicas e privadas para aperfeiçoamento da prestação da tutela jurisdicional.

‘Vida e obra de Tobias Barreto’ foi o tema da palestra realizada na abertura do Encontro, ministrada pelo Desembargador Fábio Túlio Correia Ribeiro, Presidente do Tribunal Regional do Trabalho da 20ª Região (TRT20). “Tobias Barreto foi um intelectual do século XIX à frente do seu tempo. Muitas das ideias que ele defendeu ainda hoje são importantes para o contexto das sociedades civilizadas.



II ENCONTRO DO CONSELHO DE PRESIDENTES DOS TRIBUNAIS DE JUSTIÇA DO BRASIL

Daí a importância do seu pensamento e de seu legado, não apenas para a cultura filosófica e jurídica do país, mas igualmente para a cultura da liberdade, da poesia, da literatura e do universalismo humano de justiça”, enalteceu o magistrado.

A abertura do evento ainda contou com apresentação do Quinteto de Cordas da Orquestra Jovem de Sergipe, sob a regência do maestro Alisson Anselmo. No final da noite, na frente do Palácio da Justiça, houve apresentação do Barco de Fogo, guerra de espadas e Batucada Busca-pé, manifestações tradicionais dos festejos juninos do município de Estância (SE). Os convidados ficaram encantados com a apresentação dos fogueteiros.



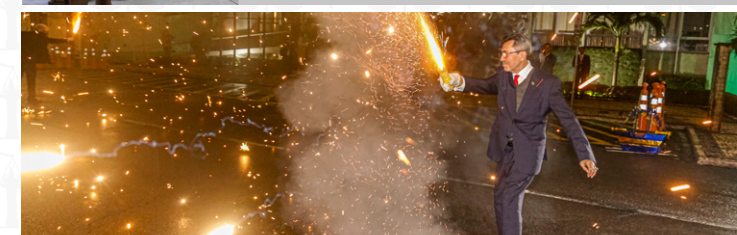
Abertura do Consepre



Quinteto de Cordas da Orquestra Jovem de Sergipe se apresentou na abertura do evento



Apresentação da Batucada Busca-pé de Estância



Presidente do TJSE, Des. Edson Ulisses, mostrou aos participantes a tradição da espada estanciana



Barco de fogo de Estância foi apresentado aos Presidentes de TJs

No segundo dia do encontro, além da palestra do Ministro Marco Aurélio Bellizze, do STJ, que falou sobre ‘Os desafios e perspectivas dos Tribunais acerca da Inteligência Artificial’; gestores do TJSE apresentaram projetos desenvolvidos no biênio 2021-2023. O Presidente do Poder Judiciário de Sergipe, Desembargador Edson Ulisses de Melo, falou sobre o Programa Conecte-SE. Criado em maio de 2022, permite a inclusão digital de jurisdicionados que não têm recursos e/ou conhecimentos tecnológicos, disponibilizando nos fóruns Salas de Participação Digital para a realização de atos judiciais ou administrativos por videoconferência.

Já a Secretária de Tecnologia do TJSE, Denise Martins, falou sobre ‘Inovação do sistema de votação’. “Durante a pandemia, com todos isolados nas suas residências, foi necessário desenvolvermos um sistema para votações. Ele foi implantado com bastante êxito e significou, para os Desembargadores, mais uma ferramenta de trabalho extremamente valorosa no sentido de segurança da informação”, explicou Denise.

O aplicativo Justiça na Palma da Mão foi apresentado pelo Diretor de Comunicação do TJSE, Luciano Araujo. Lançado em fevereiro deste ano, o



app permite que o usuário consulte processos, acesse serviços fornecidos pelo TJSE, as notícias da Justiça sergipana, receba alertas de movimentações no processo do qual é parte e contate diretamente o Tribunal. O aplicativo foi incluído no Banco de Boas Práticas do Conselho Nacional de Justiça (CNJ).

‘Prevenção e cuidados com a saúde dos magistrados e servidores’ foi o tema do painel apresentado pelo odontólogo Allan Melo, do Centro Médico do TJSE. Por fim, o Secretário de Finanças do TJSE, Pedro Vieira, falou sobre ‘Eficiência na gestão financeira’. “Destacamos o projeto do fluxo de caixa. Hoje, todo fornecedor ou prestador de serviço, ao acostar a nota fiscal já sabe o dia em que receberá o pagamento. O sistema, em tempo real, dá essa informação”, esclareceu o Secretário de Finanças.



Ministro Marco Aurélio Bellizze Oliveira,
do Superior Tribunal de Justiça (STJ)

“Foi uma honra muito grande recepcionar os Presidentes de Tribunais de Justiça de todo o Brasil. Trouxemos para Sergipe uma oportunidade de debater as inovações não só jurídicas, como também tecnológicas. Além de mostrarmos para os colegas as belezas de Sergipe, que é um Estado pequeno, mas tem uma grande veia cultural, como nosso Barco de Fogo de Estância, que foi apresentado aos visitantes, e também do ponto de vista religioso, com o acervo sacro da Praça São Francisco, patrimônio da humanidade, em São Cristóvão”

Ainda no segundo dia, no turno da tarde, Juízes Auxiliares e Secretários de Tecnologia de Tribunais de Justiça de todo país estiveram reunidos de forma presencial e também por videoconferência. O objetivo foi discutir a necessidade de avanços tecnológicos no Judiciário. A referida reunião e a abertura do Consepre foram transmitidas pelo canal TJSE Eventos, no YouTube, onde ficaram gravadas.

“Fora da tecnologia, pouco avançaremos na questão dos inúmeros desafios que nos demandam. A inteligência artificial tem ajudado o Judiciário a prestar um melhor serviço à sociedade. Já identificamos que os remédios processuais para agilizar a justiça não surtiram o efeito desejado. Então, outras formas e outros remédios são necessários. Assim, a tecnologia é fundamental nessa busca por agilidade e segurança da informação”

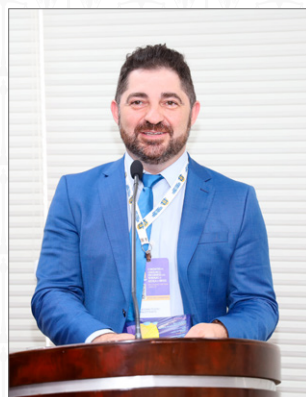


Des. Edson Ulisses de Melo,
Presidente do Poder Judiciário de Sergipe e
Secretário de Relações Institucionais do Consepre.



“A Justiça Estadual atende a 80% da demanda processual do país. É uma parcela significativa naquilo que diz respeito ao Poder Judiciário. Então, é importante que os Presidentes dos Tribunais se reúnam acerca de assuntos que dizem respeito à sua independência e autonomia, tanto administrativa como financeira. Nosso Conselho tem uma gestão colaborativa, com troca de ideias, e esse encontro em Aracaju significou a união dos Presidentes em torno desses propósitos, com destaque para a tecnologia, segurança da informação e toda a gestão de pessoal”

Des. José Laurindo de Souza Netto,
Presidente do TJ do Paraná e do Conespre à época do evento



“Já vinha crescendo de forma intensa a implementação de ferramentas de tecnologia e inovação antes de 2020. Mas a pandemia acelerou isso. No Judiciário, ainda estamos em fase de digitalização, alguns Tribunais mais avançados que outros, mas no futuro, as pessoas terão o serviço completo de forma remota”

Ademir Piccoli,
advogado e fundador do movimento Judiciário Exponencial

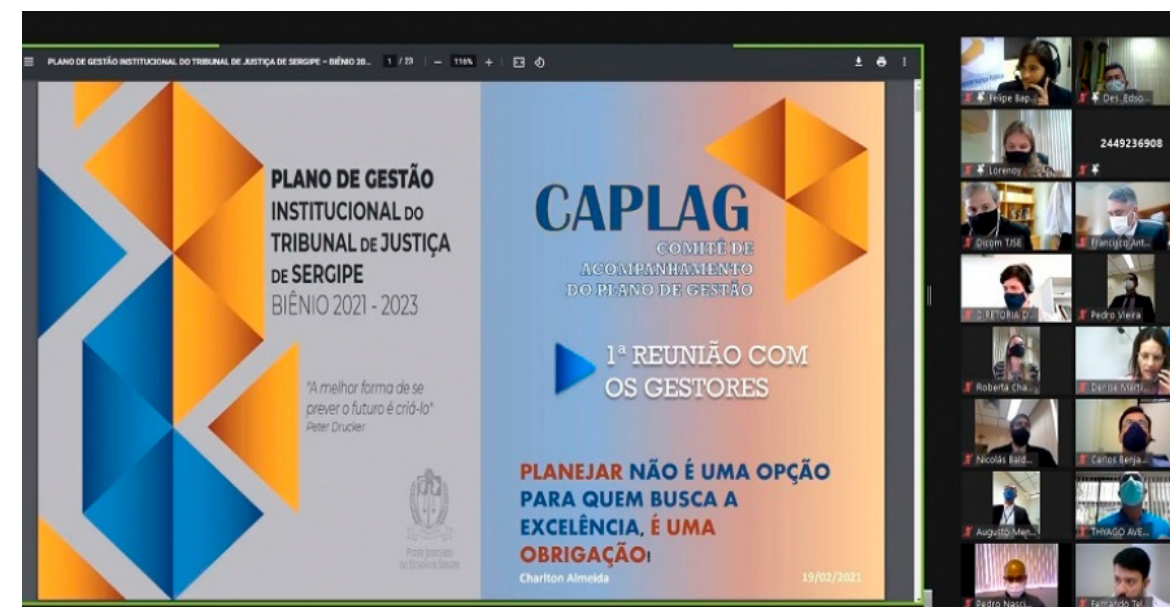


“Essa beleza das manifestações populares contagia não só quem vem visitar, mas a todos que estão presentes. Conhecemos um pouco das tradições do povo daqui. Tudo muito bonito e nós podemos perceber como é natural para todos”

Des. Rommel Araújo,
Presidente do TJ do Amapá

CAPLAG

Poucos dias após a posse da Mesa Diretora do biênio 2021-2023, em 19 de fevereiro de 2021, foi realizada a primeira reunião do Comitê de Acompanhamento do Plano de Gestão, o Caplag. Na ocasião, o encontro foi realizado por videoconferência, devido às restrições impostas pela pandemia da Covid-19, mas chegou a reunir 73 servidores, entre gestores e suas equipes, das unidades subordinadas à Presidência do TJSE.



Criado para garantir uma maior eficácia e eficiência dos recursos aplicados, o Tribunal de Justiça de Sergipe utilizou uma ferramenta robusta para planejar, executar e monitorar programas e projetos, que foi o Plano de Gestão 2021-2023. Os principais objetivos foram: guiar a gestão do biênio; buscar excelência na gestão institucional; enfatizar a importância do planejamento; organizar o portfólio de projetos e acompanhar a execução dos mesmos.

Para iniciar a elaboração do plano, o Des Edson Ulisses, ainda durante o período de transição, definiu 5 eixos de atuação para servirem de guia, conforme gráfico abaixo. Também, houve um cuidado de estudar os eixos definidos pelo Superior Tribunal de Justiça (STJ) e Conselho Nacional de Justiça (CNJ) para que o Judiciário sergipano pudesse estar alinhado às definições nacionais.

Diante dessas definições de rumo, foram realizadas mais de 20 videomesas envolvendo os diversos gestores para levantar necessidades, problemas e soluções; e também para definir quais projetos deveriam ser executados para alcançarmos os objetivos traçados.

Graças a essa fase de planejamento ter sido realizada com foco e direcionamento, foi possível iniciar o biênio já com o 'Portfólio de Programas e Projetos do Plano de Gestão 2021-2023' pronto para a execução. Inclusive, o referido Plano de Gestão foi apresentado ao Pleno nos primeiros 15 dias da nova gestão.

Para acompanhar o Plano de Gestão 2021-2023, o Caplag foi formado por representantes da Assessoria Especial da Presidência (Assesp), Corregedoria (GABJU/CGJ), Gabinete da Chefe de Secretaria da Presidência (GABCHR/SEC), Secretaria de Planejamento e Administração (Seplad).



Coube ao Comitê algumas tarefas primordiais para a execução adequada do Plano de Gestão, tais como:

1. Priorizar os projetos elencados pelos gestores dos setores administrativos, sempre guiado pelas ações estratégicas definidas para o biênio;
2. Definir quando novos projetos deveriam entrar no portfólio e se algum projeto deveria perder prioridade em detrimento dos novos projetos;
3. Acompanhar o andamento dos projetos e definir ações que poderiam mitigar os riscos que viessem prejudicar o andamento dos projetos;
4. Deliberar sobre a implantação dos serviços e produtos dos projetos.

O Plano de Gestão 2021-2023 foi dividido em 3 ciclos, em que ciclo é o período definido para conclusão integral do projeto, tendo como data inicial

o dia 02/02/2021. O agrupamento dos projetos por ciclos, tem como objetivo facilitar o acompanhamento dos status dos projetos e direcionar o foco de execução destes.

No contexto desse plano, foram estabelecidos os seguintes ciclos:

1º Ciclo: conjunto de projetos que deveriam ser concluídos em 100 dias de gestão, ou seja, até 10/05/2022;

2º Ciclo: conjunto de projetos que deveriam ser concluídos até 19/12/2021;

3º Ciclo: conjunto de projetos que deveriam ser concluídos até 31/07/2022.

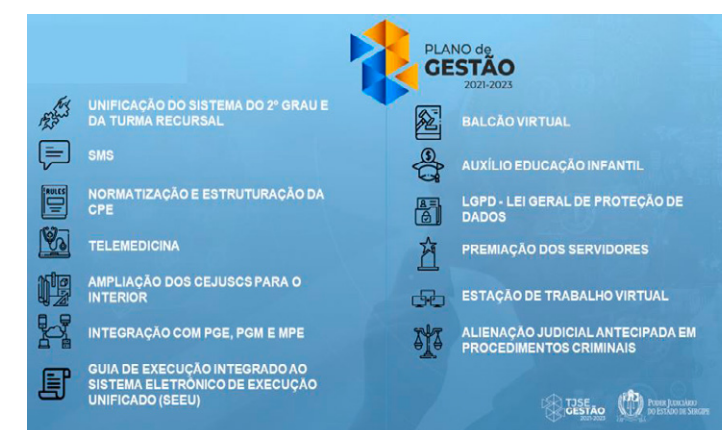


Iniciado o biênio, os gestores começaram a executar os projetos e, paralelamente, o Caplag iniciou o processo de monitoramento da execução dos projetos através da realização de reuniões periódicas com os gestores. Foram realizadas 13 reuniões por videoconferência, durante as quais foram apresentados os status dos projetos e as principais dificuldades dos gestores para cumprir com os prazos de execução dos mesmos. Assim, o Caplag já deliberava ações visando retirar barreiras e mitigar riscos que pudessem ou estivessem

atrapalhando o bom andamento dos projetos.

Até o fechamento deste relatório, o portfólio estava composto por 269 projetos, sendo que 78,4% foram concluídos, com previsão de mais 13% serem concluídos até o final do biênio.

Exemplificando, podemos citar os seguintes projetos que foram concluídos:



A partir desses exemplos de projetos, pode-se perceber a amplitude de ação do Plano de Gestão 2021-2023. Por fim, melhorar estruturas, promover ações e estabelecer procedimentos e protocolos de atuação requer uma mudança de cultura administrativa, demandando aos gestores o grande desafio de aparelhar e modernizar, o que exige investimentos e tempo. Dessa forma, otimizar os recursos existentes, eleger prioridades e instituir metas é o caminho para se alcançar os resultados pretendidos.

Uma prestação jurisdicional mais célere e mais eficiente exige, necessariamente, um planejamento de Gestão articulado, com uma análise minuciosa dos problemas a serem resolvidos, criando soluções rápidas, com o devido acompanhamento dos projetos desenvolvidos.

O aparelhamento institucional e a utilização dos meios de automação que a tecnologia da informação dispõe foram, no biênio 2021-2023, fatores indispensáveis para o atendimento às demandas dirigidas ao Judiciário sergipano, pois cada vez mais nos deparamos com os jurisdicionados que clamam por decisões mais rápidas e por uma atuação institucional eficiente

PLANO DE GESTÃO 2021-2023			
Unidade Nível 1	Unidade Nível 2	Ciclo	Projetos concluídos
BICEN	BICEN	1º Ciclo	Divulgação dos Serviços da Biblioteca
BICEN	BICEN	2º Ciclo	Atualização da Instrução Normativa que Regula o Funcionamento da Biblioteca Central e Setorial do Fórum Gumersindo Bessa
BICEN	BICEN	2º Ciclo	Oficialização de Convênios com a Universidade Federal de Sergipe
BICEN	BICEN	2º Ciclo	Renovação dos contratos anuais da Plataforma da Biblioteca Digital e do Diário Oficial do Estado on-line (créditos)
BICEN	BICEN	3º Ciclo	Atualização do Acervo – Aquisição de Novas Obras Físicas
BICEN	BICEN	3º Ciclo	Transferência das Obras Jurídicas em Duplicidade da Biblioteca Central para a Biblioteca Setorial
BICEN	BICEN	3º Ciclo	Retorno da contratação da Empresa Triade Soluções Tecnológicas, responsável pela manutenção do Sistema BIB
CIJ	CIJ	2º Ciclo	Identificação. Prioridade Processual. Infância. Sistema Perícia

CIJ	CIJ	2º Ciclo	Indexação. Audiência Depoimento Especial. Marcação De Etiquetas: Primeira Infância E Internação Provisória E Definitiva Nos Processos Da 17ª Vara Cível
CIJ	CIJ	2º Ciclo	Etiqueta Automática “Eca”. Migração de Dados de Acordo com Situação Especial, Categoria, Classe ou Assunto
CIJ	CIJ	3º Ciclo	Modelos e Fluxos Institucionais
CIJ	CIJ	3º Ciclo	Inquirição Especial
CIJ	CIJ	3º Ciclo	Entrega Legal
CIJ	CIJ	3º Ciclo	Programa Construindo o Futuro
CIJ	CIJ	3º Ciclo	Programa para os Egressos do Acolhimento e da Socioeducação
CIJ	CIJ	3º Ciclo	Programa de Apadrinhamento Ser Humano
CIJ	CIJ	3º Ciclo	Programa de Ações Integradas para o Fortalecimento do Sistema de Garantia e Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente. (PRAIF/SGD)
CIJ	CIJ	3º Ciclo	Familiarizar
CIJ	CIJ	3º Ciclo	Programa de Capacitação e Disseminação do ECA
CIJ	CIJ	3º Ciclo	Presença
CIJ	CIJ	3º Ciclo	Difusão da Justiça Restaurativa
CONGER	CONGER	1º Ciclo	Publicar o Instrumento Normativo que Estabelece as Atribuições e Regula o Funcionamento do Setor de Acompanhamento de Gestão
CONGER	CONGER	3º Ciclo	Gestão de Demandas Repetitivas
CONGER	CONGER	3º Ciclo	Formação Continuada para Servidores a CONLIC
CONGER	CONGER	3º Ciclo	Atualização Legislativa Interna Sobre Procedimentos Licitatórios
CONGER	CONGER	3º Ciclo	Gestão de Demandas dos Grandes Litigantes
COODMULH	COODMULH	3º Ciclo	Programa Meu Alvo é a Paz
COODMULH	COODMULH	3º Ciclo	Interior em Rede
COODMULH	COODMULH	3º Ciclo	Programa Educação
DAI	DIVIAUOP	2º Ciclo	Adequação do Controle Interno para o cumprimento das Resoluções CNJ 308 e 309/2020
DAI	DIVIAUOP	3º Ciclo	Auditoria Baseada em Risco
DAI	DIVIAUOP	3º Ciclo	Prestação de Contas – Visibilidade e Transparência para Gestão
DEPREC	DEPREC	1º Ciclo	Curso de Capacitação em Precatórios – Atualização de acordo com a Resolução nº 303/2019, do CNJ

DEPREC	DEPREC	1º Ciclo	Interlocução Interinstitucional + Ampliação do acordo direto com os Entes, Estado, Municípios + Fundir com o projeto da interlocução interinstitucional
DEPREC	DEPREC	2º Ciclo	Cadastramento do Tribunal de Justiça do Estado de Sergipe no SICONV – Sistema de Gestão de Convênios e Contratos de Repasse do Governo Federal
GABPRES	COCER	1º Ciclo	Campanha sobre o Dia Nacional de Combate às Drogas e Alcoolismo
GABPRES	COCER	1º Ciclo	Comemorações alusivas ao Dia Internacional da Mulher 2021
GABPRES	COCER	1º Ciclo	Missa de Páscoa 2021 (4/04/2021 Domingo de Páscoa)
GABPRES	COCER	1º Ciclo	Mãe, Sempre Mãe! 2021
GABPRES	COCER	2º Ciclo	Comemorações aos 129 anos do Tribunal de Justiça do estado de Sergipe 29/12/1892
GABPRES	COCER	2º Ciclo	TOBIAS BARRETO, o Advogado, Professor e Poeta 2021
GABPRES	COCER	2º Ciclo	Dia Mundial do Doador de Sangue 2021
GABPRES	COCER	2º Ciclo	Festejos Juninos do TJSE 2021
GABPRES	COCER	2º Ciclo	Gumersindo Bessa 2021
GABPRES	COCER	2º Ciclo	Meu Pai, Meu Herói! 2021
GABPRES	COCER	2º Ciclo	Dia Mundial de Prevenção ao Suicídio 2021
GABPRES	COCER	2º Ciclo	Comemorações ao Dia Nacional da Saúde 2021
GABPRES	COCER	2º Ciclo	Dia Mundial de Combate ao Estresse 2021
GABPRES	COCER	2º Ciclo	Comemorações Dia do Servidor Ativo e Aposentado 2021
GABPRES	COCER	2º Ciclo	Cerimônia de Comemoração aos 37 Anos do Arquivo Judiciário
GABPRES	COCER	3º Ciclo	Campanha do Carnaval Consciente 2022
GABPRES	COMEGER	2º Ciclo	Seminário Estadual Simone Diniz: racismo entre nós
GABPRES	DICOM	1º Ciclo	Criação de APP para informações aos Servidores e Magistrados
GABPRES	DICOM	1º Ciclo	Criação de APP para informações aos Jurisdicionados
GABPRES	DICOM	1º Ciclo	Prêmio TJSE de Jornalismo
GABPRES	DICOM	1º Ciclo	Programa de TV - Sergipe Justiça
GABPRES	DICOM	1º Ciclo	Você e a Justiça
GABPRES	DICOM	1º Ciclo	Tribunal nas Redações

GABPRES	DICOM	1º Ciclo	Potencialização das Redes Sociais do TJSE (Facebook, Twitter e Instagram)
GABPRES	DICOM	1º Ciclo	Potencialização das Informações sobre os Jugamentos no TJSE
GABPRES	DICOM	1º Ciclo	Despache com o Presidente
GABPRES	DICOM	1º Ciclo	Revista Judiciarium
GABPRES	DICOM	1º Ciclo	Outdoor Interno
GABPRES	DICOM	1º Ciclo	Resumo Semanal TJSE
GABPRES	DICOM	2º Ciclo	Quinta Juriscultural
GABPRES	DICOM	2º Ciclo	Vivas Memórias
GABPRES	DICOM	2º Ciclo	Corredores da Cultura
GABPRES	DICOM	2º Ciclo	Formação dos Magistrados no relacionamento com a mídia
GABPRES	DICOM	2º Ciclo	Intercâmbio de estudantes de Jornalismo com o Tribunal de Justiça para visitas e palestras de Servidores/Magistrados em escolas de Jornalismo
GABPRES	DICOM	2º Ciclo	Programa Caravana do Judiciário
GABPRES	DICOM	2º Ciclo	Prêmio de Redação
MEPOJUD	MEPOJUD	2º Ciclo	170 anos de Sílvio Romero
MEPOJUD	MEPOJUD	2º Ciclo	Homenagear Personalidades na Área da Justiça Cidadania e Cultura
MEPOJUD	MEPOJUD	2º Ciclo	Aniversário TJSE e Natal do Memorial
MEPOJUD	MEPOJUD	2º Ciclo	Portal da Memória
MEPOJUD	MEPOJUD	2º Ciclo	Comissão de Gestão de Memória
MEPOJUD	MEPOJUD	3º Ciclo	As mulheres no Judiciário de Sergipe
NUPEJURE	CEJURE	3º Ciclo	Implantar as práticas restaurativas no Juizado da Infância e Juventude – 17ª Vara Cível da Comarca de Aracaju
NUPEJURE	CEJURE	3º Ciclo	Desenvolver a Justiça Restaurativa na Execução das Medidas Socioeducativas
NUPEJURE	CEJURE	3º Ciclo	Formar Facilitadores em práticas restaurativas para atuarem no sistema de justiça e na rede de atendimento
NUPEJURE	CEJURE	3º Ciclo	Estabelecer cooperação com a UNIT para divulgação das práticas restaurativas
NUPEMEC	CEJUSC	1º Ciclo	Contas em Dia

NUPEMEC	CEJUSC	1º Ciclo	Portal da Conciliação
NUPEMEC	CEJUSC	1º Ciclo	Meu Dinheiro tem Valor
NUPEMEC	CEJUSC	1º Ciclo	Arte no CEJUSC
NUPEMEC	CEJUSC	2º Ciclo	Conciliador Dativo
NUPEMEC	CEJUSC	2º Ciclo	Escolas no Fórum
NUPEMEC	CEJUSC	2º Ciclo	Janelas para o Saber
NUPEMEC	CEJUSC	2º Ciclo	CEJUSC 100% digital
NUPEMEC	CEJUSC	3º Ciclo	CEJUSC Itinerante
NUPEMEC	CEJUSC	3º Ciclo	Pare, Concilie e Siga
NUPEMEC	CEJUSC	3º Ciclo	Idoso Esperto
NUPEMEC	CEJUSC	3º Ciclo	CEJUSC na Comunidade
NUPEMEC	CEJUSC	3º Ciclo	Soluções tecnológicas para resolução de conflitos – mediação e conciliação
NUPEMEC	NUPEMEC	1º Ciclo	Capacitação contínua dos mediadores e conciliadores judiciais que atuam nos CEJUSCs e convênios
NUPEMEC	NUPEMEC	1º Ciclo	Formação de conciliadores e mediadores judiciais
NUPEMEC	NUPEMEC	1º Ciclo	Semana da Mediação Familiar
NUPEMEC	NUPEMEC	1º Ciclo	Monitoramento do art. 334 do CPC por todas as unidades judiciárias
NUPEMEC	NUPEMEC	2º Ciclo	Cumprimento da norma inserta no art.9º, §2º da Resolução 125/2010 do CNJ, no qual está estabelecido que os "Tribunais de Justiça e os Tribunais Regionais Federais deverão assegurar que nos Centros atue ao menos 1 (um) servidor com dedicação exclusiva
NUPEMEC	NUPEMEC	3º Ciclo	Instalação de CEJUSCs nos moldes do art. 8º da Resolução CNJ n. 125/2010 e do art. 165 do CPC, com atuação de ao menos 1 servidor com dedicação exclusiva, nos termos do art. 9º, § 2º da Res. 125/2010 do CNJ
NUPEMEC	NUPEMEC	3º Ciclo	CEJUSC Saúde
NUPEMEC	NUPEMEC	3º Ciclo	Viver Bem em Comunidade
SEFINOR	SEFINOR	1º Ciclo	Implantação de Indicador de Eficiência da Despesa Liquidada do Poder Judiciário

SEFINOR	SEFINOR	2º Ciclo	Aperfeiçoamento na Gestão de Custos
SEFINOR	SEFINOR	3º Ciclo	Reformulação do Sistema de Custas e Emolumentos
SEJUD	ARQJUD	2º Ciclo	Produzir Oficinas
SEJUD	ARQJUD	2º Ciclo	Reforma das Estruturas Físicas dos Acervos
SEJUD	ARQJUD	2º Ciclo	Implementar Descarte de Agravos de Instrumentos e Incidentes autuados em Apartados
SEJUD	ARQJUD	2º Ciclo	Modernização da Consulta Histórica
SEJUD	ARQJUD	3º Ciclo	Implantação do Sistema de Gestão Informatizado de Gestão Arquivística de Documentos Judiciais e Administrativos
SEJUD	ARQJUD	3º Ciclo	Guardião da Informação
SEJUD	ARQJUD	3º Ciclo	Substituição da Rede de Ar-condicionado
SEJUD	ARQJUD	3º Ciclo	Estabelecer convênios com instituições universitárias
SEJUD	CEMAN 2ºGRAU	2º Ciclo	Redefinição das áreas de atuação dos oficiais de justiça conforme demanda
SEJUD	CEMAN 2ºGRAU	2º Ciclo	Padronização de expedientes, com especificação do que é urgente
SEJUD	CEMAN 2ºGRAU	3º Ciclo	Capacitação dos oficiais de justiça
SEJUD	CENPREG	2º Ciclo	Bloqueio do número do processo do Relatório Autos Recebidos e Não Movimentados quando selecionado por um servidor
SEJUD	CENPREG	3º Ciclo	Transferência do atendimento físico do público externo, quanto às solicitações, via SEI, diretamente aos respectivos setores responsáveis pelo procedimento
SEJUD	CEPLAN	1º Ciclo	Peticionamento Eletrônico para os Conselhos Tutelares
SEJUD	CEPLAN	1º Ciclo	Adequação do Sistema da Central Plantonista de 1º Grau
SEJUD	CEPLAN	2º Ciclo	Reajuste da Gratificação de Plantão Judiciário
SEJUD	CEPLAN	3º Ciclo	Central de Mandados Plantonista Móvel
SEJUD	COPEJUD	1º Ciclo	Padronização de despacho que devolve os processos pendentes de diligências de competência do Juízo
SEJUD	COPEJUD	1º Ciclo	Criação de plano de acessibilidade às instalações da Coordenadoria de Perícias
SEJUD	COPEJUD	2º Ciclo	Criação da teleperícia
SEJUD	COPEJUD	2º Ciclo	Termo de Cooperação Técnica com a Secretaria Estadual de Inclusão e Assistência Social

SEJUD	COPEJUD	2º Ciclo	Criar software específico para o Setor Contábil
SEJUD	COPEJUD	3º Ciclo	Alteração das Resoluções nº 16/2009 e nº 11/2012
SEJUD	COPEJUD	3º Ciclo	Mutirão de Perícias
SEPLAD	CEMED	1º Ciclo	Telemedicina
SEPLAD	CEMED	1º Ciclo	Campanhas com a Cor do Mês
SEPLAD	CEMED	1º Ciclo	Coaching em Grupo
SEPLAD	CEMED	2º Ciclo	Saúde Mental e Atenção Psicossocial na Pandemia
SEPLAD	CEMED	2º Ciclo	Ergo Vida On-Line
SEPLAD	CEMED	2º Ciclo	Portal do Centro Médico
SEPLAD	CEMED	2º Ciclo	Intervenção Psicossocial: Redução do Consumo de Álcool e Outras Drogas
SEPLAD	CEMED	2º Ciclo	Campanhas de Prevenção à Síndrome Metabólica
SEPLAD	CEMED	2º Ciclo	Justiça Contra o Tabagismo
SEPLAD	CEMED	2º Ciclo	Justiça Integrativa: Ação Yoga
SEPLAD	CEMED	2º Ciclo	Vida Saudável
SEPLAD	CEMED	2º Ciclo	Campanhas de Vacinação
SEPLAD	CEMED	2º Ciclo	Conscientização Corporal com o Pilates Solo
SEPLAD	CEMED	2º Ciclo	Ginástica Laboral nas Comarcas dos Interiores
SEPLAD	CEMED	3º Ciclo	Saúde para todos
SEPLAD	CEMED	3º Ciclo	Acompanhamento multiprofissional aos servidores com sofrimento psíquico
SEPLAD	CEMED	3º Ciclo	Coaching Individual
SEPLAD	DEPEOBRAS	3º Ciclo	Implantação das adequações do Nupemec e Cejusc
SEPLAD	DEPEOBRAS	3º Ciclo	Layout kits biométricos
SEPLAD	DIAD	1º Ciclo	Análise dos contratos existentes
SEPLAD	DIAD	1º Ciclo	Implantação de mutirão de limpeza
SEPLAD	DIGEPE	3º Ciclo	Implantar auxílio à educação infantil
SEPLAD	DIGEPE	3º Ciclo	Incentivar a formação continuada
SEPLAD	DIPLAD	1º Ciclo	Implantação da gestão de risco +-

SEPLAD	DIPLAD	2º Ciclo	Pesquisa de Satisfação 2021
SEPLAD	DIPLAD	2º Ciclo	Saneamento do Datajud
SEPLAD	DIPLAD	2º Ciclo	Evento Anual do Planejamento
SEPLAD	DIPLAD	2º Ciclo	Premiação 2021
SEPLAD	DIPLAD	3º Ciclo	Premiação 2022
SEPLAD	DIPLAD	3º Ciclo	Revisão Geral do Quadro de Servidores
SEPLAD	DIPLAD / DIVIAPOTEC	3º Ciclo	Ferramenta de Acompanhamento da Premiação
SEPLAD	DIPLAD / DIVIEPLAJE	3º Ciclo	Ferramenta de Controle de Contratos e Planejamento de Aquisições
SEPLAD	DIPLAD / DIVIPLAP	3º Ciclo	Pesquisa de Satisfação 2022
SEPLAD	DISEG	1º Ciclo	Controle de Acesso – Portais
SEPLAD	DISEG	1º Ciclo	Vigilância Armada 24h
SEPLAD	DISEG	2º Ciclo	Controle de Acesso – Detectores Portáteis
SEPLAD	DISEG	2º Ciclo	Curso de Segurança de Dignitários
SEPLAD	DISEG	2º Ciclo	Substituição de 05 (cinco) postos de vigilância armada terceirizada por policiais do Besp da PMSE
SEPLAD	DISEG	2º Ciclo	Capacitação para Magistrados na área de Segurança de Autoridades
SEPLAD	DISEG	2º Ciclo	Capacitação para o efetivo militar à disposição do TJSE
SEPLAD	DISEG	3º Ciclo	Reforma no Paiol
SEPLAD	DISEG	3º Ciclo	Manutenção e instalação de câmeras e sistema de CFTV
SETECI	DIDESIJUD	3º Ciclo	Melhorias contínuas do Sistema SCPV
SETECI	DIDESIJUD	3º Ciclo	Integração com a Procuradoria Geral do Município de Aracaju (PMA)
SETECI	DIDESIJUD	3º Ciclo	Integração com o MPE através do MNI
SETECI	DIDESIJUD / DIVISIS1	3º Ciclo	Integração com a PGE – SEI nº 0003043-85.2017
SETECI	DIDESIJUD / DIVISIS1	3º Ciclo	Implantação do CODEX – plataforma nacional do CNJ que visa consolidar as bases de dados processuais

SETECI	DIDESIJUD / DIVISUSJUD	3º Ciclo	Implementar prioridade PCD – Pessoa com Deficiência
SETECI	DIINF TIC	3º Ciclo	Programa de Segurança da Informação
SETECI	DIINF TIC /DIATUS	3º Ciclo	Estação de Trabalho Virtual
SETECI	DINOVAJUD	1º Ciclo	CPE – Divisão Criminal
SETECI	DINOVAJUD	1º Ciclo	CPE – Núcleo de Confecção de Ofícios Precatórios e RPVs (NPRV)
SETECI	DINOVAJUD	1º Ciclo	Guia de Execução integrado ao Sistema Eletrônico de Execução Unificado (SEEU)
SETECI	DINOVAJUD	1º Ciclo	Normatização e estruturação da Central de Processamento Eletrônico
SETECI	DINOVAJUD	2º Ciclo	Remessa de Processos do 1º para o 2º Grau de jurisdição
SETECI	DINOVAJUD	2º Ciclo	Modelos de documentos para execução da pena de multa penal
SETECI	DINOVAJUD	2º Ciclo	Gerenciamento das certidões dos oficiais de justiça
SETECI	DINOVAJUD	2º Ciclo	Guia Eletrônica de Preparo de Recurso Inominado
SETECI	DINOVAJUD	2º Ciclo	Alienação judicial antecipada em procedimentos criminais
SETECI	DINOVAJUD	3º Ciclo	Unificação do sistema do 2º Grau e da Turma Recursal
SETECI	DINOVAJUD	3º Ciclo	Revisão de Termo de Cooperação entre TJSE e Sejuc
SETECI	DINOVAJUD	3º Ciclo	Registro Eletrônico de Objetos Apreendidos em Procedimentos Criminais
SETECI	DINOVAJUD	3º Ciclo	Mandados de Avaliação
SETECI	DINOVAJUD DIVICRIMINAL	2º Ciclo	Solicitação Eletrônica de Degração Judicial
SETECI	DINOVAJUD DIVICRIMINAL	3º Ciclo	Conecte-SE: Salas de Participação Digital
SETECI	DISIGES	1º Ciclo	Census Pleno 2.0
SETECI	DISIGES	2º Ciclo	E-Social
SETECI	DISIGES	2º Ciclo	Reestruturação do Balcão Virtual
SETECI	DISIGES	2º Ciclo	E-Carta
SETECI	DISIGES	2º Ciclo	Programa de Inclusão Digital: Dados Abertos
SETECI	DISIGES	2º Ciclo	Consulta de documentos anexados nas comunicações processuais
SETECI	DISIGES	2º Ciclo	Programa de Inclusão Digital
SETECI	DISIGES	2º Ciclo	Construção e Implantação do Portal do Centro Médico

SETECI	DISIGES	3º Ciclo	SMS
SETECI	DISIGES	3º Ciclo	Arquivo Judiciário Digital
SETECI	DISIGES	3º Ciclo	Melhorias contínuas dos demais sistemas
SETECI	DISIGES	3º Ciclo	Consulta Unificada – Normativos do TJSE
SETECI	DISIGES / DIVISAJA	3º Ciclo	Integração dos usuários do TJSE com o SSO do CNJ
SETECI	DISIGES / DIVISAJA	3º Ciclo	Implementar melhorias na segurança dos Sistemas da Intranet
SETECI	SETECI	3º Ciclo	Política de Gestão de Pessoas de TIC
SETECI	SETECI	3º Ciclo	Implantação do Entic-Jud
SETECI	SETECI	3º Ciclo	LGPD – Lei Geral de Proteção de Dados
SETECI	SETECI	3º Ciclo	Adoção do protocolo de gerenciamento de crises cibernéticas no âmbito do Poder Judiciário (PGCC/PJ)

ASSESSORIA ESPECIAL DA PRESIDÊNCIA

A Assessoria Especial da Presidência, nos termos da Portaria Normativa nº 77/2018 GP1, integra a estrutura administrativa do Tribunal de Justiça do Estado de Sergipe e possui como função a prestação de auxílio ao Presidente do Tribunal na tramitação dos processos administrativos de sua competência, elaboração de atos administrativos inerentes ao Poder Judiciário, acompanhamento dos planos de gestão administrativa, bem como servir de elo de comunicação entre os magistrados e a Presidência do Tribunal, conforme disposto no artigo 42 do Regimento Interno deste Tribunal.

A Assessoria Especial envidou todos os esforços possíveis para alcançar resultados efetivos em face dos objetivos traçados no Plano de Gestão Institucional elaborado para o biênio 2021-2023, tendo contextualizado seu trabalho nos cinco eixos de atuação ali estabelecidos. Desenvolveu trabalho diligente, integrado e coordenado, alinhado com as metas estabelecidas para esta gestão, cuja preocupação se pautou nas novas dinâmicas sociais, com ênfase na necessária e constante inovação tecnológica, na melhoria do desempenho institucional e consequentemente maior celeridade na prestação aos servidores, aos magistrados e aos jurisdicionados.

Houve a iniciativa de vários projetos, o acompanhamento e verificação de sua efetiva entrega, a significativa evolução nos processos já existentes, além da identificação de possíveis novas ações a serem desenvolvidas pelas futuras gestões.



JUÍZES AUXILIARES



Antônio Henrique de Almeida Santos

Juiz de Direito Titular da 17ª Vara Cível da Comarca de Aracaju, a partir de 07 de janeiro de 2022 - Portaria nº 01/2024 – GP4 – Atributiva.



Maria da Conceição da Silva Santos

Juíza de Direito Titular da 22ª Vara Cível da Comarca de Aracaju, Portaria nº 148/2021 GP4 – Atributiva.



Paulo Cesar Cavalcante Macedo

Juiz de Direito Titular da 4ª Vara Cível da Comarca de Nossa Senhora do Socorro, até 07 de janeiro de 2022, Portaria nº 149/2021 – GP4 Atributiva; e Portaria nº 1/2022 – GP7 – Atípica.



ATOS NORMATIVOS

O foco da Gestão Biênio 2021-2023 foi na inovação, transformando ideias em meios para promovê-la. Para garantir uma maior eficácia e eficiência das ações e metas planejadas, tudo em conformidade com os cinco eixos do Plano de Gestão Institucional do Tribunal de Justiça – Biênio 2021-2023, foram publicados 314 atos normativos, elaborados pela Assessoria Especial da Presidência.

ATOS DELEGADOS

Na Assessoria Especial da Presidência, no ano de 2021, tramitaram 1.758 procedimentos relativos às matérias arroladas na Portaria Normativa nº 61/2021 GP1; ao passo que, no ano de 2022, até o mês de outubro, foram movimentados 1.229 SEIs destes mesmos assuntos.

Com a edição da Portaria Normativa nº 61/2021 GP1, modificada pelas Portarias Normativas nº 69/2021 e 09/2022, pela primeira vez, foram estabelecidas rotinas de trabalho e delegados poderes de julgamento sobre pedidos administrativos específicos aos Juízes Auxiliares da Presidência, tais como:

- 1 - conversão de um terço de cada período de férias dos juízes em abono pecuniário, previsto no artigo 13 da Resolução nº 19/2019 do TJSE;
- 2 - concessão de férias de juízes ou alteração de datas de seu gozo;
- 3 - afastamentos de juízes para gozo de folgas de qualquer natureza;
- 4 - permutas de plantões entre juízes;
- 5 - fornecimento de alimentação para realização de sessões do Tribunal do Júri;
- 6 - fornecimento de certificado digital na forma da Resolução TJSE nº 17/2011.

Com a nova rotina, a Assessoria Especial conseguiu atuar nos eixos de Pessoas e Gestão e da Excelência de área-meio, criando uma metodologia de trabalho mais dinâmica e setORIZADA, de modo que determinados pedidos eram processados e julgados exclusivamente pelos juízes, tornando possível concluir processos SEI nestas matérias em um tempo muito mais hábil.

COMISSÕES, COMITÊS, GRUPOS DE TRABALHO, GABINETES E NÚCLEOS

Os Juízes Auxiliares coordenaram 19 comissões, 07 grupos de trabalho, 12 comitês, 01 gabinete, 02 núcleos e 01 centro, com o objetivo de estudar os temas e desenvolver atividades específicas do interesse e da percepção da própria administração, bem como pela recomendação do Conselho Nacional de Justiça.

MACRODESAFIOS

Os macrodesafios do Poder Judiciário assinalam grandes temas, ou mesmo problemas-chave, que serão objeto de atuação sistêmica dos Tribunais e Conselho de Justiça para aprimoramento dos serviços judiciais. Os macrodesafios atribuídos aos Juízes Auxiliares da Presidência foram os seguintes:

Gestor: *Antônio Henrique de Almeida Santos*

Macrodesafio: Agilidade e Produtividade na Prestação Jurisdicional

Macrodesafio: Aprimoramento da Gestão da Justiça Criminal

Gestora: *Maria da Conceição da Silva Santos*

Macrodesafio: Instituição da Governança Judiciária

Macrodesafio: Promoção da Sustentabilidade

PROJETOS EM DESTAQUE

A Assessoria Especial, observado os limites de suas atribuições, protagonizou ações e aplicou meios modernos de aparelhamento tecnológicos, sempre valorizando as ideias e iniciativas que contemplavam o aprimoramento no fluxo e rotinas de trabalho.

A fim de oferecer uma visão clara sobre os projetos destacados realizados por esta unidade, os dados se encontram organizados como processos iniciados, em andamento e finalizados, conforme tabela abaixo:

ASSUNTO	SEI	INICIADOS	EM ANDAMENTO	CONCLUÍDOS
Proposta de Plano de Ação do Biênio	-	11/2020	-	x
Turma Recursal	0026086-46	10/12/2020	x	-
Central de Processamento Eletrônico	0022102-88	17/09/2019	-	x
Juiz Leigo	0021478-39	09/09/2019	x	-
Juizado Violência Doméstica	0010136-26	19/04/2022	x	-
Cejusc Interior	0022102-88	17/09/2019	-	x
Justiça Restaurativa	0002568-90	03/02/2021	-	x
Bens Apreendidos	0003423-69	18/02/2021	x	-
Juízo 100% Digital	0022102-88		-	x
Conecte-SE	0023140-67		-	x
Controle de Despesas	0004340-54	09/02/2022	x	-
Vagas Desembargador	0007345-84	27/03/2022	x	-
Oficiais de Justiça do 2º Grau	0000363-88	11/01/2021	-	x
Duplaremção	0003548-03	08/02/2022	-	x
Salas De Oitiva De Crianças	0001883-83	27/01/2021	x	-
Atenção Às Vítimas	0003525-91	11/02/2021	-	x
Distribuição no Tribunal de Justiça	0008879-63	08/04/2022	x	-
Encontro Dos Presidentes	0013033-27	20/05/2022	-	x
Auxílio Educação Infantil	0022653-97	10/08/2021	-	x
Auxílio Bolsa-Estudo	0022653-97	10/12/2020	-	x
Soluções Tecnológicas para Conciliação	0026206-89	10/12/2020	-	x
Empresa Gerenciamento de Riscos	0007190-81	24/03/2022	x	-
Contratação Empresa de Engenharia para Elevação do Muro de Socorro	0009060-64	11/04/2022	-	x
Resolução - Copejud - Núcleos de Perícias	0009648-71	12/04/2022	-	x
Painel de Metas	0007560-60	25/03/2022	-	x
DJEN – Diário De Justiça Nacional	0014776-43	12/08/2020	-	x
Salas Depoimento Especial	0003844-30	13/02/2019	-	x

Automação dos Procedimentos da Diretoria de Gestão de Pessoas	0002271-83	01/02/2021	-	x
Descarte AR'S Arquivo	0003879-19	19/02/2021	-	x
Cejuscs	0008695-10	20/04/2022	-	x
Emolumentos	0004224-48	20/04/2022	-	x
PDPJ	0019303-38	07/10/2020	x	
Núcleos 4.0	0007703-83	08/04/2021	-	x
Centro de Inteligência da Justiça Estadual de Sergipe – CIJESE	0002413-87		-	x
Comissão de Prevenção e Enfrentamento do Assédio Moral, do Assédio Sexual e da Discriminação no âmbito do Poder Judiciário do Estado de Sergipe, e dá outras providências.	0002151-40	01/02/2021	-	x
Balcão Virtual	0004531-36	26/02/2021	-	x
Prêmio de Jornalismo do TJSE	0002352-32	02/02/2021	-	x
Aprovação da realização de concurso público para ingresso nas carreiras de Técnico Judiciário e Analista Judiciário do Estado de Sergipe	0005995-61	0005995-61	x	
Política de Gestão de riscos	0006954-37	20/03/2019	-	x

PROCEDIMENTOS TRAMITADOS NA UNIDADE DURANTE O BIÊNIO 2021 - 2023

O trabalho iniciado, encerrado e ainda em andamento se encontra traduzido em números, através da estatística abaixo, que revela o quantitativo de procedimentos de atribuição desta Assessoria Especial que tramitaram no SEI no biênio 2021-2023:

	INICIADO	ANDAMENTO *	CONCLUÍDOS
Afastamentos	1	88	50
CGJ – Atos da Corregedoria	*	78	72
Compensação de plantão judiciário	*	50	48

Convite	2	113	112
Convocação/Designação/Designação de Magistrado para Substituição	1	12	10
DIPLAD – Planejamento Estratégico	*	10	10
Escala de Férias de Magistrados e de plantões	9	13	11
Férias de Magistrados/Interrupção de férias de Magistrados	11	269	266
Informações e comunicados e expedientes administrativos, inclusive para o CNJ	37	981	880
Pedido de Consulta/Orientação e Reclamação/Requerimentos e solicitações	98	2427	2388
Indenização de Férias Indenização de Licença-Prêmio	2	41	75
Licenças, incluindo a Licença-Prêmio	10	82	150
Mutirão	*	1	2
Júri	*	316	607
Permuta de Magistrados	*	1	1
Processos do CNJ	*	168	257
Projeto/Proposta	1	31	52
Promoção de Magistrado	*	15	14
Remoção	*	9	13
Substituição	*	39	69
TOTAL:	172	4744	5087

*Refere-se à soma dos procedimentos que tramitaram ou estão em tramitação no biênio 2021/2022

DOCUMENTOS GERADOS NO PERÍODO

Em resultado dos documentos SEI gerados e tramitados nesta unidade, foram totalizados **12.296** atos, como revela o quantitativo de atribuição desta Assessoria Especial que tramitaram no biênio 2021 – 2023, conforme tabela abaixo:

DOCUMENTOS GERADOS NO PERÍODO BIÊNIO 2021/2022	
TIPO	TOTAL
Anexo	9
Ata	11
Certidão	65
Decisão	2588
Declaração	3
Despacho	8542
E-Mail	533
Edital	4
Informação	97
Minuta	116
Ofício	237
Ofício Circular	37
Portaria	2
Requerimento	40
Requerimento Auxílio-Saúde	4
Requerimento Indenização de Licença-Prêmio	2
Resolução	1
Requerimento Adicional de Qualificação	2
Requerimento Auxílio-Educação Infantil	2
Requerimento de Certificado Digital (Token)	1
TOTAL DO BIÊNIO	12.296

REUNIÕES, VISITAS E EVENTOS CNJ

Visando uma maior efetividade das ações e projetos implementados, foram realizadas aproximadamente 470 reuniões/visitas a órgãos externos, envolvendo, além da própria Presidência, outras entidades como a Ordem dos Advogados do Brasil, Ministério Público, Defensoria Pública, Assembleia Legislativa, Secretaria de Segurança Pública, Secretarias de Estado, Tribunal de Contas, Secretaria de Inclusão Social, dentre outras.

Houve participação frequente aos eventos promovidos pelo CNJ, quer presencial, quer virtualmente, o que permitiu aperfeiçoar o trabalho da gestão deste Tribunal e melhorar a prestação ao jurisdicionado.

DEPARTAMENTO DE PRECATÓRIOS

O Departamento de Precatórios (Deprec), vinculado à presidência do TJSE, é o órgão responsável pelo processamento, execução e pagamento dos precatórios das Fazendas Públicas Estadual e Municipal, bem como dos demais entes das Administrações Públicas Indiretas da União, do Estado de Sergipe e respectivos Municípios. Ainda é responsável pela elaboração de cálculos, controle financeiro, elaboração de informações e pareceres relativos ao acompanhamento de precatórios e comunicação com as entidades devedoras. No biênio de 2021-2023, foram elencadas as principais ações executadas no Deprec.

OFÍCIO PRECATÓRIO

No biênio 2021-2023 foram recepcionados 15.186 Ofícios Precatórios e, após a análise de conformidade de dados e peças processuais exigidos pela Resolução nº 303/2019 do CNJ, foram rejeitados 6.551 documentos, baixando-se para as correções devidas, e distribuídos o total 8.158 precatórios, com a consequente expedição dos ofícios requisitórios aos entes devedores (posição em 17/10/2022).

Diante do grande número de rejeições dos ofícios precatórios, situação detectada no início da gestão, adotou-se medida visando minimizar a deficiência. Com essa

finalidade, inclusive integrada ao objetivo maior do constante aprimoramento de magistrados e servidores do tribunal, foi executada uma primeira atividade em cumprimento à Resolução nº 303/2019, do CNJ, que dispõe sobre a gestão dos precatórios e respectivos procedimentos operacionais no âmbito do Poder Judiciário.

Especificamente, o Deprec atuou na parte em que recomenda aos Tribunais “a promoção de cursos de atualização e treinamento de servidores na área do conhecimento relativa aos precatórios e requisições de pagamento das obrigações de pequeno valor” (art. 83, II), elaborando e executando um amplo curso de Atualização de Expedição de Ofício Precatório.

Devido à pandemia da Covid-19, o curso foi aplicado por meio de videoconferência

(plataforma Zoom), no dia 28 de abril de 2021, das 8 às 12 horas, e contou com a participação de mais de 150 servidores.

REPASSE DE VALORES DOS ENTES DEVEDORES

O Deprec realiza a cobrança e fiscalização dos valores que devem ser transferidos ao TJSE pelos entes devedores para pagamento de seus requisitórios. Esse processo se inicia com parecer contábil emitido pela Divisão de Processamento e Cálculos, com a finalidade de informar aos gestores dos entes devedores o valor anual e possibilidade do parcelamento mensal. Este, denominado Plano de Pagamento, consiste em disponibilizar valores para pagamento de seus requisitórios, dentro do exercício financeiro do ano subsequente.

No caso dos entes devedores em Regime Especial, aqueles que em 25/03/2015 estavam em mora com o pagamento de seus precatórios, que deverão ser quitados até 31/12/2029 (EC nº 109/2021), os planos de pagamento devem ser homologados e publicados pelo Tribunal de Justiça até 10 de dezembro de cada ano, tal qual ocorreu em 2021. O mesmo sucedeu em 2022, com todos publicados no sítio eletrônico do Tribunal, garantindo a transparência e acompanhamento pelos entes devedores, credores e

jurisdicionados de forma geral.

Estabelecidos os referidos planos de pagamentos, o Deprec realiza o acompanhamento dos aportes financeiros e, em sendo identificada a inadimplência, são tomadas as medidas pertinentes, a exemplo do bloqueio do recurso do FPM pela Secretaria do Tesouro Nacional e outras medidas constritivas, pesadas as particularidades da pandemia com reflexos variados na execução orçamentária dos entes devedores.

No caso dos entes devedores em Regime Geral, faculta-se ao Tribunal de Justiça formalizar convênio com a entidade devedora, objetivando: permitir ao ente devedor conhecer o montante da dívida e disponibilizar os recursos no orçamento ou autorizar, junto a repasses e transferências constitucionais, a retenção do valor necessário de modo a pagar o valor integral de forma parcelada mês a mês (art. 18, I e II, da Resolução nº 303/2019, do CNJ).

Antecipação e Cronologia: considerando a necessidade de solucionar os pedidos de preferência pendentes, inclusive, em litisconsórcio no mesmo precatório, bem como o ingresso diário de novos pedidos prioritários, conjugado com a necessidade de estabelecer critérios no sentido de garantir, no mesmo exercício, também o pagamento de precatório segundo a cronologia, ficou estabelecido o pagamento da parcela superpreferencial por meio de cronogramas de pagamentos.

Dessa forma, o Departamento de Precatórios, dando cumprimento ao disposto no art. 100, §§ 1º e 2º, da Constituição Federal, e art. 102, caput, e § 2º, do ADCT, realiza o pagamento da ordem cronológica no lapso temporal compreendido entre os lotes de pagamento das parcelas superpreferenciais.



Assinatura de convênio para acordo direto com Município de Aracaju, em dezembro de 2021

Dentro dessa perspectiva, o Departamento de Precatórios realizou o pagamento de precatórios, seja na ordem cronológica, seja mediante antecipação de crédito, a 2.323 credores/beneficiários, totalizando o montante de R\$ 241.369.435,27 (duzentos e quarenta e um milhões, trezentos e sessenta e nove mil, quatrocentos e trinta e cinco reais e vinte e sete centavos), posição de 28/10/2022.

Há previsão de pagamento, nesta gestão 2021-2023, da parcela superpreferencial de 500 credores, sendo 170 portadores de doença grave, R\$ 6.024.137,00; 330 idosos ou pessoas com deficiência, R\$ 11.693.913,00; e cronologia, totalizando R\$ 28.000.000,00.

O Acordo Direto é forma de pagamento de precatórios de entes devedores do Regime Especial, conforme disciplinado no art. 97, caput, e §§ 6º e 8º, inciso III, do ADCT, sendo igualmente regulamentado pela Resolução nº 303/2019,

do CNJ (art. 34). Com esse objetivo, o Estado de Sergipe e o Município de Aracaju formularam convênios com o TJSE para a operacionalização dos procedimentos. Na execução dos procedimentos, a contratação e a assunção dos custos para a atuação de equipe profissional da área de contabilidade para levantamento preliminar dos cálculos, relativos aos acordos diretos referentes aos precatórios dos referidos entes, ficaram sob responsabilidade do Município de Aracaju.

O TJSE, em contrapartida, disponibilizou local adequado para atuação da equipe contábil atuante e para recepção de credores interessados, bem como estabeleceu as diretrizes de elaboração realizadas por grupo profissional e revisão/homologação dos cálculos pela Divisão de Processamento e Cálculos. Em 30/09/2021, o TJSE firmou com o Estado de Sergipe e o Município de Aracaju, aditivo visando à prorrogação, por mais três anos, dos convênios celebrados.

Com isso o Deprec realizou o pagamento integral do Acordo

Direto Estado de Sergipe, lançado na gestão anterior, no montante de R\$ 57.130.801,00, bem como foi lançado novo Edital de Acordo Direto com o município de Aracaju (0026972- 11.2021.8.25.8825), este com previsão de pagamento de todos os credores aderentes nesta gestão 2021-2023, no montante estimado de R\$ 38.815.432,07.

Assim, considerando os valores efetivados (R\$ 241.369.435,27) e a previsão de pagamento dos credores por meio de antecipação constitucional/cronologia (R\$ 28.000.000,00) bem como por meio do acordo direto (R\$ 38.815.432,07.) A previsão até o final da gestão é alcançar monta superior a R\$ 300.000.000,00.

ATO DE RATEIO

Considerando a necessidade de repasses de recursos pelo TJSE ao TRT20 e ao TRF5, atendendo a proporcionalidade do montante do débito presente em cada tribunal, o Deprec realizou no biênio quatro atos de rateio que, ao todo, movimentaram a quantia de R\$ 343.879.882,32. Desse montante, foram repassados ao TRT20 e ao TRF5/TRF1 as quantias de R\$ 20.655.721,23 e de R\$ 81.536.760,39, respectivamente, cabendo ao TJSE cifra de R\$ 241.687.400,20.

Há previsão de novo rateio a ser realizado até o final da gestão, valor de R\$ 60.639.323,41.

ATO DE RATEIO - TJSE / TRT/ TJSE GESTÃO 2021/2023					
DATA	TJSE	TRT20	TRF1	TRF5	TOTAL
31/07/2021	83.975.407,54	7.280.979,33	-	21.871.053,97	113.127.440,84
17/12/2021	62.225.734,57	5.621.306,12	-	19.406.894,93	87.253.935,62
Subtotal 1	146.201.142,11	12.902.285,45	-	41.277.948,90	200.381.376,46
02/06/2022	52.029.054,77	3.783.224,63	482,33	19.277.927,61	75.090.689,34
31/08/2022	43.457.203,32	3.970.211,65	1.474,01	20.978.927,54	68.407.816,52
Nov/2022 (previsão)	38.522.138,85	3.519.348,53	1.306,62	18.596.529,41	60.639.323,41
Subtotal 2	134.008.396,94	11.272.784,81	3.262,96	58.853.384,56	204.137.829,27
TOTAL (1 + 2)	280.209.539,05	24.175.070,26	3.262,96	100.131.333,46	404.519.205,73

RESOLUÇÃO 303/2019 DO CNJ

O Conselho Nacional de Justiça (CNJ) publicou a Resolução 303/2019, que dispõe sobre a gestão dos precatórios, trazendo alterações nos procedimentos que impactam diretamente nas unidades jurisdicionais e no Departamento de Precatórios. Diante desse novo panorama normativo, visando promover as devidas adequações sistêmicas (TI), o Deprec abriu procedimento específico com essa finalidade.

A construção do projeto foi dividida em três fases, conforme sugerido pela Diretoria de Modernização. A primeira entrega envolve os itens referentes ao Ofício de Expedição

de Precatórios, bem como as alterações na RPV (Requisição de Pequeno Valor) para permitir o pagamento da parcela superpreferencial e gerenciamento dos precatórios. A segunda entrega contemplará os dados estatísticos referentes à lista de cronologia e mapa anual. A terceira e última refere-se à automação do ato de rateio. O referido projeto de adequação sistêmica, conforme as exigências normativas do CNJ, encontra-se em fase de entrega escalonada.

PORTARIAS

Considerando a necessidade de readequar a programação do Deprec, de modo a permitir o pagamento do Acordo Direto nos termos do Edital DEPREC nº 01/2020, cumprindo o disposto no art. 100, §§1º e 2º, da Constituição Federal e artigos 97, §8º, inciso III e 102, caput, e §2º do ADCT, desde o início da gestão foi editada a Portaria nº 27/2021 GP1, posteriormente alterada pela Portaria Normativa nº 62/2021 GP1. Ambas com a finalidade de alteração do cronograma para a formação e cumprimento de listas de pagamento prioritário de precatórios estabelecidos pela Portaria nº 20/2020 GP1, com a inclusão do biênio 2021 a 2023.

Ainda nessa linha de normatização interna, impulsionada por decisão do CNJ no julgamento do Ato Normativo nº 0009666-54.2020.2.00.0000, do dia 18/12/2022 (79ª Sessão Virtual), gerando a publicação da Resolução nº 365/2021 que alterou dispositivos da Resolução nº 303/2019, o TJSE promoveu a alteração da Portaria nº 20/2020 GP1, a fim de se adequar à liminar concedida pelo STF na ADI nº 6556 MC/DF, bem como para ajustar o normativo interno às modificações previstas na multicitada Resolução nº 303/2019.

AMPLIAÇÃO DA INTERLOCUÇÃO INSTITUCIONAL COM ENTES DEVEDORES DE PRECATÓRIOS

Visando o fortalecimento da interlocução institucional entre os entes devedores e o Deprec, foi preparada e realizada no dia 30/03/2021 uma reunião virtual com representantes de todos eles, ocasião em que foi estabelecido um diálogo aberto para tratar das questões relativas ao cumprimento das obrigações referentes ao adimplemento dos precatórios. A reunião esteve sob a direção do Presidente do TJSE, Desembargador Edson Ulisses de Melo, e do Gestor do Departamento de Precatórios, o Juiz Fernando Clemente da Rocha.

Foram convidados, mediante ofícios expedidos pelo Deprec, todos os Municípios e o Estado de Sergipe, bem como as entidades representativas de credores e devedores. A interlocução foi toda centrada em tratativas para o adimplemento dos precatórios, considerando as dificuldades que os entes devedores estavam enfrentando e continuam a enfrentar em decorrência do efeito pandêmico, mas com atenção ao dever constitucional de atendimento

aos credores de precatórios. Dentre os pontos abordados, foram destacados os acordos diretos e as linhas bancárias de financiamento dos estoques das dívidas dos entes devedores.

WORKSHOP SOBRE QUESTÕES TRIBUTÁRIAS RELACIONADAS AO PAGAMENTO DE PRECATÓRIOS

Com o intuito de promover o debate sobre as orientações apresentadas pela Receita Federal do Brasil (RFB), nos autos da Consulta 0002906-89.2020.2.00.0000, relativas às dúvidas encaminhadas pelos Tribunais de Justiça ao CNJ sobre a correta retenção e repasse de valores devidos a título de imposto de renda e de contribuição previdenciária na expedição de precatórios, o Deprec, por meio do juiz gestor e dos servidores Marcella Barreto de Medeiros Trigueiros (chefia de Interdivisões) e João José da Silva (chefia da DPC), participou de workshop virtual ocorrido no dia 27 de outubro de 2021, promovido pelo CNJ, conforme SEI 0020901- 90.2021.8.25.8825.

CÂMARA NACIONAL DE GESTORES

O Deprec participou da Câmara Nacional de Gestores de Precatórios na cidade de Natal (RN), nos dias 22 e 23 de setembro de 2022, a primeira ocorrida no biênio. Na ocasião, importantes temas foram debatidos, bem como foram compartilhadas dificuldades e também experiências expostas pelos tribunais de justiça presentes, aí incluídas aquelas ditadas pelas recentes alterações constitucionais (ECs 109, 113 e 114/2021) no sistema de gestão de precatórios, e o que repercutiram nos normativos expedidos pelo CNJ. Outra reunião da Câmara ocorreu entre os dias 16 e 18 de novembro de 2022, na cidade de Goiânia (GO).



Juiz Fernando Clemente participando da Câmara Nacional de Gestores em Natal (RN)

COORDENADORIA DA INFÂNCIA E JUVENTUDE

A Coordenadoria da Infância e da Juventude (CIJ) foi criada em 31 de outubro de 2008 (Lei Estadual 6.479/2008 e Resolução 22/2008), tendo sido uma das primeiras Coordenadorias a ser instalada dentre os Tribunais de Justiça do país. Integra a estrutura administrativa como órgão de assessoramento da Presidência e tem atribuição precípua de melhoria da qualidade da prestação do serviço jurisdicional na área da Infância e Juventude.

Atualmente, é composta por uma Juíza Coordenadora, equipe multidisciplinar de Psicologia (01 servidor) e Serviço Social (01 servidora), além da Assessora da Juíza Coordenadora (01 servidora), Quadro Técnico (02 servidoras) e três estagiários de nível superior (01 – Direito, 01 – Serviço Social e 01 – Psicologia).

Dentre as atribuições legais, incumbe à CIJ a cooperação técnico-jurídica aos magistrados, promover a integração e articulação entre estes, o TJSE e organizações governamentais e não governamentais, especialmente à rede de proteção dos direitos das crianças e adolescentes, além da rotina de atendimentos ao público, magistrados, servidores, realizados diariamente.



A relevância da CIJ traduz-se, especialmente, no desenvolvimento de projetos pioneiros, ladeados da execução de Programas de Execução contínua, aos quais é feita releitura de acordo com a necessidade vivenciada e observada no cotidiano das demandas, sempre alinhados com as inovações legislativas e em perfeita sintonia com as diretrizes gerais de planejamento estratégico e macrodesafios do TJSE e às Recomendações do Conselho Nacional de Justiça, resultando em práticas que transformam efetivamente a realidade.

1. PROJETOS E AÇÕES

Programa Familiarizar

Conjunto de ações comprometidas com o princípio da proteção integral definido no artigo 227 da Constituição Federal e nos artigos 3º



e 19º do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA). O Familiarizar é pautado em regramentos legais que estabeleceram, entre outros direitos, o de toda criança ou adolescente ser criado e educado no seio de sua família e, excepcionalmente, em família substituta, assegurada a convivência familiar e comunitária ou a colocação em família substituta de crianças e adolescentes acolhidos nas Entidades de Acolhimento Institucional de Sergipe, reduzindo o tempo de acolhimento institucional e favorecendo a agilização dos processos.

Resultados práticos: acompanhamento mensal dos acolhidos nas unidades de acolhimento, comunicação on-line dos dados entre a unidade de acolhimento, a CIJ e as Comarcas, reavaliação das medidas de acolhimento, das audiências concentradas, redução do tempo de acolhimento, alimentação do Sistema Nacional de Adoção (SNA) e Acolhimento em Integração Nacional.

Modelos e Fluxos Institucionais

Criação e alimentação de modelos e fluxos institucionais afetos à infância e juventude, no Portal CIJ (<https://www.tjse.jus.br/infanciaejuventude/publicacoes>) e no SCPV



em modelos institucionais. Destaque para a criação e publicação do Fluxo Protocolo Interinstitucional para o Acolhimento de Crianças e Adolescentes em Sergipe e fluxos sobre atribuições e funcionamento da CIJ.

Entrega Legal

Disseminação do vídeo explicativo sobre Entrega Legal, esclarecendo a possibilidade de gestantes ou mães



que não desejem ou não tenham condições de criarem os filhos podem entregá-los para adoção de forma legal. A manifestação pode ser feita na maternidade, no Conselho Tutelar, no Ministério Público ou no Judiciário.

Programa Construindo o Futuro

O Programa Jovem Aprendiz é fruto de um termo de cooperação, firmado em maio de 2022, entre TJSE, MPT e MPE. São ministrados conteúdos



Recepção dos adolescentes do Jovem Aprendiz, no dia 18 de julho de 2022

teóricos, pelo Senac, no laboratório de informática montado na CIJ e, no módulo prático/estágio, os jovens aprendizes são recepcionados e desenvolvem tarefas práticas na CIJ e em diversas unidades jurisdicionais do TJSE, na capital, nesta primeira turma. Uma oportunidade excelente de adquirir competências relacionais e profissionais para que possam, posteriormente, adentrar no mercado do trabalho. A profissionalização é um dos direitos do adolescente, garantido na Constituição Federal e no próprio ECA, que o estabelece como prioridade.

Programa para os Egressos do Acolhimento e da Socioeducação

Termo de Cooperação Técnica relativo ao Projeto Adolescente Aprendiz, celebrado entre TJSE, Ministério Público do Trabalho em Sergipe, Ministério Público de Sergipe, Superintendência Regional do Trabalho, Fundação Renascer e o Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial (Senac). O objetivo é possibilitar aos adolescentes em cumprimento de medidas socioeducativas, no âmbito da Fundação Renascer, atividades práticas do processo de formação profissional nos espaços físicos do Tribunal de Justiça, quer sejam na capital ou interior.

Resultados: adolescentes recebidos como adolescentes aprendizes na CIJ e em diversas unidades judiciárias, na capital e no interior do Estado,

contribuindo no processo de formação profissional e inserção no mercado de trabalho, construção da autonomia do adolescente enquanto sujeito da sua história.

Programa de Apadrinhamento Ser Humano

Atendimento especializado prestado pela equipe técnica da CIJ, reuniões, ações formativas visando a discussão dos aspectos técnicos e práticos da operacionalização de programa de apadrinhamento. Ressalte-se o encontro realizado na CIJ com o Abrigo Zilda Arns, da comarca de Estância, em agosto de 2021, que versou sobre a operacionalização de um programa de apadrinhamento próprio, ante a implementação da Lei Municipal 1940/2017. O Programa possibilita o envolvimento de pessoas físicas e empresas na prestação de serviços, auxílio material e apoio afetivo a crianças e adolescentes assistidos pela Casa Acolhedora Estância Solidária Zilda Arns.

Programa de Ações Integradas para o Fortalecimento do Sistema de Garantia e Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente (PRAIF/SGD)

O objetivo é articular ações entre o Poder Judiciário, o Executivo e o Ministério Público para a operacionalização qualificada da rede de proteção aos direitos da criança e do adolescente.



Oficina sobre Plano Individual de Atendimento

Um dos resultados do programa foi a ampliação da oferta do serviço de acolhimento institucional, que passou a ser oferecido em todo Estado, juntamente com a expansão da rede de Centros de Referência Especializados da Assistência Social, hoje instalados em quase todos Municípios. Em 2013, havia em todo Estado 20 unidades de acolhimento, sendo 10 na capital e 10 no interior. Atualmente, são 39 unidades que abrangem os 75 municípios sergipanos; sendo 6 na capital e 33 no interior. Vencida a etapa de estruturação da rede, o PRAIF passou a ser executado através da promoção de palestras, seminários e reuniões intersetoriais, privilegiando o diálogo sobre atribuições e procedimentos, o compartilhamento de experiências exitosas e a divulgação de fluxos de trabalho.

Identificação – Prioridade Processual – Infância – Sistema Perícia – Indexação – Audiência – Depoimento Especial

Marcação direta no SCPV, na parte de agendamento de perícias, conferindo maior celeridade, possibilidade e realização por meio de videoconferência pelo juiz e partes, preservando o presencial da criança/adolescente e da equipe técnica especializada interlocutora.

Primeira infância e internação provisória e definitiva nos processos da 17ª Vara Cível

Criação de etiquetas/situação especial de marcação de processos para distinção dessas classes e acompanhamento acurado e efetivo das medidas de internação dos adolescentes, priorizando sua tramitação e julgamento do processo.

Marcação dos processos com etiqueta/situação especial Pin: primeira infância para identificar e priorizar os que versam sobre crianças na primeira infância, de 0 a 06 anos de idade, conferindo celeridade, prioridade absoluta de tramitação e julgamento.

Programa de Capacitação e Disseminação do ECA

Palestras e webinários realizados nas escolas Amadeus e CCPA, promovendo o debate entre as crianças e jovens em situação escolar sobre seus direitos e deveres, para que exerçam melhor seu papel de cidadão na sociedade, abordando temas sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e ações da CIJ. Público-alvo: crianças, adolescentes, pais e professores.

Projeto Presença

Em 17 de dezembro de 2021, mais de 100 adolescentes em cumprimento de medidas socioeducativas participaram da ação promovida por meio de uma parceria entre a CIJ/TJSE e a Fundação Renascer. Público-alvo: socioeducandos assistidos



Houve apresentações artísticas e distribuição de kits natalinos

pela Comunidade de Atendimento Socioeducativo Masculino (Casem), local onde ocorreu o evento, e também pelas unidades Comunidade de Atendimento Socioeducativo São Francisco de Assis (Case I), Comunidade de Atendimento Socioeducativo Semiliberdade (Case II); e Unidade Feminina (Unifem). O objetivo da ação, vinculada ao Projeto Presença, em observância a garantia à efetivação dos direitos da criança e do adolescente, foi contribuir com a elaboração do projeto de vida dos adolescentes em cumprimento de medida e com o fortalecimento dos vínculos familiares e comunitários.

Difusão da Justiça Restaurativa

A Semana Restaurativa de Sergipe 2021 (15 a 18 de novembro de 2021) apresentou as boas práticas da área, bem como pesquisas científicas, oficinas e vivências de técnicas restaurativas, além da realização de ouros seminários e capacitações.

Etiqueta Automática ‘ECA’ – Migração de dados de acordo com situação especial, categoria, classe ou assunto

Em todos os processos autuados com a classe/ assunto ECA, o SCPV gera, automaticamente, etiqueta/situação especial que confere precedência a estes feitos, colocando-as como prioridade de tramitação e julgamento.

Projeto Brincando no Parque

Edição anual que proporciona a crianças e adolescentes em situação de acolhimento institucional tarde de lazer no Fiesta Park. Junto com parceiros, a CIJ promove a efetivação do direito ao lazer para as crianças e adolescentes, participando da vida em comunidade e protegida com prioridade absoluta”.



Publicações no Portal CIJ

Tratam das recentes atualizações legais e normativas na área de Infância e Juventude, seja em “acervo jurídico”, seja em “publicações”, conferindo base de pesquisa e orientação técnico-jurídica.

Exames de DNA gratuitos

Pactuação entre Tribunal de Justiça de Sergipe, Ministério Público e Estado de Sergipe, por intermédio da Secretaria de Estado da Inclusão e Assistência Social (Seias) e Procuradoria-Geral de Justiça, proporcionou às crianças e adolescentes o formal reconhecimento da paternidade, por meio da disponibilização de 600 exames de DNA ao longo de três anos.

Judiciário e SEIAS assinando pactuação



Campanha teve repercussão no site do CNJ

Campanha Proteger é dever de todos

O intuito é conscientizar a população para denunciar a violência contra crianças e adolescentes, através dos canais Disque 100, Direitos Humanos Nacional e Disque 181 Denúncia Polícia Civil, por meio de uma linguagem que seja compreendida por todos, especialmente pelo público infantojuvenil, para que ele seja protagonista da campanha e também denuncie. A campanha traz como identidade visual a utilização de *emojis* – ou *emoticons* – que são representações gráficas usadas para transmitir uma ideia, emoção ou sentimento.



Nova sede com espaço humanizado

A Coordenadoria da Infância e Juventude foi instalada em seu novo espaço, mais amplo e adequado, permitindo a realização de projetos na própria sede da CIJ, em ambiente propício para receber a infância e a juventude. A gestão do Des. Edson Ulisses de Melo teve esse compromisso com a humanização e o objetivo é oferecer um ambiente mais acolhedor aos visitantes. As 14 telas de pinturas resultaram de uma campanha idealizada pela CIJ, em março de 2021, cujas pinturas foram feitas por filhos de magistrados e servidores e emolduradas por meio de uma parceria com a Associação de Magistrados de Sergipe (Amase).

Ação maternidades

A Coordenadoria da Infância e Juventude foi instalada em seu novo espaço, mais amplo e adequado, permitindo a realização de projetos na própria sede da CIJ, em ambiente propício para receber a infância

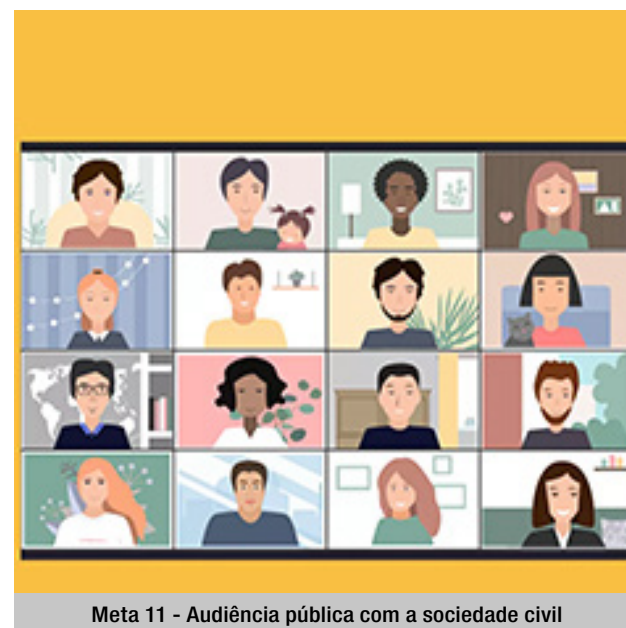
Espaço Vida no Casem

O Espaço Vida, na Comunidade de Atendimento Socioeducativo Masculina (Casem), é um local equipado com esteiras ergométricas e tatames, destinado para promoção à saúde e bem-estar dos adolescentes em cumprimento de medida socioeducativa. Foi instalado mediante destinação para a Fundação Renascer de 50% da verba decorrente da venda do livro ‘Sabedoria Popular II – Máximas, reflexões, outros saberes e amenidades no Zap Zap’, de autoria do Desembargador Edson Ulisses de Melo, Presidente do Poder Judiciário de Sergipe.



Meta 11– Audiência pública com a sociedade civil

Videoconferência com representantes do Sistema de Justiça, dos Conselhos de Direitos, organizações e sociedade civil para estabelecer um diálogo sobre a garantia de direitos da criança e do adolescente. A reunião ocorreu no dia 04 de agosto de 2022, por videoconferência e também contou com a efetiva participação de adolescentes da rede estadual de ensino e adolescentes do sistema socioeducativo.



Em andamento

NAI – Núcleo de Atendimento Integrado à Criança e ao Adolescente.
SEI 0001883-83.2021.8.25.8825
Depoimento Especial: descentralização física das salas para depoimento especial. SEI 0003844-30.2019.8.25.8825

2. Cooperação Técnica

- **Reuniões com todos os Juízes com jurisdição na área da infância e juventude e suas respectivas equipes:** mediante cronograma semanal, a CIJ alcançou todas as Comarcas, visando à operacionalização qualificada da rede de proteção dos direitos da criança e do adolescente. Os encontros permitiram o compartilhar de experiências, a colaboração mútua e resolução efetiva das situações, além da atualização das informações nos sistemas de controle processual e junto ao CNJ, especialmente quanto ao Sistema Nacional de Adoção (SNA) e ao Cadastro Nacional de Adolescentes em Conflito com a Lei (CNAACL). Tal ação é um dos desdobramentos do Familiarizar e do PRAIF/SGD.

- **Protocolo Interinstitucional para acolhimento de crianças e adolescentes:** realização de reuniões para discussão e sedimentação do Protocolo, assinatura e publicação do referido documento, que traz procedimentos e fluxos sobre acolhimentos e situações emergenciais de transferências de acolhidos, assim como demais providências decorrentes de tais ações, estabelecendo procedimentos unificados e comuns ao sistema de garantia de direitos e ao sistema de Justiça. Documento gestado em ação coletiva. Ação repercutida pelo CNJ.



- **Tutoriais, cards explicativos ilustrados e guias rápido sobre os temas:** apadrinhamento, autorização de viagem, estágio de convivência, como resolver pendência de acolhidos sem CPF, prazos da infância e juventude, rotina do Familiarizar, reavaliação de crianças e adolescentes em situação de acolhimento e audiência concentrada (CNJ), tutoriais para inspeção no Sistema Nacional de Adoção e Acolhimento.

- **Curso de Preparação Psicossocial e Jurídica para Pretendentes à Adoção:** edições realizadas por meio de videoconferência, durante a pandemia e retomadas de forma presencial em outubro de 2022, tendo como objetivo prestar informações sobre direitos, deveres, legislação e sobre importância da construção de uma relação afetiva entre o adotado e a nova família.



Retorno dos cursos presenciais, em outubro de 2022

- Roda de conversa sobre abuso sexual de crianças e adolescentes em 18 de maio de 2021, com OAB/SE, CIJ/TJSE.

- Live no Instagram do TJSE: tema 'Prevenção da automutilação e do suicídio infantojuvenil', em 16/07/2021. Em meio à pandemia da Covid-19, o tema da live foi alinhado ao Objetivo de Desenvolvimento Sustentável (ODS) de número 3 da Agenda 2030. O ODS 'Saúde e bem-estar' tem como propósito garantir o acesso à saúde de qualidade e promover o bem-estar para todos, em todas as idades. A Agenda Global 2030 é um compromisso assumido pelo Brasil e por mais 192 países para a efetivação dos direitos humanos e a promoção do desenvolvimento sustentável. Integrar a Agenda 2030 no Poder Judiciário é a Meta Nacional 9 do Poder Judiciário Brasileiro, conforme o Conselho Nacional de Justiça (CNJ).

3. Ações formativas

- **Ciclo de debates 'Melhor Interesse da Criança – do Acolhimento Institucional à Adoção'**: realizado em 08 de novembro de 2021, promovido pela CIJ e a Comarca de Lagarto. Contou com a participação de técnicos e magistrados que atuam na área da infância e juventude. Como foi transmitido pelo canal CIJSE, no YouTube, reunindo profissionais de outros Estados, a exemplo de Pernambuco, Paraná, Espírito Santo e Santa Catarina.

- **Ciclo de Debates Justiça Restaurativa na Infância e Juventude**: evento presencial realizado em 06 de dezembro de 2021, promovido pelo TJSE, por meio da CIJ e Comissão de Implementação, Difusão e Execução da Justiça Restaurativa (Cidejure), Fórum Estadual de Juízes da Infância e da Juventude (Foeji) e Associação dos Magistrados de Sergipe (Amase).

- **Oficina de apoio técnico sobre o 'Protocolo Interinstitucional para Acolhimento de Crianças e Adolescentes'**: de 24 a 31 de maio de 2022, oficina foi destinada à coordenação e equipe técnica das unidades de acolhimento para crianças e adolescentes de Sergipe. Parceria entre instituições que compõem a rede de alta complexidade, entre elas CIJ/TJSE, Secretaria de Estado da Inclusão e Assistência Social (Seias) e Centro de Apoio Operacional da Infância e Adolescência (CAOpIA), do Ministério Público de Sergipe.

- **Orientações sobre a elaboração do Plano Individual de Atendimento (PIA)**: de 17 a 21 de julho de 2022, a oficina, promovida pela (Seias) em parceria com CIJ foi destinada a coordenadores e equipes técnicas das unidades de acolhimento.



- **Curso de Aperfeiçoamento Continuado do Atendimento Socioeducativo**: fruto de uma parceria entre CIJ, Ejuse, Escola do Sinase e Fundação Renascer. Objetiva oportunizar uma maior qualificação dos servidores da área técnica que atuam na socioeducação, que atendem em Sergipe cerca de 125 jovens internos e na semiliberdade, além de 73 egressos que também são acompanhados. O curso tem uma duração média de 6 meses, sendo realizado a cada 15 dias, sempre às quartas-feiras, na Ejuse. Total de 11 encontros, manhã e tarde, com carga horária de 110 horas, sendo 88 horas de aulas práticas e teóricas, mais 22 horas de home office com atividades e uma avaliação final.

- **'Conversando sobre adoção'**: encontro virtual promovido pelo Acalanto Sergipe. A Juíza Iracy Manguiera falou sobre segurança jurídica no processo de adoção, em 27 de fevereiro de 2022.

- **VI Fórum Estadual de Juízes da Infância e Juventude de Sergipe (Foeji)**: realizado em 10 de outubro de 2022, oportunizou aos juízes da infância a discussão de temas sensíveis, o compartilhamento de boas práticas e a parametrização de fluxos de modo a otimizar o atendimento da criança e do adolescente.

- **Oficina de Escuta Especializada:** capacitação realizada entre os dias 04 e 07 de outubro de 2022, parceria entre a Ejuse e CIJ, sobre a Lei 13.431/2017, atualizada pela Lei 14.344/2022 (Lei Henry Borel) e Decreto 9.603/2018. Teve como público-alvo operadores do Sistema de Garantia dos Direitos da Criança e do Adolescente (Sistemas de Justiça, Saúde, Educação, Segurança Pública e Socioassistencial, além dos Conselheiros Tutelares e de Direitos), incluindo-se juízes, promotores, psicólogos, psicopedagogos, assistentes sociais, advogados, defensores, delegados, corpo de bombeiros, guarda civil, policiais civis e militares.

- **Curso 'Atualizações em Direito da Infância e Juventude':** parceria entre a CIJ e a Ejuse, foram promovidas aulas presenciais para capacitação e atualização dos magistrados com o conteúdo programático que perpassa pela identificação dos equipamentos que compõem o Sistema de Garantia de Direitos da Criança e do Adolescente, do qual o Sistema de Justiça é parte integrante, para que, a partir da identificação das instâncias de atendimento, os participantes pudessem melhor compreender a perspectiva intersetorial, interinstitucional e interdisciplinar que caracterizam o atendimento no

âmbito da infância e juventude, desafiando a disposição de novos mecanismos de solução de conflitos neste âmbito.

4. Premiações

Em 01 de outubro de 2021, na primeira edição do Prêmio Prioridade Absoluta, criada pelo CNJ e com o apoio da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco) e do Fundo das Nações Unidas para a Infância (Unicef), a Coordenadoria da Infância e Juventude alcançou o 1º Lugar com o 'Programa de Ações Integradas para o Fortalecimento do Sistema de Garantia e Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente' (PRAIF/SGD), na Execução das Medidas Socioeducativas em Meio Aberto (concorrendo no Eixo Infracional). Além de conquistar o 2º lugar com o Programa Familiarizar (no Eixo Protetivo), este com menção honrosa.



COORDENADORIA DA MULHER



Rosa Geane recebeu do Senado Diploma Bertha Lutz, dedicado a pessoas que contribuem para a defesa dos direitos da mulher

Rosa Geane Nascimento Santos cumpriu com as atribuições do setor, estabelecidas na norma instituidora Lei 7.183/2011, tendo, inclusive, sido homenageada com a Medalha do Bicentenário da Emancipação Política de Sergipe, pela Fundação de Cultura e Arte Aperipê (Funcap), e com o Diploma Bertha Lutz, pelo Plenário do Senado Federal.

A magistrada deu continuidade aos programas, projetos e convênios existentes e priorizou o fomento dos Programas Educação, Interior em Rede e Meu Alvo é a Paz, os quais foram selecionados para serem acompanhados pelo Comitê de Acompanhamento do Plano de Gestão (Caplag) e o Comitê Gestor de Planejamento Estratégico do TJSE.

As principais ações sobre Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher (VDFCM) direcionadas pela Coordenadoria da Mulher do TJSE foram:

1. Articulações para implementação da Casa da Mulher Brasileira de Sergipe

Desde o ano de 2019, como um dos objetivos do Programa Meu Alvo é a Paz, a Coordenadoria da Mulher vem articulando com o Conselho Nacional de Justiça, com

Nos exercícios de fevereiro 2021 a janeiro de 2023, por designação do Presidente do Tribunal de Justiça de Sergipe, Desembargador Edson Ulisses de Melo, a coordenação da Coordenadoria da Mulher em Situação de Violência Doméstica (Cevid) permaneceu sob a condução da Juíza Rosa Geane Nascimento Santos. Estando a composição do setor constituída por uma Juíza-Coordenad 1. Articulações para implementação da Casa da Mulher Brasileira de Sergipe ora, 1 Assistente Social, 1 Psicóloga, 1 Assessora Jurídica, 2 Técnicos Judiciários e 2 estagiários. Nessa gestão, a Juíza-Coordenadora

o Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos e da Secretaria Nacional de Políticas para as Mulheres do Governo Federal, com parlamentares sergipanos, com representantes dos Poderes Executivo, e Legislativo e com a rede de enfrentamento à violência doméstica e familiar contra para implementação da Casa da Mulher Brasileira de Sergipe. Tendo essas ações do TJSE integrado a Meta 9 do CNJ nos anos de 2020 e 2021.



Nos exercícios de 2021 a 2023, a Coordenadoria da Mulher permaneceu articulando com essas entidades, tendo obtido em reunião a informação da Senadora Maria do Carmo Alves sobre a nova destinação de R\$ 6 milhões em emendas parlamentares, da previsão orçamentária de 2021, para criação da Casa da Mulher Brasileira de Sergipe, haja vista as emendas anteriormente destinadas terem sido redirecionadas para políticas de enfrentamento à pandemia do Covid-19.



Em seguida, a Coordenadoria da Mulher interveio promovendo reuniões para acompanhamento dos requisitos exigidos para o cadastramento do Projeto da Casa da

Mulher Brasileira de Sergipe na Plataforma MaisBrasil, bem como para a adaptação da infraestrutura, da iluminação, do transporte urbano e da segurança do local designado para construção desse equipamento no Município de Aracaju.



Visita ao terreno onde será construída a Casa da Mulher Brasileira, em 17 de dezembro de 2021

Em 18 de outubro de 2021, o Presidente e a Juíza Coordenadora da Mulher do TJSE participaram como testemunhas da Assinatura do Contrato para construção da Casa da Mulher Brasileira de Sergipe firmado entre o Governo de Sergipe e a Caixa Econômica Federal. Em 17/12/21, a Coordenadoria da Mulher organizou uma visita técnica ao terreno onde será construído a Casa da Mulher Brasileira de Sergipe. Na ocasião, estiveram presentes o Presidente do Tribunal de Justiça de Sergipe, Desembargador Edson Ulisses de Melo, acompanhado da Juíza-Coordenadora da Mulher, Rosa Geane Nascimento e da Juíza Auxiliar Maria da Conceição Silva Santos, Dayse Araújo, Diretora Técnica de Arquitetura, Urbanismo e Engenharia do ProjetarSE, a Vice-Prefeita da Aracaju Katarina Feitosa e membros da Secretaria Estadual de Inclusão e de Assistência Social de Sergipe.

No exercício de 2022, a Coordenadoria da Mulher e o Presidente do TJSE promoveram, mensalmente, encontros para acompanhamento do Cronograma

de Execução do Projeto da Casa da Mulher Brasileira. O Presidente e a Juíza Coordenadora da Mulher do TJSE também participaram como testemunhas da Assinatura do Termo de Cooperação firmado entre a Secretaria de Estado da Inclusão e Assistência Social (Seias) e a Secretaria Estadual de Desenvolvimento e Urbanismo (Sedurb), a qual será a responsável pela licitação de obras e elaboração de projetos complementares de engenharia e fiscalização da construção da Casa da Mulher Brasileira em Sergipe.

2. Articulações com os Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário para cumprimento do artigo 35 da Lei Maria da Penha



Desde o ano de 2019, em decorrência do Programa Meu Alvo é a Paz, a Coordenadoria da Mulher vem articulando com representantes dos Poderes Legislativo e Executivo dos Municípios de Sergipe para efetivação dos preceitos contidos no artigo 35 da Lei Maria da Penha.

Nesses encontros são diagnosticados os serviços e equipamentos do artigo 35 da Lei Maria da Penha existentes em cada município, como também é ressaltada a importância na implementação dos inexistentes.

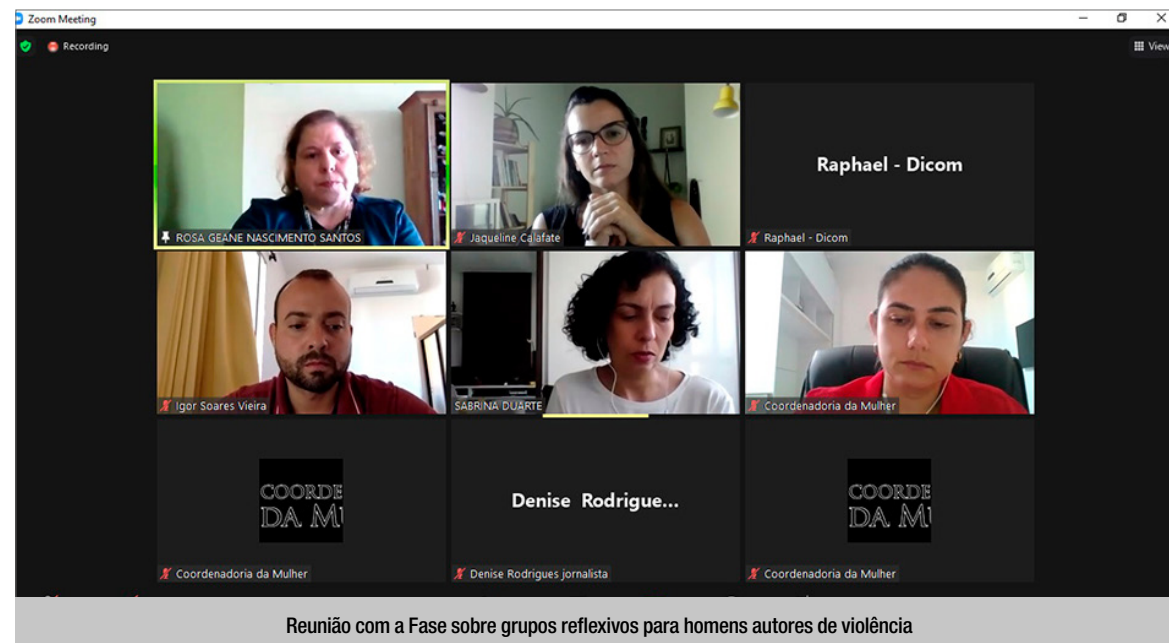
Nos exercícios de 2021 e 2022, foram realizadas reuniões com prefeitos, vereadores, secretários e magistrados dos Municípios de Nossa Senhora da Glória, Barra dos Coqueiros, Riachão, Carmópolis, Estância, Itabaiana, Propriá, Lagarto, Nossa Senhora do Socorro, São Cristóvão, Carira, Malhador, Moita Bonita, Canindé, Muribeca, Aracaju, Neópolis, Santana do São Francisco e Japoatã.

3. Fóruns da Rede Estadual de Prevenção, Enfrentamento e Combate à Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher



No ano de 2019, como objetivo do Programa Meu Alvo é a Paz, foi lançado pela Coordenadoria da Mulher o 'Fórum Estadual da Rede de Enfrentamento e Prevenção à Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher'. O objetivo foi aproximar essas entidades em busca da troca de experiências e melhorias na atuação desse delito no Estado de Sergipe. Nos exercícios de 2021 e 2022 foram realizados o V, VI, VII, VIII, IX Encontros do Fórum Estadual da Rede de Prevenção, Enfrentamento e Combate à Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher.

4. Ações de articulação para implementação da política de atendimento ao agressor de violência doméstica e familiar contra a mulher



A Lei Maria da Penha, em seu artigo 35, no inciso V, prevê a criação de Centros de Educação e Reabilitação de Agressores de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher. Assim, como premissa do Programa Meu Alvo é a Paz e em busca da institucionalização desses Centros para Sergipe, como também da criação de Grupos Reflexivos para Autores de VDFCM, a Cevid direcionou suas ações para promoção dessa política.

Nesse sentido, mantém o convênio com a Faculdade Estácio (Fase), que realiza Grupos Reflexivos para autores de processos encaminhados pelo Juizado de VDFCM de Aracaju. Participou do projeto de criação dos Grupos Reflexivos para agressores de VDFCM a Central Integrada de Alternativas Penais (CIAP), em Nossa Senhora do Socorro (SE).

A Cevid ainda vem articulando com a Secretaria Municipal da Assistência Social e da Família de Aracaju (Semfas) para implementação da proposta de criação do Centro de Educação e Reabilitação do Agressor de VDFCM no Município de Aracaju, tendo a Presidência do TJSE disponibilizado espaço para esse equipamento no Arquivo Judiciário.

Com o advento da Recomendação nº 116/2021-CNJ, que recomendou a magistrados (as), ao deferirem medidas protetivas de urgência, que encaminhem a decisão aos órgãos do Município (Creas e órgão gestor), para o necessário acompanhamento e suporte à vítima e ao agressor, a Coordenadoria da Mulher orientou operadores do direito sobre a importância do encaminhamento não apenas da vítima, mas também do agressor aos órgãos municipais de assistência.

No ano de 2022, a Juíza-Coordenadora e a Equipe Multidisciplinar da Coordenadoria participaram do Curso 'Formação para Gestão, Multiplicação e Facilitação de Grupos Reflexivos de Homens Autores de Violência', promovido pelo Colégio de Coordenadores da Mulher em Situação de Violência Doméstica e Familiar do Poder Judiciário Brasileiro.

5. Cursos para magistrados e servidores do TJSE e capacitações para rede de enfrentamento à violência doméstica e familiar contra a mulher



Capacitação para Guardas Municipais

Nos exercícios de 2021 e 2022, a Coordenadoria da Mulher em parceria com a Ejuse, promoveu o curso 'Violência contra a mulher: aspectos e enfrentamento' para servidores; e os Cursos 'Violências invisíveis: nuances de violência doméstica' e 'Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher (aspectos práticos) – Julgamento com Perspectiva de Gênero e Formulário Nacional de Avaliação de Risco', para magistrados do TJSE. Já para a Rede de Enfrentamento à VDFCM foram realizadas a terceira e quarta capacitação de advogados da OAB/SE, para Assistência Judiciária às Vítimas de VDFCM como também a quarta e quinta capacitação para Guardas Municipais sobre a Patrulha Maria da Penha.

6. Ações destinadas à implementação municipal das Patrulhas Maria da Penha e à ampliação da Ronda Maria da Penha em Sergipe

Nos exercícios de 2021 e 2022, a Coordenadoria da Mulher ampliou as articulações destinadas à implementação das Patrulhas Maria da Penha Municipais, promovendo reuniões com gestores e comandantes das Guardas Municipais para estimular a criação desse equipamento em cada localidade. Nesses encontros, foi ressaltada a importância no acompanhamento das vítimas de VDFCM que gozam de medidas protetivas de urgência, bem como foi proposto pela Coordenadoria da Mulher a formalização de

convênio entre o TJSE e o Município para regulamentar os encaminhamentos dessas vítimas e para ofertar capacitação sobre gênero e VDFCM para os guardas municipais designados ao patrulhamento, como aconteceu com os Convênios da Patrulha Municipal de Aracaju e de Nossa Senhora do Socorro/SE. No que tange à Ronda Maria da Penha, a Coordenadoria da Mulher e a Presidência do TJSE estão em fase de articulação com o Comando da Polícia Militar para promoção de Convênio para implementação da Ronda Maria da Penha de Sergipe a fim de que esse serviço fosse disponibilizado em todo o Estado.

7. Semanas da Justiça pela Paz em Casa

Nos exercícios de 2021 e 2022, a Coordenadoria da Mulher ampliou as articulações destinadas à implementação das Patrulhas Maria da Penha Municipais, promovendo reuniões com gestores e comandantes das Guardas Municipais para estimular a criação desse equipamento em cada localidade. Nesses encontros, foi ressaltada a importância no acompanhamento das vítimas de VDFCM que gozam de medidas protetivas de urgência, bem



como foi proposto pela Coordenadoria da Mulher a formalização de convênio entre o TJSE e o Município para regulamentar os encaminhamentos dessas vítimas e para ofertar capacitação sobre gênero e VDFCM para os guardas municipais designados

ao patrulhamento, como aconteceu com os Convênios da Patrulha Municipal de Aracaju e de Nossa Senhora do Socorro/SE. No que tange à Ronda Maria da Penha, a Coordenadoria da Mulher e a Presidência do TJSE estão em fase de articulação com o Comando da Polícia Militar para promoção de Convênio para implementação da Ronda Maria da Penha de Sergipe a fim de que esse serviço fosse disponibilizado em todo o Estado.

8. Campanha Sinal Vermelho



A Campanha Sinal Vermelho contra a Violência Doméstica foi instituída, em 2020, pela Associação dos Magistrados Brasileiros (AMB) em parceria com o Conselho Nacional de Justiça (CNJ), tendo o TJSE fomentado ações para sua promoção desde o princípio. Nessa gestão, o TJSE confeccionou camisetas da campanha para magistrados (as) e a Coordenadoria da Mulher articulou com diversas entidades para apresentação da campanha e apresentação da proposta de formalização de Termo de Adesão para sua divulgação. Em decorrência disso, o TJSE promoveu solenidades para a assinatura de Termos de Adesão com a Ordem dos Advogados do Brasil/Seccional Sergipe (OAB/SE), Associação dos Notários e Registradores do Estado de Sergipe (Anoreg/SE), Governo do Estado de Sergipe, Prefeitura do Município de Aracaju, Assembleia Legislativa de Sergipe (Alese), Tribunal Regional



Eleitoral de Sergipe, Sindicato de Habitação de Sergipe (Secovi) e a Pastoral da Mulher da Paróquia São José. Na solenidade de assinatura da Campanha Sinal Vermelho, em 10 de agosto de 2022, estiveram presentes a Presidente da AMB, Renata Gil; a ativista, modelo e empresária, Luíza Brunet; e a rede de enfrentamento à VDFCM.



9. Práticas restaurativas nas escolas



O projeto-piloto foi iniciado no Colégio Estadual Professor João Costa, em Aracaju, em 29 de setembro de 2022

Nessa gestão, a Coordenadoria da Mulher articulou com a Secretaria de Estado da Educação (Seduc) para realização de parceria para implantação de práticas restaurativas nas escolas, tendo por objetivo implantar um projeto-piloto em algumas escolas, sensibilizando professores para o trabalho de Justiça Restaurativa nas escolas com o enfoque de combate à violência doméstica e familiar contra a mulher. Para tanto, foram iniciadas reuniões com a Diretora de Serviço de Projetos Escolares para os Direitos Humanos do Departamento de Apoio ao Sistema Educacional (Dase).

10. Comemoração dos 11 anos de criação da Coordenadoria da Mulher



Aniversário de 11 anos da Cevid durante Semana da Justiça pela Paz em Casa, em agosto de 2022

No mês de agosto de 2022, o Tribunal de Justiça de Sergipe promoveu solenidade alusiva aos 11 anos de existência da Coordenadoria da Mulher em Situação de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher. Na solenidade, foram realizadas homenagens ao Presidente do TJSE, às magistradas que atuaram como Coordenadoras, à rede de enfrentamento à VDFCM e aos servidores que compõe o setor, também foi realizada palestra ‘Prateleira do Amor: gênero e violência doméstica contra a mulher’, ministrada pela professora Valeska Zanello, do curso de Psicologia da UnB.

11. Portal da Coordenadoria da Mulher e movimentação processual

Nessa gestão, foi realizada uma atualização das informações do Portal da Coordenadoria da Mulher tendo sido inseridos matérias e novos contatos dos equipamentos da rede de enfrentamento à VFDFCM. Também foram movimentados na competência da Coordenadoria da Mulher, no Sistema Eletrônico de Informações (SEI), aproximadamente 500 processos administrativos.

DIRETORIA DE COMUNICAÇÃO



A rotina da Diretoria de Comunicação abrange inúmeras formas de trabalho: atendimento à imprensa, relacionamento com o público interno, alimentação da Agência de Notícias, produção de um programa de TV semanal, confecção de peças gráficas para os mais diversos setores, divulgação das ações e projetos do TJSE nas redes sociais, entre outras.

Projetos em destaque



1. Aplicativo para smartphones: disponibiliza informações relevantes sobre assuntos do Tribunal para os jurisdicionados; informa sobre o andamento processual, através de notificações; e elenca as principais notícias, projetos e ações do TJSE. O aplicativo ‘Justiça na Palma da Mão’ foi incluído no Portal de Boas Práticas do Poder Judiciário, pelo Plenário do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), e selecionado como finalista do Prêmio Inovare, concorrendo na Categoria CNJ – Inovação e Acesso à Justiça.

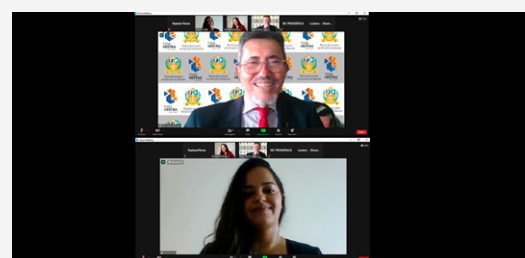


Pres. do TJSE e jornalista Ancelmo Gois com vencedores da primeira edição

2. Prêmio TJSE de Jornalismo: divulga as ações do TJSE para os veículos de comunicação, ampliando o espaço do Tribunal junto às redações e fazendo com que a sociedade conheça ainda mais as ações e trabalhos do Judiciário sergipano. Foram realizadas duas edições; sendo que a primeira delas contou com palestra de abertura do jornalista sergipano Ancelmo Gois, do Jornal O Globo. Ao final da gestão, foi lançado um livro com as matérias finalistas da primeira edição do prêmio.



Servidor da Dicom, Ronaldson Sousa, que é escritor e poeta, participou de diversas edições



A servidora Karine Oliveira Leite, da Comarca de Canindé de São Francisco, foi a primeira a inaugurar a ferramenta



Gravação no Palácio da Justiça, com o Pres. do TJSE



Juiz Roberto Alcântara apresentou o Fórum Gomersindo Bessa aos repórteres mirins



Uma das matérias foi produzida no Fórum do Marcos Freire, com a Juíza Maria Luíza Foz Mendonça

3. Quinta Juriscultural: abre o espaço do Memorial do Judiciário com um calendário planejado para exposição de atividades artísticas e culturais, inclusive de servidores e magistrados por meio de exposições de fotografias, pinturas, esculturas e artesanatos, saraus de poemas, leituras, músicas, folclore etc. Foram realizadas 17 edições no biênio 2021-2023.

4. Despache com o Presidente: possibilita que servidores e magistrados agendem contato direto com o Presidente do TJSE, através de um encontro por videoconferência. Ao longo da gestão, foram realizados mais de 40 encontros.

5. Programa Sergipe Justiça: exibido nas TVs Justiça (nacionalmente), Alese, Câmara e Aperipê. Ao longo do biênio, foram mais de 90 edições. Em outubro de 2022, com o término do trabalho remoto imposto pela pandemia da Covid-19, a Dicom exibiu a segunda edição do Sergipe Justiça Kids, um programa especial em homenagem ao Dia das Crianças. As matérias foram produzidas por filhos e netos de servidores e magistrados do Tribunal, bem como a apresentação do programa. O projeto possibilita uma maior interação com o público interno, que acaba conhecendo de perto o trabalho da Dicom; bem como leva informações do Judiciário com uma linguagem acessível ao público infantojuvenil.

RESUMO DA SEMANA

6. Resumo Semanal de Notícias: vídeo de 1 minuto com as principais notícias da semana do Poder Judiciário de Sergipe, com distribuição via WhatsApp e inserção no Instagram @tjseoficial.

7. TV Interna: promover a disseminação de informações sobre o Judiciário nos elevadores e salas de espera do Fóruns. Etapa 1 – implantação de TVs nos elevadores do Palácio da Justiça, com a transmissão do programa Sergipe Justiça e principais notícias da semana concluída na gestão.



8. Revista Judiciarium: produto com matérias e reportagens das principais ações do Judiciário sergipano. Atualmente apenas em formato eletrônico.

9. Outdoor interno: veiculação de artes gráficas para comunicação interna ostensiva, nas telas de computador de todo o Poder Judiciário.



10. Vivas Memórias: realização de entrevistas em vídeo com Magistrados ativos e, especialmente inativos, além de pessoas com reconhecida biografia de trabalhos relevantes em prol da Justiça em Sergipe, que compartilham suas vivências ao longo da carreira.

TJSE na mídia

Número de notícias publicadas sobre o TJSE nos diversos veículos de comunicação em Sergipe, incluindo TV, Rádio, Jornal Impresso e Web; segundo dados do sistema de clipagem eletrônica feito pela empresa Linear.

2021			2022		
Mês	Quantidade matérias e/ou citações ao TJSE publicadas	Custo caso fosse realizada publicidade paga (R\$)	Mês	Quantidade matérias e/ou citações ao TJSE publicadas	Custo caso fosse realizada publicidade paga (R\$)
Janeiro	70	235.716,00	Janeiro	95	319.865,00
Fevereiro	85	267.664,00	Fevereiro	90	303.030,00
Março	80	247.291,00	Março	101	340.067,00
Abril	60	230.607,00	Abril	72	242.424,00
Maio	80	198.662,00	Maio	88	296.296,00
Junho	50	198.123,00	Junho	99	333.333,00
Julho	115	430.849,00	Julho	105	353.535,00
Agosto	155	438.167,00	Agosto	206	693.602,00
Setembro	130	537.609,00	Setembro	154	518.618,00
Outubro	225	552.397,00	Outubro	241	811.447,00
Novembro	145	296.531,00	Novembro	x	x
Dezembro	200	570.221,00	Dezembro	x	x
TOTAL	1.395 (média mensal 116)	4.203.837,00	TOTAL	x	x

*valores não calculados por conta do prazo de fechamento do relatório

Vídeos institucionais

A Dicom produziu no biênio 2021-2023, 10 vídeos institucionais solicitados pelos mais diversos setores:

Meta 9 para a Coord. da Mulher

Clique aqui e acesse o vídeo

Aponte a câmera do celular no **QRCode** e veja o vídeo



11 anos do aniversário da Coord. da Mulher

Clique aqui e acesse o vídeo

Aponte a câmera do celular no **QRCode** e veja o vídeo



Conciliação para o Nupemec

Clique aqui e acesse o vídeo

Aponte a câmera do celular no **QRCode** e veja o vídeo



Projeto Escolas no Fórum para o Cejusc Aracaju

Clique aqui e acesse o vídeo

Aponte a câmera do celular no **QRCode** e veja o vídeo



Cordel do Idoso Esperto para o Cejusc Aracaju

Clique aqui e acesse o vídeo

Aponte a câmera do celular no **QRCode** e veja o vídeo



Projeto Familiarizar para Coord. da Infância e Juventude

Clique aqui e acesse o vídeo

Aponte a câmera do celular no **QRCode** e veja o vídeo



Entrega Legal para a Coord. da Infância e Juventude

Clique aqui e acesse o vídeo

Aponte a câmera do celular no **QRCode** e veja o vídeo



Lançamento do 'Conecte-SE: salas de participação digital'

Clique aqui e acesse o vídeo

Aponte a câmera do celular no **QRCode** e veja o vídeo



XIV Encontro Anual do Planejamento Estratégico

Clique aqui e acesse o vídeo

Aponte a câmera do celular no **QRCode** e veja o vídeo



10 anos da Divisão de Avaliação Doc. do Arquivo Judiciário.

Clique aqui e acesse o vídeo

Aponte a câmera do celular no **QRCode** e veja o vídeo



		2020	2021	2022 (até out)
Quantidade de seguidores	Instagram	14.000	18.200	21.800
	Facebook	8.698	9.233	9.100
	Twitter	1.375	1.509	1.615
	Youtube	1.700	2.910	3.500
	Total	25.773	31.852	36.015 crescimento de 23,58%

CONSULTORIA-GERAL



A Consultoria-Geral é órgão vinculado à Presidência do Tribunal de Justiça e tem suas atribuições definidas na Portaria Normativa 77/2018 (artigos 13 a 17-A). O referido setor é órgão de consultoria jurídica da Presidência, competindo assessorar o Presidente nos despachos e decisões judiciais e nas matérias relacionadas aos atos administrativos, licitações e contratos. Subdivide-se em: Consultoria de Processos Judiciais; Consultoria de Processos Administrativos; Consultoria de Licitações e Contratos; e Setor de Acompanhamento de Gestão.

Projetos e ações

1. Iniciados

- a) Publicação da jurisprudência administrativa das decisões do Tribunal Pleno;
- b) Elaborar e aprovar instrumento normativo que estabelece as atribuições e regula o funcionamento do setor de acompanhamento de gestão;
- c) Formação continuada para servidores da Conlic, CONPJ, Conger e Setacog;
- d) Atualização legislativa interna sobre procedimentos licitatórios;
- e) Gestão de demandas repetitivas;
- f) Gestão de demandas dos grandes litigantes.

2. Concluídos

- a) Publicação da jurisprudência administrativa das decisões do Tribunal Pleno;
- b) Elaborar e aprovar instrumento normativo que estabelece as atribuições e regula o funcionamento do setor de acompanhamento de gestão;
- c) Formação continuada para servidores da Conlic, CONPJ, Conger e Setacog;
- d) Atualização legislativa interna sobre procedimentos licitatórios;
- e) Gestão de demandas repetitivas;
- f) Gestão de demandas dos grandes litigantes.

Resultados

A publicação da jurisprudência administrativa das decisões do Pleno possibilita aos servidores, advogados e ao público em geral tomar conhecimento das decisões em processos administrativos, a fim orientar e subsidiar seus pleitos.

O Setor de Acompanhamento de Gestão (Setacog) não dispunha de uma regulamentação da sua vinculação e atribuições. A Portaria Normativa nº 21/2021, modificou o Regimento Interno (Portaria Normativa 77/2018) e regulamentou as atribuições do Setacog, permitindo a este órgão auxiliar e subsidiar a Consultoria-Geral no acompanhamento e fiscalização de contratos administrativos das empresas terceirizadas.

A formação continuada de servidores da Conlic, possibilita ao órgão prestar assessoria especializada e qualificada ao TJSE nas Licitações e Contratos. Servidores da Consultoria-Geral, da Conlic e da Setacog participaram de vários cursos envolvendo, inclusive, a nova lei de licitações.

Os servidores da Consultoria de Licitações e Contratos participaram dos seguintes cursos, treinamentos e palestras visando sua capacitação:

- 1º Encontro sobre as Obras Públicas na Nova Lei de Licitações e Contratos, realizado no período de 29 e 30 de março de 2021, modalidade on-line, participando os servidores Andréa Tavares, Bruno Maciel e este consultor.

- Curso Nova Lei de Licitações, realizado entre os dias 14 de maio a 18 de junho de 2021 pela Ejuse, modalidade on-line, ministrado pelo Prof. Felipe Dalenogare, no qual todos os servidores então lotados participaram;

- Curso Elaboração do Estudo Técnico Preliminar e Projeto Básico para Serviços e Obras de Engenharia Segundo a Nova Lei de Licitações 14.133/2021, incluindo o Uso de BIM, realizado entre os dias 19 a 22 de julho 2021, participando a servidora Diana Bezerra Marques, além de servidores de outros setores.

- Curso Nova Lei de Licitações e Contratos Administrativos, realizado no período de 14 de setembro a 04 de outubro de 2021 pela Ejuse, modalidade on-line, ministrado pelos professores Matheus Carvalho e Paulo Germano Rocha, no qual todos os servidores então lotados participaram;

- 2º Seminário Nacional Processo Administrativo Disciplinar, realizado no período de 25 a 27 de abril do corrente

ano, na cidade de Curitiba (PR), tendo participado a servidora Diana Bezerra Marques, além de servidor de outro setor.

Com o advento da nova Lei de Licitações (Lei 14.133/2021), é imperioso adequar as normas internas sobre licitações à nova lei e a legislação dela decorrente. Dois regulamentos já foram elaborados pela CONLIC, acerca dos procedimentos de apuração de infrações de licitantes e contratados (substituindo as Instruções Normativas nº 02/2012 e 04/2018), bem como o que regulamenta o art. 20 da Lei nº 14.133/21 – compra de artigos de luxo.

Ainda em progresso parcial, dependendo da implementação da regulamentação estadual e federal tem uma nova regulamentação do pregão no TJ e uma instrução em substituição à IN 01/2012.

As decisões sobre as demandas repetitivas são identificadas pela Conger e repassadas às unidades do Tribunal, no sentido de criar a cultura dos precedentes e possibilitar uma prestação jurisdicional mais rápida e eficiente.

A identificação e publicação no site do Tribunal de Justiça dos maiores litigantes do Estado permite às unidades definirem estratégias para a solução rápida dos conflitos, como por exemplo, as semanas de conciliação, promovidas pelo Nupemec.

Informações complementares

A Consultoria de Processos Judiciais é subordinada à Consultoria-Geral e tem como atribuição desempenhar a atividade de assessoramento e consultoria em todos os processos judiciais que são submetidos à análise do Presidente, especialmente os Recursos e Ações dirigidas ao Superior Tribunal de Justiça e ao Supremo Tribunal Federal, conforme previsto no Art. 15 da Portaria normativa GP1 nº 77/2018. Também é responsável pelo envio dos Recursos Especial e Extraordinário deste Tribunal aos Tribunais Superiores, através do setor de digitalização.

A título exemplificativo, a Conger e a CONPJ movimentaram, conjuntamente entre o período de 2021 até outubro de 2022, mais de 8.200 processos, entre despachos, decisões e decisões colegiadas. Ainda foram finalizados vários processos após julgamento pelos Tribunais Superiores, a exemplo de processos relacionados aos Temas 444, 566 a 571, 805, 970, 907 do STJ e 810 do STF. Também nesse período foram remetidos aos Tribunais Superiores mais de 4.500 processos.

A Consultoria de Processos Administrativos (Conpa), também é um setor subordinado à Consultoria-Geral e realiza atividade de interesse direto da Administração, especialmente na realização de consultas e pareceres acerca de demandas envolvendo normas administrativas do Tribunal de Justiça do Estado de Sergipe.

Diante de suas atribuições específicas, ao longo do biênio em questão, foram autuados e/ou processados no âmbito da Conpa diversos procedimentos administrativos, envolvendo os seguintes temas: abono de permanência, aposentadoria, abono de ponto, adicional de insalubridade, adicional de qualificação, gratificação de acervo, dentre outros temas.

O Setor de Acompanhamento de Gestão (Setacog) foi criado em 2019, através da Lei Estadual 8.610 de 22 de novembro de 2019, para realizar atividades de apoio técnico aos Gestores Contratuais deste Tribunal.

Ações realizadas pelo Setacog:

a) Controle dos Processos de Contratação de Serviços de Engenharia Civil e Arquitetura;

b) Orientações Gerais para os Gestores de Contratos;

c) Implementação de nova possibilidade de liberação dos valores bloqueados em conta vinculada; com a liberação da monta inicial de R\$ 129.221,50 alegando-se somente a prescrição das obrigações laborais, bem como, a disseminação de diversos pedidos de liberação com base nesse novo marco administrativo;

d) Revisão de normativos;

e) Controle das atividades realizadas na unidade; nota-se o desenlace das lides administrativas que perduravam desde 2019 relativas às mencionadas repactuações. Pelos trabalhos desenvolvidos já se pacificaram repactuações na monta de R\$ 2.730.670,83 até outubro de 2022.

MEMORIAL DO PODER JUDICIÁRIO

No início da gestão, em 2021, o Memorial do Poder Judiciário de Sergipe (Mepojud) continuou a repensar o modo de suas relações, diante da continuidade da Covid-19, enquanto instituição, reformulando suas atividades de pesquisa e de disseminação da memória e da história, mantendo o diálogo social, através da tecnologia como aliada.

Em 2022, objetivando preservar e difundir o patrimônio material e imaterial, bem como a memória e a história do TJSE e a cultura sergipana, o trinômio guarda, pesquisa e comunicação foi desenvolvido através de ações e de projetos, destacando a inclusão das pessoas com deficiência, o conhecimento da história de Sergipe e suas personalidades, além da cultura popular de Sergipe, através da música, literatura e arte.

A gestão 2021-2023 mostrou ter cumprido os objetivos dessa instituição de memória, ao pesquisar, reunir, expor e manter sob sua guarda documentos textuais e iconográficos, relacionados com a memória e a cultura do Estado de Sergipe, com ênfase na história de nosso Poder Judiciário, além de promover a socialização e os princípios da cidadania.



Portal da Memória

O Portal da Memória foi lançado no site do TJSE em agosto de 2021. Constituído pelos acervos do Arquivo do Judiciário, da Biblioteca e do Memorial do Poder Judiciário, esse patrimônio arquivístico, bibliográfico, museológico, histórico e cultural está disponibilizado ao público para conhecimento e pesquisa em ambiente virtual com base na Resolução 324/2020 do Conselho Nacional de Justiça (CNJ). O objetivo foi tornar mais acessível e difundido o patrimônio cultural e promover maior interação da sociedade com a memória e com a história do Judiciário de Sergipe.

Exposição de Sílvia Romero no Rio de Janeiro



O Memorial do Poder Judiciário sergipano esteve presente no Museu da Justiça – Centro Cultural do Poder Judiciário do Rio de Janeiro, através da Exposição 'Filho da Natureza, criado ao sol – 170 anos de Sílvia Romero', de curadoria da Diretora do Mepojud. O Presidente do TJSE, Desembargador Edson Ulisses de Melo, esteve presente na inauguração, no dia 11 de outubro de 2022. O evento contou com a presença de familiares do homenageado, como as netas Carmen Porto Romero e Selma Romero Malheiro; e a bisneta Fernanda Romero de Moraes. A exposição apresentou recortes da vida de Sílvia Romero, através de peças de acervo e obras produzidas por artistas ao longo dos séculos XX e XXI. Sílvia Vasconcelos da Silveira Ramos Romero nasceu em Lagarto (SE), no dia 21 de abril de 1851.

Durante sua estada no Rio de Janeiro, cursou o Colégio Atheneu Fluminense, de 1863 a 1867 e, anos depois, foi nomeado juiz municipal de Órfãos na cidade de Paraty, no Sul do Estado. Em 1880, foi aprovado em concurso para a cadeira de Filosofia do Internato do Colégio Pedro II. Foi ainda relator da Comissão dos 21, do Código Civil e participou, em 1897, da fundação da Academia Brasileira de Letras, ocupando a Cadeira nº 17. Faleceu no Rio de Janeiro, em 18 de junho de 1914.

Quinta Juriscultural



Em 29 de julho de 2021, aconteceu a 1ª edição do Projeto Quinta Juriscultural, desenvolvido pela Diretoria de Comunicação do TJSE, com apoio do Memorial do Judiciário. O evento on-line foi transmitido no canal TJSE Eventos, no YouTube, com a Exposição 'Fragmentos da Cidade', do artista plástico Adauto Machado, que destacou locais de Aracaju, retratando principalmente pontos históricos. Após, o grupo de chorinho Brasileiríssimo apresentou parte do repertório, que foi gravado no Memorial do Judiciário, intercalado à entrevista de Adauto e à leitura de poemas de Hunald de Alencar, recitada pelo servidor do TJSE Ronaldson Sousa.

A 2ª edição, em 26 de agosto de 2021, teve como tema 'Xocó ontem e hoje: saberes ancestrais e de resistência', que brindou o público presente, além de ter sido transmitido pelo Instagram oficial do Poder Judiciário (@tjseoficial) e do Memorial do Poder Judiciário do Estado de Sergipe (@mpjse). Com curadoria de Maria do Carmo Déda Chagas e de Sayonara Viana, Diretora do Memorial, foram expostas cerâmicas Xocó, esculturas, objetos etnográficos, fotografias. Os Xocós ocuparam a Caiçara e a Ilha de São Pedro, no município de Porto da Folha, a partir do século XIX. Na ocasião, também foi



Segunda edição homenageou povo Xocó, do qual o Pres. do TJSE, Des. Edson Ulisses, é descendente

lançado o livro 'O Espadachim do Sertão: os segredos de ouricuri', escrito por Suênio Waltemberg, além da palestra 'Breve Histórico de Lutas Socioambientais do Povo Xocó de Sergipe' ministrada pela professora Michele Amorim Becker.

A 3ª edição, em 30 de setembro de 2021, trouxe a abertura da exposição 'Filho da Natureza, criado ao Sol – 170 anos de Sílvio Romero', com inauguração do busto do homenageado, lançamento do hotsite e videodocumentário sobre a vida e obra de Sílvio Romero, além da apresentação do Reisado Baile Estrela de Dona Bizu, do município de Japaratuba (SE). O evento foi presencial respeitando e obedecendo aos protocolos sanitários, além da transmissão ao vivo pelo Instagram oficial do Poder Judiciário (@tjseoficial) e o do Memorial do Poder Judiciário do Estado de Sergipe (@mpjse).



Ator Luca Piñeyro interpretou o poeta Arthur Fortes

Em 28 de outubro de 2021, a 4ª edição do Projeto Quinta Juriscultural trouxe como tema 'Arthur Fortes: 140 anos do poeta da rosa vermelha'. O evento contou com declamação de poemas do homenageado, performance artística de Luca Piñeyro e apresentação musical de Miguel Bruno.

Em 25 de novembro de 2021, a 5ª edição homenageou poeta e dramaturgo Hunald de Alencar. 'A solidão das palavras' foi o tema da homenagem. Na ocasião, também aconteceu um sarau com declamação de poemas do homenageado, apresentação musical de Torquato e intervenção artística de Eli Bacellar.



O memorialista Murilo Melins foi um dos agraciados com a Medalha Armindo Guaraná

Ainda em 2021, no dia 16 de dezembro, a 6ª edição da Quinta Juriscultural foi realizada no Auditório José Rollemberg Leite, no Palácio da Justiça Tobias Barreto. A edição foi especial, com uma Sessão Solene destinada

à Outorga da Medalha Armindo Guaraná. O evento foi transmitido pelo canal TJSE Eventos, no YouTube, onde ficou gravado. A Medalha Armindo Guaraná foi instituída pelo TJSE através da Portaria Normativa 71/2021. A medida considerou o compromisso das instituições com a história e com a preservação da memória daqueles que dedicaram suas produções intelectuais à sociedade.

Em 24 de fevereiro de 2022 foi realizada a 7ª edição, com um minicurso com pesquisadores que falaram sobre o patrimônio e bens culturais, música, religiosidade e festas da quarta cidade mais antiga do Brasil, São Cristóvão. Na programação foi dada continuidade ao Projeto Editando Fontes Históricas, com o tema 'São Cristóvão, 432 anos: relicário da arte, da fé e da história'. A palestra 'A patrimonialização da cidade de São Cristóvão e seus bens culturais' foi ministrada por Flávia Klausing, doutora em Museologia e chefe do Escritório Técnico do IPHAN em São Cristóvão. Em seguida, a Profa. Dra. Thais Maciel falou sobre 'Recortes sobre música em São Cristóvão entre os anos de 1820 e 1889'. Por fim, o Prof. Dr. Claudefranklin Santos ministrou a palestra 'Na terra da fé de Sergipe, a alegria do Carnaval'.

No dia 31 de março de 2022, foi aberta no Memorial do Judiciário a exposição 'São Cristóvão - 432 anos: relicário da arte, da fé e da história'. Na mesma ocasião, houve a posse dos novos membros da Confraria Sancristovense de História e Memória. O foco da 8ª edição da Quinta Juriscultural foi a cidade-mãe de Sergipe, São Cristóvão, que completou 432 anos. A exposição contou com obras dos artistas plásticos Vesta Viana, Nivaldo Oliveira, Mestre Passos, Gladston Barroso, Mestre Jorge, Jeancarlo, Pinto Santeiro, Felizola, Jorge Luiz Barros, Luiz Mangueira, Luiz Carlos Santos, Pedro Silva, Adauto Machado, Ricardo Lins e Lucas Roniery. Fotos de Francisco Moreira da Costa, Mozart Daltro, Seiji Hiratsuka e Raphael Faria. Artesanato de Álvaro Lima, Maria de Lurdes, Maria Anair (Tatá), Carmen Verônica, Lizete, Núbia, Ana Alice e Neide Quitéria Silva. Tapete de Corpus Christi produzido por Vânia Dias Correia e apresentações de Mateus Santana e Grupo Caceteira. Além da celebração dos 432 anos de São Cristóvão, comemorou-se os 50 anos do Festival de Arte e Cultura da cidade, o Fasc, e o centenário do poeta sancristovense Manoel Ferreira.

A 9ª edição foi realizada em 28 de abril de 2022, com o tema 'Caminhos do Choro'. Foi ministrada palestra do radialista Sérgio Thadeu Poderoso Cruz e apresentação do conjunto Choro em Movimento.



Tapete devocional utilizado durante a celebração do Corpus Christi e imagem de roca de Nossa Senhora da Vitória

A 11ª edição foi inserida no II Encontro Nacional do Conselho de Presidentes de Tribunais de Justiça (Consepre). No dia 14 de junho, na abertura do evento, houve apresentação do Barco de Fogo, guerra de espadas e Batucada Busca-pé, manifestações tradicionais dos festejos juninos do município de Estância (SE).

Findando o mês de maio de 2022, a 10ª edição do Quinta Juriscultural teve como tema os "200 anos da Independência de Sergipe", com lançamento do livro 'Clio Digital: Memórias e Histórias de Sergipe – 200 anos da independência de Sergipe', volume 01, organizado pelo Prof. Dr. Antonio Lindvaldo Sousa, do Departamento de História da Universidade Federal de Sergipe (UFS). Ainda houve apresentação do grupo folclórico Samba de Pareia da Mussuca (Laranjeiras/SE).

Em 28 de julho de 2022, comemorou-se o primeiro ano do Projeto Quinta Juriscultural. A 12ª edição lançou dois livros de escritores sergipanos: 'Aracaju – Costumes e festas Populares de 1950-1960', de Alberto Barreto; e 'Apneia Poesia', da escritora e poeta Vera Vilar. Durante o evento, além da noite de autógrafos, também foi exibido um vídeo institucional feito pela equipe da Diretoria de Comunicação do TJSE, mostrando uma retrospectiva de todas as edições, além da apresentação musical de Gilmar Silva, acompanhado do músico João Guilherme.

A 13ª edição da Quinta Juriscultural trouxe o tema 'Cultura Agosto de Todos', dando continuidade à interlocução do Poder Judiciário sergipano com a sociedade, com a cultura e com as artes. No dia 26 de agosto de 2022 houve o lançamento do livro 'Terra Nua', do escritor, poeta e compositor Julimar Andrade Vieira e foi aberta a exposição 'Inocentes no Paraíso', do artista plástico Jorge Luiz Barros, a qual retrata brinquedos populares. Sendo agosto o mês que se comemora o Folclore, a edição foi encerrada com a apresentação do grupo folclórico Chegança de São Cristóvão.

A 13ª edição da Quinta Juriscultural trouxe o tema 'Cultura Agosto de Todos', dando continuidade à interlocução do Poder Judiciário sergipano com a sociedade, com a cultura e com as artes. No dia 26 de agosto de 2022 houve o lançamento do livro 'Terra Nua', do escritor, poeta e compositor Julimar Andrade Vieira e foi aberta a exposição 'Inocentes no Paraíso', do artista plástico Jorge Luiz Barros, a qual retrata brinquedos populares. Sendo agosto o mês que se comemora o Folclore, a edição foi encerrada com a apresentação do grupo folclórico Chegança de São Cristóvão.



Apresentação das irmãs Maria Alice, professora de dança para pessoas com deficiência; e Renata Raissa

Já a 14ª edição do projeto, em 29 de setembro de 2022, teve como tema 'Arte e Acessibilidade', com exposição de fotografias da Galera do Clic; lançamento do Livro 'Das trilhas às trilhas', do escritor Geraldo Feitosa da Silva; lançamento do portal 'Acervo afetivo virtual', com palestra sobre o artista plástico deficiente auditivo José Lima; apresentação de dança das irmãs Renata Raissa e Alice Araújo; além de palestra motivacional com Camila Feitosa.

A 15ª edição da Quinta Juriscultural, realizada no dia 27 de outubro de 2022, destacou a sergipanidade. Na ocasião, foram expostas obras do artista plástico Zé Fernandes; houve lançamento do livro 'Código do Processo Civil do Estado de Sergipe', de Alisson Aragão; declamação de poesias de Ronaldson Sousa e apresentação do cantor Sergival, que completou 37 anos dedicados ao forró. Celebrado em 24 de outubro, o Dia da Sergipanidade foi oficialmente instituído em 2019, quando foi promulgada a Lei Estadual 8.601, de autoria do Deputado Luciano Bispo, estimulando a realização de atividades artísticas e culturais que exaltem o sentimento da sergipanidade.



Sergival se apresentou na edição comemorativa ao Dia da Sergipanidade



Natal do Judiciário

O tão esperado Natal no Memorial do Tribunal de Justiça de Sergipe, em 2021, teve a exibição de um vídeo sobre os 129 anos do Tribunal de Justiça de Sergipe. Na ocasião, foi lançado o Selo Comemorativo dos 130 anos do TJSE. Após, houve a apresentação da Orquestra Sinfônica de Sergipe, sob regência do maestro Guilherme Mannis, a apresentação foi gravada no Teatro Tobias Barreto e projetada na fachada do prédio centenário. O clima natalino ficou ainda mais especial com a iluminação da Praça Olímpio Campos.

A edição de 2022 teve como tema 'Natal no Parque', com o propósito de galardoar a Praça Teófilo Dantas, na qual durante muitos anos foi comemorado o Natal de Aracaju; fazendo parte da memória dos sergipanos, destacando-se o Carrossel do Tobias, um marco na história sociocultural de Sergipe. Além da participação Grupo Vocal Vivace, formado por 25 cantores e três solistas e acompanhamento instrumental especialmente selecionados, sob a direção do Maestro Antônio Sérgio Teles das Chagas.

ANIVERSÁRIO DO TJSE

Encerrando o ano de 2021, a Palestra 'Tribunal de Justiça de Sergipe: trajetória histórica da instituição' proferida por José Anderson Nascimento, Juiz de Direito aposentado e Presidente da Academia Sergipana de Letras, destacando o Tribunal de Relação de Sergipe, criado pela Constituição Estadual de 18 de maio de 1892 e foi instalado em 29 de dezembro do mesmo ano. O evento marca os 129 anos da instituição e foi transmitido pelo canal TJSE Eventos, no YouTube, onde ficou gravado.



Capa do livro comemorativo aos 130 anos do Poder Judiciário de Sergipe

Em dezembro de 2022, foi lançada a publicação comemorativa dos 130 anos do TJSE, intitulada 'Memória, Justiça e Cidadania: 130 anos do Tribunal de Justiça de Sergipe'. O objetivo foi estimular a construção da Memória Institucional através de ações e iniciativas com foco na própria história do Tribunal, como também a história de suas unidades autônomas, personalidades,

decisões, intercâmbio e interlocução com instituições protetoras do Patrimônio Histórico e Cultural. A publicação tem como organizadores José Anderson Nascimento, Presidente da Academia Sergipana de Letras, e Sayonara Rodrigues Viana, Diretora do Memorial do Poder Judiciário. Cabe destacar que foi estabelecida pela Comissão de Gestão da Memória a criação de uma Comissão Consultiva formada por membros da Academia de Letras Jurídicas, da Academia Sergipana de Letras, da Academia Sergipana de Educação e um integrante da Comissão de Gestão da Memória.



Busto é localizado na entrada do auditório do Tribunal Pleno, no Palácio da Justiça

Busto em homenagem a Tobias Barreto

A inauguração do busto em homenagem ao ilustre sergipano Tobias Barreto de Menezes, doado pelo Instituto Banese, deu-se no mês de junho de 2021, além da doação de um quadro do jurista do acervo pessoal do Secretário de Cultura de Tobias Barreto, assinado pelo artista plástico Silvano Corrêa. O evento ainda contou com a palestra 'Tobias Barreto de Menezes e a Cultura Brasileira', ministrada pelo escritor Jorge Carvalho do Nascimento. Transmitido ao vivo pelo

canal TJSE Eventos, no YouTube. A tataraneta de Tobias Barreto, Laiz Barreto de Menezes Brito Rocha, participou da solenidade, por meio de videoconferência, destacando a admiração que seu avô tinha por Tobias Barreto, transmitindo para toda família o legado de ensinamento, educação, cultura, música, arte de pensar, poesia, formação cívica e a importância que o conhecimento tem na vida das pessoas. Por fim, Laiz citou emocionada uma frase do próprio Tobias Barreto para agradecer a realização do evento: "a gratidão é a virtude da posteridade".

Homenagem a Gumersindo Bessa

O TJSE, dando continuidade as suas homenagens aos ilustres sergipanos, através do canal TJSE Eventos, no YouTube, contemplou a população com a palestra 'Vida e obra de Gumersindo Bessa', ministrada por José Lima Santana, advogado, professor do curso de Direito da UFS e membro da

Academia Sergipana de Letras, em setembro de 2021, encerrando a palestra com uma mensagem: "temos que crescer à sombra da lei e da Constituição, razão de todo ordenamento jurídico, como defendia Gumersindo Bessa".

Dia da Memória

Em maio de 2021, em comemoração ao Dia da Memória do Poder Judiciário, o Mepojud realizou palestra sobre 'Dia da Memória e Gestão de Memória do Poder Judiciário: as Resoluções CNJ 316/2020 e 324/2020', transmitida pelo canal TJSE Eventos, no YouTube, ministrada pelo Juiz de Direito Carlos Alexandre Böttcher, do Tribunal de Justiça de São Paulo (TJSP) e membro do Comitê do Programa Nacional de Gestão Documental e Memória do Poder Judiciário (Proname), do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), na qual destacou a instituição do Dia da Memória do Poder Judiciário – 10 de maio, bem como as diretrizes e as normas de Gestão de Memória e de Gestão Documental.

Semana dos Museus

A 19ª Semana Nacional dos Museus aconteceu, no dia 20 de maio de 2021, refletindo sobre 'O futuro dos museus: recuperar e reimaginar'. O Memojud expressou o tema lançado pelo IBRAM, através de uma mesa

redonda virtual sobre 'Acervo como fonte e objeto de pesquisa: recuperar e reimaginar', com a participação da professora Verônica Nunes, Sayonara Viana e professora Priscila Maria de Jesus. Encerrando o mês de maio, o Mepojud registrou sua participação na palestra '150 anos de nascimento de Heitor de Sousa', transmitida no canal TJSE Eventos, no YouTube e ministrada pelo Presidente da Academia Sergipana de Letras, Anderson Nascimento, por meio da pesquisa biográfica e na composição da mesa, através de sua Diretora.

Já no dia 18 de maio de 2022, o Memorial também participou da 20ª Semana Nacional do Museu, com o tema 'O Poder dos Museus e a Acessibilidade'. A palestra foi ministrada pela Professora Doutora Cristina de Almeida Valença, do curso de Museologia da Universidade Federal de Sergipe (UFS), que destacou a importância da educação e da inclusão nos museus. Ela ainda ressaltou o projeto desenvolvido pelo Memorial em parceria com a UFS, em que alunos da turma Educação e Acessibilidade nos Museus participaram de aulas práticas e conheceram o acervo do Projeto Memorial de perto.

Primavera dos Museus

Em setembro de 2021, o tema da Primavera dos Museus foi 'Museus: perdas e recomeços', uma reflexão sobre a função dos museus diante da pandemia da Covid-19. O Mepojud, de forma híbrida, contou com a palestra 'Patrimônio Indígena', proferida pela Professora do Curso de Museologia da Universidade Federal de Sergipe (UFS), Verônica Nunes. Os acadêmicos presentes no Mepojud visitaram a mostra 'Xocó ontem e hoje: saberes ancestrais e de resistência', além de assistirem a um documentário produzido pela Diretoria de Comunicação do TJSE que retrata a vida e a história do Povo Xocó.

Em setembro de 2022, continuando com o Projeto Editando Fontes Históricas e integrando à programação da 16ª Primavera dos Museus, no dia 23, foi ministrada a Oficina de Paleografia 'Editando Fontes Históricas', no Memorial do Judiciário, com a Professora Doutora Renata Ferreira Costa. O tema da edição foi 'Independências e museus: outros 200, outras histórias', com o objetivo de renovar os olhares sobre o fato histórico da Independência do Brasil em seu Bicentenário, sob a ótica da liberdade de pensamento, da inclusão, da pluralidade de experiências e de interpretações.



Atual Diretora do Memorial, Sayonara Viana, e ex-diretora, Ana Medina

Lançamento do livro de Ana Medina

A escritora e pesquisadora Ana Maria Fonseca Medina lançou, no dia 02 de junho de 2022, no Memorial do Judiciário de Sergipe a obra 'Escritos outonais' com textos já publicados sobre diversos autores, crônicas e escritos inventivos. Na ocasião, o público contou com a apresentação musical e declamação de poemas.

Visitas

Comemoração ao Dia Nacional da Pessoa com Deficiência Visual, comemorado em 13 de dezembro, o Mepojud, através da visita de assistidos da Coordenadoria de Apoio Educacional à Pessoa com Deficiência Visual (Coepd) do Município de Aracaju. Cerca de 20

alunos visitaram o Mepojud e puderam conhecer a história do Judiciário, bem como as exposições, tudo facilitado com o uso da ferramenta de audiodescrição através do Projeto Memorial Por Perto.

Aniversário de Aracaju

Em 17 de março de 2022, quando se comemora o aniversário de Aracaju, o Mepojud foi incluído no roteiro da Caravana da História que promove momentos oportunos para que haja ampliação do conhecimento regional, desenvolvendo a sergipanidade. O objetivo é criar a memória histórica dos participantes, despertando o senso crítico, através da Educação Patrimonial, além de contribuir para o conhecimento de forma coletiva e estimulando a relação interpessoal dos grupos envolvidos. A comitiva composta por 35 pesquisadores, professores e alunos conheceu a Casa de Memória do Tribunal de Justiça de Sergipe.

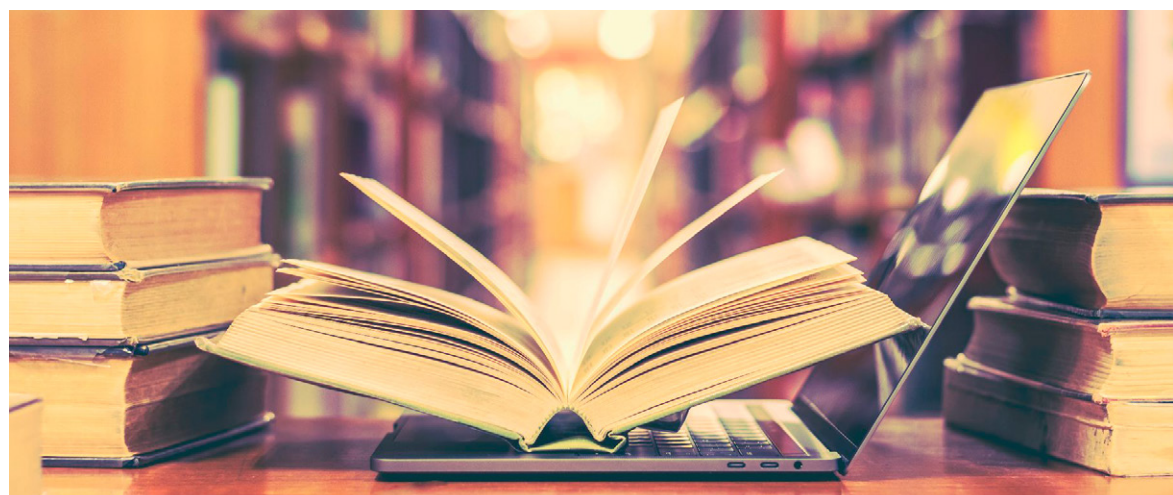
Encontro Nacional de Memória do Poder Judiciário

No período de 10 a 13 maio de 2022, na Escola Judicial do Tribunal de Justiça de Pernambuco (Esmape), em Recife, ocorreu o II Encontro Nacional de Memória do Poder Judiciário, com tema geral 'História, Memória e Patrimônios'. Do TJSE, participaram o Presidente, Desembargador Edson Ulisses de Melo; a Diretora do Arquivo Judiciário, Mônica Porto; e a Diretora do Memorial do Judiciário, Sayonara Viana, que apresentou, no dia 12 de maio, uma palestra intitulada 'Memorial do Poder Judiciário de Sergipe: caminhos da musealização e difusão'. Cabe destacar que o dia 10 de maio, comemora-se o Dia da Memória do Poder Judiciário.

Segunda Guerra Mundial

O 28º Batalhão de Caçadores, no dia 13 de agosto de 2022, realizou seminário e exposição 'Sergipe na 2ª Guerra Mundial'. O evento contou com a participação do Memorial do Judiciário, que disponibilizou materiais referentes ao tema. No dia 15 de agosto de 1942, três navios foram torpedeados na costa sergipana por um submarino alemão, o que fez o Brasil entrar na guerra. O piloto aéreo André Cabral, Vice-Presidente do Grupo Sergipano de Estudos da Força Expedicionária Brasileira (Grusef) fez uma pesquisa na qual 80% dos entrevistados disseram não saber sobre a participação de Sergipe na 2ª Guerra Mundial.

BIBLIOTECAS CENTRAL E SETORIAL



Obedecendo ao que dispõe a Instrução Normativa 02, de 03 de fevereiro de 2022, que trata do funcionamento da Divisão de Biblioteca do TJSE, em seu artigo 3º, parágrafo único, considerando ainda o que consta na Lei 8.912/2021, em seu artigo 2º, seguem as atividades desenvolvidas na Biblioteca Central Desembargador Gervásio Prata, localizada no Anexo II ao Palácio da Justiça; e Biblioteca Setorial Juiz Mário de Siqueira Pinto, no Fórum Gumersindo Bessa, durante o biênio de 2021-2023.

A Biblioteca Central Desembargador Gervásio Prata é especializada na área jurídica, tendo como objetivo principal oferecer subsídios aos nossos usuários

internos e externos nas suas pesquisas. Com aprovação da Lei 8.912/2021, em seu artigo 2º, passou a ser subordinada diretamente à Presidência do TJSE.

O acervo atual da biblioteca conta com 7.595 registros de títulos de obras, das quais 7.335 são livros e 260 títulos de periódicos, distribuídos em 14.963 volumes, constando um total geral de 22.298 volumes existentes na biblioteca.

Com a aquisição de novas obras, a renovação da Biblioteca Digital e a divulgação através da Dicom, foi constatado uma maior procura pelos atendimentos do setor; atingindo, dessa forma, o objetivo de oferecer

aos usuários condições eficientes em suas pesquisas, contando com um sistema de automação (BIB), que proporciona maior habilidade e precisão nas solicitações. Desta forma, mesmo com a pandemia da Covid-19, a biblioteca procurou, de maneira simples e dinâmica, atender às demandas dos usuários.

1. Acervo – Aquisição

Livros

Procurou-se, com o recebimento de doações e compras, priorizar a conservação e desenvolvimento do acervo, objetivando acompanhar as atualizações realizadas na área jurídica. As obras adquiridas no biênio 2021-2023, referentes a livros, foram compradas e recebidas através de doações de editoras, Tribunais, autores, particulares e instituições. O acervo atual da biblioteca conta com 7.335 livros.

Periódicos

Foi realizada a renovação da assinatura do Diário Oficial do Estado (DOE online), em 2021, no valor de R\$ 1.701,00; e, em 2022, no valor de R\$ 1.895,40; atendendo, assim, às solicitações dos usuários. As doações foram feitas pelos Tribunais Superiores, estaduais, editoras, instituições afins e particulares, que contribuíram para um bom atendimento. Atualmente a biblioteca conta em seu acervo com 260 títulos de periódicos, totalizando 14.963 volumes, cadastrados no sistema BIB 51.779 doutrinas de 137 títulos.

Descarte

Obedecendo ao que dispõe a Instrução Normativa 02/2022, em seu artigo 9º e incisos, foram descartados 124 livros e transferidos para o acervo da Biblioteca Setorial.

Biblioteca Digital

Assinatura anual (2021 e 2022) da Biblioteca Digital Proview IP, com a disponibilização da média de 1.200 obras da Editora Revista dos Tribunais, com acesso simultâneo de 400 usuários, liberadas no site do TJ para todos os servidores. O valor anual da assinatura, em 2021, foi de R\$ 79.016,88; e, em 2022, o valor foi de R\$ 87.348,15. Com a nova política de divulgação e a mudança de acesso para a página inicial do Tribunal de Justiça da Biblioteca Digital, verificou-se um maior número de usuários utilizando esta plataforma de livros eletrônicos.

Segue abaixo quadro demonstrativo das assinaturas, doações, compra de livros, periódicos recebidos no biênio 2021-2023:

MATERIAL	COMPRA	DOAÇÃO	TOTAL	TOTAL (R\$)
Livros	58	39	97	11.369,20
Separata Sergipana	-	-	-	-
Periódicos/Exemplares	-	37	37	-
Assinatura/ Jornal Diário Oficial do Estado on-line 2021	01	-	01	1.701,00
Assinatura/ Jornal Diário Oficial do Estado on-line 2022	01	-	01	1.895,40
Assinatura da Biblioteca Digital PV PROVIEW-RT 2021	01	-	01	79.016,88
Assinatura da Biblioteca Digital PV PROVIEW-RT 2022	01	-	01	87.348,15
TOTAL GERAL	62	76	138	181.330,63

Sistema de automação

O acervo da Bibliotecas Central (livros/periódicos) é cadastrado e catalogado através do sistema BIB, constando no sistema 7.335 livros e 260 títulos de periódicos, totalizando-se 7.595 volumes; com doutrinas de 137 títulos, todos registrados e etiquetados com código de barra. Os empréstimos são realizados via sistema, estando disponíveis todos os dados do acervo via internet no portal da biblioteca para consulta. Foi firmado contrato anual 30/2022, de Prestação de Serviços com a RAF Tecnologia da Informação Ltda., para a manutenção do Sistema BIB, no valor R\$ 37.803,00.

Diariamente, foi realizada atualização do cadastro dos usuários, via Diário da Justiça, obedecendo ao que determina a Instrução Normativa 02/2022, em relação ao critério de cargos que podem constar no mencionado cadastro. Através do sistema BIB, a biblioteca oferece aos usuários atendimento rápido e eficiente, mostrando sua evolução tecnológica no campo da informatização.

2. Pesquisa

As pesquisas nesse período foram feitas através do nosso sistema BIB, Biblioteca Digital, Internet, banco de dados dos Tribunais Superiores e Estaduais, periódicos, jornais e livros. Foram realizados no biênio 2021-2023, 110 empréstimos aos usuários, com 95 devoluções.

Atendendo aos usuários com atenção e com uma política empreendedora de atualização do acervo com sua divulgação no Portal da Biblioteca no site do Tribunal, como também as suas acomodações essenciais, a biblioteca obteve uma razoável frequência de usuários internos, de instituições afins, advogados e acadêmicos da área jurídica, considerando a fase da pandemia.

Foi registrada durante o período uma frequência com estimativa mensal de 25 usuários, totalizando-se no biênio cerca de 600 visitas.

3. Biblioteca Setorial Juiz Mário de Siqueira Pinto

É localizada no Fórum Gumersindo Bessa, com um acervo de 773 livros e 160 periódicos, perfazendo um total de 927 registros. Há a previsão de mudança de espaço da biblioteca para uma área maior, com Sala de Leitura. Foram transferidos 124 livros do acervo da Biblioteca Central para a Setorial. Foram computados no biênio, 82 empréstimos de livros e periódicos, feitos aos juízes, escrivães e assessores. Considerando o período da pandemia, foi um número razoável de empréstimos. A seguir, quadro demonstrativo das compras e doações de livros, e periódicos recebidos durante o Biênio de 2021 a 2023:

MATERIAL	COMPRA	DOAÇÃO	TOTAL	TOTAL (R\$)
Livros	58	202	260	11.369,20
Periódicos	-	01	01	-
TOTAL GERAL	58	203	261	11.369,20

DIVISÃO DE APOIO REMOTO AO 1º GRAU

A Secretaria de Apoio Remoto (Secaprem) foi criada em 06 de fevereiro de 2019, a partir da publicação no *Diário da Justiça* da Portaria 14/2019. A referida portaria trouxe em seu corpo as diretrizes operacionais da unidade, bem como o quantitativo de servidores que viriam a compor o seu quadro.

Em 16 de outubro de 2019, a Secretaria de Apoio Remoto passou a ser denominada de Divisão de Apoio Remoto ao 1º Grau (Diviar), com a aprovação do Projeto de Lei 00230/2019, resultando na criação da Lei 8.600/2019. Em 28 de janeiro de 2021, a Diviar passou a ser regulamentada através da Portaria 08/2021. Com objetivo primordial em prestar apoio remoto, praticando atos judiciais no âmbito das serventias de primeira instância do TJSE, nos termos do artigo 1º da Portaria 08/2021.

A atuação da Diviar encontra-se regulamentada no artigo 2º da referida Portaria, o qual elenca a ordem de prioridades de atuação, tendo como escopo principal a observância da situação de momento do quadro de servidores (das Comarcas/Varas) que deverão encontrar-se em deficit (com vaga em aberto), ou com servidor afastado das suas atividades laborativas por período superior a 30 dias, sendo priorizadas as unidades jurisdicionais do interior.

Após a publicação da Portaria 14/2019, a Diviar iniciou suas atividades recebendo servidores de forma gradativa, até alcançar sua lotação máxima no total de 30 servidores, ocorrida apenas em março de 2020. Os servidores que chegaram atuavam, em sua maioria, na atividade-meio (administração) e outros no 2º Grau; portanto, sem familiaridade ou expertise no trato com o SCPV, sistema utilizado no 1º Grau, o que demandou tempo para adaptação e treinamento destes à nova forma de atuação.

A dinâmica de atuação da Diviar envolve setores como a Codeg e a Diviala, que identificam as Comarcas/Varas que se encontram com deficit em seu quadro de servidores, bem como as que se encontram com servidores em afastamento por período superior a 30 dias; enquadrando-se assim nos requisitos fixados na Portaria 08/2021. Uma vez identificadas, as informações são repassadas via SEI para o gestor da presente Divisão de Apoio, que analisa a possibilidade da designação de servidor para prestação de apoio imediato ou mediato, entrando em contato direto com a unidade jurisdicional e providenciando os procedimentos cabíveis para início da prestação do respectivo apoio remoto.

Em 2021, a Diviar passou por modificações no quadro de servidores, tendo havido uma pequena redução, atuando com menos de 30 servidores na maior parte do ano, findando o mesmo com 26 servidores efetivamente lotados no quadro. Essa modificação proporcionou a saída de servidores mais experientes no trato com as funções de técnico judiciário, especialmente no que diz respeito à tramitação processual executada junto ao SCPV no 1º Grau e a lotação de servidores que ainda necessitam de treinamento para tal mister, mas que em parte vêm apresentando avanços no citado treinamento.

Apesar das modificações citadas o atendimento prestado pela Diviar, apresentou melhora no que diz respeito à sua qualidade, bem como, houve um aumento na busca do auxílio prestado pela presente Divisão por parte das Unidades Judiciais do 1º Grau. Sendo que em 12 meses de atuação, no ano de 2021, a Diviar prestou apoio a 32 unidades jurisdicionais do interior e da capital incluindo a CPE, entre afastamentos e vagas existentes, tendo produzido até o mês de dezembro do citado ano 182.793 movimentos processuais, com média diária de 585 movimentos, computados em 240 dias úteis; e média mensal de 15.232 movimentos.

Já em 2022, a Diviar prestou apoio, até o dia 21 de outubro, para 27 unidades jurisdicionais, tendo produzido 183.123 movimentos, com média mensal de 18.312 movimentos, e diária de 974 movimentos; considerando a atuação, até a data acima informada, em 188 dias úteis.

DEPARTAMENTO DE AUDITORIA INTERNA

O Departamento de Auditoria Interna (DAI) tem a missão de auxiliar o TJSE a realizar seus objetivos, a partir da aplicação de uma abordagem sistemática e disciplinada, avaliando a eficácia dos processos de governança, de gerenciamento de riscos e de controles internos do TJSE. O propósito da unidade é a prestação de serviços de avaliação e consultoria destinados a agregar valor para melhorar os processos de trabalho no TJSE.

O Departamento é composto, de acordo com a Lei Ordinária nº 8.610/2019, das seguintes Divisões e Setores: Divisão de Auditoria de Gestão e Pessoal; Setor de Auditoria de Gestão Operacional; e Setor de Auditoria de Gestão de Pessoal; Divisão de Auditoria Orçamentária e Patrimonial; Setor de Auditoria Financeira e Setor de Auditoria Contábil.

Projetos

Por força das Resoluções 308 e 309 do CNJ, determinou-se ao Departamento de Auditoria Interna a reestruturação dos seus normativos. Desta forma, foram elaborados:

- a) Projeto da Lei 8.860/2021: alterou a nomenclatura de Departamento de Controle Interno para Departamento de Auditoria Interna, bem como das suas divisões;
- b) Estatuto de Auditoria Interna – Resolução 14/2021;
- c) Código de Ética da Unidade de Auditoria Interna – Resolução 13/2021;
- d) Desenvolvimento de estudos acerca da padronização do Processo de Prestação de Contas do TJSE;
- e) Estudos e desenvolvimento de ações para implementação da auditoria baseada em riscos;
- f) Programa de Qualidade da Auditoria (PQA);
- g) Manual de Auditoria e Consultoria.

Ações

- a) Elaboração do mapeamento dos Processos de Trabalho de Avaliação (Auditoria) e Consultoria;
- b) Estimativa do limite de gastos de despesa com Pessoal sobre a Receita Corrente Líquida – Biênio 2021-2023;
- c) Elaboração dos Planos Anuais de Auditoria (PAA) dos exercícios 2021 e 2022;
- d) Elaboração do Plano Quadrienal de Auditoria (PALP), relativo aos exercícios 2021-2025;
- f) Elaboração dos Planos Anuais de Capacitação para Auditores (PAC) – Exercício 2021 e 2022;
- h) Elaboração dos Relatórios Trimestrais de Controle e respectivas remessa ao TCE 2021 e 2022;
- i) Acompanhamento de processos de interesse do TJSE em tramitação no TCE e respostas a diligências;

j) Participação nas reuniões do Comitê de Acompanhamento do Plano de Gestão (Caplag) em 2021;

k) Análise de balancetes das unidades financeiras TJSE e FERD dos exercícios 2021 e 2022.

Atividades de avaliação (auditoria)

- a) Auditoria da Prestação de Contas Anual do TJSE – Exercícios 2021/Ano Calendário 2020 e 2022/Ano Calendário 2021;
- b) Auditoria Compartilhada com o CNJ – Acessibilidade Digital;
- c) Auditoria no Portal de Transparência do site do TJSE – Exercícios 2021 e 2022;
- d) Auditoria no processo dos Relatórios de Gestão Fiscal 2021 e 2022;
- e) Auditoria nos Contratos Emergenciais e Dispensa de Licitação, sob a égide da Lei 13.979/2020;
- f) Auditoria nos Controles dos Serviços de Manutenção de engenharia nos prédios em garantia;
- g) Auditoria Compartilhada com o CNJ – Plataforma Digital do Poder Judiciário;
- h) Auditoria no Recebimento de Custas em Processos Judiciais.

Resultados

Todos esses projetos e ações contribuem para uma melhor prestação das atividades administrativas do TJSE, haja vista que a missão deste Departamento de Auditoria Interna é avaliar o cumprimento das metas desta instituição, comprovando a legalidade e avaliando os resultados quanto à eficácia e eficiência da gestão orçamentária, financeira e patrimonial; além de apoiar o controle externo em suas fiscalizações, quando demandado.



DIRETORIA DE PLANEJAMENTO E DESENVOLVIMENTO

No período de 2021-2022, a Diretoria de Planejamento e Desenvolvimento (Diplad), em face dessa atribuição institucional, proveu a assistência necessária ao TJSE em temas estratégicos de aperfeiçoamento da máquina judiciária. Foram várias frentes de atuação, como o acompanhamento do cumprimento de metas do Conselho Nacional de Justiça (CNJ); realização de eventos, como Encontros Anuais de Planejamento Estratégico e Reuniões de Análise da Estratégia (RAEs); Pesquisa de Satisfação; Premiação dos Servidores; Escritório de Processos; estudo de distribuição do quadro de servidores; diversas ações a fim de possibilitar o desenvolvimento da área-meio, além de apoio logístico a diversos setores.

Metas Nacionais

A DIPLAD tem o papel fundamental de acompanhar as Metas Nacionais do CNJ no âmbito do TJSE, além de informar ao Conselho no Sistema de Metas Nacionais.

Metas do CNJ	Ano/Cumprimento	
	2021	2022
1 - Julgar mais processos que os distribuídos	100,13%	99,74%
2 - Julgar processos mais antigos	113,86% (1º Grau Comum) 117,84% (2º Grau) 108,86% (Juizados e Turmas)	112,59% (1º Grau Comum) 116,39% (2º Grau) 108,04% (Juizados e Turmas)
3 - Estimular a conciliação	111,37%	110,00%
4 - Priorizar o julgamento dos processos relativos aos crimes contra a Administração Pública, à improbidade administrativa e aos ilícitos eleitorais	120,77%	138,00%
5 - Reduzir a taxa de congestionamento	86,41%	70,69%
6 - Priorizar o julgamento das ações coletivas	136,04% (1º Grau Comum) 110,54% (2º Grau)	*****
8 - Priorizar o julgamento dos processos relacionados ao feminicídio e à violência doméstica e familiar contra as mulheres	Feminicídio - 72,00% Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher - 93,24%	Feminicídio - 112,33% Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher - 141,47%
9 - Integrar a Agenda 2030 ao Poder Judiciário	100,00%	140,00%
10 - Implementar, durante o ano de 2022, as ações* do Programa Justiça 4.0 nas unidades jurisdicionais do tribunal: Juízo 100% Digital; Núcleos de Justiça 4.0; Balcão Virtual; Plataforma Digital do Poder Judiciário (PDPJ); Codex.	*****	132,93%
11 - Aumentar a tramitação dos processos de forma eletrônica	107,52%	105,28% (1º Grau Comum)
12 - Impulsionar os processos de ações ambientais	208,43%	165,62%

*Metas 2022 - dados extraídos no dia 16/11/2022

Planejamento Estratégico



Reuniões de Análise da Estratégia (RAEs)

Foram realizadas 05 RAEs, sendo 03 em 2021 (38ª, 39ª e 40ª); 02 em 2022 (edições: 41ª e 42ª). No dia 22 de outubro de 2021, a 40ª RAE contou com participação do Presidente do Tribunal de Justiça do Piauí, Desembargador José Ribamar de Oliveira.



Encontros Anuais de Planejamento Estratégico

Evento que faz parte do calendário anual de monitoramento e avaliação do planejamento estratégico do TJSE, reúne magistrados, servidores, gestores de macrodesafios e convidados para pensar o futuro do Judiciário sergipano. O XIII Encontro Anual aconteceu por meio virtual, através de um webinar, no dia 08 de novembro de 2021, e contou com a participação do Departamento de Gestão Estratégica do CNJ e o Presidente e Juiz Auxiliar da Presidência do Tribunal de Justiça do Amapá. Nesse evento, a Estratégia Nacional 2021-2026 do Poder Judiciário e os 5 Eixos da Gestão do Conselho Nacional de Justiça foram os temas abordados pela Diretora do Departamento de Gestão Estratégica do CNJ, Fabiana Andrade Gomes e Silva. Em 2022, o XIV Encontro aconteceu no dia 07 de novembro, reunindo novamente magistrados e servidores, porém de forma presencial, tendo como tema 'Governança, Gestão e Tecnologia'.



XIV Encontro Anual foi retomado presencialmente



Acompanhamento de Indicadores e Projetos Estratégicos

Através das ferramentas de acompanhamento dos indicadores do planejamento estratégico foram monitorados 31 indicadores estratégicos nos anos de 2021 e 2022. Da ferramenta Sistema de Planejamento e Acompanhamento de Ações Estratégicas (SPAEE) foram acompanhados 57 projetos estratégicos em 2021 e 86 em 2022.

Elaboração do Relatório de Desempenho do Planejamento Estratégico 2021 (ano-base 2020) e 2022 (ano-base 2021)

Estudos diversos

A Divisão de Estatística e Planejamento Estratégico (Divieplaje) dá apoio técnico às unidades do TJSE por meio de elaboração de estudos e relatórios específicos que alcançam direta ou indiretamente algumas tomadas de decisão pela instituição.

Seguem alguns dos estudos realizados:

- Rezzoneamento dos Núcleos Técnicos de Serviços Social e Psicologia da Coordenadoria de Perícias Judiciais;
- Estimativa do tempo médio para a finalização dos processos em andamento de Psicologia e Serviço Social da Coordenadoria de Perícias Judiciais;
- Análise da produtividade da Divisão de Perícias Contábeis e Setor de Engenharia Civil;
- Elevação da Comarca da Barra dos Coqueiros;
- Estudo para revisão do quadro de Estagiários de Nível Médio e Superior;
- Estudo para revisão da lotação paradigma das unidades jurisdicionais;
- Estudos para verificação da viabilidade de criação de varas.

Projetos

A Divisão de Planos e Programas (Diviplad), na gestão 2021-2023, teve como principais focos: acompanhamento do portfólio dos projetos do Plano de Gestão; auxílio na identificação de melhorias nos processos de trabalho, em parceria com o Escritório de Processos de Trabalho (ECPR); realização dos projetos designados para execução pelo setor; e apoio à Diplad na execução dos projetos da Diretoria.

O TJSE já é reconhecido como um Tribunal Estadual que busca excelência em sua gestão, a exemplo do trabalho amparado em um Planejamento Estratégico sólido e com mais de 10 anos de implementação e acompanhamento. Um dos principais objetivos é somar-se a essa excelência trazendo outras boas práticas, tais como Gestão de Processos de Trabalho, Gerenciamento de Projetos, Gestão de Riscos Corporativos.

Neste biênio, destacamos abaixo as principais atividades que foram realizadas na unidade:

Plano de gestão 2021-2023

Esta divisão é responsável por prestar o apoio técnico ao Comitê de Acompanhamento do Plano de Gestão (Caplag). Desta forma, a Divisão construiu com a Presidência da instituição na definição dos projetos que deveriam fazer parte do Plano de Gestão no começo do biênio; fazendo o acompanhamento da execução do Portfólio do Plano de Gestão 2021-2023, mantendo as planilhas de coleta de dados sobre os projetos; organizando as reuniões do referido comitê; avaliando os SEIs recebidos pelo Caplag; e elaborando as respostas adequadas. Complementarmente, foi prestado suporte total aos gestores para esclarecer toda e qualquer dúvida relacionada ao Plano de Gestão.

Nos dias 25 e 26 de fevereiro de 2021 foi realizado treinamento remoto sobre 'Gerenciamento de Projetos' para os gestores e servidores. Ainda foi prestado apoio à Coordenadoria da Mulher no procedimento de cadastramento de projetos relacionados ao combate à violência contra a mulher, no sistema do Governo Federal, para conseguir investimento financeiro, via Ministério da Justiça, para ajudar na execução dos projetos.

Entre agosto e setembro de 2021, houve treinamento de operacionalização da 'Plataforma +Brasil/Siconv', do Governo Federal, onde aprendemos a cadastrar um novo projeto para pleitear investimento financeiro federal no projeto. Em dezembro de 2021 foram coletadas informações, enviadas pelos gestores, sobre as realizações do primeiro ano da gestão. De posse dessas informações, elaboramos uma apresentação para informar os resultados aos desembargadores.

Escritório de processos de trabalho (ECPR)

Em 2022, continuamos dando apoio às unidades com relação ao mapeamento de processos de trabalho. Incentivamos a atualização dos processos de trabalho já publicados através de envio de SEI para os gestores. Realizamos uma simplificação dos processos de trabalho do ECPR.



PESQUISA DE SATISFAÇÃO 2022
DE 23/05 ATÉ 22/06
VIRTUAL, ANÔNIMA E RÁPIDA
Participe, dê sua opinião e colabore com o aprimoramento dos serviços da Justiça!



Pesquisa de Satisfação
Organizamos, coordenamos e executamos as Pesquisas de Satisfação 2021 e 2022, juntamente com a Divieplaje. Utilizamos a abordagem de formulário virtual disponibilizado na página principal do Portal Web do TJSE e aberto para qualquer cidadão poder responder.

Desenvolvimento Administrativo

A Divisão de Desenvolvimento Administrativo, unidade administrativa diretamente subordinada à Diretoria de Planejamento e Desenvolvimento do TJSE, exerce importante papel no desenvolvimento organizacional sendo responsável, dentre outras atribuições, por promover a atualização do Organograma Administrativo do TJSE. Além disso, pode-se destacar, dentre outros aspectos, o importante papel operacional em relação ao Sistema Eletrônico de Informações (SEI), de forma a auxiliar a Diretoria de Planejamento e Desenvolvimento na gestão do referido sistema.

Segue abaixo as principais atividades que foram realizadas na unidade:

Atualização do Organograma Administrativo do TJSE: foram realizados ajustes necessários para a última atualização realizada no Organograma Administrativo do TJSE, que ocorreu em 10/11/2021. Esta atualização possibilita que os usuários internos e externos obtenham uma visão geral, rápida e real da estrutura atual do Tribunal de Justiça do Estado de Sergipe.

Prêmio CNJ de Qualidade: outra atividade importante que esta Divisão realizou foi a solicitação de informações a serem utilizadas no Prêmio CNJ de Qualidade (Anos 2021 e 2022). Nesse sentido, esta unidade criou processos no SEI com o intuito de que as unidades do Tribunal de Justiça de Sergipe envolvidas prestassem as informações exigidas pelo CNJ e, com isso, o TJSE pudesse oportunamente encaminhar essas informações ao referido Conselho.

Consulta Pública sobre Metas Nacionais: foram realizadas ações que contribuíram para a realização, pelo TJSE, da Consulta Pública sobre Metas Nacionais 2021-2022 e da Consulta Pública sobre Metas Nacionais 2022-2023, a exemplo da confecção de minutas de Ofícios para convidar os Magistrados, Servidores, Ministério Público, Defensoria, OAB e principais entidades representantes dos cidadãos para participar das referidas consultas. Esses processos participativos objetivaram a obtenção de opiniões e considerações de todos acerca das Metas Nacionais do Poder Judiciário, tanto as vigentes na época da consulta quanto para a construção das que irão valer para o ano seguinte respectivo.

Atualizações no Portal do Planejamento Estratégico: a Divisão de Desenvolvimento Administrativo realiza rotineiramente novas implementações e atualizações no Portal do Planejamento Estratégico, existente no site do TJSE, de forma a mantê-lo sempre de acordo com a realidade vigente e a proporcionar uma fonte de informações relevantes aos seus usuários.

Auxílio na Gestão do Sistema Eletrônico de Informações (SEI): a unidade, por se tratar de Divisão diretamente subordinada à Diretoria de Planejamento e Desenvolvimento, foi encarregada de auxiliá-la na gestão do Sistema Eletrônico de Informações (SEI), bem como, de realizar outras ações pertinentes a esta Diretoria previstas na Portaria Normativa nº 107/2016 GP1 do TJSE.

Apoio técnico ao Comitê de Grandes Contratações: a Divisão realiza ações que auxiliam nas atividades desenvolvidas pelo Comitê de Grandes Contratações do TJSE.

Apoio técnico ao Comitê Gestor das Metas Nacionais: a Divisão de Desenvolvimento Administrativo realiza ações que auxiliam nas atividades desenvolvidas pelo Comitê Gestor das Metas Nacionais do TJSE.

Informações Complementares



Evento de Premiação dos Servidores 2021 e 2022 (Anos-base 2020 e 2021):

no Dia do Servidor Público, 28 de outubro, foi comemorado com uma missa e a solenidade de Premiação de Produtividade. Em 2021, a premiação referente ao ano-base 2020 beneficiou cerca de 500 servidores de 43 unidades, sendo distribuído aproximadamente R\$ 1,3 milhão entre os premiados. Em 2022 (ano-base 2021), foram premiados cerca de 490 servidores e magistrados de 38 unidades. Além dos troféus, o TJSE pagou aproximadamente R\$1.500.000,00 aos servidores vencedores/premiados.

Aprovação da Estratégia do Poder Judiciário de Sergipe para o período de 2021-2026: aprovação da Resolução 02/2021 do TJSE, diante da necessidade de Revisão do Planejamento Estratégico do Poder Judiciário, e estabelecimento de um referencial para o período 2021-2026, de forma a melhor cumprir com sua finalidade de articular as ações de curto, médio e longo prazos, conferindo suporte e sustentabilidade aos propósitos institucionais.

Apoio Tecnológico

A Divisão de Apoio Tecnológico, unidade administrativa subordinada à Diretoria de Planejamento e Desenvolvimento do TJSE, tem por finalidade atender às demandas relacionadas à tecnologia da informação para dar suporte às demais unidades na produção de ferramentas e de relatórios estatísticos essenciais à tomada de decisão no âmbito do Planejamento. No biênio 2021-2023, destaca-se abaixo as principais atividades que foram realizadas na unidade:

- Produção de dados estatísticos para os fins da Resolução 219 (quadro de pessoal);	- Atendimento das demandas estatísticas solicitadas à Ouvidoria;
- Produção de dados estatísticos dos indicadores processuais da Premiação por Produtividade;	- Envio da movimentação processual para a base do Datajud, referente à XVI Semana Nacional de Conciliação;
- Geração dos dados semanais da Produtividade durante o Período de Pandemia;	- Geração de dados para aferição do acúmulo de acervo processual de cada unidade jurisdicional – Portaria TJSE nº 76/2019.
- Geração semestral dos indicadores processuais do Justiça em Números;	
- Envio mensal da movimentação processual para a base do Datajud;	
- Envio mensal dos dados referente ao Módulo de Produtividade do CNJ;	
- Desenvolvimento de ferramenta para acompanhamento do Plano de Gestão;	
- Desenvolvimento de ferramenta para acompanhamento dos Projetos Estratégicos;	
- Desenvolvimento de ferramenta para acompanhamento da Premiação por Produtividade;	
- Desenvolvimento de dashboards para acompanhamento mensal dos indicadores de casos novos, processos pendentes, decisões e sentenças, processos baixados, taxa de congestionamento e o índice de atendimento a demanda do Tribunal;	
- Geração mensal dos indicadores dos Macrodesafios e dos dados da ferramenta de Consumo;	
- Geração dos indicadores referente à Semana pela Paz em Casa;	

O biênio 2021-2023 foi bastante desafiador, dentre tantos motivos, destacamos as complicações vividas durante o período da pandemia da Covid-19. Nesse sentido, foi necessário um grande esforço da unidade para cumprirmos o cronograma de saneamento estabelecido pelo Conselho Nacional de Justiça da nossa base no Datajud. Em paralelo, a unidade se esforçou ao máximo para que as várias demandas do planejamento que carecem de dados estatísticos fossem atendidas com o menor prejuízo possível. No tocante ao Planejamento Estratégico, fomos responsáveis pela produção e automatização de softwares para auxiliar as demais unidades do planejamento no acompanhamento dos projetos do Plano de Gestão, dentre outros

DIRETORIA DE ADMINISTRAÇÃO

A Diretoria de Administração está subordinada à Secretaria de Planejamento e Administração e possui um importante papel no funcionamento das atividades diárias do Tribunal de Justiça de Sergipe, operacionalizando toda a área administrativa, gerenciando as atividades das Coordenadorias de Serviço e de Material e Patrimônio, além das Divisões de Almoxarifado, Compras, Patrimônio, Controle de Material, Protocolo e Registro, Transportes, Serviços Gerais e Serviços aos Cidadão e da Unidade Socioambiental do TJSE.

Nos termos do art. 69 de Portaria 77/2018 – GP1, compete à Diretoria de Administração: planejar, organizar, coordenar e controlar as atividades relativas à formação, guarda, conservação e aquisição dos bens patrimoniais, às comunicações oficiais, a supervisão dos Fóruns, Palácio da Justiça e Anexo Administrativo e os serviços, de atendimento ao cidadão, manutenção, limpeza, saúde e transporte do Poder Judiciário; dirigir, coordenar e supervisionar os serviços das unidades que compõem a Diretoria.

Em que pese não estar expresso na portaria, a Diretoria é gestora dos Termos de Cessão de Uso de Espaço Físico celebrados entre o TJSE e o Banese, Banco do Brasil, Caixa Econômica Federal e Amase. Ainda é gestora do contrato de prestação de serviço de mão de obra terceirizada celebrado entre o TJSE e a empresa Multserv.

Principais atividades desenvolvidas pela unidade:

- distribuição de materiais de expediente, de higiene e limpeza e de copa e cozinha;
- distribuição de mobiliários e eletrodomésticos;
- distribuição de vales-gás entre os fóruns;
- fornecimento de cartões-alimentação aos militares e motoristas requisitados;
- distribuição de toners;
- tramitação dos processos de compras;
- limpeza e desinfecção dos fóruns;
- gestão dos contratos de água e energia;
- fornecimento da alimentação e contratação de hospedagem para os júrís;
- gestão do transporte;
- envio de correspondências e malotes.

Coordenadoria de Material e Patrimônio

A Coordenadoria de Material e Patrimônio (Comapa) tem como função primordial o gerenciamento de quatro unidades administrativas que subsidiam as funções e as ações dos demais setores, áreas-fins e meio que compõem o Poder Judiciário sergipano. Pelo fluxo de trabalhos contínuos, essas unidades não escreveram projetos, mas as ações desenvolvidas falam por suas relevâncias.

Um exemplo claro se encontra registrado no Contrato nº 01/2021 que traz como objeto os serviços de emissão, reservas, marcações, cancelamentos de bilhetes eletrônicos (e-ticket) de passagens aéreas nacionais e internacionais para o Tribunal de Justiça.

A **Divisão de Compras** alimentou, no biênio 2021-2023, as importantes participações dos servidores e magistrados nos mais diversos eventos de formação, representação e interação com outros órgãos e entidades em todo território nacional. É um trabalho de pesquisa de voos, datas e horários, reservas e emissão de bilhetes, após aprovação superior, resultando em um suporte constante aos membros deste Poder que precisam se deslocar da sede. Some-se a isso o controle efetivo das reservas estimadas para esse fim.

As aquisições de serviços e bens passam pela referida divisão, forçando-a a sua competência de revelar valores representativos do mercado, através de pesquisas criteriosas, comparações de preços e elaboração do pedido de compras. Vale também ressaltar os procedimentos de compras simplificadas por dispensa de valor, utilizando-se, para isso, do Sistema Comprasnet, resultando na transparência das aquisições de menor monta.

Em outro polo, a **Divisão de Patrimônio** sustentou e deu suporte às diversas reformas e ampliações realizadas nos âmbitos das Comarcas

e unidades do TJSE, a exemplo da instalação de Cejuscs e Cejures, reforma das Comarcas de Laranjeiras, Nossa Senhora das Dores, Carira, Porto da Folha, dentre outras, que necessitaram de uma logística apurada e um trabalho de controle constante de entrega de bens móveis para cumprimento de diversos layouts.

Destaque-se a montagem recente do Laboratório de Informática junto à Coordenadoria da Infância, as reformas dos gabinetes de boa parte dos desembargadores, a reserva de bens para compor o projeto do Centro de Processamento Eletrônico, dentre outros.

Nas nossas rotinas, reparamos e regulamos diversos bens, realizamos mudanças constantes, recolhemos móveis inservíveis irrecuperáveis e participamos dos processos de doação de forma ativa, contemplando inúmeras instituições.



Em outubro de 2021, o TJSE fez a doação de 20 estantes do tipo escaninho para paróquias da Arquidiocese de Aracaju

É um trabalho de exímio planejamento, logística e interdependência. Observe-se, para destacar, a **Divisão de Almoxarifado**. As diversas células da administração e da área-fim, não teriam funcionamento sem os relevantes serviços prestados pela referida divisão. São inúmeros requisições de material de limpeza e higiene, copa e cozinha, materiais de expediente, dentre outros. Os servidores utilizam uma logística precisa para não deixar sem suporte as demais unidades

Um exemplo claro dessas ações se deu no processo de retorno da pandemia por Covid-19. A necessidade de reestruturação do trabalho, a limpeza dos fóruns que demandou muito material de consumo, exigiu do almoxarifado um esforço ímpar e regular. Todo o processo de aquisição e distribuição dos bens de consumo passa por uma logística apurada e eficiente.

Por fim, transitamos no universo do lançamento das notas de compras, geração de sequências de tombamentos dos bens permanentes, envio das notas de empenho aos fornecedores, distribuição dos suprimentos de impressão para todas as unidades do Poder Judiciário sergipano, elaboração do balancete. Estas, dentre outras, são as ações que compõem as competências da **Divisão de Controle de Material**.



Além dessas funções, a aquisição e instalação de persianas verticais e acústicas, cortinas blackouts, bem como a confecção e entrega de tapetes e os serviços de encadernação, passam pelo labor da referida divisão.

O breve resumo das competências e ações desempenhadas pelas referidas divisões é resultado de um esforço conjunto, de um trabalho de muitas mãos, multidisciplinar, pautado na transparência, respeito à ética e às metas desenhadas pela atual gestão.

Registre-se todo o apoio, auditoria das atividades e gestão permanente que a Diretoria de Administração estabelece sobre esta coordenadoria e suas divisões. Nada é decidido de maneira unilateral. O sentido de equipe é caracterizado pelas reuniões constantes, visita às unidades para diligenciar por suas demandas, controle de estoque e transparência nos processos de aquisição e de atendimento das mais diversas solicitações.

Coordenadoria de Serviços

A Coordenadoria de Serviços do TJSE é composta por uma Coordenadora de Serviços, Técnica Judiciária com graduação em Administração; três servidores do quadro efetivo e uma servidora requisitada. Atua na manutenção das unidades administrativas e jurisdicionais da capital e do interior, respondendo pelos serviços de limpeza e conservação. É composta pelas Divisões de Serviço ao Cidadão, Divisão de Transportes, Divisão de Serviços Gerais, Divisão de Protocolo e Supervisões Regionais dos Fóruns.

Em 2009 foram idealizadas ações que pudessem vir a ser implantadas para reduzir o consumo de energia e água que perduram até os dias atuais, uma vez que o plano bem arquitetado foi projetado e com o decorrer dos anos sofrendo alterações de acordo com as necessidades que se apresentam, permanece sendo uma das melhores ideias existentes no que tange a dimensão de economia.

Também é responsável por gerir, acompanhar os contratos da Deso; Energisa; SAAEs de Capela, Carmópolis, Estância e São Cristóvão; Sulgipe; Multiserv e Companhia Excelsior de Seguros.



Divisão de Serviços Gerais

Possui quatro servidores e tem como atribuições: fiscalizar a limpeza das áreas internas e externas das unidades; supervisionar os serviços de jardinagem; supervisionar e coordenar os serviços de copa e cozinha; executar, quando solicitado, os serviços de desinfecções das unidades no combate à Covid-19 com materiais específicos; executar cronograma de limpeza, jardinagem e limpeza de calhas; solicitação de chaves e carimbos; lavagens de cadeiras e roupas para o Centro Médico; supervisão do Palácio de Justiça; cronograma de dedetização com empresa terceirizada para serviços realizados preventivamente, sendo três aplicações por ano e desinfecção realizada por funcionários da Multserv; fiscalização de consertos corretivos e preventivos de máquinas e equipamentos pertencentes ao TJSE; e instalação de ponto digital para os funcionários terceirizados da Multserv.



Divisão de Serviços ao Cidadão

Tem como atribuições: ativar cadastros no Portal de Acesso à Justiça, sendo eles de Pessoa Jurídica, Perito Externo, Unidades do Sistema Único de Assistência Social e Socioeducativa, Câmaras Privadas de Mediação/Conciliação, Administrador Judicial – Pessoa Física, Administrador Judicial – Pessoa Jurídica e entidades da Administração Direta; efetuar o cadastro dos Advogados; gerir, acompanhar e solicitar contrato de refeições e de hospedagens para Júris da capital e interior; gerir, acompanhar e solicitar contrato para os palestrantes que vierem a convite do TJSE; acompanhar e solicitar fardamento para os requisitados das prefeituras municipais; e acompanhar e orientar os supervisores dos fóruns.

Divisão de Transportes

Tem como função o gerenciamento dos veículos do TJSE de modo a viabilizar a realização das demandas da instituição. Supre as necessidades de transporte na capital e no interior do Estado, de todos os setores do Tribunal, com uma frota de veículos administrativos e de representação.

Projetos e ações em andamento:

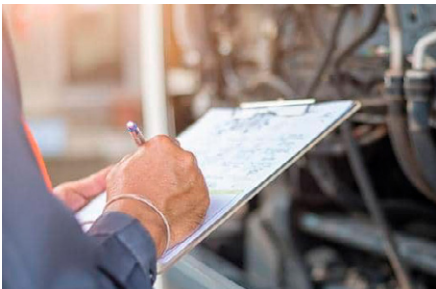
- Realização de leilão de 10 veículos que se encontram antieconômicos, devido ao tempo de uso. Esta providência trará uma receita aproximada, baseando-se na tabela Fipe, de R\$ 270.000,00 para este Tribunal;
- Em análise processo para compra de 02 vans e 02 pick-ups para suprir as demandas do Tribunal;
- Em análise processo para compra de 03 veículos institucionais;
- Em análise processo para contratação de mais 02 veículos com motorista dentro do atual contrato de locação de veículos. Essa providência visou suprir as necessidades do setor devido à saída de alguns motoristas requisitados por motivo de saúde, devolução ao órgão de origem e morte.

Projetos concluídos:

- Compra de 01 veículo Honda Civic (institucional) no ano de 2021, no valor de R\$ 115.250,00;
- Compra de 05 veículos Chevrolet Cruze (institucionais), no valor total de R\$ 697.980,00, substituindo veículos obsoletos e antieconômicos;
- Em 2021 foram contratados 03 veículos com motorista, totalizando 23 veículos locados;
- Contratação de oficina para manutenção da frota em substituição ao regime de gerenciamento por empresa contratada, mantendo-a em perfeito estado de funcionamento para atender às necessidades da instituição;
- Gestão de contratos para locação de veículos, abastecimento, rastreamento, seguro da frota e revisão de veículos em garantia.



Manutenção da frota		
Despesas com veículos	2021 (R\$)	2022 (R\$)
Manutenção dos veículos	100.001,26	243.633,24
Abastecimentos gasolina	367.596,38	617.972,97
Abastecimentos diesel	127.624,25	201.049,76
Sistema de rastreamento veicular	28.922,28	34.170,72
Locação de veículos	981.292,80	1.128.486,72
Total de despesas anual	1.240.229,57	2.227.335,41
Quilometragem rodada (km)	748.180	925.714,67
Custo por km rodado da frota (R\$)	1,66	2,41



Consumo de combustível (litros)		
Gasolina	61.363	88.081
Diesel	25.810	26.932
Total	87.173	115.013

Divisão de Protocolo

Divide-se em Protocolo de Correspondência e Protocolo Integrado Principais atividades desenvolvidas

- Receber e cancelar os processos e/ou petições relacionados a processos físicos, encaminhando-os à Vara ou à Escrivania competentes;
- Juntar ao processo judicial, o envelope da correspondência nele expedida e que tenha retornado à Unidade sem atingir seu objetivo, constando a devida justificativa;
- Receber cartuchos de impressoras, vazios, originários do todo o interior para recarga junto à Divisão de Material, procedendo-se com a posterior devolução dos mesmos;
- Receber, protocolar e enviar os vales-gás destinados aos fóruns do interior e da Grande Aracaju;
- Receber e protocolizar as correspondências oriundas do Fórum Gumersindo Bessa, procedendo à posterior entrega ao destinatário;
- Promover a digitalização e juntada de documentos, ofícios ou petições de órgãos externos que não tenham acesso ao Sistema de Controle Processual Virtual, a exemplo da Assembleia Legislativa, Secretaria do Governo, etc.
- Imprimir, envelopar e expedir o relatório, através do sistema de Núcleo de Postagem, dos mandados oriundos do interior e que tenham como destinatário, endereço pertencente ao município de Aracaju.
- Imprimir, envelopar e expedir o relatório através do sistema de Núcleo de Postagem, dos mandados oriundos dos cartórios do 2º Grau qualquer que seja o endereço do destinatário;
- Promover a postagem das cartas e correspondências do Palácio de Justiça e do Anexo Administrativo do Tribunal.

DIRETORIA DE GESTÃO DE PESSOAS



A Diretoria de Gestão de Pessoas (Digepe) é vinculada à Secretaria de Planejamento e Administração. É composta pela Coordenadoria de Gestão; Divisão de Pagamento e Registro; Setor de Movimentação e Registro; Divisão de Direitos e Deveres; Divisão de Avaliação e Alocação; e Setor de Estágio.

A gestão de pessoas garante a estratégia organizacional. O desenvolvimento de políticas, processos, programas e ações voltadas para a valorização do servidor e a modernização do gerenciamento de pessoal; premissas da área para o desenvolvimento das atividades, ou seja, para o processo de colaboração para o alcance de resultados e para a realização da missão do órgão, tendo suas atribuições definidas na Portaria 77/2018 (artigo 83).

No biênio 2021-2023, os projetos e ações apresentados pela Diretoria de Gestão de Pessoas foram desenvolvidos conjuntamente com as unidades administrativas que a compõe, e com o empenho e colaboração de todos, corroborando para isso a disposição da Presidência em implementar os benefícios para os servidores desta Corte.

Atividades desenvolvidas

1. Alteração da Resolução 22/2018, que dispõe sobre a concessão do Auxílio Bolsa-Estudo, ampliando o benefício para os servidores matriculados em instituições de ensino no âmbito público (Resolução 06/2022), passando de 50 para 133 servidores beneficiados, aproximadamente;
2. Implementação, através de lei, da instituição do Auxílio Educação Infantil (Lei 9.004/2022) aos dependentes dos servidores efetivos do Poder Judiciário, sendo beneficiados 322 servidores;
- 

Posse dos novos juízes
3. Convocação de 12 magistrados para o cargo de Juiz Substituto;
4. Aprimoramento do sistema utilizado no Processo Seletivo do Concurso de Estágio de Nível Médio, através do Centro de Integração Empresa Escola (CIEE), aplicado de forma on-line e gratuita;
5. Processo de melhoria das funcionalidades, dos módulos do sistema de Gerenciamento de Recursos Humanos – Mentorh;
6. Alteração do processo de inclusão dos inativos na folha do Sergipe Previdência, com recebimento do pagamento a contar da data da portaria de aposentadoria do órgão de origem, como também maior celeridade e atendimento às diligências;
7. Cadastro da biometria de todos os servidores para as novas catracas;
8. Entrega de novos crachás;
9. Treinamento na ferramenta de gerenciamento de recursos humanos – Menthor, direcionado às demandas das unidades, com participação de todos os servidores, possibilitando uma visão ampla das funcionalidades atuais e novas funcionalidades;
10. Participação na Comissão para Revisão da Automação e Procedimentos da Diretoria de Gestão de Pessoas proporcionando uma melhor adequação dos procedimentos da Digepe na continuação da integração dos atos com a folha de pagamento;

11. Maior suporte no preenchimento das vagas nas unidades do 1º Grau através da Divisão de apoio remoto do 1º Grau;

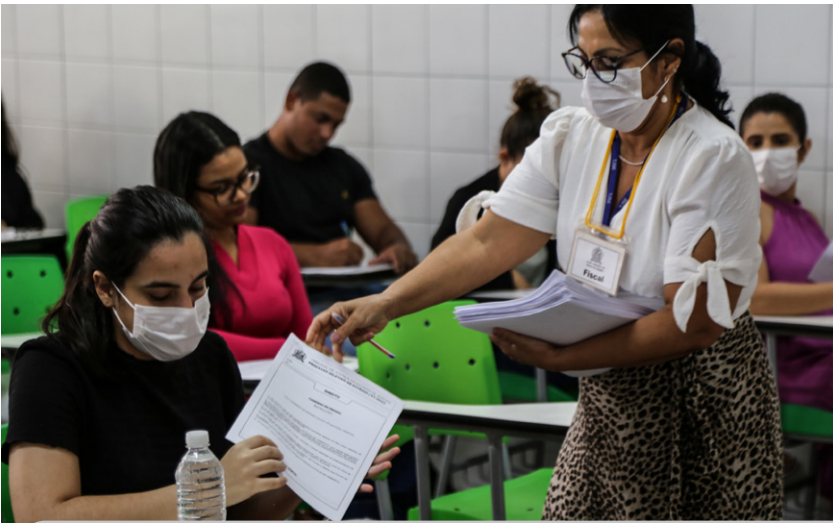
12. Informação mensal do valor do recolhimento da contribuição previdenciária para acompanhamento do Sergipe Previdência evitando o descumprimento da legislação;

13. Efetivação do processo de automação para levantamento do quantitativo dos servidores por unidade funcional;

14. Aprimoramento do processo de distribuição de vagas através do preenchimento por trabalho remoto;

15. Acompanhamento e aprimoramento das portarias de cessão e requisição dos servidores, garantindo efetividade do cumprimento do processo e maior agilidade através de meio eletrônico;

16. Efetivação do processo de automação para levantamento do quantitativo dos estagiários por unidade;

17. Aprimoramento do processo de acolhimento e ambientação dos estagiários quando da concessão da bolsa-estágio;
- 

18. Realização de 2 processos seletivos para vagas de estágio de nível médio e 02 para nível superior;
 - Convocação de 375 estagiários de Nível Superior;
 - Convocação de 220 estagiários de Nível Médio;
 - Cadastramento de 122 estagiários de conveniados;

Uma das provas de estágio para nível superior foi realizada no dia 21 de setembro de 2022
19. Cadastramento de 88 voluntários;

20. Processo de Assentamento Digital do cadastramento de estagiários, conveniado e voluntário;

21. Aprimoramento do sistema utilizado no Processo Seletivo do Concurso de Estágio de Nível Médio, através do Centro de Integração Empresa Escola (CIEE), aplicado de forma on-line e gratuitamente;

22. Análise dos processos de trabalho da área, objetivando a automação dos procedimentos;

23. Acompanhamento dos processos de trabalho objetivando a melhoria no levantamento de dados através dos relatórios do Sistema de Gerenciamento de Recursos Humanos;

24. Redução significativa do quadro de servidores da Digepe;

25. Aprimoramento das atividades desenvolvidas pela Divisão de Pagamento e Registro, favorecendo o controle e efetividade na execução das atividades de elaboração das Folhas de:
- | | |
|------------------------------------|--------------------------------------|
| Pessoal Ativo | Premiação das Unidades |
| Estagiários Nível Médio e Superior | Bônus Desempenho do Poder Judiciário |
| Auxílio Saúde Inativos | Licença-Prêmio Ativos |
| PAE Ativos | Licença-Prêmio Magistrados Inativos |
| PAE Falecidos | Antecipação de Gratificação Natalina |
| Indenizações | Gratificação Natalina. |
| RRA | |
26. Desenvolvimento de processos de melhoria para alteração de procedimentos facilitando o acesso aos servidores aos serviços disponibilizados pela Divisão de Pagamento e Registro;
27. Melhoria do procedimento de autorização para adesão junto às instituições financeiras da antecipação da gratificação natalina, sendo o procedimento direto com o banco, evitando inclusive deslocamento dos servidores do interior à sede do Poder Judiciário.
28. Automação do processo para concessão dos empréstimos junto à Caixa Econômica Federal, instituição com maior número de empréstimos concedidos aos nossos servidores;
29. O processo de inclusão do inativo na folha do Sergipe Previdência passou a ser mais efetivo, com as tratativas junto ao Sergipe Previdência acerca das aposentadorias dos servidores e magistrados do TJSE; quando, a partir de outubro de 2021, as portarias daquele órgão foram publicadas retroativas à data da aposentadoria publicada no TJSE;
29. Mapeamento dos processos de trabalho da unidade, abrindo ao nível de atividades e identificação dos atores por função desenvolvida no processo;
30. Atualização do módulo da simulação do cálculo de aposentadoria, Lei 338/2019;
31. Inclusão de novas parcerias para o Projeto Mais TJ;
32. Inclusões de processos de aposentadoria e tratativas com o Sergipe Previdência na busca de maior celeridade e atendimento às diligências.

CENTRO MÉDICO

Conforme disposto na Resolução nº 207/2015 do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), o Tribunal de Justiça de Sergipe incorporou ao seu organograma o Centro Médico (Cemed), que, nos termos da Portaria Normativa TJSE 77/2018 GP1 (Artigos 88 até 92), está vinculado à Secretaria de Planejamento e Administração, formado pela Diretoria, Divisões de Odontologia, Médica, de Atendimento Psicossocial e pelo Setor de Fisioterapia.

O Centro Médico é responsável por zelar pelas condições de saúde dos membros do Poder Judiciário. Para tanto, conta com profissionais atuando nas áreas da Clínica Médica, Medicina do Trabalho, Ginecologia e Obstetrícia, Psiquiatria, Enfermagem, Odontologia, Psicologia, Fisioterapia Geral, Reeducação Postural Global (RPG), Pilates e Serviço Social, realizando atendimentos preventivos, de urgência, exames periódicos de saúde, campanhas, ações e projetos voltados à melhoria da qualidade de vida dos seus usuários.

Ademais, o Cemed atua, por determinações do CNJ, em meta prevista no Planejamento Estratégico do



Poder Judiciário (Resolução 325/2020 do CNJ, no Macrodesafio 'Aperfeiçoamento de Gestão de Pessoas'), no Plano de Logística Sustentável (PLS), conforme Resolução 400/2021 do CNJ, no indicador 'Qualidade de vida, e na Política de Atenção Integral à Saúde de Magistrados e Servidores do Poder Judiciário (Resolução 207/2015 do CNJ).

O Centro Médico ainda atua no Comitê Gestor Local de Atenção Integral à Saúde, no Comitê Permanente de Acessibilidade, na Comissão de Gestão do Teletrabalho, na Comissão de Gestão do Teletrabalho das Unidades Administrativas, na Comissão de Prevenção e Enfrentamento do Assédio Moral, do Assédio Sexual e da Discriminação no âmbito do 2º Grau do Poder Judiciário do Estado de Sergipe e no Gabinete de Crise, este instituído em decorrência da Pandemia da Covid-19.



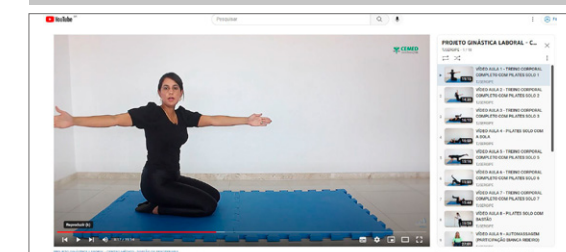
Em 2022, vacinação contra gripe e Covid-19 foi realizada na capital e algumas Comarcas do interior



Em 2021, por conta da pandemia, a vacinação contra gripe aconteceu em sistema de drive-thru



Palestras do Projeto Meses Coloridos foram transmitidas e ficaram gravadas no canal TJSergipe, no YouTube



Videoaulas da Divisão de Fisioterapia do Cemed podem ser vistas no YouTube

Projetos iniciados

	Projeto	Ações e resultados alcançados
1	Intervenção Psicossocial: Redução do Consumo de Álcool e Outras Drogas	Ação conjunta da psicologia, serviço social e psiquiatria – Projeto iniciado em outubro de 2021. - Em 2021 – 01 acompanhamento psicossocial de servidor dependente químico. - Em 2022 – 01 acompanhamento psicossocial de servidor dependente químico.
2	Participação nas palestras alusivas à ‘Comemoração do Dia Nacional de Combate às Drogas e ao Alcoolismo’	- Em 2021, foi realizada a palestra virtual ‘Conversando sobre pessoas e as suas dificuldades com drogas’, ministrada pela Psicóloga Renata Roriz em 22/02, transmitida pelo canal TJSE Eventos no YouTube. Até 04/10/2022, contava com 147 visualizações. - Em 2022, foi realizada a palestra virtual ‘Dependência Química: Motivação para a mudança’, ministrada pela Psiquiatra Gilvanda Araújo Chagas Cruz em 21/02, transmitida pelo canal TJSE Eventos no YouTube. Até 04/10/2022, contava com 110 visualizações.
3	Saúde Mental e Atenção psicossocial na pandemia	Projeto iniciado em julho de 2021, foram contactados, por e-mail, servidores acometidos pela Covid-19 para apoiar e disponibilizar os atendimentos psicossociais. Desde o início do projeto, foram contactados 106 servidores.
4	Participação no Ciclo de Palestras Virtuais em Comemoração ao Dia da Mulher	O Ciclo de Palestras foi transmitido pelo canal TJSE Eventos no YouTube. O Centro Médico participou em 3 das 4 palestras do ciclo: 1ª) Palestra ‘Doenças Cardiovasculares em Mulheres’, que, até 04/10/2022, contava com 47 visualizações. 2ª) Palestra ‘Como aumentar a imunidade em tempos de Covid-19’, que, até 04/10/2022, contava com 172 visualizações. 3ª) Palestra ‘Envelhecimento Ativo’, que, até 04/10/2022, contava com 100 visualizações.
5	Participação no Ciclo de Palestras em Homenagem ao Dia das Mães	O Ciclo de Palestras foi transmitido pelo canal TJSE Eventos no YouTube. O Centro Médico participou em 3 das 4 palestras do ciclo: 1ª) Palestra ‘Síndrome do Usuário do Computador: como identificar os sintomas e atuar na preservação da saúde ocular em tempo de pandemia da Covid-19’, que, até 04/10/2022, contava com 152 visualizações. 2ª) Palestra ‘24h pelo glaucoma’, que, até 04/10/2022, contava com 103 visualizações. 3ª) Palestra ‘Os cuidados da gestante na pandemia da Covid-19: Orientações médicas, nutricionais e psicológicas’, que, até 04/10/2022, contava com 83 visualizações.
6	Portal do Centro Médico	Projeto para reunir no mesmo ambiente virtual todas as informações relativas ao Cemed. Total: 7.235 acessos até 06/10/2022
7	Conscientização Corporal com o Pilates Solo	Disponibilização, no Canal do YouTube do TJSE, de videoaulas de Pilates Solo com exercícios para mobilidade, flexibilidade, força muscular e equilíbrio corporal, publicadas a partir de 24/02/2022. Total: 678 visualizações até 11/10/2022.

	Projeto	Ações e resultados alcançados
8	Ginástica Laboral nas Comarcas do Interior	Disponibilização, no Canal do YouTube do TJSE, de videoaulas de Ginástica Laboral com exercícios específicos para mobilidade, respiração, força muscular, visando prevenir e minimizar as lesões por esforço repetitivo decorrente do trabalho, publicadas a partir de 24/02/2022. Total: 506 visualizações até 11/10/2022.
9	Telemedicina	Atendimento virtual, objetivando a interiorização do Centro Médico. Projeto iniciado em abril de 2021. - Em 2021: 135 teleatendimentos e 172 requisições emitidas; - Em 2022: 22 teleatendimentos e 236 requisições emitidas.
10	Campanha ‘Meses Coloridos’	Projeto para a conscientização e prevenção de doenças, por meio de videopalestras no YouTube. Projeto iniciado em maio de 2021. - Em 2021: 08 palestras, totalizando, até 04/10/2022, 806 visualizações; - Em 2022: até 12/09/2022, foram realizadas 09 palestras, totalizando, até 04/10/2022, 661 visualizações.
11	Coaching em Grupo	Coaching é um método com base em várias ciências, que visa aumentar o desempenho de um indivíduo. O projeto foi iniciado em fevereiro de 2021. -Em 2021: foram 03 Processos de Coaching, 03 grupos, total de 46 servidores; - Em 2022: até 30/09/2022, foram 02 Processos de Coaching, 02 grupos, com total de 11 servidores. - A partir de 11/10/2022, foi iniciado o 6º Grupo.
12	Projeto Ergo Vida <i>Online</i>	Ergonomia no ambiente do trabalho para a prevenção de doenças ocupacionais. Iniciado em junho de 2021, com participação de 20 servidores. Foi realizada a palestra ‘Trabalho remoto e saúde do servidor em tempos de pandemia’, ministrada pela Professora Maria Goretti Fernandes, em 05/11/2021, disponibilizada no Canal TJSE Eventos do YouTube. Até 04/10/2022, contava com 120 visualizações.
13	Palestra Virtual ‘Aspectos gerais da pandemia da Covid-19: Retorno ao trabalho presencial’	Ministrada pelo Dr. Antônio Carlos Sobral Sousa, em 12/07/2021, disponibilizada no Canal TJSE Eventos do YouTube. Até 04/10/2022, contava com 128 visualizações.
14	Projeto Doação no Judiciário – Doação de Sangue	Campanha TJSE – Hemose – doação de sangue de servidores e magistrados. - Em 2021: 29 doadores; - Em 2022: 45 participantes.
15	Campanha de Prevenção à Síndrome Metabólica	Em setembro de 2021 foi realizada palestra virtual com Nutricionista sobre o tema, que, até 04/10/2022, contava com 103 visualizações.

	Projeto	Ações e resultados alcançados
16	Justiça Contra o Tabagismo	Atendimentos psicossociais e psiquiátricos para acompanhamento do tratamento medicamentoso. Foi iniciado em setembro de 2021. - Em 2021: 04 participantes, sendo que 02 pararam de fumar; - Em 2022: o projeto não foi executado por falta de demanda.
17	Justiça Integrativa – Ação Yoga	Iniciado em março de 2021, com atendimento on-line durante a fase da pandemia. Frequência semanal, em duas turmas, com participação de 30 inscritos. - Projeto atualmente suspenso por falta de profissional.
18	Vida Saudável	Salientar a importância da alimentação saudável e seus efeitos na prevenção de doenças. Iniciado em setembro de 2021 e concluído em dezembro, contou com a participação de 10 servidores
19	Campanhas de Vacinação	- Em 2021, foram administradas 400 doses do imunizante contra a Influenza; - Em 2022, foram realizadas 03 ações: uma na capital, com 165 vacinados; em Itabaiana, com 41 vacinados; e em Lagarto, com 50 vacinados. Em todas foram aplicadas doses de imunizantes contra a Covid-19 e contra Influenza.
20	Justiça Integrativa – Barras de Access	Prática integrativa iniciada em 09/12/2021, contando com a participação de 09 inscritos.
21	Realização de testagem ampla para detecção da Covid-19	Ação realizada em parceria com a força-tarefa Covid-19 da UFS. Realizados 150 testes para detecção da Covid-19; sendo 12 servidores com resultado positivo, que foram imediatamente afastados das atividades presenciais.
22	Coaching Individual	O Coaching Individual foi retomado em fevereiro de 2022. Até novembro de 2022, registrada adesão de 20 participantes.
23	Participação na palestra alusiva ao 'Dia internacional da Síndrome de Down'	Palestra Virtual 'A importância da estimulação precoce na Síndrome de Down', ministrada pela Pediatra Kércia Alcântara, em 28/03/2022. Até 04/10/2022 contava com 90 visualizações no canal TJSE Eventos do YouTube.
24	Projeto 'Orientação aos Pais: (re) significando vínculos afetivos'	O projeto foi retomado a partir de 16/02/2022. Até o momento, adesão de 05 participantes
25	Justiça Integrativa – Ação Reiki	O projeto foi retomado em 12/05/2022. Adesão de 06 participantes.
26	Projeto de Orientação para Aposentadoria (Propa)	O projeto foi retomado em 10/06/2022. Adesão de 06 participantes.
27	Curso 'Atendimento inicial em situações de urgência no TJSE'	Treinamento em 06/09/2022, com 16 servidores do Cemed, em parceria com o Núcleo Estadual de Educação Permanente em Saúde (NEEPS), vinculado à Secretaria de Saúde de Sergipe.

	Projeto	Ações e resultados alcançados
28	Workshop 'Saúde e prosperidade'	Realizado pelo palestrante Wallace de Carvalho Ferreira Lima, com 31 participantes, sendo 10 servidores do TJSE. Foram arrecadados 74 kg de alimento não perecível, doados para 2 instituições.
29	Acompanhamento multiprofissional aos servidores com sofrimento psíquico	Avaliar a situação psíquica dos servidores e magistrados que se afastaram do trabalho por transtornos psíquicos. O projeto foi iniciado em 26/07/2022, sendo contatados 70 servidores.

Projetos em andamento

O Projeto 'Saúde para Todos' foi aprovado pelo Comitê de Acompanhamento do Plano de Gestão, com previsão de início para novembro de 2022. A partir de dezembro de 2022, o Centro Médico, por meio da Divisão de Atendimento Psicossocial, passará a realizar Avaliação de Aptidão Psicológica de Magistrados para o manuseio de arma de fogo, conforme Instrução Normativa TJSE 08/2020.

Projetos concluídos

Com exceção do Projeto 'Saúde para Todos' e da realização das Avaliações de Aptidão Psicológica de Magistrados para o manuseio de arma de fogo, os demais projetos iniciados já foram concluídos.

Resultados

Em relação aos resultados, em razão da pandemia do novo coronavírus, algumas das atividades do Centro Médico, por serem realizadas essencialmente de forma presencial, ficaram paralisadas até junho de 2021, a exemplo dos atendimentos odontológicos. Ainda assim, durante o período de trabalho remoto, o Cemed, no intuito de cumprir com o seu papel institucional, buscou adaptar-se às adversidades e diversas ações e projetos foram implantados e realizados de forma remota, dentre eles, os atendimentos por meio da Telemedicina e as videopalestras, com resultado muito satisfatório para os usuários.

Quanto ao resultado de alguns projetos, a exemplo das palestras do Projeto 'Meses Coloridos', o seu alcance é muito dinâmico e bastante ampliado, tendo em vista que ficam disponíveis nos canais de comunicação do TJSE de forma perene, beneficiando diariamente todos aqueles que acessam as informações, inclusive à sociedade como um todo.

Os projetos e ações atenderam mais de 13.058 servidores e magistrados, além do público em geral, demonstrando um alcance além das fronteiras do Poder Judiciário, atingindo um relevante papel social, já que alguns deles estão disponíveis em plataformas digitais. Cumpre destacar que, de fevereiro de 2021 até setembro de 2022, os profissionais do Centro Médico realizaram 18.540 atendimentos, conforme detalhamento por especialidade a seguir discriminado.

Atendimentos Cemed						
2021	Médico	Odontológico	Enfermagem	Psicologia	Serviço Social	Fisioterapia
MÉDIA MENSAL	144,75	82,75	217,83	70,25	28,5	96,08
TOTAL	1.081	993	2.614	843	342	1.153

* até o final do mês de setembro * até o final do mês de setembro

	Exames Periódicos de Saúde (EPS)					
	Médico	Odontológico	Enfermagem	Psicologia	Serviço Social	Fisioterapia
MÉDIA MENSAL	248	196,66	385,55	185,11	19,66	179,91
TOTAL	2.232	1.770	3.470	1.666	177	2.159

* suspensão até julho em razão da pandemia

Informações complementares

Desde o início desta gestão, o quadro de servidores lotados no Cemed foi substancialmente alterado. Foram colocados à disposição da Diretoria de Gestão de Pessoas 3 técnicos judiciários, 1 secretária de apoio I e 1 analista judiciário que atuavam em atribuições administrativas, reduzindo o quantitativo nessa área. Além disso, 2 profissionais foram devolvidos ao seu órgão de origem, sendo 1 técnica de enfermagem e 1 dentista.

Com tais medidas, foi possível a ampliação do quadro de profissionais técnicos da saúde, sendo requisitado 1 fisioterapeuta com especialidade em Reeducação Postural Global (RPG), 2 odontólogas, 2 psiquiatras e 1 auxiliar de saúde bucal, sempre visando a melhoria da atividade fim do setor, qual seja, a prestação de saúde aos servidores e magistrados do Tribunal.

O Centro Médico também sugeriu a realização de convênios com as Secretarias Municipal e Estadual de Saúde, Universidade Federal de Sergipe e Universidade Tiradentes objetivando a disponibilização de profissionais da área de saúde e estagiários para este setor, mas os procedimentos para a formalização ainda estão pendentes de concretização.

No mesmo toar, e visando a melhoria da infraestrutura das instalações do Cemed, foram deflagrados procedimentos para a realização de reformas, adequações e melhorias nas suas Divisões, buscando oferecer mais conforto e segurança aos profissionais e aos usuários dos seus serviços. Ressalte-se que 2 delas ainda estão pendentes de conclusão pelo Departamento de Obras, a saber: a reforma da sala de esterilização, no mezanino da Anexo I; e o abrigo dos compressores, localizado na garagem.

Quanto ao investimento, a Diretoria do Centro Médico deflagrou 12 procedimentos licitatórios para a aquisição de insumos e equipamentos.

Em relação à contratação de serviços, houve uma redução mensal do valor pago com a coleta de lixo infectante e perfurocortante realizada pela REMOLIX Removedora de Lixo, de R\$ 125,00/mês para R\$ 119,00/mês, a partir da renovação contratual realizada em julho de 2021. Além disso, a Diretoria do Centro Médico impugnou e não realizou pagamentos nos meses de abril a junho de 2021, em que não houve a efetiva prestação dos serviços.

No mesmo sentido, a atual gestão diligenciou pela contratação, por licitação, de uma nova empresa para a prestação dos serviços das manutenções preventiva e corretiva dos equipamentos, em razão das relevantes dificuldades na execução do contrato então vigente; buscando mais planejamento, transparências das informações e qualidade na prestação destes serviços, o que resultará na redução de gastos no montante de R\$ 11.671,32/mês para R\$ 2.679,15/mês.

	Investimentos	
	2021	2022
Aquisição de insumos	R\$ 32.920,83	R\$ 197.786,63
Contratação de serviços	R\$ 142.124,84	R\$ 114.507,33
Capacitação	R\$ 0,00	R\$ 15.768,20
Projetos e ações	R\$ 0,00	R\$ 0,00
Total	R\$ 175.045,67	R\$ 213.554,83

DIRETORIA DE SEGURANÇA



A Diretoria de Segurança é o órgão de apoio operacional e de assessoramento em matéria de segurança do Presidente do Tribunal e demais magistrados, dos servidores e outras pessoas que circulam nos prédios do Poder Judiciário, dos bens patrimoniais, do acervo processual e dos bens apreendidos (art. 10 da Lei n.º 6.124/2007). Passou a ser subordinada à Secretaria de Planejamento e Administração do Tribunal de Justiça a partir da Lei nº 6.925/2010 (art. 6º).

É o órgão que realiza a segurança institucional do Poder Judiciário sergipano, atividade essencial, que tem como missão promover condições adequadas de segurança, bem como a aplicação dos recursos da atividade de inteligência, a fim de possibilitar aos (às) magistrados (as) e servidores (as) da Justiça o pleno exercício de suas competências e atribuições.

Projetos e ações iniciados

Todos os processos listados ao Comitê de Acompanhamento do Plano de Gestão (CAPLAG), foram iniciados e concluídos dentro do Biênio 2021-2023, conforme exposto adiante.

Projetos e ações em andamento

Foi iniciado em 09 de setembro de 2022, processo com vista à aquisição de um veículo sedã médio com blindagem nível III-A, destinado à segurança de magistrados. Outro processo administrativo teve como propósito realizar nova licitação para a contratação de empresa especializada em recargas de extintores de incêndio, visto que a atual contratada (Empresa GE Extintores do Nordeste EIRELI-ME) manifestou desinteresse, em 21/09/2022, na renovação do Contrato nº 45/2021, cuja vigência expira em 03/01/2023.

Consta ainda a tramitação do processo administrativo para a prorrogação do Contrato n.º 004/2019 de vigilância armada terceirizada com a empresa Multseg Sistemas de Segurança LTDA, uma vez que o atual contrato vence em 29/01/2023.

Projetos e ações concluídos

1. Aquisição e instalação de 17 portais detectores de metais que foram instalados em 17 Fóruns do Interior, reforçando a segurança dessas unidades. Investimento de R\$ 246.850,00;
2. Aquisição de 80 novos aparelhos de detectores de metais portáteis para reforço na segurança de áreas e instalações, mormente no controle de acesso para todas as unidades do Poder Judiciário. Investimento de R\$ 20.000,00;



Capacitação de profissionais de segurança do TJSE na doutrina de Segurança de Dignitários da PF

3. Capacitação de 03 profissionais de segurança do TJSE na doutrina de Segurança de Dignitários da Polícia Federal que passaram a ser multiplicadores dos conhecimentos no âmbito da Diretoria de Segurança do TJSE (Diseg). O objetivo foi de aprimorar a Segurança de Autoridades do TJSE que é um dos pilares da Segurança Institucional. Período de 28/06/2021 a 02/07/2021;
4. Celebração do Convênio 013/2021 de Cooperação Técnica entre o TJSE e a SSP/SE para a realização de novas turmas do Curso Sobrevivência Policial destinado a Magistrados;
5. Realização do Curso de 'Entradas Táticas' para profissionais de segurança lotados no TJSE. Convênio 013/2021;



Cursos Teórico e Prático de Armamento e Tiro

6. Celebração do Convênio n.º 18/2021 entre o TJSE e a PMSE, garantindo a realização de Cursos Teórico e Prático de Armamento e Tiro destinado a Magistrados e Policiais Militares lotados no TJSE;

7. Realização do Curso de Técnicas para Custódia de Detentos em Ambiente Judicial, destinado aos policiais militares à disposição do TJSE em Convênio (n.º 07/2021) com a Secretaria de Justiça do Estado de Sergipe. Essa capacitação teve por foco o treinamento e o alinhamento de procedimentos para os policiais que realizam a segurança nas audiências de custódia;



TJSE doou 3 portais detectores de metais à SSP

8. Doação de 03 portais detectores de metais à SSP/SE, sendo 02 (dois) para o Presídio Militar (Presmil) e 01 para a Academia de Polícia Civil (Acadepol);

9. Assinatura do Contrato n.º 061/2021 para aquisição de 20 pistolas Beretta APX, Full Size, calibre 9x19 mm, com 04 carregadores e uma maleta a serem empregadas na Segurança Institucional do TJSE. Um investimento de R\$ 46.846,00. Foi a primeira compra de armamento do TJSE;

10. Aquisição e instalação de 01 porta blindada, nível de proteção balística III para o Paiol, com fechadura de acesso biométrico. Valor R\$ 30.180,00;

11. Aquisição de materiais para manutenção em cercas elétricas instaladas nos Fóruns e unidades administrativas. Valor de R\$ 19.359,00;

12. Aquisição de câmeras e materiais para instalação e manutenção dos sistemas de CFTV dos Fóruns e unidades administrativas. Valor de R\$ 154.700,00. Com esse investimento foi possível concluir a instalação de sistemas de CFTV para todas as unidades do TJSE, tanto na capital quanto no interior;

13. Contratação de empresa terceirizada para serviços contínuos de recarga de extintores de todas as unidades, além da aquisição e acréscimo de 30 extintores destinados ao reforço do Arquivo Judiciário. Valor de R\$ 40.499,88;

14. Aquisição de 02 novos aparelhos de raio x para inspeção de bagagens, reforçando a segurança e vigilância no controle de acesso dos fóruns, sendo um aparelho instalado nos Fóruns Integrados IV e o outro para possibilitar a reabertura da entrada exclusiva de advogados no Fórum Gumersindo Bessa. Investimento no valor de R\$ 240.550,00;

15. Celebração do Convênio n.º 024/2022 com a SSP/SE, SEJUC, PMSE e CBMSE que trata da disponibilização de efetivo de policiais e bombeiros militares e demais profissionais de segurança pública para atuarem no TJSE;

16. Criação do Núcleo de Inteligência de Segurança Institucional do Poder Judiciário do Estado de Sergipe (NISIPJES), através da Portaria n.º 045/2022 GP1;

17. Aquisição e instalação de fechaduras biométricas nos gabinetes da Presidência, Corregedoria, dos Desembargadores e na Diretoria de Segurança. Valor R\$ 19.250,00;



Treinamento para prevenção e combate a incêndios

18. A Diretoria de Segurança realizou, através da instrução do Corpo de Bombeiros Militares do Estado de Sergipe, a capacitação dos 210 vigilantes armados terceirizados como brigadistas, sendo todos instruídos na prevenção e combate a princípios de incêndios, além de primeiros socorros;

19. Foram destruídas mais de 1.500 armas brancas vinculadas a processos judiciais.

Resultados

A Resolução 435/2021 do CNJ é quem define a política e o sistema nacional de segurança do Poder Judiciário. Ela determina várias medidas de segurança a serem adotadas pelos Tribunais. O TJSE cumpre e atende todas as determinações contidas no referido ato normativo.

Os investimentos, as aquisições de materiais, os cursos e as capacitações promovidas, os convênios celebrados, todos representam importantes realizações para o aperfeiçoamento da segurança institucional.

A aquisição e instalação dos 17 portais detectores de metais foram necessários para o fortalecimento do sistema de segurança e controle das unidades, todos instalados em fóruns do interior do Estado. Das 64 unidades que compõem o TJSE, restam apenas adquirir e instalar 13 portais detectores de metais.

Com a aquisição e instalação de 02 novos aparelhos de raio x para inspeção de bagagens e pacotes de visitantes, servidores e jurisdicionados, foi possível reforçar a segurança dos Fóruns Integrados IV, situado em bairro com altos índices de violência, bem como promover a reabertura da entrada exclusiva para advogados no Fórum Gumersindo Bessa. Todos os Fóruns da capital e Região Metropolitana de Aracaju com competência criminal, além dos Fóruns Integrados, passaram a ter esse importante equipamento de segurança.

Pela primeira vez, o TJSE fez a aquisição de armas de fogo institucionais. Estão sendo adquiridas 20 pistolas 9mm, importadas, da marca italiana Beretta, através da adesão de uma ata de registro de preços proveniente de uma licitação internacional realizada pelo Ministério da Justiça. São pistolas modernas e adquiridas

com extrema economia. Investimento no valor total de R\$ 46.846,00.

A criação do Núcleo de Inteligência de Segurança Institucional do Poder Judiciário do Estado de Sergipe (NISIPJES), além de atender ao comando do artigo 17 da Resolução 435/2021 do CNJ, promoverá a produção de conhecimentos indispensáveis à eficiência da nossa segurança institucional.

A aquisição e instalação de uma porta blindada para o Paiol veio reforçar a segurança das salas de custódia de armas apreendidas e vinculadas aos processos criminais.

Outro resultado digno de registro foi a conclusão da instalação de sistemas de CFTV para todas as unidades do TJSE, capital e interior, sendo possível acessar remotamente do Tribunal a visualização de todas as unidades pela Diretoria de Segurança.

No final da gestão como Presidente do STF, o Ministro Luiz Fux endereçou ofício à Presidência do TJSE para agradecer todo o apoio prestado pelo Tribunal no biênio 2020-2022, fazendo destaque especial ao auxílio dispensado pela Diretoria de Segurança, em razão do seu “acentuado profissionalismo e dedicação”, solicitando que esse reconhecimento fosse registrado nos assentamentos funcionais de todos que compõem o setor de segurança do Judiciário sergipano.

Para o exercício de 2023, a Diretoria de Segurança já propôs a realização de 07 novos projetos.

DEPARTAMENTO DE OBRAS

O Departamento de Obras é responsável pelos projetos arquitetônicos e complementares, orçamentos, processos para licitação e fiscalização das obras de reforma, ampliação e construção de todos os imóveis pertencentes ao TJSE; assim como pela manutenção dos prédios existentes.



Projetos e ações

- 1. Manutenções, através de empresa contratada, em mais de 54 unidades jurisdicionais;
- 2. Através do sistema GLPI, foram atendidas mais de 2.620 solicitações com o objetivo de reparos, manutenções corretivas e preventivas, bem como, conservação em todas as edificações pertencentes ao Tribunal de Justiça de Sergipe, que corresponde a mais de 86% das solicitações;



Reforma do Fórum de Carira foi inaugurada em novembro 2022

- 3. Com o intuito de melhorar a prestação jurisdicional, propiciando ambientes mais saudáveis e otimizados em seus espaços, o Departamento de Obras realizou a reforma em mais de 11 imóveis: Gumersindo Bessa, Carira, Laranjeiras, Porto da Folha, Maruim, Nossa Senhora do Socorro, Arquivo do Judiciário, Nossa Senhora das Dores, Poço Verde, Propriá, Palácio da Justiça e Anexos;

- 4. Com o objetivo de melhorar a segurança e diminuir os riscos de incêndio, foram contratadas, através de processo licitatório, empresas com fulcro à elaboração de Projetos de Combate a Incêndio em 28 fóruns, os quais, apresentaram precariedade em suas instalações de combate a incêndio ou cujos projetos se encontram defasados perante as normas atuais dos bombeiros. Atualmente, os projetos se encontram em análise pelo Corpo de Bombeiros;

- 5. Após processo licitatório e consequente contratação, a obra de reforma do Fórum de Laranjeiras se encontra em fase final, com a conclusão de alguns serviços para a sua inauguração, onde o Departamento de Obras primou pela melhoria das instalações, otimização de espaços, gerando mais conforto a magistrados, servidores e à população em geral;



Foram reformadas rampas de acesso, com sinalização e rebaixamento de piso

- 6. Visando sempre melhorar a acessibilidade em todas as edificações pertencentes ao TJSE, o Departamento de Obras tem estudado e elaborado projetos de acessibilidade, objetivando a construção de rampas de acesso, sinalizações em braille, sanitários para cadeirantes, entre outras ações que visam facilitar o acesso à justiça sergipana;

- 7. Durante toda a gestão foram elaborados mais de 325 projetos, anexados ao Sistema Eletrônico de Informação (SEI), entre estes, arquitetônicos, complementares e layouts, no intuito sempre de que as edificações acompanhem as evoluções tecnológicas e sociais, trazendo para a população ambientes adequados para suas demandas;

- 8. Objetivando a diminuição de custos e primando sempre pelos princípios da eficiência e economicidade, foram estudadas, levantadas e elaboradas planilhas orçamentárias, cronogramas físico-financeiros, bem como, especificações e termos de referência para cada projeto concluído, totalizando uma ação de mais de 362 orçamentos durante o período;

- 9. Com a pandemia, houve a necessidade urgente na contratação de empresa especializada na confecção e instalação de divisórias em acrílico, de forma a assegurar a saúde de magistrados, servidores e demais usuários contra a Covid-19. Tal ação foi célere e trouxe tranquilidade para que os magistrados e servidores laborassem com a devida segurança e a população pudesse utilizar os ambientes sem receio de contaminação;

- 10. Após visita aos fóruns, foram elaborados relatórios da situação das edificações e suas necessidades, com a finalidade de elaborar o Plano de Obras, o qual foi aprovado, sem ressalvas, após a análise dos desembargadores do TJSE;

- 11. Verificando as dificuldades no acesso ao Setor de Perícia, localizado no Fórum Gumersindo Bessa, foi executada a obra de mudança e adequação do Setor de Perícia, antes localizado no subsolo, passando ao pavimento de entrada do fórum. Tal ação propiciou a melhoria significativa da acessibilidade;

- 12. Acompanhando as demandas relativas às manutenções, houve a implantação de um novo sistema chegando-se a dados mais precisos da entrada e saída de materiais, bem como, da organização dos insumos utilizados pela manutenção, no Almoxarifado, limpeza, organização, cadastramento e melhoria da segurança do depósito do Judiciário no Parque dos Faróis;

- 13. Visando manter um quantitativo otimizado de materiais para utilização pela equipe de manutenção, diminuindo os gastos e aumentando a eficiência na aquisição de insumos ou prestação de serviços, mais de 19 atas de registro de preços foram elaboradas, quer seja para aquisição de novos produtos ou prestação de serviços, no intuito da renovação de atas já vencidas ou vincendas;

- 14. Com a aquisição de novos aparelhos de ar-condicionado, foram repostos mais de 140 equipamentos de refrigeração, nas diversas unidades jurisdicionais;

- 15. Dando continuidade ao processo de implantação do sistema BIM (Building Information Modeling), atendendo ao Decreto Federal 10306/2020, iniciou-se o curso de capacitação para os servidores, em parceria com a Universidade Federal de Sergipe (UFS);

- 16. Com a constante procura de soluções para a escassez hídrica e diminuição de custos relativos ao consumo de água, o Departamento de Obras continuou com as tratativas com a Companhia de Desenvolvimento de Recursos Hídricos e Irrigação de Sergipe (Cohidro) com o objetivo de implantar poços artesianos em alguns fóruns;



Convênio foi firmado com a Fapese, em julho de 2022, para estudo de implantação de sistema fotovoltaico nas unidades do TJSE

17. Acompanhando as tendências de melhoria energética do país, iniciou-se às tratativas para a instalação de usina fotovoltaica para todas unidades jurisdicionais, para tanto elaborou-se convênio com a Fundação de Apoio à Pesquisa e Extensão de Sergipe (Fapese), foi feito estudo confirmando a viabilidade técnica, estando na fase de escolha da melhor localização;

18. O Departamento de Obras executou as obras necessárias à instalação dos Centros Judiciários de Métodos Consensuais de Solução de Disputas (Cejuscs), nos Fóruns de Simão Dias, Barra dos Coqueiros, Estância, Propriá, Nossa Senhora da Glória, Tobias Barreto, Laranjeiras e São Cristóvão;

19. Executadas obras nos Fóruns de Estância, Propriá, Lagarto, Parque dos Faróis e Itabaiana para instalação das salas de Depoimento Sem Dano;

20. Executada obra no prédio do Arquivo Judiciário para implantação da Justiça Restaurativa;

21. Elaborado projeto e orçamento para ampliação da Turma Recursal no Fórum Gumersindo Bessa, cuja obra será iniciada assim que for disponibilizada a nota de empenho;

22. Elaborado projeto e orçamento para implantação do NAI e 17ª Vara no Complexo onde funcionava o antigo Cenam;

24. O atual sistema de ar-condicionado, contando com dois Chillers responsáveis pelo condicionamento de ar do Palácio da Justiça e Anexo Administrativo I, estava com o funcionamento crítico e precário, diminuindo a eficiência de todo o sistema e com a premente possibilidade de paralisação total, o sistema passou por manutenção preventiva e corretiva nas duas unidades que já estavam em funcionamento, corrigindo-se o defeito no terceiro compressor. Com isso, até o presente momento, três dos quatro compressores estão funcionando perfeitamente e o quarto passará por correções para, brevemente, voltar a funcionar eficazmente;

25. Adquiridos novos equipamentos para a futura renovação do sistema de ar-condicionado do Fórum Gumersindo Bessa;

26. Reforma no Fórum de Nossa Senhora das Dores para implantação de nova sala de audiência, com o objetivo de otimizar os espaços do fórum.



SECRETARIA DE FINANÇAS E ORÇAMENTO

A Secretaria de Finanças e Orçamento (Sefinor) está diretamente subordinada à Presidência do Tribunal de Justiça, sendo composta pela Equipe de Apoio da Sefinor e pelas Diretoria de Orçamento, Diretoria Financeira e Diretoria de Sistema de Arrecadação e Gestão Fiscal.

A Sefinor, com sua equipe de apoio, é responsável por analisar os processos enviados a esta unidade manifestando-se pela existência ou não da dotação orçamentária e disponibilidade financeira, a fim de atender às demandas conforme foram planejadas quando da elaboração da proposta orçamentária. Além dessa rotina, são realizadas reuniões gerenciais com todos os servidores da unidade e reuniões setoriais, objetivando acompanhar as atividades e traçar planos e metas para unidade.



Projetos da Sefinor

Projetos	Aperfeiçoamento na Gestão de Custos	Implantação de Indicador de Eficiência da Despesa Liquidada do Poder Judiciário	Reformulação do Sistema de Custas e Emolumentos
Conclusão	19/12/2021	10/05/2021	22/07/2022
Resultados	Análise mais técnica dos custos do TJ; subsidiar a tomada de decisões.	Conhecer o nível de planejamento e execução do TJ	Transformado em programa, em razão da continuidade do sistema e suas atualizações

Planejamento estratégico

Com relação ao Planejamento Estratégico do Poder Judiciário, a Sefinor tem inserido no portfólio o seguinte item ‘Macrodesafio: aperfeiçoamento da gestão orçamentária e financeira’, sendo o Secretário de Finanças e Orçamento, Pedro Vieira Santos, o responsável por gerir o macrodesafio.

O objetivo é utilizar mecanismos para alinhar a alocação dos recursos orçamentários de custeio, investimentos e pessoal ao aprimoramento da prestação jurisdicional, atendendo aos princípios constitucionais da administração pública. Envolve estabelecer uma cultura de adequação dos gastos ao atendimento das necessidades prioritárias e essenciais dos órgãos da justiça, para se obter os melhores resultados com os recursos aprovados nos orçamentos.

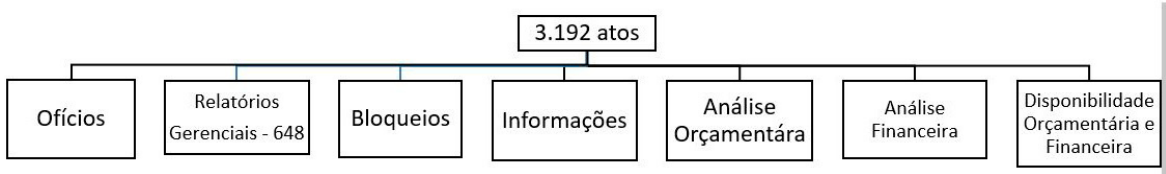
Para isso apresentamos os indicadores e metas do biênio:

Indicadores do Macrodesafio - Aperfeiçoamento da Gestão Orçamentária e Financeira	META 2021	2021	META 2022	2022
DOb: Dotação inicial na Lei Orçamentária Anual para despesas obrigatórias		572.283.199,00		610.058.725,00
DIn: Dotação inicial aprovada na Lei Orçamentária Anual		629.892.717,00		670.995.045,00
Índice de Dotações para Despesas Obrigatórias	90,85%	90,85%	91,00%	90,92% *
EDD: Montante empenhado de dotações para despesas discricionárias		56.924.727,94		71.898.857,15
DD: Dotação atualizada para despesas discricionárias		67.490.583,80		91.585.019,89
Índice de Execução das Dotações para Despesas Discricionárias	91,00%	84,34%	91,50%	78,51% *
EDP: Montante empenhado de dotações para projetos		12.772.661,49		10.650.871,34
DP: Dotação atualizada para despesas com projetos		13.823.300,00		17.050.000,00
Índice de Execução das Dotações para Projetos	91,00%	92,40%	92,00%	62,47% *

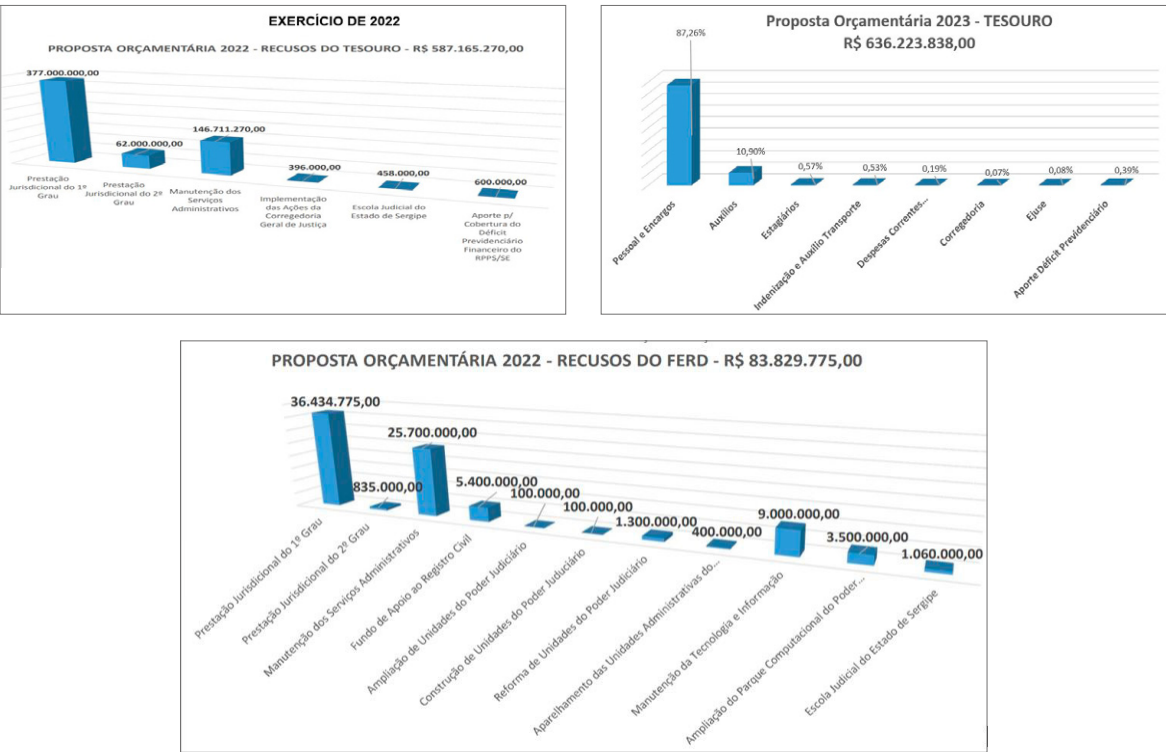
*A medição realizada no ano de 2022 para compor os dados deste macrodesafio foram levantados somente até o dia 01/10/2022, não refletindo, portanto, o fechamento do ano para fins de alcance da meta estipulada.

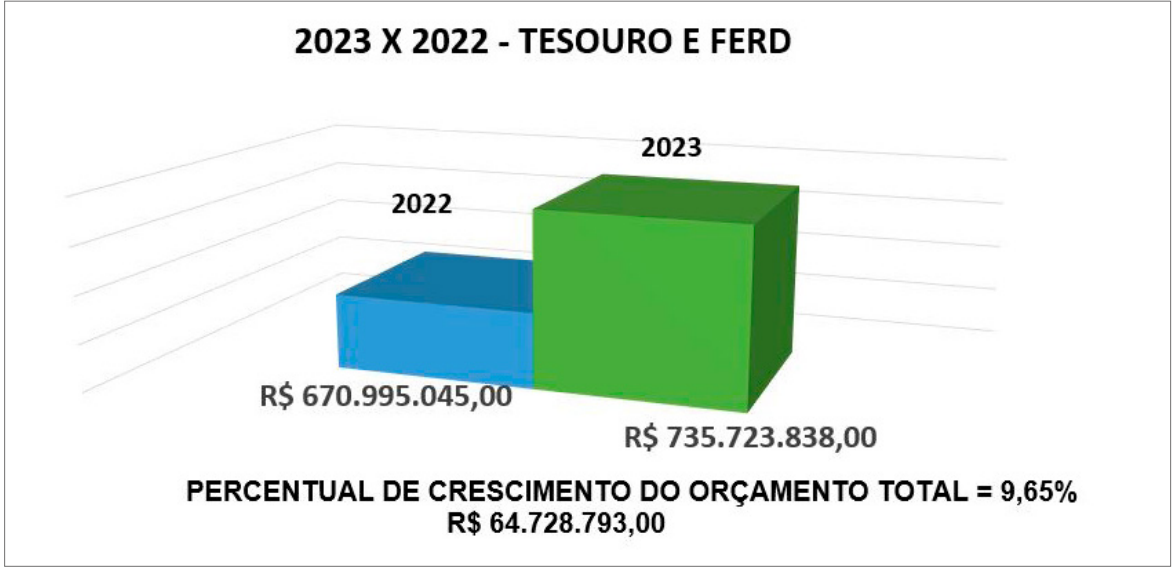
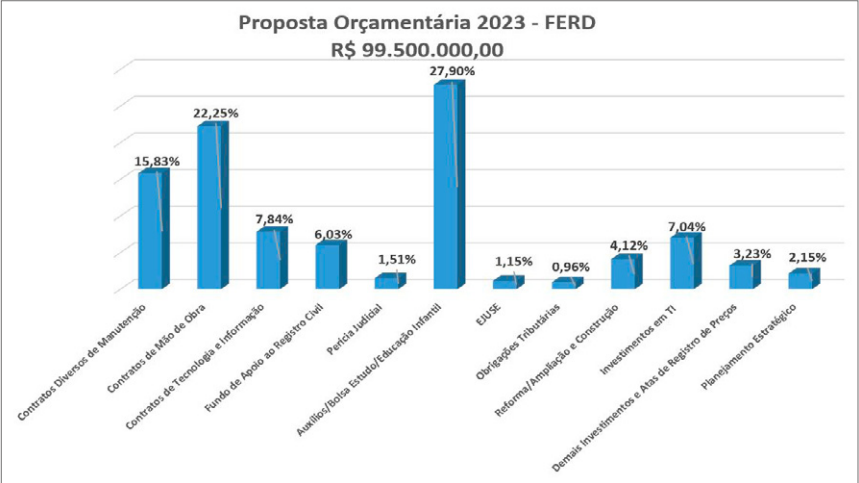
Diretoria de Orçamento

A Diretoria de Orçamento, ao longo do biênio, além da elaboração da proposta orçamentária, bem como o seu acompanhamento da sua execução ao longo do exercício financeiro e assessoramento das demandas orçamentárias e financeiras, participação em reuniões e deliberações, desenvolveu, também, juntamente com a Divisão de Acompanhamento Gerencial e Divisão de Elaboração e Gestão Orçamentária, 3.192 atos elaborados via SEI, além da confecção de 648 relatórios gerenciais, totalizando uma quantia de 3.840 documentos, com as seguintes origens:



No que diz respeito à elaboração e destinação do orçamento do Poder Judiciário nesses dois anos de gestão, podemos, em forma de gráfico, trazer as seguintes informações, tanto no Tesouro como no Ferd:





Diretoria Financeira

Além das atribuições ordinárias que competem à Diretoria Financeira e sua estrutura organizacional, a diretoria também desenvolveu as seguintes atividades ao longo do biênio:

Atividades importantes desenvolvidas nos anos de 2021 e 2022		
Empenhar faturas, notas fiscais, aquisições, contratos, diárias e outros	Melhoria nos processos de trabalho	Reuniões periódicas objetivando alinhar as atividades rotineiras da diretoria
Liquidar faturas, notas fiscais, aquisições, contratos, diárias e outros	Participação em cursos de contabilidade, economia e administração pública	Inovação na confirmação, via e-mail, para os fornecedores acerca da data de pagamento
Pagar faturas, notas fiscais, aquisições, contratos, diárias e outros	Pagamentos de contratos	Certidões Negativas junto a PMA
Relatórios junto à Receita Federal e Estadual	Folha de pagamento	Relatórios Gerenciais
Mapeamento de Processos	Relatórios de Gestão Fiscal	Aplicações bancárias

Receita/arrecadação FERD			
Receitas FERD – 2021			
Taxas/Custas/Emolumentos	Orçada	Arrecadada	Superavit/Deficit
	R\$ 81.806.400,00	R\$ 93.140.341,28	R\$ 11.333.941,28
Receitas FERD - 2022			
Taxas/Custas/Emolumentos	Orçada	Arrecadada	Superavit/Deficit
	R\$ 93.329.775,00	R\$ 77.357.015,23	R\$ 15.972.759,71

* Receitas apuradas até setembro/2022

Exercício de 2021		
Orçamentário		
Empenhados	Liquidados	Pagos
561.685.333,44	560.038.634,11	559.997.144,66
FERD		
Empenhados	Liquidados	Pagos
561.685.333,44	560.038.634,11	559.997.144,66
Exercício de 2022		
Orçamentário		
Empenhados	Liquidados	Pagos
475.489.162,22	433.333.378,72	433.238.883,91
FERD		
Empenhados	Liquidados	Pagos
87.356.965,74	66.664.880,64	66.118.786,87

Diretoria de gestão e arrecadação fiscal

Atividades importantes desenvolvidas nos anos de 2021 e 2022:
1. Projeto de lei para atualização monetária dos emolumentos;
2. Projeto de lei para utilização de saldo financeiro da conta do fundo de apoio ao registro civil;
3. Cumprimento de determinação de retenção de imposto de renda pelos fundos de compensação por atos gratuitos;
4. Respostas mensais às solicitações das partes processuais, advogados, serventuários e servidores da justiça no que tange a desbloqueios, revalidações e vinculações de guias judiciais e extrajudiciais;
5. Mapeamento dos processos de trabalho desta diretoria, tendo sido homologado quatro processos, quais sejam: repasse do fundo de apoio, processos administrativos, auditoria e inscrição em dívida ativa;

6. Cálculo e envio mensal do fundo de apoio ao registro civil com base no cumprimento e operacionalização do Provimento nº 17/2021 da Corregedoria-Geral da Justiça de Sergipe, que estabelece limite aos recursos a serem transferidos às serventias deficitárias para fins de garantir a renda mínima, previstos no artigo 3º do Provimento nº 81/2018 da Corregedoria Nacional de Justiça, oriundos dos recolhimentos efetuados pelos interinos de serventias extrajudiciais vagas ao Tribunal de Justiça do Estado de Sergipe;
7. Auditorias nos cartórios extrajudiciais, confrontando as informações através do sistema de arrecadação de cartórios extrajudiciais, gerando encaminhamento à Corregedoria para as devidas apurações;
8. Implantação do novo sistema de prestação de contas dos interinos (balancetes), no sistema de arrecadação de cartórios extrajudiciais;
9. Atualização monetária anual com base no INPC acumulado dos valores das custas processuais;
10. Estudo acerca da elaboração de projeto que possibilite a automatização do trâmite dos cadastros da dívida ativa;
11. Inscrições em dívida ativa das custas processuais não pagas;
12. Controle e fornecimento dos papéis de segurança utilizado em todas certidões emitidas pelos cartórios e maternidades vinculadas ao Tribunal de Justiça do Estado de Sergipe;
13. Projeto para a virtualização do peticionamento para processos administrativos de ressarcimento de custas e emolumentos;
14. Realização de conferências mensais dos balancetes dos interinos dos cartórios extrajudiciais visando confrontar e fiscalizar as informações lançadas bem como os pagamentos dos que excederam o teto constitucional;
15. Prestação de informações à Sefaz, Receita Federal e as prefeituras municipais sobre a arrecadação mensal dos cartórios extrajudiciais;
16. Revisão e atualização do cadastro dos cartórios extrajudiciais.

SECRETARIA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO DE DADOS

A Secretaria de Tecnologia da Informação e Comunicação de Dados (Seteci) é o órgão responsável pelo assessoramento técnico relacionado às questões de tecnologia da informação e comunicação de dados do Poder Judiciário, bem como responsável pela implementação e gestão dos seus serviços, mantendo-se alinhada aos macrodesafios do TJSE.

PROJETOS E AÇÕES

Iniciados (a partir de fevereiro de 2021)

1	Programa de Modernização Tecnológica
2	Portal de Inteligência e Exploração de Dados (BI – Business Intelligence)
3	Inteligência Artificial
4	Política de Gestão de Pessoas de TIC
5	Implantação do Entic-Jud
6	LGPD – Lei Geral de Proteção de Dados
7	Adoção do protocolo de gerenciamento de crises cibernéticas no âmbito do Poder Judiciário (PGCC/PJ)

Em andamento

1	Programa de Modernização Tecnológica
2	Portal de Inteligência e Exploração de Dados (BI – Business Intelligence)
3	Inteligência Artificial

Concluídos (todos que serão finalizados até janeiro de 2023)

1	Política de Gestão de Pessoas de TIC
2	Implantação do Entic-Jud
3	LGPD – Lei Geral de Proteção de Dados
4	Adoção do protocolo de gerenciamento de crises cibernéticas no âmbito do Poder Judiciário (PGCC/PJ)

DIRETORIA DE ATENDIMENTO AO USUÁRIO

A Diretoria de Atendimento ao Usuário (Diatius) é responsável pela instalação, configuração e manutenção dos equipamentos de informática e por acompanhar os usuários na boa operacionalidade dos sistemas da área judiciária. É composta, de acordo com a Lei 8912/2021, das seguintes Divisões e Setor: Divisão de Manutenção de Equipamentos de TIC; Divisão de Atendimento às Audiências e Sessões; Divisão de Atendimento do Interior; Divisão de Atendimento da Capital; e Setor de Gestão de Serviços de TIC.

Compete à Diretoria supervisionar as atribuições das suas Divisões e do Setor de Gestão de Serviços de TIC; gerenciar mudanças de TIC; emitir pareceres técnicos referentes à contratação, aquisição e implantação de equipamentos e serviços de TIC; propor normas e padrões relacionados à área de atuação; gerenciar as atividades de instalação e manutenção de equipamentos de TIC deste Tribunal realizado pelas Divisões; apoiar e orientar os usuários com relação ao bom uso de aplicativos instalados nos microcomputadores; gerenciar as condições de utilização dos equipamentos de microinformática instalados nos Fóruns da Capital e do Interior; iniciar processos licitatórios para novas aquisições de equipamentos de TIC; gerenciar o inventário de equipamentos de microinformática em uso neste Tribunal e os que estão em depósito; gerenciar as doações de equipamentos de TIC efetuadas por este Tribunal a outros órgãos do Estado ou instituições; acompanhar as demandas e instalações do Sistema de Gerenciamento de Atendimento (SGA) nos Fóruns da Capital e no Interior; gerenciar e coordenar as Divisões e a Central de Serviços de TIC desta diretoria no cumprimento das portarias que padroniza a distribuição de equipamentos de TIC no TJSE; dentre outras.

PROJETOS E AÇÕES

Iniciados (a partir de fevereiro de 2021)

1. Aquisição de Projetores, Suportes e Telas;
2. Aquisição de Webcam e Headset;
3. Aquisição de Mesas de Som 6 Canais, 16 Canais (Câmaras), 28 Canais (Auditórios e Pleno);
4. Aquisição de Microcomputador;
5. Contratação de uma empresa para Outsourcing de Impressão;
6. Aquisição de Monitores;
7. Aquisição de Chatbot;
8. Aquisição de Placas de Vídeo para Departamento de Obras;
9. Aquisição de softwares para elaboração de Projetos sob a plata forma BIM – BuildingInformationModelling;
10. Aquisição de equipamentos de interação digital – Kindle (Memorial);
11. Aquisição do Corel Draw – Diretoria Comunicação;
12. Aquisição de sistema multimídia digital com a adequação técnica do ambiente para a realização de julgamentos, reuniões, palestras, aulas e treinamentos utilizando tecnologia de conferência, teleconferência, webconferência e webcast;
13. Aquisição de microfone lapela para Ejuse.

Em andamento

1. Contratar empresa especializada para o Tour 360º – Memorial;
2. Aquisição de microfones, base, pedestal;
3. Aquisição de extensor HDMI CAT-6 (de 60 metros) – ARP nº 28/2022;
4. Aquisição de conectores, cabos, adaptadores, Hub, splitter e extensor – ARP nº 11/2022;
5. Aquisição de ferramentas e materiais de consumo, componentes eletrônicos e periféricos – ARP 32/2022;
6. Aquisição de peças para manutenção de microcomputadores (HP 8300, Itautec Infoway ST4265, Positivo Master D540 e D570) – ARP nº 42/2022;
7. Aquisição de peças para manutenção de scanners (avision AV176U, Kodak i3400 e 1150) – ARP nº 39/2021. Já adquirido, R\$ 72.260,00;
8. Aquisição de impressora colorida A4 – EJUSE – ARP nº 34/2021. Já adquirido, R\$ 5.133,32;
9. Aquisição de peças para manutenção de impressoras (HP 2055, Samsung e Lexmark) – ARP nº 18/2022. Já adquirido, R\$ 11.535,00;
10. Aquisição de aquisição de cabos de rede patch cord e hub para viabilizar o atendimento da Resolução do CNJ nº 357/2021 – ARP 30/2022.

Concluídos (todos que serão finalizados até janeiro de 2023)

1. Aquisição de equipamento de interação digital para o Memorial, R\$ 5.782,50;
2. Aquisição de impressora Wi-Fi e conversor para CEPLAN, R\$ 2.555,52;
3. Aquisição do software de acesso remoto – TEAMVIEWER CORPORATE, R\$ 50.000,00;
4. Aquisição de impressora multifuncional A3 – Cerimonial, R\$ 10.489,98;
5. Aquisição de computador para Diretoria de Comunicação, R\$ 7.250,00;
6. Aquisição do software Adobe Creative Cloud, R\$ 48.599,98;
7. Aquisição de softwares para elaboração de projetos complementares sob a plataforma BIM – Building Information Modelling e Treinamento – Departamento de Obras, R\$ 86.922,00;
8. Aquisição de notebooks, R\$ 1.513.200,00;
9. Aquisição de peças para manutenção de notebooks, R\$ 49.105,48;
10. Aquisição de 03 licença do Software Adobe Photoshop por 12 meses – ARP nº 37/2021, R\$ 6.799,98;
11. Aquisição de aquisição de baterias para nobreak, R\$ 153.805,00;
12. Aquisição de memória RAM – ARP nº 28/2021, R\$ 556.988,50;
13. Aquisição de ferramenta completa de cálculos, R\$ 30.000,00;
14. Aquisição de equipamentos do fabricante Apple, R\$ 46.302,00;
15. Aquisição de webcam, R\$ 51.145,00;
16. Aquisição de câmara 360º, R\$ 92.800,00.

RESULTADOS

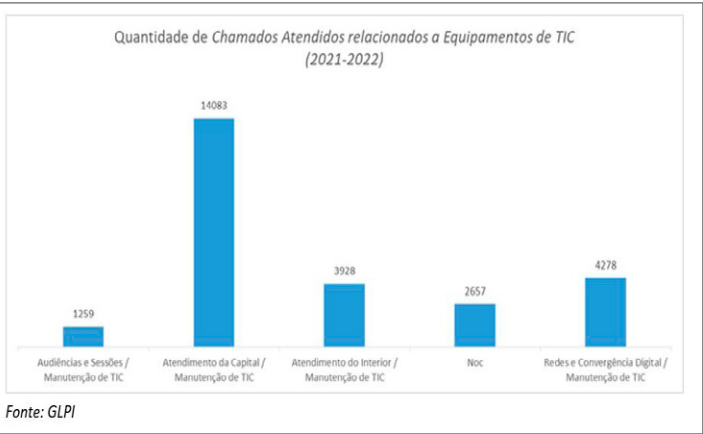
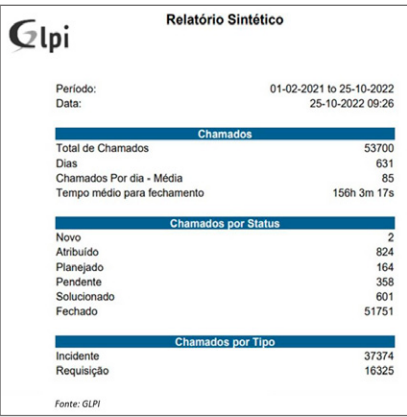
Todos esses projetos contribuem para uma melhor prestação das atividades jurisdicionais dos servidores e magistrados para a sociedade.Dentre as atividades desenvolvidas continuamente pela Diretoria e suas Divisões, podemos destacar:

1. Gerenciamento dos equipamentos de TIC, distribuídos na capital e no interior, de acordo com a Portaria 003/2022, instalando, configurando e dando manutenção;
2. Atendimento aos usuários (interno e externo) das demandas de TIC oferecida pelo TJSE;
3. Emitir pareceres técnicos referentes à contratação, aquisição e implantação de equipamentos e serviços de TIC;
4. Preparar equipamentos de TIC para uso interno no TJSE e para doações;
5. Gerenciar os chamados abertos para o Setor de Gestão de TIC, para uma solução mais eficiente e eficaz das demandas;
6. Fazer os atendimentos in loco nas unidades do TJSE (capital e interior), seja presencialmente através de rotas ou remotamente via telefone ou sistema de atendimento on-line;
7. Criação e manutenção das salas de videoconferência para uso em audiências, sessões e reuniões virtuais, bem como instalação e configuração do software;
8. Fazer backup e espelhamento de microcomputadores e notebooks que precisam de manutenção;
9. Fazer a Logística de peças e periféricos para manutenção de equipamentos, bem como de equipamentos novos e usados nos depósitos desta Diretoria;
10. Instalação e gerenciamento do software de gravação de audiência;
11. Treinamento de usuários nos sistemas de gravação de audiência e videoconferência;
12. Configuração de equipamentos de som nas salas de audiências e sessões;
13. Instalação de equipamentos de som, nos eventos e solenidades realizadas nas dependências do TJSE;
14. Fazer atualização de microcomputadores (substituição do SO, disco e memória RAM);
15. Transmissão para os canais oficiais do Tribunal no YouTube das sessões de julgamento dos órgãos do 2º Grau, da Turma Recursal e dos eventos realizados pelo TJSE.

INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES

Todos os nossos atendimentos efetivados são registrados na Ferramenta GLPI, conforme quantitativos abaixo:

Divisões	Quantidade
Audiências e Sessões / Manutenção de TIC	1259
Atendimento da Capital / Manutenção de TIC	14083
Atendimento do Interior / Manutenção de TIC	3928
Noc	2657
Redes e Convergência Digital / Manutenção de TIC	4278
Total	26.205



DIRETORIA DE INFRAESTRUTURA DE TIC



A Diretoria de Infraestrutura de TIC, subordinada à Seteci, é responsável pelo gerenciamento e monitoramento de todo o parque computacional do TJSE. É neste parque que estão armazenados todos os dados processuais e grande parte das informações de cunho administrativo. É de competência desta Diretoria gerenciar as redes de comunicação internas e externas(links de fibra óptica, links dos distritos e comarcas, links de telefonia e links de internet), prover requisitos de segurança da informação para todas as demais áreas, publicar as aplicações desenvolvidas por outros setores deste Poder e manter a infraestrutura de datacenter formada por sala-cofre, nobreaks e grupo moto gerador. Esta Diretoria é composta pelas seguintes Divisões: Divisão de Segurança da Informação; Divisão de Engenharia de Dados; Divisão de Redes e Convergência Digital; Divisão de Administração de Datacenter e Serviços.óptica: incremento substancial das velocidades dos links da metrolan e melhoria de gerenciamento dos equipamentos.

PROJETOS E AÇÕES

Iniciados (a partir de fevereiro de 2021)

- | | |
|---|---|
| 1. Datacenter Redundante, R\$ 2.863.000,00; | 5. Aquisição e implantação de nova solução de backup, R\$ 1.481.050,00; |
| 2. Troca de todos os equipamentos da rede de fibra óptica da Grande Aracaju com modernização tecnológica, R\$ 1.365.899,82; | 6. Atualização o parque de Windows Server, R\$ 815.616,00; |
| 3. Voip – TJSE Phone; | 7. Implantação de analisador de vulnerabilidades – software livre; |
| 4. Aquisição de armazenamento SSD (altíssimo desempenho) para o banco de dados principal, R\$ 1.868.000,00; | 8. Transferência de arquivos digitais para object storage – software Livre. |
| 4. Aquisição e implantação de nova solução de backup; | |
| 5. Implantação de analisador de vulnerabilidades; | |
| 6. Transferência de arquivos digitais para object storage. | |

Em andamento

- | |
|---|
| 1. Aquisição de equipamento de segurança da informação – Firewall de Aplicação WAF, R\$ 310.000,00. |
|---|

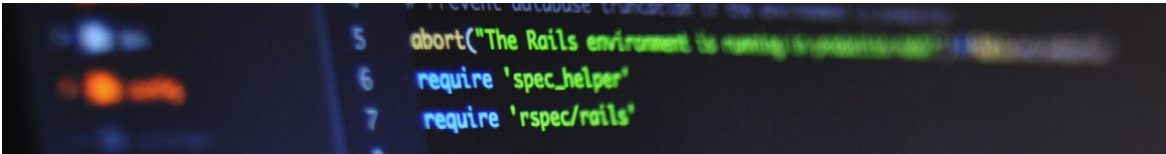
Concluídos (todos que serão finalizados até janeiro de 2023)

- | |
|---|
| 1. Datacenter Redundante, R\$ 2.863.000,00; |
| 2. Troca de todos os equipamentos da rede de fibra óptica da Grande Aracaju com modernização tecnológica, R\$ 1.365.899,82; |
| 3. Voip – TJSE Phone; |
| 4. Aquisição de armazenamento SSD (altíssimo desempenho) para o banco de dados principal, R\$ 1.868.000,00; |

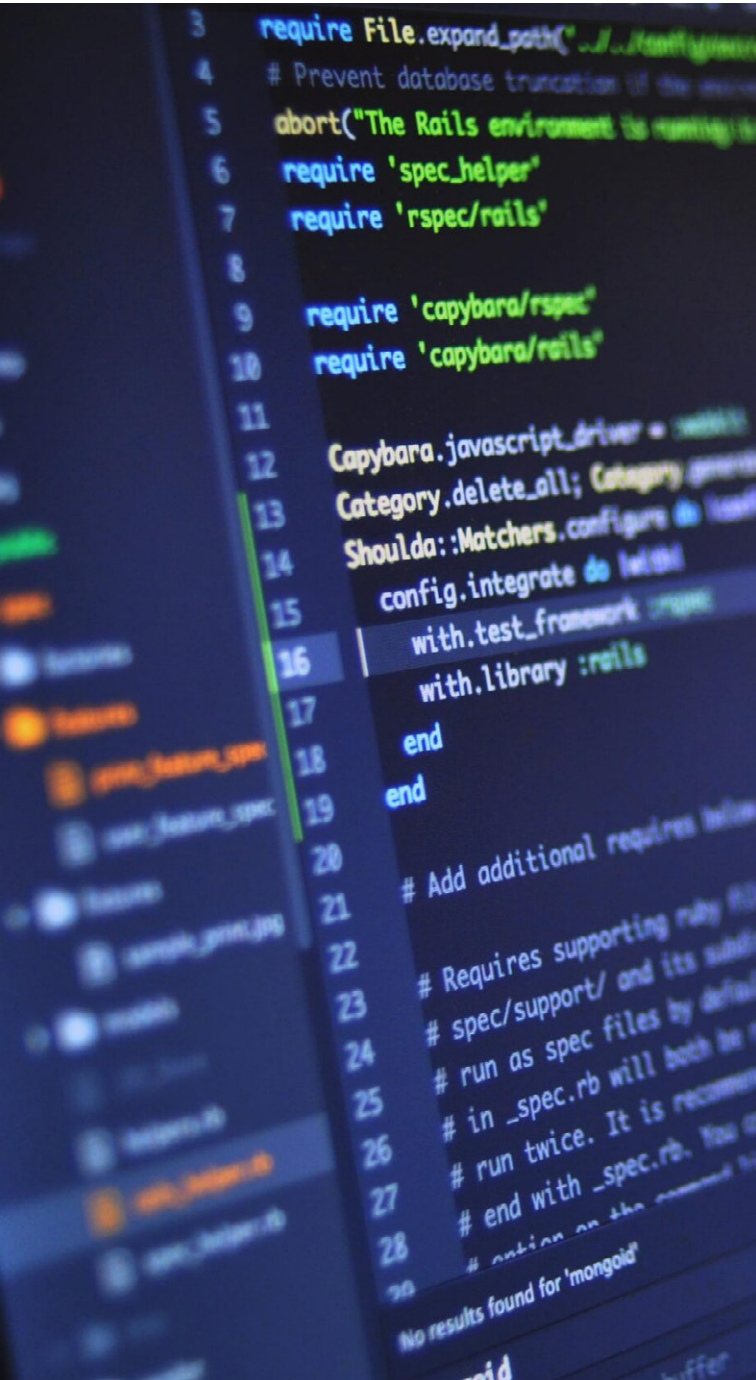


Resultados

- 1. Datacenter Redundante:** o TJSE, em 2022, pela primeira vez em sua história, esteve com todos os seus sistemas críticos implantados em dois datacenters com distanciamento geográfico. Assim, em caso de desastres, os planos de continuidade de negócios serão executados com muito mais agilidade e qualidade. Na prática, nossos sistemas funcionam de forma distribuída e totalmente redundante. Esta aquisição e implantação foi determinação da inspeção do CNJ ocorrida em 2022;
- 2. Troca de todos os equipamentos da rede de fibra óptica:** incremento substancial das velocidades dos links da metrolan e melhoria de gerenciamento dos equipamentos.
- 3. Voip TJSE Phone:** possibilidade de utilização do computador como ramal, seja dentro do TJSE, seja em teletrabalho. O projeto está pronto, porém aguarda a aquisição de headsets para ser implantado;
- 4. Aquisição de armazenamento SSD (altíssimo desempenho) para o banco de dados principal:** incremento substancial na velocidade de acesso dos nossos dados pelos nossos sistemas judiciais. Essa atualização deve reduzir visivelmente as instabilidades de sistema e deve melhorar a velocidade de aplicações;
- 5. Aquisição e implantação de nova solução de backup:** aumento da capacidade, melhoria da integridade, facilidade em processos de restore e backup de massas muito grandes de dados;
- 6. Renovação do parque Windows Server:** atualização de todo o parque de servidores Microsoft Windows Server para a mais nova versão com novas funcionalidades;
- 7. Aquisição de equipamento de segurança da informação – firewall de Aplicação WAF:** primeiro equipamento adquirido com função específica de verificar as tentativas de invasão a sistemas web. Os demais equipamentos adquiridos anteriormente já faziam parte da prevenção, porém este novo equipamento eleva bastante a qualidade da segurança eletrônica de nossos sistemas;
- 8. Implantação de Analisador de Vulnerabilidades:** ferramenta baseada em software livre que analisa nossa infraestrutura de servidores, aplicações e redes a fim de encontrar vulnerabilidades de segurança da informação e facilitar a implantação de melhorias;
- 9. Transferência de arquivos digitais para object storage:** as mídias eletrônicas (pdfs, áudios e vídeos) foram transferidas do nosso banco de dados para serem armazenadas em ambiente mais escalável, desabonando o custo de processamento de nosso sistema gerenciador de banco de dados, deixando-o mais performático.



DIRETORIA DE DESENVOLVIMENTO DE SISTEMAS JUDICIAIS



A Diretoria de Desenvolvimento de Sistemas Judiciais (Didesijud), criada pela Lei Estadual 6.124/2007, reestruturada administrativamente através da Lei 8.912/2021, com atuação regulamentada pela Portaria Normativa 77/2018 – GP1, é subordinada à Seteci. É responsável pelo desenvolvimento e manutenção do principal sistema utilizados pelas unidades judiciárias do 1º e 2º Grau, o Sistema de Controle Processual Virtual (SCPv), assim como também desenvolve e suporta os microsserviços responsáveis pelos projetos internos e da interoperabilidade com os demais órgãos externos que compõem o sistema de justiça. A Didesijud é composta das seguintes divisões: Divisão de Sistemas da 1ª Instância; Divisão de Sistemas da 2ª Instância; e Divisão de Sustentação aos Sistemas Judiciais.

PROJETOS E AÇÕES

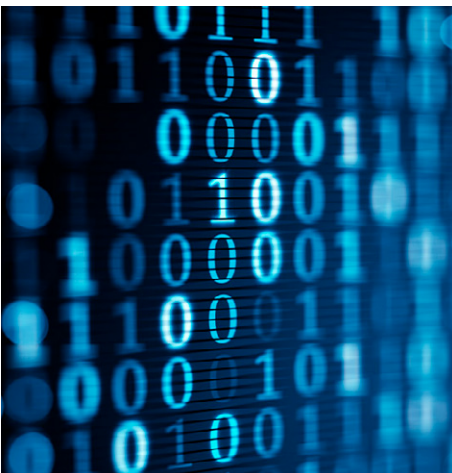
Iniciados (a partir de fevereiro de 2021)

1. Implantação do Juízo 100% Digital;
2. Implantação do novo modelo de materialização processual;
3. Integração do SCPv com os serviços estruturantes da Plataforma de Desenvolvimento do Poder Judiciário (PDPJ-Br);
4. Registro Eletrônico de Objetos Apreendidos;
5. Melhorias no módulo de Gabinete do 1º Grau;
6. Remessa do 1º Grau com recebimento de protocolo no 2º Grau sem gerar recurso;
7. Teletrabalho – Adequação Portaria nº 18/2020;
8. Consulta Processual por Número Único;
9. Controle da Primeira Infância;
10. Publicação da jurisprudência administrativa das decisões do Tribunal Pleno;
11. Integração do SCPv com o sistema Infodip (TSE);
12. Integração da Guia Eletrônica com o SEEU/CNJ;
13. Implantação do CODEX/CNJ;
14. Remoção de processo em pauta publicada;
15. Desenvolvimento do projeto Conecte-SE;
16. Desenvolvimento do projeto Certidão Tá On;
17. Nova versão do BNPR (Res. 286/2019/CNJ);

18. Migração da Turma Recursal para o SCPv do 2º Grau;
19. Automação da Distribuição do 2º Grau;
20. Pessoa em Situação de Rua (PSR);
21. Controle do Sigilo Processual;
22. Desenvolvimento do módulo do Cejure (Justiça Restaurativa);
23. Evolução do MNI (petição inicial).

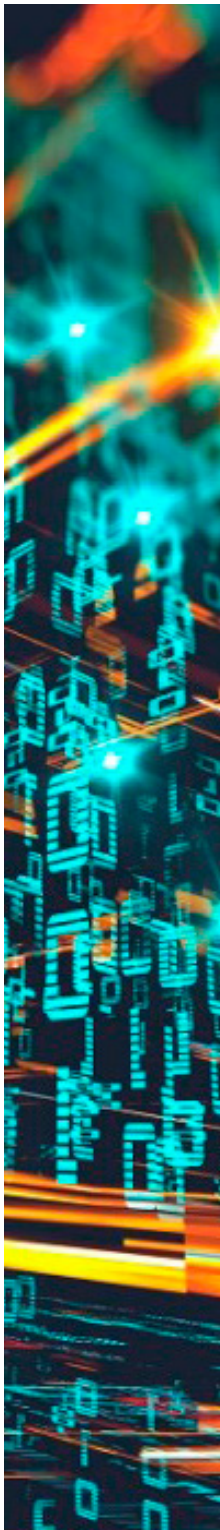
Em andamento

1. Controle de Leitura de Documentos (CGJ);
2. Integração do SCPv com o sistema INFODIP (TSE);
3. Produtividade da CPE;
4. Controle do Sigilo Processual.



Concluídos (todos que serão finalizados até janeiro de 2023)

1. Implantação do Juízo 100% Digital;
2. Implantação do novo modelo de materialização processual;
3. Integração do SCPv com os serviços estruturantes da Plataforma de Desenvolvimento do Poder Judiciário (PDPJ-Br);
4. Registro Eletrônico de Objetos Apreendidos;
5. Melhorias no módulo de Gabinete do 1º Grau;
6. Remessa do 1º Grau com recebimento de protocolo no 2º Grau sem gerar recurso;
7. Teletrabalho – Adequação Portaria nº 18/2020;
8. Consulta Processual por Número Único;
9. Controle da Primeira Infância;
10. Publicação da jurisprudência administrativa das decisões do Tribunal Pleno;
11. Integração da Guia Eletrônica com o SEEU/CNJ;
12. Implantação do Codex/CNJ;
13. Remoção de processo em pauta publicada;
14. Desenvolvimento do projeto Conecte-SE;
15. Desenvolvimento do projeto Certidão Tá On;
16. Nova versão do BNPR (Res. 286/2019/CNJ);
17. Migração da Turma Recursal para o SCPv do 2º Grau;
18. Automação da Distribuição do 2º Grau;
19. Pessoa em Situação de Rua (PSR);
20. Desenvolvimento do módulo do Cejure (Justiça Restaurativa);
21. Controle de Leitura de Documentos (CGJ);
22. Produtividade da CPE;
23. Integração do SCPv com o sistema Infodip (TSE).



Resultados

Os projetos acima listados estão alinhados com os macrodesafios do Planejamento Estratégico do TJSE, assim como ao programa Justiça 4.0 do Conselho Nacional de Justiça, trazendo benefícios para as unidades judiciárias do 1º e 2º Graus e, principalmente, para o jurisdicionado.

Dentre os projetos relacionados, destacamos o Juízo 100% Digital, em que somando todas as unidades judiciárias, já foram classificados 28.314 processos no Juízo 100% Digital; o projeto Conecte-SE; a Migração da Turma Recursal para o SCPv do 2º Grau; a Automação da Distribuição do 2º Grau; e a Integração do SCPv com o sistema Infodip/TSE. Ainda houve a integração aos serviços estruturantes obrigatórios da PDPJ-Br, quais sejam: SSO (Single Sign On), Marketplace, Notificações e CODEX.

Diretoria de Sistema de Gestão

A Diretoria de Sistemas de Gestão (Didiges), criada pela Lei Estadual 6.124/2007, reestruturada administrativamente através da Lei 8.912/2021, com atuação regulamentada pela Portaria Normativa 77/2018 – GP1, é subordinada à Seteci. É responsável pelo desenvolvimento e manutenção de sistemas que apoiam toda a atividade administrativa, assim como, também desenvolve e suporta sistemas que orbitam alguns dos principais sistemas judiciais, tais como Sistema da Central de Mandados, Sistemas de Custas Judiciais, Sistemas do Extrajudicial (Selo Digital, Sistema de Controle de Certidões, Sistema para controle do Cartórios), portais Web do TJSE, aplicativos móveis do TJSE, Sistema de Agendamento de Perícias. A DISIGES é composta das seguintes divisões: Divisão de Sistemas Administrativos; Divisão de Portais e Canais Digitais; Divisão de Sistemas Extrajudiciais e de Arrecadação; e Divisão de Sistemas de Apoio Judicial e Administrativo.



PROJETOS E AÇÕES

Iniciados (a partir de fevereiro de 2021)

- 1. Implementação do e-carta no Sistema de Mandados Eletrônicos;
- 2. Adequações do Sistema de Precatórios à Resolução 303/CNJ (até a terceira fase);
- 3. Projeto devolução de custas;
- 4. Controle de ressarcimento de serviços em guias extrajudiciais;
- 5. Consulta de documentos anexados nas comunicações processuais;
- 6. Contratação do JIRA Software;
- 7. Contratação de equipamentos para desenvolvimento para dispositivos móveis;
- 8. Comunicação por mensagens de texto curtas;
- 9. Integração do controle de usuários com o Single Sign On do CNJ;
- 10. Migração do banco de dados do Mentorh;
- 11. Mudanças na jurisprudência administrativa;
- 12. Projeto de Inclusão Digital (Libras);
- 13. Projeto Despache com o Presidente;
- 14. Projeto Census Pleno 4.0;
- 15. Auditoria do CNJ sobre Acessibilidade;
- 16. Implementação da Guia de Recolhimento no Recurso Inominado;
- 17. Portal do Centro médico;
- 18. Implantação do e-Social;
- 19. Criação de aplicativo móvel para o cidadão;

- 20. Projeto Dados Abertos;
- 21. Implantação do RDC-Arq, Projeto Arquivo Judiciário Digital (Resolução 324/2020 CNJ);
- 22. Desenvolvimento do Projeto Prontuário Eletrônico;



Pessoas que cumprem penas ou medidas de comparecimento em juízo agora podem fazer isso através de um registro biométrico



Primeiro totem foi instalado no fórum do conjunto Orlando Dantas, em Aracaju

- 24. Portal da Transparência;
- 25. Autenticação de usuários da justiça utilizando o gov.br;
- 26. Consulta Unificada de Normativos do TJSE;

27. Automação de Processos Administrativos, Projeto Integração Atos X Mentor RH;
28. Aperfeiçoamento do Sistema de Agendamento de Perícias;
29. Adequações do Sistema de Precatórios à Resolução 303/CNJ;
30. Pagamento eletrônico de custas e multa penal.

Em andamento

1. Aperfeiçoamento do Sistema de Agendamento de Perícias;
2. Adequações do Sistema de Precatórios à Resolução 303/CNJ;
3. Pagamento eletrônico de custas e multa penal.

Concluídos (todos que serão finalizados até janeiro de 2023)

1. Implementação do e-carta no Sistema de Mandados Eletrônicos;
2. Adequações do Sistema de Precatórios à Resolução 303/CNJ (Até a terceira fase);
3. Projeto devolução de custas;
4. Controle de ressarcimento de serviços em guias extrajudiciais;
5. Consulta de documentos anexados nas comunicações processuais;
6. Contratação do JIRA Software;
7. Contratação de equipamentos para desenvolvimento para dispositivos móveis;
8. Comunicação por mensagens de texto curtas;

9. Integração do controle de usuários com o Single Sign On do CNJ;
10. Migração do banco de dados do Mentorh;
11. Mudanças na jurisprudência administrativa;
12. Projeto de Inclusão Digital (Libras);
13. Projeto Despache com o Presidente;
14. Projeto Census Pleno 4.0;
15. Auditoria do CNJ sobre Acessibilidade;
16. Implementação da Guia de Recolhimento no Recurso Inominado;
17. Portal do Centro médico;
18. Implantação do e-Social;
19. Criação de aplicativo móvel para o cidadão;
20. Projeto Dados Abertos;
21. Implantação do RDC-Arq, Projeto Arquivo Judiciário Digital (Resolução 324/2020 CNJ);
22. Desenvolvimento do Projeto Prontuário Eletrônico;
23. Cumprimento Digital;
24. Portal da Transparência;
25. Autenticação de usuários da justiça utilizando o gov.br;
26. Consulta Unificada de Normativos do TJSE;
27. Automação de Processos Administrativos, Projeto Integração Atos X Mentor RH.

Resultados

Os projetos acima têm como finalidade a melhoria na eficiência das áreas administrativas do TJSE, assim como melhoria na eficiência de integrações realizadas entre o TJSE e outras organizações que resultam em uma melhora da qualidade dos serviços prestados à sociedade. Nos módulos de apoio aos sistemas judiciais, as melhorias visam tornar os processos de trabalho mais céleres e cada vez mais automatizados, minimizando assim ações repetitivas e desnecessárias realizadas por humanos.

DIRETORIA DE INOVAÇÃO JUDICIÁRIA

A Diretoria de Inovação Judiciária é uma Diretoria da Seteci criada para atender à Política de Inovação delineada na Resolução 395/2021 do CNJ. A Dinovajud exerce as competências definidas no artigo 146-A da Portaria Normativa TJSE 77/2018 e tem sua atividade regulamentada pela Resolução 26/2022 deste Tribunal, coordenando o processo de inovação, padronização e melhoria contínua da atividade-fim do Poder Judiciário de Sergipe.



Oficina de Inovação foi realizada em 7 de julho de 2022 para estimular a produção de novas ideias

A segunda Maratona de Inovação aconteceu no dia 10 de outubro de 2022 (1)

PROJETOS E AÇÕES

Iniciados (a partir de fevereiro de 2021)

A Diretoria de Inovação Judiciária iniciou alguns projetos de destaque na gestão 2021-2023, estando alguns deles em andamento, outros concluídos e outros que serão finalizados até o final da gestão. Entre eles: Conecte-SE, Cumprimento Digital, Guia Eletrônica de Preparo de Recurso Inominado, Automação da Distribuição no 2º Grau, E-Fórum, Sistema do 2º Grau na Turma Recursal, Sistema de Gestão e Tramitação de Perícias, Admissibilidade Expressa, Certidão Tá On, Jurizap e Comunicação de Atos Judiciais por Mensagem de Texto – SMS.

Em andamento

Entre os processos iniciados listados, os projetos Automação da Distribuição no 2º Grau, E-Fórum e Admissibilidade Expressa, ainda estão em andamento em fases distintas dos seus respectivos planos de ação.

Concluídos (todos que serão finalizados até janeiro de 2023)

Quanto aos projetos de destaque da gestão já concluídos, pode-se citar o Conecte-SE, Cumprimento Digital, Guia Eletrônica de Preparo de Recurso Inominado, Sistema do 2º Grau na Turma Recursal, Sistema de Gestão e Tramitação de Perícias, Certidão Tá On, Jurizap e Comunicação de Atos Judiciais por Mensagem de Texto – SMS.

Resultados

Os projetos e ações desenvolvidas ao longo da gestão foram realizados de modo a atender a Política de Inovação, trazendo resultados em termos de agilidade, produtividade, segurança e eficiência na prestação do serviço, são eles:

1. Conecte-SE: viabiliza o acesso à justiça aos excluídos digitais, por meio de salas de participação digital, onde podem ser realizados atos judiciais e administrativos. Apresentou ganhos também em termos de segurança e economia;

2. Cumprimento Digital: permite o autocumprimento da pena/medida de comparecimento em juízo por meio da identificação biométrica. Trouxe agilidade, segurança e modernidade ao cumprimento das penas e medidas de comparecimento em juízo;

3. Guia Eletrônica de Preparo de Recurso Inominado: representa mais um avanço na emissão de guias diretamente no Portal Corporativo pelo próprio usuário. Facilitou o acesso, sem olvidar da segurança (permite conferência do pagamento), e, ainda, permite um melhor aproveitamento da jornada pelos serventuários, que podem destinar o tempo usado para a emissão dessas guias para a realização de outras atividades cartorárias;

4. Sistema do 2º Grau na Turma

Recursal: adaptou o sistema da Turma Recursal à realidade de órgão colegiado, já deixando preparada para a nova estrutura de duas Turmas e uma Turma de Uniformização, nos termos da LC nº 362/2022;

5. Sistema de Gestão de Tramitação de Perícias:

permite a gestão e tramitação das perícias desvinculadas do processo em que foi solicitada. Viabiliza também o controle automatizado do pagamento e reembolso dos honorários periciais, trazendo celeridade e melhor qualidade na prestação do serviço;

6. Certidão Tá On: traz a possibilidade de solicitação e recebimento eletrônico de Certidão Judicial, negativa ou positiva, nos termos da Resolução CNJ 121, com verificação de identidade via sistema GOV.BR, podendo o solicitante contestar eletronicamente os dados fornecidos, por meio do site ou aplicativo do TJSE;

7. Jurizap: projeto desenvolvido para centralizar as comunicações enviadas via aplicativo multiplataforma, criando uma nova via para cumprimento das comunicações judiciais;

8. Comunicação de Atos Judiciais por Mensagem de Texto – SMS: traz o desenvolvimento de solução que permite a tentativa de encaminhamento da intimação por mensagem de texto – SMS antes do documento ser disponibilizado para envio via fluxo original de expedição.

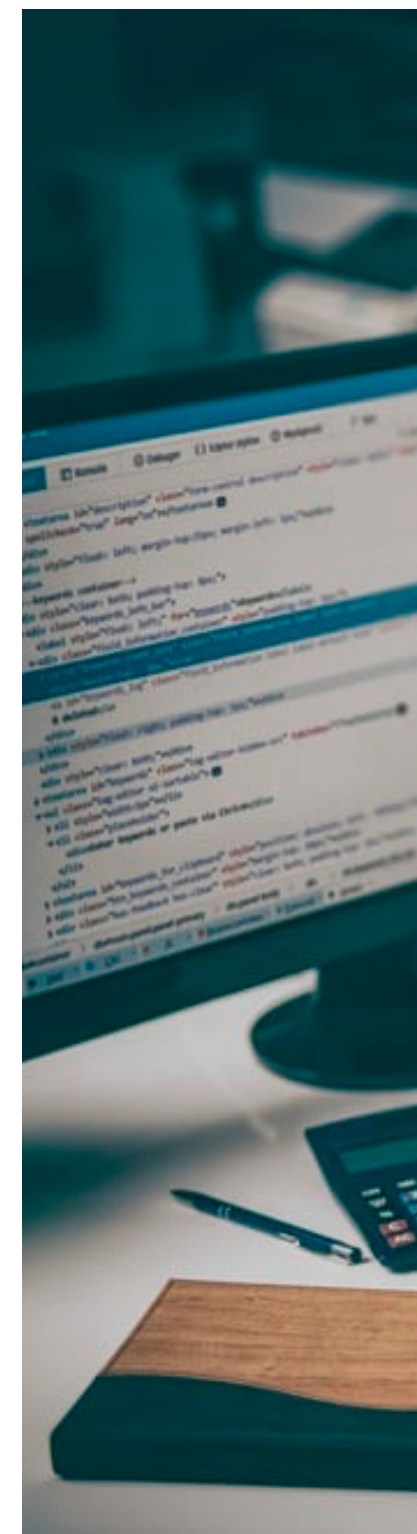
Os projetos que estão em andamento igualmente propõem resultados interessantes em termos de fomento da inovação na ambiência do Judiciário, veja:

1. Automação da Distribuição no 2º Grau: projeto desenvolvido para automatizar a distribuição de processos e recursos no 2º Grau, sendo dividido em duas fases: a) automação das distribuições por remessa das unidades de origem; b) automação das distribuições através do Portal de Peticionamento;

2. E-Fórum: programa que transpõe divisas, expandindo o Judiciário através dos serviços remotos e racionalizando recursos físicos. Visa desmaterializar e desterritorializar os serviços do Judiciário, encurtando distâncias, por meio de programas institucionais já existentes. Para isto, será preciso parcerias, convênios e espaços colaborativos, acesso à internet e um clique para o Judiciário chegar a todo lugar;

3. Admissibilidade Expressa: projeto colaborativo entre os Tribunais de Justiça de Sergipe, Rondônia e Santa Catarina para automação da admissibilidade dos Recursos Especiais mediante utilização de inteligência artificial, sendo dividido em duas fases: a) automação da análise dos requisitos objetivos de admissibilidade (tempestividade e preparo); b) automação da análise dos requisitos subjetivos de admissibilidade. Trará celeridade na admissibilidade dos Recursos Especiais, maior segurança jurídica mediante utilização de inteligência artificial para análise de semelhança entre petições e decisões, bem como traz como proposta permitir a redução da mão de obra da Consultoria de Processos Judiciais.

Além dos projetos, a Diretoria de Inovação Judiciária desenvolveu ações como a Oficina de Inovação e as Maratonas de Inovação, usando a metodologia do design thinking. Estas ações buscaram fomentar, projetar e implantar um processo de inovação no âmbito do Poder Judiciário de Sergipe.



SECRETARIA JUDICIÁRIA (SEJUD)

A Secretaria Judiciária (Sejud) é o órgão de planejamento, direção, assessoramento e supervisão das atividades jurisdicionais do Poder Judiciário e é constituída atualmente pelas seguintes unidades: Subsecretaria do Tribunal Pleno; Subsecretaria da Câmara Criminal; Subsecretaria da Primeira Câmara Cível; Subsecretaria da Segunda Câmara Cível; Central de Mandados do 2º Grau; Central de Protocolo e Registro; e Cartório do Tribunal, que compreende as Escrivanias da 1ª Câmara Cível, da 2ª Câmara Cível e Câmaras Cíveis Reunidas, da Câmara Criminal e do Tribunal Pleno; além do Arquivo Judiciário; Coordenadoria de Perícias Judiciais; e Central de Plantão Judiciário.

Insta pontuar, que com o advento da Lei 8.912/2021, a então Diretoria de Modernização Judiciária, que passou a denominar-se Diretoria de Inovação Judiciária, a Biblioteca Central, a Biblioteca Setorial do Fórum Gumersindo Bessa e o Memorial do Poder Judiciário, anteriormente subordinados à Sejud, passaram a ser gerenciados, respectivamente, aquela, à Secretaria de Tecnologia da Informação, e, estes, à Presidência.

Dados estatísticos

Com base nos dados estatísticos relacionados aos processos judiciais e administrativos do Tribunal Pleno, vinculados à SEJUD, no período entre 27 de janeiro a 17 de dezembro de 2021, foram julgados 611 processos, sendo que foram realizadas 48 Sessões Ordinárias Virtuais e julgados 407 feitos; 42 Sessões Ordinárias por Videoconferência, julgados 202 processos; 01 Sessão Extraordinária por Videoconferência; 02 Sessões Ordinárias Virtuais do Conselho da Magistratura e 07 Sessões Ordinárias por Videoconferência do Conselho da Magistratura, e julgados 02 feitos, consoante informações fornecidas pela Divisão de Sistemas da 2ª Instância e Secretaria de Tecnologia deste Tribunal.

Ainda foram submetidas e aprovadas pelo Tribunal Pleno 31 Resoluções no ano de 2021. Foi também submetida e aprovada pelo Tribunal Pleno 01 Emenda Regimental no ano de 2021. Foram submetidas e definidas pelo Tribunal Pleno 02 promoções e 10 remoções de Magistrados, 01 promoção de Desembargador, assim como 05 escrutínios para preenchimento dos cargos de Membros Titulares e Substitutos, Classes

Advogado (1), Juiz de Direito (3) e Desembargador (1) do Tribunal Regional Eleitoral.

Já no período compreendido entre 23 de janeiro a 26 de outubro de 2022, foram julgados 693 processos, em Sessões Judiciais/Administrativas Ordinárias Virtuais e Híbridas; e 04 processos, em Sessões Ordinárias Virtuais e Híbridas do Conselho da Magistratura, consoante informações fornecidas pela Divisão de Sistemas de 2º Grau deste Tribunal. Foram submetidas e aprovadas pelo Tribunal Pleno 31 Resoluções, até a Sessão Administrativa realizada em 16/11/2022.

Outrossim, foram submetidas e definidas pelo Tribunal Pleno: 06 promoções e 3 remoções de Magistrados – Entrância Inicial; 03 promoções e 02 remoções de Magistrados – Entrância Final; 01 promoção de Desembargador; bem como 03 escrutínios para preenchimento dos cargos de Membros Substitutos/Titulares, Classes Juiz de Direito (1) e Desembargador (3) do Tribunal Regional Eleitoral.

Ainda se encontram em curso os certames para preenchimento da 01 Vaga de Desembargador decorrente da aposentação do Desembargador José dos Anjos; 06 Vagas para as Turmas Recursais; e 01 Vaga para a 2ª Vara Cível da Comarca de Estância, de Entrância Final.

Projetos e ações

Registro, ainda, que além dos projetos concluídos, bem como aqueles em execução relativos às unidades subordinadas à Sejud acima indicadas, estamos, também, na linha de trabalho na alteração e modificação do Regulamento Interno do TJSE, que trará uma atualização considerável dos regramentos ali dispostos e sua harmonização com a jurisprudência dos parâmetros superiores e atos normativos do Conselho Nacional de Justiça. Referido projeto encontra-se na sua fase final, já minutado na sua inteireza, aguardando apenas sua apreciação e aprovação pelo Tribunal Pleno.

Outro projeto em que a Sejud participa é o da implantação do Sistema PJe Corregedorias – PJeCor no âmbito do Poder Judiciário do Estado de Sergipe. O mencionado projeto contou com a elaboração da Portaria Conjunta 067, 18 de outubro de 2022, encontrando-se em fase de capacitação/treinamento dos servidores que utilizarão do citado Sistema.

Registre-se, ainda, que consta dos projetos da Sejud, o gerenciamento de contratação de empresa especializada para prestação de serviços de interpretação simultânea em Língua Brasileira de Sinais (Libras) nos eventos do Tribunal de Justiça do Estado de Sergipe (Sessões do Tribunal Pleno), encontrando-se referido projeto em processo licitatório.

ARQUIVO JUDICIÁRIO

O Arquivo Judiciário constitui unidade que integra a Secretaria Judiciária. É composto por três divisões: Divisão de Recuperação e Consulta Documental; Divisão de Avaliação Documental; e Divisão de Memória Judiciária. No biênio 2021-2023 foram classificados (até outubro de 2021) 9.856 processos históricos. No mesmo período, o Arquivo digitalizou 11.224 páginas.

Divisão de Recuperação e Consulta Documental

À Divisão de Recuperação e Consulta Documental compete as atribuições insertas no artigo 41 do Ato 1.627/2008, cuja redação foi alterada pelo Ato nº 1.039/2012. Compete à Divisão: gerenciar o recebimento de documentos, o desarquivamento e o envio dos autos judiciais e administrativos nos sistemas informatizados, seja no original, seja em cópia física ou digitalizada; atender às solicitações de partes e advogados para consulta jurídica; atender à entrega de autos solicitados pelas Varas do Fórum Gumersindo Bessa, bem como proceder à devolução de autos de todas as unidades jurisdicionais; além de receber, classificar e atender às solicitações e devoluções de documentação administrativa.



Durante o ano de 2021, foram recebidas 1.155 caixas, sendo conferidos um total de 8.326 processos, com a devolução de 1.137 feitos ante o descumprimento quanto ao estatuído na Instrução Normativa 06/2012 (dispõe sobre a transferência de caixas das Secretarias dos Juízos Cíveis e Criminas ao Arquivo Geral do Judiciário e o acesso dos interessados aos processos arquivados) e Resolução 09/2020 (estabelece a Política de Gestão Documental de Processos e Documentos em Meio Digital do Tribunal de Sergipe).

Foram desarquivados 2.018 processos, sendo 1.209 enviados via sistema e 931 via e-mail, importando um total de 10.233 peças digitalizadas. Relativamente à consulta jurídica, tocante ao atendimento das partes, advogados e representantes legais, foram consultados 1.893 processos.

Pertinente à documentação administrativa, foram recebidas 721 caixas de documentos administrativos e 35 caixas de documentação administrativa judicial, sendo solicitado e remetidos 159 documentos administrativos.



Em 2022, até o mês de outubro foram recebidas 513 caixas, sendo conferidos um total de 3.014 processos, com a devolução de 1.232 feitos ante o descumprimento quanto ao estatuído na Instrução Normativa 06/2012 e Resolução 09/2020. Foram desarquivados 1.446 processos, sendo 1.109 enviados via sistema e 337 via e-mail, importando um total de 4.006 peças digitalizadas. Relativamente a consulta jurídica, tocante ao atendimento das partes, advogados e representantes legais, foram consultados 1.999 processos.

Pertinente à documentação administrativa, foram recebidas 536 caixas de documentos administrativos e 323 caixas de documentação administrativa judicial, sendo solicitado e remetidos 449 documentos administrativos.

Divisão de Avaliação Documental

A Divisão de Avaliação Documental engendra seus esforços na otimização dos procedimentos de avaliação, classificação e destinação dos processos judiciais findos e documentos administrativos que alcançaram seu tempo de guarda, seguindo para descarte ou guarda permanente. O trabalho é coordenado pela Comissão Permanente de Avaliação Documental, de acordo com as diretrizes do Programa Nacional de Gestão Documental e Memória do Poder Judiciário (Proname).

Nesse sentido, considerando a Resolução CNJ 324/2020 do CNJ, que recomenda aos Tribunais a observância das normas de Gestão da Memória do Poder Judiciário, foram realizados os projetos:

1. Atualização da Resolução 09/2020, culminando com a aprovação da Resolução 19/2021, que atualiza a Política de Gestão Documental de Processos e Documentos em Meio Digital do Tribunal de Justiça de Sergipe, considerando a necessidade de implementação de Repositórios Arquivísticos Digitais Confiáveis (RDC-Arq), cumprimento tempestivamente com o mandamento da Resolução 324/CNJ;

2. Participou da proposta de ato normativo – Resolução 01/2002 – que institui o Programa de Gestão Documental e da Memória do Tribunal de Justiça de Sergipe, sem prejuízo do constante em Resolução 19/2021 que atualizou a Resolução 09/2020 sobre a política de gestão documental em meio digital para contemplar a implantação do Repositórios Arquivísticos Digitais Confiáveis (RDC-Arq), de forma ainda a preservar e difundir a memória institucional e do patrimônio cultural e arquivístico do Poder Judiciário;

3. De posse dos seus Atos Normativos, cumpriu assim com os requisitos para obtenção de pontuação no Prêmio CNJ de Qualidade, anos 2021-2022, na busca pela excelência na gestão, o que se traduz especialmente na sistematização e na disseminação das informações e no incremento da eficiência da prestação jurisdicional almejados pela Gestor do Tribunal de Justiça;

4. Durante o biênio foram aprovadas pela Comissão Permanente de Avaliação Documental – (CPAD) as Listagens de Eliminação 02/2020 e 03/2020, com documentos provenientes de processos virtualizados que alcançaram seu trânsito em julgado, conforme indicação fornecida pela Diretoria de Modernização (Dimoj), cuja documentação física se encontrava sob a guarda do Arquivo Judiciário;



Documentos aptos ao descarte foram doados para Cooperativa de Agentes de Reciclagem de Aracaju, em novembro de 2021

5. Nos termos da Resolução 324/CNJ, foram ainda aprovadas a Listagem de Eliminação de Recursos de Agravo de Instrumento 01/2021, que abarcou cerca de 1.068 caixas-arquivos com processos das competências da 1ª, 2ª, 3ª, 4ª, 5ª, 7ª, 8ª, 9ª, 10ª, 11ª e 12ª Varas Cíveis de Aracaju; e a Listagem de Eliminação de Agravo de Instrumento 02/2021, com processos das competências da 13ª, 15ª, 18ª, 19ª Varas Cíveis e 7ª Vara Privativa da Comarca de Aracaju, Barra dos Coqueiros, Boquim, Brejo, Estância, Itabaiana, Itabaianinha, Japarutuba, Lagarto, Neópolis, Nossa Senhora do Socorro, Pedrinhas, Poço Verde, Porto da Folha, São Francisco, Simão Dias, Tobias Barreto e Umbaúba;

6. Em 2022, mudança na presidência da Comissão Permanente de Avaliação Documental – Portarias Normativas 38/2022 GP2, com a nomeação do Juiz Auxiliar da Presidência do TJSE, Antônio Henrique de Almeida Santos, para ocupar a vaga anteriormente preenchida pelo magistrado Paulo César Cavalcante Macêdo. Manifestação da CPAD decidiu, em termos gerais, pela retomada do descarte dos processos judiciais dos Juizados Especiais arquivados em definitivo, cuja avaliação documental deverá se estender para as Varas Cíveis da Capital, porém, alertou da necessidade de realização de mutirão a fim de obter celeridade e maior eficiência no tocante ao montante de processos avaliados, bastante prejudicado pelos entraves da pandemia e impossibilidade do seu trabalho remoto;

7. Mutirão realizado no período de 30/05 a 23/06/2022, objetivando alavancar o descarte de autos judiciais que alcançaram sua temporalidade de guarda procedimento solicitado em observância a determinação da Comitê de Acompanhamento do Plano de Gestão (Caplag), em reunião realizada no dia 04/02/2022. Avaliação de 7.948 processos judiciais cíveis (456 caixas-arquivo) das competências da 4ª Vara Cível, 8ª Vara Cível e 10ª Vara Cível, ambas da Comarca de Aracaju, que passaram a integrar o Edital de Eliminação de Autos Findos 01/2022;

8. Capacitação de servidores no curso ‘Sistema Archivematica e Atom – o Negócio e seu

9. Participação no IX Congresso Nacional de Arquivologia, enfatizando a defesa dos Projetos da Gestão Documental do Poder Judiciário de Sergipe;

10. Participação na 6ª Semana Nacional de Arquivos, dias 6 a 10 de junho de 2022, com a exposição ‘Preservação, Memória e Reconhecimento das Conquistas das Comunidades Marginalizadas’, em que foram expostos processos que mostram conquistas das comunidades negras, indígenas e LGBTQIA+. A mostra traz a reflexão sobre a ascensão dos movimentos sociais na contemporaneidade como um fenômeno que merece atenção em diversas perspectivas de análises, entre elas a Arquivologia;

11. Aprovação de Projeto ‘Arquivo Judiciário: preservação, memória e reconhecimento das conquistas das comunidades marginalizadas’, apresentado em 22/08/2022, no ‘I Seminário Internacional de Processamento Técnico e Preservação de Acervos em Arquivos – SPPA’, promovido pelo Arquivo Nacional do Brasil;

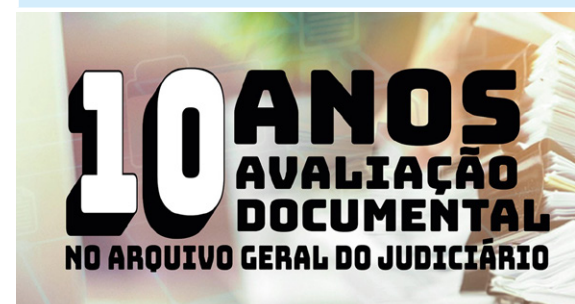
12. Aprovação do Edital de Eliminação de Autos Judiciais Findos 01/2022, autos de processos judiciais findos do 4º Juizado Especial Cível de Aracaju, 6º Juizado Cível de Aracaju (Vara de Acidentes e Delitos de Trânsito), 1ª Vara Cível, 4ª Vara Cível, 8ª Vara Cível e 10ª Vara Cível, todas da Comarca de Aracaju; tendo em vista o decurso do prazo de temporalidade, conforme determinação contida na Resolução 01/2022 do TJSE e Resolução 324 do CNJ;

13. Reorganização dos Acervos: arrumação de caixas-arquivo judiciais visando a eficiência dos espaços nos acervos e também disponibilidade processos avaliados para o atendimento ao público por meio de busca da documentação permanente proveniente da avaliação e classificação da documentação arquivada. Não dispêndio com terceirização para armazenamento de documentação arquivada;

14. Implantação do Repositório Arquivístico Digital (RDC-Arq) no Tribunal de Justiça de Sergipe, em cumprimento à Portaria 170 de 20 de maio de 2022, que instituiu o regulamento do Prêmio CNJ de Qualidade, ano 2022;

15. Em estudo revisão do projeto de digitalização para cumprir Resolução 469, de 31 de agosto de 2022, que estabelece diretrizes e normas sobre a digitalização de documentos judiciais e administrativos e de gestão de documentos digitalizados do Poder Judiciário;

16. Andamento do 2º Edital de Eliminação do Autos Judiciais Findos, processos de competência da 13ª Vara Cível da Comarca de Aracaju;



17. Organização o evento comemorativo aos 10 Anos da Divisão de Avaliação Documental, projeto apresentado e aprovado pela Caplag.

Divisão de Memória Judiciária

Realiza atividades pertinentes à pesquisa histórica e busca de processos do acervo permanente. Registrou no biênio 296 pedidos de busca de processos presenciais; 74 pedidos de busca de processos por e-mail do TJSE; e 15 pelo sistema do TJSE.



Atividades concernentes à classificação de processos do acervo permanente

O processo de classificação envolve diversas fases. A primeira, consiste na abertura das caixas-arquivo oriundas das diversas Comarcas e armazenadas nos acervos relativos ao arquivo intermediário, após pré-classificação, e retirada dos respectivos processos e separação por série, subsérie e agrupamento tipológico, em conformidade com as diretrizes para identificação e classificação de acervos judiciais permanentes.

Nessa fase de separação de processos, o manuseio é cuidadoso e detalhista porquanto, na maioria das vezes, os autos estão danificados (fungos, acidez e corrosão pela ação de insetos), implicando a devida limpeza para a retirada de resíduos e desinfestação, a fim de posteriormente, quando for o caso, serem submetidos a processo de restauro. A segunda fase, visa a ordenação cronológica dos processos, observadas as Diretrizes para Codificação dos Fundos Judiciais do Arquivo Geral do Judiciário.

A terceira fase consiste no acondicionamento adequado de processos (papel kraft) em caixa-arquivo, seguida da quarta fase a qual se procede com etiquetagem. Na quinta fase, efetua-se o cadastramento no sistema eletrônico e alocação no acervo devido. Desse modo, em 2021 até outubro 2022, foram 319 processos e 10.211 páginas tratadas de desinfestação, higienizadas, intercaladas, mapeadas e envelopadas e 196 caixas trocadas e etiquetadas.

Visitas e atendimentos aos pesquisadores

Meses	Quantidade	
	2021	2022
Janeiro	17	60
Fevereiro	27	66
Março	04	49
Abril	00	50
Maio	00	55
Junho	00	21
Julho	18	58
Agosto	43	56
Setembro	25	52
Outubro	19	14
Novembro	42	-
Dezembro	32	-
Total	227	481
	708	

*Saliente-se que nos meses de abril, maio e junho/2021 os atendimentos presenciais foram suspensos por conta da pandemia Covid-19; contudo, foram realizados via e-mail.

Cursos/palestras ministrados pela Divisão de Memória



- Curso de Higienização e Conservação de Documentos
- 09/08/2021: Curso de Higienização e Conservação de Documentos, ministrado pela servidora Vera Lúcia Souza de Carvalho;
 - 10/08/2021: Curso de Higienização e Conservação de Documentos, ministrado pela servidora Vera Lúcia Souza de Carvalho;
 - 20/10/2021: comemoração do Dia do Arquivista com palestra realizada pela professora, mestre em Educação e diretora do APES, Sayonara Rodrigues do Nascimento Santana, com o tema 'Os arquivos em foco: perspectivas sobre a preservação e o acesso à informação nos acervos sergipanos'; e exposição da coleção de Gumersindo Bessa;
-
- 19/11/2021: comemoração ao Dia da Consciência Negra com palestra ministrada pelo doutor em História e professor da Unilab Igor Fonseca de Oliveira; tema 'A história e trajetória do quilombola João Mulungu'; além de apresentação do grupo de dança 'Um quê de negritude';

5. 16/03/2022: comemoração da mudança da capital e homenagem a João Bebe-Água. Palestra com o historiador, diretor do Arquivo Público Municipal de São Cristóvão e presidente da Confraria Sancristovense de História de Memória, Adailton Santos Andrade; com o tema 'João Bebe-Água: o outro lado da história – novas abordagens encontradas na documentação do Arquivo do Poder Judiciário de Sergipe e das ordens religiosas de São Cristóvão'; além de exposição do acervo da Confraria Sancristovense de História e Memória e do Arquivo Judiciário de Sergipe e apresentação de grupo de dança Chegança;

6. 31/03/2022: visita técnica de servidores do Tribunal de Contas de Sergipe ao Arquivo Judiciário para conhecer a gestão documental e laboratório;

7. 06 e 07/04/2022: visita técnica e Curso de Higienização e Conservação de Documentos aos alunos de Biblioteconomia e Documentação da UFS.

8. 20/05/2022: celebração do Dia da Memória do Poder Judiciário. Palestra com o professor Antônio Lindvaldo Sousa, com o tema 'Memórias e Histórias contadas sobre o Poder Judiciário em Sergipe no século XIX' e exposição 'Nossa história através da memória do Judiciário';

9. 22/07/2022: visita técnica e Curso de Higienização e Conservação de Documentos aos alunos de Biblioteconomia e Documentação da UFS;

10. 25/07/2022: visita técnica e Curso de Higienização e Conservação de Documentos aos alunos de História da UFS;

11. 04/08/2022: visita técnica e Curso de Higienização e Conservação de Documentos aos alunos de Biblioteconomia e Documentação da UFS;

12. 22/08/2022: visita técnica e Curso de Higienização e Conservação de Documentos aos alunos do Colégio Estadual John Kennedy;

13. 05/09/2022: visita técnica e Curso de Higienização e Conservação de Documentos aos funcionários da Assembleia Legislativa de Sergipe;

14. 20/09/2022: visita técnica e Curso de Higienização e Conservação de Documentos a 30 alunos e 5 professores da Escola Eduvirens Araújo Menezes de Lagarto (SE);

15. 05/10/2020: visita técnica e Curso de Higienização e Conservação de Documentos a 8 professores da Universidade Federal de Sergipe (UFS).

COORDENADORIA DE PERÍCIAS JUDICIAIS

A Coordenadoria de Perícias Judiciais é a unidade administrativa responsável pela coordenação das perícias judiciais cuja parte requerente da perícia seja beneficiária da gratuidade judiciária em todo o Estado de Sergipe, nas mais variadas especialidades.

Criada pela Lei 6.124, de 21 de março de 2007, a Coordenadoria de Perícias Judiciais, cuja sede está na Comarca de Aracaju (2º Piso no Fórum Gumersindo Bessa), é subordinada à Secretaria Judiciária e possui em sua estrutura três Divisões: Contabilidade, Psicologia e Serviço Social; além dos Setores: Engenharia Civil, Perícia Médica (Psiquiatria, Medicina do Trabalho e Pediatria) e do Depoimento Especial de crianças e adolescentes vítimas ou testemunhas de violência.

Projetos e Ações

Iniciados

No ano de 2021

1. Implantação do projeto de videoentrevista pericial nos seis Núcleos Técnicos, da Coordenadoria de Perícias Judiciais, com a disponibilização de seis notebooks em cada Núcleo à disposição dos (as) periciandos (as) e Analistas Judiciários (as) das áreas de Psicologia e de Serviço Social;

2. 1º Mutirão Pericial nos processos pendentes de laudos psicossociais na Coordenadoria de Perícias Judiciais, com a conclusão de 944 laudos/estudos psicossociais;

3. 1º Mutirão de processos da Comarca de Aracaju (DPVAT) com a realização de 177 perícias nas áreas de Ortopedia e Neurologia, na Coordenadoria de Perícias Judiciais, em parceria com o Cejusc;

4. 1º Mutirão Pericial nos processos pendentes de laudos contábeis na Coordenadoria de Perícias Judiciais, com a conclusão de 188 perícias;

5. Aquisição de software SOS Cálculos com a disponibilização de licenças aos servidores lotados na Divisão de Perícias Contábeis/Coordenadoria de Perícias Judiciais;



Central de Perícias ganhou nova localização, em julho de 2022, para facilitar o acesso de pessoas com deficiência

6. Criação de plano de acessibilidade às instalações da Coordenadoria de Perícias, a fim de promover a adequação das instalações físicas da referida Coordenadoria localizada no Fórum Gumersindo Bessa (Aracaju/SE);

7. Padronização de registros/comandos/fluxo de trabalho nos Núcleos Técnicos (da Coordenadoria de Perícias Judiciais) que devolvem os processos pendentes de diligências de competência do Juízo;

8. Elaboração de Manual (passo a passo) de Acesso ao Sistema de Agendamento de Perícias (SAP) aos Peritos Externos cadastrados na Coordenadoria de Perícias;

9. Elaboração de Fluxo de processos de trabalho das Divisões de Psicologia, de Serviço Social, de Perícias Contábeis, do Setor de Engenharia Civil, do Apoio Administrativo;

10. Estudo acerca da produtividade para as Divisões de Psicologia e de Serviço Social, com a publicação da Portaria 51/2021, normatizando o quantitativo mínimo de laudos/estudo por Analista Judiciário;

11. Elaboração de planilhas eletrônicas (Google drive) para reserva de carro em todos os Núcleos Técnicos e de sala de atendimento psicossocial para o 1º Núcleo Técnico;

12. Elaboração de fluxo de trabalho padronizado para os Analistas Judiciários de Serviço Social e de Psicologia, de todos os Núcleos Técnicos subordinados à Coordenadoria de Perícias Judiciais;

13. Disponibilização de seis logins de acesso à plataforma Zoom Meetings, a fim de promover o atendimento por videoentrevista nas sedes dos seis Núcleos de Serviço Social e Psicologia diretamente vinculados a esta Coordenadoria – Aracaju, Nossa Senhora do Socorro, Estância, Itabaiana, Lagarto e Propriá;

14. Elaboração de novo Edital de Credenciamento de Peritos Externos, observando se o prazo de expiração do edital em vigor, bem como as necessidades de atualizações cabíveis;

15. Aperfeiçoamento do Sistema de Agendamento de Perícias (SAP), com a criação de novo escopo e desenvolvimento de novo sistema;

16. Proposta de Alteração das Resoluções 16/2009 e 11/2012, com a revisão dos municípios listados e distribuídos nos seis núcleos de Psicologia e Serviço Social;

17. Publicação da Portaria 42/2021 que instituiu o regulamento interno da Divisão de Perícias Contábeis, dispondo sobre os procedimentos e as atividades inerentes às perícias judiciais;

No ano de 2022



Termo de cooperação foi assinado para ampliar capacitação de analistas de Serviço Social e Psicologia

1. Assinatura do Termo de Cooperação Técnica entre o Tribunal de Justiça de Sergipe; Secretaria Estadual de Inclusão e Assistência Social; Escola Judicial do Estado de Sergipe, com a finalidade de ampliação da capacitação dos Analistas Judiciários nas áreas de Psicologia e de Serviço Social, principalmente;

2. Aquisição do software Previus 3.0 com a disponibilização de licenças aos servidores lotados na Divisão de Perícias Contábeis/Coordenadoria de Perícias Judiciais para a realização de cálculos em matéria previdenciária;

3. 2º Mutirão Pericial nos processos pendentes de laudos contábeis na Coordenadoria de Perícias Judiciais, com a conclusão de 66 perícias até setembro/2022 (previsão de conclusão em dezembro/2022).

Em andamento

1. Aperfeiçoamento do Sistema de Agendamento de Perícias (SAP), com a criação de novo escopo e desenvolvimento de novo sistema (aguardando a conclusão do desenvolvimento do sistema pelo setor responsável com previsão para 20/12/2022);



Terceiro mutirão de perícias para processos do seguro DPVAT aconteceu em novembro de 2022

2. Realização do 3º Mutirão de perícias para os processos do seguro DPVAT, entre os dias 16/11/2022 e 25/11/2022;

3. Aquisição do software Previus 3.0 com a disponibilização de licenças aos servidores lotados na Divisão de Perícias Contábeis/Coordenadoria de Perícias Judiciais para a realização de cálculos em matéria previdenciária;

4. 2º Mutirão de perícias para as perícias contábeis (previsão de conclusão em dezembro/2022);

5. 2º Mutirão dos Processos nas áreas de Serviço Social e Psicologia, vinculados à Coordenadoria de Perícias Judiciais, via Termo de Cooperação Mútua entre o Estado de Sergipe, por intermédio da Procuradoria-Geral do Estado (PGE) e Secretaria de Estado da Fazenda (Sefaz) e o TJSE, Convênio 22/2022;

6. Estudo referente à produtividade da Divisão de Perícias Contábeis e do Setor de Engenharia Civil.

Concluídos

- 1. Implantação do projeto de videoentrevista pericial nos seis Núcleos Técnicos, da Coordenadoria de Perícias Judiciais, com a disponibilização de seis notebooks em cada Núcleo à disposição dos (as) periciandos (as) e Analistas Judiciários (as) das áreas de Psicologia e de Serviço Social;
- 2. 1º Mutirão Pericial nos processos pendentes de laudos psicossociais na Coordenadoria de Perícias Judiciais, com a conclusão de 944 laudos/estudos psicossociais;
- 3. 1º Mutirão de processos da Comarca de Aracaju (DPVAT) com a realização de 177 perícias nas áreas de Ortopedia e Neurologia, na Coordenadoria de Perícias Judiciais, em parceria com o Cejsuc;
- 4. 2º - Mutirão de perícias para os processos do seguro DPVAT, ocorrido entre o dia 04 e 20/04/2022, ainda que elencados 448 aptos à realização das perícias, tendo sido alcançado um percentual de 51,56%, devido à ausência de periciandos ao exame pericial;
- 5. 1º Mutirão Pericial nos processos pendentes de laudos contábeis na Coordenadoria de Perícias Judiciais, com a conclusão de 188 processos;
- 6. Aquisição de software SOS Cálculos com a disponibilização de licenças aos servidores lotados na Divisão de Perícias Contábeis/Coordenadoria de Perícias Judiciais;
- 7. Assinatura do Termo de Cooperação Técnica entre o Tribunal de Justiça do Estado de Sergipe; Secretaria Estadual de Inclusão e Assistência Social; Escola Judicial do Estado de Sergipe, com a finalidade de ampliação da capacitação dos Analistas Judiciários nas áreas de Psicologia e de Serviço Social, principalmente;
- 8. Criação de plano de acessibilidade às instalações da Coordenadoria de Perícias, a fim de promover a adequação das instalações físicas da referida Coordenadoria localizada no Fórum Gumersindo Bessa (Aracaju/SE);
- 9. Mudança das instalações físicas da Coordenadoria de Perícias Judiciais para o 2º piso do Fórum Gumersindo Bessa, visando melhor acessibilidade aos periciandos e prestação jurisdicional atenta aos direitos humanos;
- 10. Padronização de registros/comandos/fluxo de trabalho nos Núcleos Técnicos (da Coordenadoria de Perícias Judiciais) que devolvem os processos pendentes de diligências de competência do Juízo;
- 11. Elaboração de Manual (passo a passo) de Acesso ao Sistema de Agendamento de Perícias (SAP) aos Peritos Externos cadastrados na Coordenadoria de Perícias;
- 12. Elaboração de Fluxo de processos de trabalho das Divisões de Psicologia, de Serviço Social, de Perícias Contábeis, do Setor de Engenharia Civil, do Apoio Administrativo;
- 13. Estudo acerca da produtividade para as Divisões de Psicologia e de Serviço Social, com a publicação da Portaria 51/2021, normatizando o quantitativo mínimo de laudos/estudo por Analista Judiciário;
- 14. Estudo acerca da produtividade para a Divisão de Perícia Contábil e do Setor de Engenharia normatizando o quantitativo mínimo de laudos por Analista Judiciário;
- 15. Elaboração de planilhas eletrônicas (Google drive) para reserva de carro em todos os Núcleos Técnicos e de sala de atendimento psicossocial para o 1º Núcleo Técnico;

- 16. Elaboração de fluxo de trabalho padronizado para os Analistas Judiciários de Serviço Social e de Psicologia, de todos os Núcleos Técnicos subordinados à Coordenadoria de Perícias Judiciais;
- 17. Disponibilização de seis logins de acesso à plataforma Zoom Meetings, a fim de promover o atendimento por videoentrevista nas sedes dos seis Núcleos de Serviço Social e Psicologia diretamente vinculados a esta Coordenadoria – Aracaju, Nossa Senhora do Socorro, Estância, Itabaiana, Lagarto e Propriá;
- 18. Elaboração de novo Edital de Credenciamento de Peritos Externos, observando-se o prazo de expiração do edital em vigor, bem como as necessidades de atualizações cabíveis;
- 19. Publicação da Portaria 42/2021 que instituiu o regulamento interno da Divisão de Perícias Contábeis, dispondo sobre os procedimentos e as atividades inerentes às perícias judiciais.
- 20. Proposta de Alteração das Resoluções 16/2009 e 11/2012, com a revisão dos municípios listados e distribuídos nos seis núcleos de Psicologia e Serviço Social;
- 21. Definição de equipes específicas para atuação nos processos de Competência Infância e Juventude em cada núcleo psicossocial, em atendimento ao Provimento nº 116/2021 do CNJ;
- 22. Publicação da Resolução 18/2022 que reposicionou alguns municípios nos Núcleos Técnicos Psicossociais, tais quais: Frei Paulo [saindo do 4º Núcleo Técnico (sede em Lagarto) e integrando o 5º Núcleo Técnico (sede em Itabaiana)], Riachão do Dantas [(saindo do 3º Núcleo Técnico, sede em Estância) e integrando o 4º Núcleo Técnico (sede em Lagarto)] e Salgado [(saindo do 1º Núcleo Técnico, sede em Aracaju) e integrando o 4º Núcleo Técnico (sede em Lagarto)]. Ainda, no mesmo normativo, coloca à disposição das unidades jurisdicionais a nomeação, preferencialmente, de peritos externos em Psicologia e em Serviço Social aos municípios: Nossa Senhora da Glória; Canindé de São Francisco; Carira; Cumbe; Feira Nova; Graccho Cardoso; Monte Alegre de Sergipe; Nossa Senhora Aparecida; Nossa Senhora das Dores; Poço Redondo; Porto da Folha; São Miguel do Aleixo; Itabi; Tobias Barreto; Itabaianinha; Poço Verde; Tomar do Geru; Pedrinhas, com exceção dos processos de competência da infância e juventude que continuarão sendo cumpridos pelas equipes de Analistas Judiciários (peritos internos) deste Tribunal;
- 23. Celebração do Termo de Cooperação Mútua entre o Estado de Sergipe, por intermédio da Procuradoria-Geral do Estado (PGE) e Secretaria de Estado da Fazenda (Sefaz) e o TJSE, Convênio 22/2022, como ratificação do compromisso do Tribunal com a agilidade e produtividade na prestação jurisdicional, aliado ao fortalecimento da relação interinstitucional do Judiciário com a sociedade. Que tem por objeto a cooperação mútua entre os partícipes quanto ao pagamento de honorários periciais com recursos alocados no orçamento do Estado de Sergipe, aos processos cujas partes sejam beneficiárias da justiça gratuita;
- 24. Definição de novo fluxo de atribuições de processos à Perícia Externa;
- 25. Publicação da Portaria 44/2021 - Altera o Anexo II da Portaria 70/2019 GP1, que dispõe sobre a nova tabela de lotação de Analistas Judiciários de Serviço Social e Psicologia;
- 26. Assinatura do 1º Aditivo do Contrato 51/2021, celebrado entre o TJSE e a Empresa Medgen Tecnologia Avançada em DNA Ltda EPP, para atendimento as partes beneficiárias da gratuidade judiciária.

Resultados

No exercício de 2021, apesar do impacto ainda provocado pela pandemia da Covid-19, foram realizadas o total de 10.446 perícias de todas as especialidades, cujas partes requerentes das perícias eram beneficiárias da gratuidade judiciária, segundo dados do Sistema de Agendamentos de Perícias (SAP), com destaque às perícias que seguem:

Perícia Interna	Quantidade Geral
Perícias Médicas	1.190
Psiquiatria	831
Medicina do Trabalho	290
Pediatria	69
Perícias de Psicologia	2.516
Perícias de Serviço Social	2.506
Depoimento Especial	232
Perícias Contábeis	392
Perícias de Engenharia Civil	140
Perícias externas	2.280

No exercício de 2022 foram realizadas o total de 6.975 perícias de todas as especialidades, cujas partes requerentes das perícias eram beneficiárias da gratuidade judiciária, segundo dados do SAP, com destaque às perícias que seguem:

Perícia Interna	Em Andamento até 20/10/2022	Concluídas até 20/10/2022
Psiquiatria	1042	987
Medicina do Trabalho	69	260
Pediatria	02	8
Perícia Médica Domiciliar	133	176
Perícias de Psicologia ²	1.129	1.128
Perícias de Serviço Social ³	1.836	1.645
Perícias Contábeis	314	260 ¹
Perícias de Engenharia Civil	92	117
Depoimento Especial	217	178
Perícias externas	-	2.216

¹ No SAP constam 233 perícias em virtude do sistema não computar os processos julgados e os esclarecimentos solicitados

² Foram solicitados 2.313 estudos em Psicologia

³ Foram solicitados 3.266 estudos em Serviço Social

Informações de pessoal

A Coordenadoria de Perícias Judiciais dispõe atualmente de:

- Três médicos requisitados em Psiquiatria e dois médicos requisitados em Medicina do Trabalho, sendo que a uma médica de Medicina do Trabalho, também atende demandas de Pediatria;
- Duas Chefias, nas áreas de Serviço Social e Psicologia, sendo ocupadas por servidoras comissionadas, as quais acompanham as atividades desenvolvidas pelos seis Núcleos Técnicos vinculados a esta Coordenadoria;
- Setor de Engenharia Civil há duas Analistas Judiciais/Engenharia Civil e um Técnico Judiciário, Bacharel em Engenharia Civil, que ocupa o cargo de chefe do Setor;
- Divisão de Contabilidade composto por 4 (quatro) servidores, sendo dois Analistas Judiciais/Contabilidade e duas Técnicas Judiciais, sendo que uma delas ocupa o cargo de Chefe de Divisão.

Núcleo Técnico	Sede	Nº de Analistas de Psicologia	Nº Analistas de Serviço Social
1º	Aracaju	11	16* *
2º	Nossa Sra. do Socorro	1	1
3º	Estância	2	3
4º	Lagarto	2	3
5º	Itabaiana	2	2
6º	Propriá	2*	2

* Há uma servidora desenvolvendo suas atividades junto ao Depoimento Especial

**No 1º Núcleo há uma Assistente Social requisitada

Divisão de Perícias Contábeis

A Divisão de Perícias Contábeis (Divipecc), subordinada à Coordenadoria de Perícias Judiciais, foi criada em 2005 com o objetivo de fornecer suporte técnico às decisões que exigissem conhecimento técnico-científico atendendo todas as comarcas do Poder Judiciário sergipano nas ações em que o ônus da perícia recaía sob a parte agraciada com o benefício da assistência judiciária gratuita.

O trabalho desempenhado torna-se imprescindível em decorrência da multiplicidade envolvida nos processos judiciais, onde o Juízo, a quem não compete à obrigatoriedade do domínio pleno sobre todas as áreas do saber, recorre à Divipecc a fim de que sejam esclarecidos eventuais pontos de discordância em lides que versam sobre revisão em matéria financeira, trabalhista, previdenciária, prestações de contas, entre outros.

Iniciados

- 1. Informatização dos Procedimentos de Trabalho mediante a aquisição de ferramenta de cálculos judiciais e financeiros;
- 2. Realização de Mutirões;
- 3. Recomposição e acréscimo da força de trabalho;
- 4. Normatização para regulamentação dos procedimentos relativos à Divisão de Perícias Contábeis;
- 5. Informatização dos Procedimentos de Trabalho mediante a aquisição de ferramenta de cálculos em matéria previdenciária.

Em andamento

- 1. Informatização dos Procedimentos de Trabalho mediante a aquisição de ferramenta de cálculos em matéria previdenciária.

Concluídos

- 1. Aquisição de ferramenta de cálculos judiciais e financeiros SOSCálculos por meio da celebração do Contrato nº 30/2021;
- 2. Deferimento da realização de mutirões;
- 3. Publicação da Portaria Normativa 42/2021, alterada pela Portaria 64/2021, instituindo o regulamento interno da Divisão de Perícias Contábeis, dispondo sobre os procedimentos e as atividades inerentes às perícias judiciais.

Concluídos

O Contrato nº 30/2021 para a aquisição da ferramenta de cálculos judiciais e financeiros SOSCálculos possibilitou agilidade e segurança na confecção de cálculos periciais que envolvam revisão de contratos bancários, pensão alimentícia, URV, dano moral e material e expurgo do PIS/PASEP.

A realização de mutirões impactou, até setembro/2022, na conclusão de 254 processos que aguardavam a realização da respectiva perícia contábil há mais de 60 dias, bem como, a análise processual das condições necessárias para a realização da perícia de 742 processos.

A publicação da Portaria Normativa 42/2021, alterada pela Portaria 64/2021, possibilitou a regulamentação interna da Divisão contribuindo significativamente para a organização dos procedimentos de trabalho.

O ano de 2021 iniciou com um resíduo de 1.204 processos provenientes de anos anteriores. No período de 01/2021 a 09/2022, foram solicitadas 2242 perícias, uma média de 107 solicitações por mês. Elaborou-se 652 trabalhos periciais e 1.656 perícias foram canceladas para providências, totalizando 2.308 processos trabalhados, uma média de 110 processos trabalhados por mês. Em setembro de 2022, foi gerado um resíduo de 1.138 processos aguardando a confecção dos seus respectivos Laudos Periciais ou Esclarecimentos, o equivalente a 379 processos por servidor.

Quadro Estatístico Anual	2021	Janeiro a Setembro de 2022
Total do Saldo Remanescente de Processos dos Anos Anteriores	1204	1140
Total de Processos Remetidos à Perícia Contábil no Ano (entradas)	1361	881
Total de Processos Concluídos Perícia Contábil no Ano (concluídos)	392	281
Perícia Canceladas no Ano (devolvidos para providências)	1033	602
Total de Processos a Cargo da Divipec (em andamento)	1140	1138

Divisão de Psicologia e de Serviço Social

As Divisões de Psicologia e Serviço Social fazem parte da estrutura da Coordenadoria de Perícias Judiciais. Ficam responsáveis pela distribuição e execução do trabalho da equipe multiprofissional dos seis Núcleos Técnicos, devendo estas realizar a distribuição da demanda e execução do trabalho entre os Analistas de Psicologia e Serviço Social dos referidos núcleos.

Além dos Projetos e Ações, a tabela abaixo informa o número de processos recebidos e concluídos em ambas as Divisões ao longo do biênio de 2021-2023:

Divisão de Psicologia – 2021 a 2022
(até Setembro de 2022)

Núcleos	Atribuições de estudo	Estudos concluídos
1º	2082	1209
2º	230	74
3º	505	279
4º	589	287
5º	515	318
6º	432	184
Total	4.353	2.351

Tabela 1: Informações retiradas das estatísticas encaminhadas pelos Analistas Judiciários de Psicologia em cruzamento com o Sistema de Agendamento de Perícias. Ressalta-se que alguns Analistas do 1º Núcleo recebem demandas de outros Núcleos (2º, 3º, 4º, 5º e 6º) além daqueles em que estão lotados em regime de apoio às urgências, ou seja, os números expostos na tabela acima correspondem a entrada e saída de estudos psicológicos dos Analistas individualmente, inseridos em seus Núcleos

Psicossociais. Bem como foram recebidos processos oriundos da 16ª Vara a partir de novembro de 2021 conforme consta em SEI 0011564-77.2021.8.25.8825, portanto o número apresentado na aba de “Atribuições de Estudo” e “Concluídas” não corresponde à quantidade de processos concluídos originários de comarcas das competências dos Núcleos Psicossociais no ano mencionado e sim à quantidade de processos que foi distribuída aos analistas em seus respectivos núcleos, independente da origem do processo. Registra-se que atualmente está em andamento mutirão autorizado pela Presidência deste Egrégio Tribunal em SEI 0004653-15.2022.8.25.8825 documento de 1665322, dessa forma temos aproximadamente 443 processos com Despachos de sugestões de inserção no mutirão encaminhados aos Magistrados aguardando o aceite ou recusa. Dentre estes existem também os que já foram aceitos pelos magistrados, nomeados aos referidos Peritos e encontram-se em andamento. Por fim, cumpre pontuar que não estão inseridos na tabela acima os estudos que foram solicitados via sistema e posteriormente cancelados, seja por divergência da demanda, equívoco na solicitação ou outras situações excepcionais que demandaram/permitiram tal movimentação.

Divisão de Serviço Social – 2021 a 2022
(até Setembro de 2022)

Núcleos	Solicitações de estudo	Estudos concluídos
1º	3012	1977
2º	286	182
3º	784	683
4º	757	437
5º	705	432
6º	644	471
Total	6.188	4.182

Tabela 2: Informações retiradas das estatísticas encaminhadas pelos Analistas Judiciários de Psicologia em cruzamento com o Sistema de Agendamento de Perícias. Ressalta-se que alguns Analistas do 1º Núcleo recebem demandas de outros Núcleos (2º, 3º, 4º, 5º e 6º) além daqueles em que estão lotados em regime de apoio às urgências, ou seja, os números expostos na tabela acima correspondem a entrada e saída de estudos psicológicos dos Analistas individualmente, inseridos em seus Núcleos Psicossociais. Bem como foram recebidos processos oriundos da 16ª Vara a partir de novembro de 2021 conforme consta em SEI 0011564-77.2021.8.25.8825, portanto o número apresentado na aba de “Atribuições

de Estudo” e “Concluídas” não corresponde à quantidade de processos concluídos originários de comarcas das competências dos Núcleos Psicossociais no ano mencionado e sim à quantidade de processos que foi distribuída aos analistas em seus respectivos núcleos, independente da origem do processo. Registra-se que atualmente está em andamento mutirão autorizado pela Presidência deste Egrégio Tribunal em SEI 0004653-15.2022.8.25.8825 documento de 1665322, dessa forma temos aproximadamente 443 processos com Despachos de sugestões de inserção no mutirão encaminhados aos Magistrados aguardando o aceite ou recusa. Dentre estes existem também os que já foram aceitos pelos magistrados, nomeados aos referidos Peritos e encontram-se em andamento. Por fim, cumpre pontuar que não estão inseridos na tabela acima os estudos que foram solicitados via sistema e posteriormente cancelados, seja por divergência da demanda, equívoco na solicitação ou outras situações excepcionais que demandaram/permitiram tal movimentação.

Projetos e Ações

2021

Iniciados

1. Realização de levantamento dos processos com mais de 60 dias por Analista, a fim de identificar o quantitativo de processos atribuídos a cada servidor com pendências de diligências/laudos. Os processos levantados foram encaminhados aos Analistas com a solicitação de priorização na execução das atividades técnicas em tais processos, que fossem feitas as Análises e impulsos processuais competentes, observando-se por tempo maior de atraso. Com o devido encaminhamento de orientações para conclusões, e atualizações referentes às fases de atendimento processual;

2. Elaboração de propostas de atualizações para o Sistema de Agendamento de Perícias (SAP): pesquisas de sistemas utilizados em outros tribunais; encaminhamento das propostas às divisões responsáveis pelo projeto de atualização;

3. Atualizações periódicas da Estatística interna, encaminhadas pelos Analistas até o dia 5 do mês seguinte, com base na Portaria Normativa 78/2019, diante das necessidades de coletas de informações sobre o Fluxo de Trabalho;

4. Elaboração de 'Padrões de Despachos': padronização das movimentações processuais dos Analistas e estabelecimento algumas diretrizes para essas movimentações. Na execução de conclusões, solicitações de informações, solicitações de dispensa de estudos etc.;

5. Atualização das Planilhas de Agendamentos de Veículos junto da equalização do quantitativo de carros disponíveis: otimização da utilização dos carros, bem como do fluxo das reservas através da definição de diretrizes de uso e reserva de carros;

6. Realização da pesquisa de competências/especialidades com o objetivo de definir, no processo de distribuição dos processos aos Analistas, especialidades/competências processuais com base em suas capacidades e interesses profissionais individuais, visando garantir um melhor atendimento às solicitações de estudos encaminhadas pelos juízos, como também dinamizar o fluxo de trabalho de ambos os setores;

7. Elaboração do plano de 'Teleperícia';

8. Reuniões periódicas para discussões de casos, no período de home office integral, com o objetivo de mobilizar a continuidade dos atendimentos processuais, além de fomentar a discussão de atualizações práticas frente a nova realidade laboral;

9. Realização da 'Pesquisa Fluxo e Distribuição Psicossocial', construída com o propósito de ampliarmos a organização interna e externa das Divisões de Psicologia e Serviço Social desta Coordenadoria. Nela abordamos fatores individualizados e coletivos, para estudarmos o perfil pessoal da equipe e a situação atual do setor quanto à distribuição dos municípios atendidos pelos núcleos psicossociais e à distribuição dos processos acolhidos pelo fluxo dos analistas;

10. Contribuição no estudo que trata da análise distribuição das Comarcas e Núcleos Psicossociais;

11. Elaboração da proposta Mutirão Psicossocial, realizado de julho a setembro do corrente ano, em que foram concluídos 944 processos.

Em andamento

1. Elaboração de propostas de atualizações para o Sistema de Agendamento de Perícias (SAP): pesquisas de sistemas utilizados em outros tribunais; encaminhamento das propostas às divisões responsáveis pelo projeto de atualização;

2. Contribuição no estudo que trata da análise distribuição das Comarcas e Núcleos Psicossociais.

Concluídos

1. Realização de levantamento dos processos com mais de 60 dias por analista, a fim de identificar o quantitativo de processos atribuídos a cada servidor com pendências de diligências/laudos. Os processos levantados foram encaminhados aos Analistas com a solicitação de priorização na execução das atividades técnicas em tais processos, que fossem feitas as análises e impulsos processuais competentes, observando-se por tempo maior de atraso. Com o devido encaminhamento de orientações para conclusões, e atualizações referentes às fases de atendimento processual;

1. Realização de levantamento dos processos com mais de 60 dias por analista, a fim de identificar o quantitativo de processos atribuídos a cada servidor com pendências de diligências/laudos. Os processos levantados foram encaminhados aos Analistas com a solicitação de priorização na execução das atividades técnicas em tais processos, que fossem feitas as análises e impulsos processuais competentes, observando-se por tempo maior de atraso. Com o devido encaminhamento de orientações para conclusões, e atualizações referentes às fases de atendimento processual;

2. Elaboração de 'Padrões de Despachos': padronização das movimentações processuais dos analistas e estabelecimento de algumas diretrizes para essas movimentações. Na execução de conclusões, solicitações de informações, solicitações de dispensa de estudos etc.;

3. Atualização das Planilhas de Agendamentos de Veículos junto da equalização do quantitativo de carros disponíveis: otimização da utilização dos carros, bem como do fluxo das reservas através da definição de diretrizes de uso e reserva de carros;

4. Realização da pesquisa de competências/especialidades: com o objetivo de definir, no processo de distribuição dos processos aos Analistas, especialidades/competências processuais com base em suas capacidades e interesses profissionais individuais, visando garantir um melhor atendimento às solicitações de estudos encaminhadas pelos juízos, como também dinamizar o fluxo de trabalho de ambos os setores;

5. Elaboração do plano de 'Teleperícia';

6. Realização da 'Pesquisa Fluxo e Distribuição Psicossocial', construída com o propósito de ampliarmos a organização interna e externa das Divisões de Psicologia e Serviço Social desta Coordenadoria. Nela, foram abordados fatores individualizados e coletivos, para estudo do perfil pessoal da equipe e a situação atual do setor quanto à distribuição dos municípios atendidos pelos núcleos psicossociais e à distribuição dos processos acolhidos pelo fluxo dos analistas.

7. Elaboração da proposta Mutirão Psicossocial, realizado de julho a setembro, em que foram concluídos 944 processos.

Resultados

1. Impacto de 944 processos concluídos em regime de mutirão em 12 semanas;

2. Estabilidade na disponibilização de carros e agendamentos de veículos para visitas e viagens;

3. Disponibilização de recursos de vídeo em todos os núcleos psicossociais para a realização de perícias por videochamada;

4. Desenvolvimento do manual interno 'Diretrizes para distribuições e redistribuições de processos aos analistas lotados nos núcleos psicossociais'.

2022

Iniciados

1. Elaboração da proposta Mutirão Psicossocial, com início em julho de 2022, em que foi proposto o encaminhamento de 515 solicitações de estudos psicológicos e/ou sociais aos Peritos Externos, com os honorários periciais suportados pelo Convênio 22/2022 (TJSE/PGE/Sefaz);

2. Definição de equipes específicas para atuação nos processos de Competência Infância e Juventude em cada núcleo psicossocial, em atendimento ao Provimento 116/2021 do CNJ;

3. Publicação da Resolução 18/2022, que reposicionou alguns municípios nos Núcleos Técnicos Psicossociais, tais quais: Frei Paulo [saindo do 4º Núcleo Técnico (sede em Lagarto) e integrando o 5º Núcleo Técnico (sede em Itabaiana)], Riachão do Dantas [saindo do 3º Núcleo Técnico (sede em Estância) e integrando o 4º Núcleo Técnico (sede em Lagarto)] e Salgado [saindo do 1º Núcleo Técnico (sede em Aracaju) e integrando o 4º Núcleo Técnico (sede em Lagarto)]. Ainda, no mesmo normativo, coloca à disposição das unidades jurisdicionais a nomeação, preferencialmente, de peritos externos em Psicologia e em Serviço Social aos municípios: Nossa Senhora da Glória; Canindé de São Francisco; Carira; Cumbe; Feira Nova; Graccho Cardoso; Monte Alegre de Sergipe; Nossa Senhora Aparecida; Nossa Senhora das Dores; Poço Redondo; Porto da Folha; São Miguel do Aleixo; Itabi; Tobias Barreto; Itabaianinha; Poço Verde; Tomar do Geru; Pedrinhas, com exceção dos processos de competência da infância e juventude que continuarão sendo cumpridos pelas equipes de Analistas Judiciários (peritos internos) do TJSE;

4. Celebração do Termo de Cooperação Mútua entre o Estado de Sergipe, por intermédio da Procuradoria-Geral do Estado (PGE) e Secretaria de Estado da Fazenda (Sefaz) e TJSE, Convênio 22/2022, como ratificação do compromisso do Tribunal com a agilidade e produtividade na prestação jurisdicional, aliado ao fortalecimento da relação interinstitucional do Judiciário com a sociedade. Tem por objeto a cooperação mútua entre os partícipes quanto ao pagamento de honorários periciais com recursos alocados no orçamento do Estado de Sergipe, aos processos cujas partes sejam beneficiárias da justiça gratuita;

5. Requisição de material adequado à infância para facilitar e complementar a realização de abordagens com crianças, no atendimento das determinações judiciais de estudos psicológicos e sociais, para facilitar e complementar a realização de abordagens com crianças, no atendimento das determinações judiciais de estudos psicológicos e sociais, para otimizar a atuação dos profissionais nomeados exclusivamente nas especialidades de infância e juventude;

6. Definição de novo fluxo de atribuições de processos à Perícia Externa;

7. Elaboração do Programa de Reuniões de Equipe para Discussões de Caso e Supervisão Técnica com os Analistas Judiciários de Psicologia, com atividades iniciadas em setembro do ano vigente;

8. Utilização do Programa Conecte-SE para a realização de perícias Psicológicas e/ou Sociais mediante a publicação da Portaria 22/2022 – Programa Conecte-SE e as Salas de Participação Digital.

Em andamento

1. Mutirão Psicossocial, com início em julho de 2022, em que foi proposto o encaminhamento de 515 solicitações de estudos psicológicos e/ou sociais aos Peritos Externos, com os honorários periciais suportados pelo Convênio 22/2022 1640813 (TJSE/PGE/SEFAZ);

2. Requisição de material adequado à infância para facilitar e complementar a realização de abordagens com crianças, no atendimento das determinações judiciais de estudos psicológicos e sociais, otimizando a atuação dos profissionais nomeados exclusivamente nas especialidades de Infância e Juventude.

Concluídos

1. Definição de equipes específicas para atuação nos processos de Competência Infância e Juventude em cada núcleo psicossocial, em atendimento ao Provimento nº 116/2021 do CNJ;

2. Publicação da Resolução 18/2022 que reposicionou alguns municípios nos Núcleos Técnicos Psicossociais, tais quais: Frei Paulo [saindo do 4º Núcleo Técnico (sede em Lagarto) e integrando o 5º Núcleo Técnico (sede em Itabaiana)], Riachão do Dantas [saindo do 3º Núcleo Técnico (sede em Estância) e integrando o 4º Núcleo Técnico (sede em Lagarto)] e Salgado [saindo do 1º Núcleo Técnico (sede em Aracaju) e integrando o 4º Núcleo Técnico (sede em Lagarto)]. Ainda, no mesmo normativo, coloca à disposição das unidades jurisdicionais a nomeação, preferencialmente, de peritos externos em Psicologia e em Serviço Social aos municípios: Nossa Senhora da Glória; Canindé de São Francisco; Carira; Cumbe; Feira Nova; Graccho Cardoso; Monte Alegre de Sergipe; Nossa Senhora Aparecida; Nossa Senhora das Dores; Poço Redondo; Porto da Folha; São Miguel do Aleixo; Itabi; Tobias Barreto; Itabaianinha; Poço Verde; Tomar do Geru; Pedrinhas, com exceção dos processos de competência da infância e juventude que continuarão sendo cumpridos pelas equipes de Analistas Judiciários (peritos internos) do TJSE;

3. Celebração do Termo de Cooperação Mútua entre o Estado de Sergipe, por intermédio da PGE, Sefaz e TJSE, Convênio 22/2022, como ratificação do compromisso do Tribunal com a agilidade e produtividade na prestação jurisdicional, aliado ao fortalecimento da relação interinstitucional do Judiciário com a sociedade;

4. Definição de novo fluxo de atribuições de processos à Perícia Externa;

5. Elaboração do Programa de Reuniões de Equipe para Discussões de Caso e Supervisão Técnica com os Analistas Judiciários de Psicologia, com atividades iniciadas em setembro de 2022.

Resultados

1. Em três meses houve o impacto no resíduo de 167 solicitações de estudos psicológicos e/ou sociais encaminhados à perícia externa;

2. Maior celeridade no atendimento de processos de competência Infância e Juventude, com máxima prioridade legal.

Setor de Engenharia Civil

A perícia em engenharia civil do TJSE atua realizando vistorias, pareceres, avaliações de terrenos, análise de sinistros em imóveis residenciais e comerciais, perícias em instituições públicas e privadas e relatórios de avaliação referentes às desapropriações de áreas de interesse do Estado de Sergipe. Atua na área-fim, atendendo aos Juízos das diversas Varas da Comarca de Aracaju e Comarcas e Distritos do Estado de Sergipe

Projetos e ações

A perícia em engenharia civil do TJSE atua realizando vistorias, pareceres, avaliações de terrenos, análise de sinistros em imóveis residenciais e comerciais, perícias em instituições públicas e privadas e relatórios de avaliação referentes às desapropriações de áreas de interesse do Estado de Sergipe. Atua na área-fim, atendendo aos Juízos das diversas Varas da Comarca de Aracaju e Comarcas e Distritos do Estado de Sergipe

Dentre os projetos e ações efetivados no período compreendido entre o mês de fevereiro de 2021 ao mês de setembro de 2022 destaca-se, com referência ao planejamento de mecanismos para o aumento da produtividade laboral, estudo que teve por intuito propor método para o alcance de uma melhor mensuração da produtividade dos servidores lotados no Setor de Engenharia Civil.

Levando-se em consideração o montante de laudos elaborados, a fim de que fosse dada vazão ao quantitativo de perícias solicitadas e, ainda, objetivando-se a celeridade e qualidade dos serviços prestados, ficou definido o montante de cinco laudos por servidor, como produção mínima mensal, podendo tal quantitativo ser revisado semestralmente quanto à conveniência e interesse do serviço público.

Ainda, visando manter a qualidade dos laudos e pareceres produzidos pelo Setor, foi solicitada aquisição de materiais de trabalho, como: calculadoras científicas e pen drives (equipamentos recebidos e já em utilização), trenas métricas e trenas digitais.

Resultados

Assim como ocorreu aumento da produção e consequente diminuição do número de processos ao final do ano de 2021, em relação à produção do ano de 2020, o resultado estatístico do período corrente (janeiro a setembro de 2022) demonstra diminuição no número de processos pendentes neste setor em aproximadamente 10,29%, comparado ao ano de 2021.

A seguir, tem-se quadro estatístico referente aos quantitativos de processos concluídos (entrega de laudos oficiais, complementares e esclarecimentos) e processos em andamento:

Quadro estatístico

Total de processos concluídos, período compreendido entre fevereiro de 2021 a setembro de 2022 (entrega de laudos oficiais, complementares e esclarecimentos).	257
Total de processos a cargo do Setor de Engenharia Civil (mês de setembro 2022)	218
Média de processos por servidor (em andamento)	73

CENTRAL DE PLANTÃO JUDICIÁRIO



A Central de Plantão Judiciário (Ceplan) foi criada pela Lei Estadual 7.831/2014, com atuação regulamentada pela Resolução 27/2015 do TJSE, e Portaria Normativa 80/2018. É subordinada à Secretaria Judiciária e apesar de integrar a estrutura administrativa do Tribunal de Justiça, realiza também atividade-fim, uma vez que tem a atuação de unidade jurisdicional de 1º e 2º Graus para atendimento das demandas dirigidas ao Plantão Judiciário.

Em consulta ao Sistema da Central Plantonista de 1º Grau foi verificada a distribuição e tramitação de 4.709 processos, no período de 01/01/2021 a 31/12/2021; e de 3.407 processos, no período de 01/01/2022 a 17/10/2022.

Foram realizadas, no primeiro período, um total de 2.414 audiências de custódia; e no segundo um total de 2.418 audiências de custódia. Necessário destacar que no período de 17/03/2021 a 29/06/2021, a realização das referidas esteve suspensa em virtude da segunda onda da pandemia da Covid-19. A intensa atuação administrativa resta demonstrada pelo número de documentos gerados no SEI, totalizando 1.321 no ano de 2021 e 1.064 no ano de 2022.

A equipe fixa da Central de Plantão Judiciário, responsável pelos plantões de dias úteis da Comarca de Aracaju, é composta por 6 técnicos judiciários, além do chefe da Central de Plantão. São inúmeras as demandas judiciais e administrativas, notadamente por se tratar de setor com funcionamento ininterrupto, ao longo de todos os dias do ano, incluindo o recesso forense. Ainda assim, renovamos o compromisso da prestação jurisdicional e do serviço público de qualidade, a fim de que seja mantido o padrão de excelência praticado pelo Tribunal de Justiça do Estado de Sergipe, nacionalmente e merecidamente reconhecido.

Projetos e ações

Iniciados

1. Adequações no sistema da Central de Plantão, a fim de permitir a inclusão do juiz designado para realizar as custódias, assim como o direcionamento automático dos Autos de Prisão em Flagrante distribuídos a esse magistrado;
2. Peticionamento Eletrônico para os Conselhos Tutelares;
3. Central de Mandados Plantonista Móvel;
4. Reajuste Da Gratificação De Plantão Judiciário.

Em andamento

1. Adequações no sistema da Central de Plantão, a fim de permitir a inclusão do juiz designado para realizar as custódias, assim como o direcionamento automático dos Autos de Prisão em Flagrante distribuídos a esse magistrado;
2. Peticionamento Eletrônico para os Conselhos Tutelares.

Obs.: Ambos os projetos encontram-se com a equipe da Seteci para ajuste e adequação à fila de demandas do setor.

Concluídos

1. Reajuste Da Gratificação De Plantão Judiciário;
2. Central de Mandados Plantonista Móvel.

CENTRAL DE MANDADOS DO 2º GRAU



A Central de Mandados do 2º Grau (Ceman2grau) foi criada pela Resolução 30/2006. É subordinada à Secretaria Judiciária, realiza atividade-fim, uma vez que possui atuação na unidade jurisdicional de 2º Grau para atendimento das demandas dirigidas à Ceman2grau.

A estrutura administrativa da Central de Mandados do 2º Grau é composta por um Coordenador, cargo privativo de bacharel em Direito, dois servidores do quadro efetivo e seis Oficiais de Justiça do 2º Grau.

A Central de Mandados foi criada para agilização e distribuição dos mandados expedidos pelas Escrivanias, Câmaras e Tribunal Pleno do TJSE, a fim de que

sejam cumpridos nas Comarcas de Aracaju, São Cristóvão, Nossa Senhora do Socorro e Barra dos Coqueiros (redação dada pela Resolução 026/2014), as quais foram divididas em três áreas, conforme Portaria Normativa 59/2021 GP1.

A equipe da Central de Mandados do 2º Grau, mesmo diante do aumento significativo das demandas do cumprimento de mandados, vem através deste breve resumo de competências e ações desempenhadas pelos seis Oficiais de Justiça, dois Técnicos Judiciários, além do Chefe da Central, demonstrar em números estatísticos que, notadamente neste biênio, houve um maior cumprimento de mandados dentro do prazo; ou seja, 83,6% mais em relação a anteriores.

Registre-se que o resultado do biênio foi derivado de esforço de um trabalho de equipe, pautado na transparência, respeito à ética, planejamento através de reuniões pautadas ao cumprimento de metas delineadas pela atual gestão. Na Central de Mandados nada é decidido de forma unilateral, o sentido da equipe é caracterizado por reuniões em busca do compromisso com a prestação jurisdicional de qualidade, a fim de que seja mantido o padrão de excelência praticado pelo TJSE, reconhecido nacionalmente.

Quantitativo de mandados recebidos e atingidos

Em consulta ao sistema da Central de Mandados do 2º Grau, foi verificada a distribuição de 3.435 mandados, no período 01/01/2022 a 18/10/2022, sendo devolvidos 3.354 mandados da seguinte forma:

1. Mandados atingidos dentro do prazo: 2.803 (83,6%);
2. Mandados atingidos fora do prazo: 54 (1,6%);
3. Mandados não atingidos dentro do prazo: 474 (14,1%);
4. Mandados não atingidos fora do prazo: 23 (0,7%);
5. Mandados pendentes: 67.

Projetos e Ações

Iniciados

1. Capacitação dos Oficiais de Justiça do 2º Grau;
2. Melhoria do suporte técnico da sala da Central de Mandados.

Em andamento

1. Alteração da Resolução 30/2006, através de regulamentação quanto à distribuição de Oficiais de Justiça/sessão, bem assim quanto aos serviços prestados durante as sessões judiciais administrativas;
2. Melhoria da estrutura física da Central de Mandados do 2º Grau, de modo a acomodar os Oficiais de Justiça do 2º Grau, sem haver prejuízo aos Oficiais de Justiça do 1º Grau;
3. Resolução da situação dos Oficiais de Justiça vinculados à Corregedoria.

Obs: Ambos os projetos encontram-se aguardando a definição do procedimento administrativo que trata do Projeto de Criação de Vagas de Desembargador.

Em andamento

1. Redefinição das áreas de atuação dos Oficiais de Justiça, conforme Portaria Normativa 59/2021 GP1, a qual disciplinou os artigos 19 e 20 da Resolução 30/2006, que dispõe sobre a criação, implantação, estrutura e funcionamento da Central de Mandados do 2º Grau do Poder Judiciário do Estado de Sergipe;
2. Padronização de expedientes, especificação da tarja vermelha para mandados urgentes;
3. Melhoria do suporte técnico da sala da Central de Mandados.

CENTRAL DE PROTOCOLO E REGISTRO DO 2º GRAU

A Central de Protocolo e Registro do 2º Grau (Cenpreg) está subordinada à Secretária Judiciária e conforme teor da Portaria Normativa 70/2019, possui 7 servidores em sua composição, estando atualmente completa e assim composta: 1 chefia, com 7 servidores distribuídos em dois turnos, sendo 3 técnicos no turno na manhã e 3 no turno da tarde.

À Central de Protocolo e Registro do Tribunal de Justiça de Sergipe compete: cadastrar e distribuir ações e recursos da competência do Tribunal de Justiça, bem como cadastrar e enviar aos respectivos setores os processos administrativos, nas exceções, quando as partes não tiverem acesso ao SEI; redigir, em forma legal, os ofícios e mais atos que pertencem ao seu ofício; certificar nos autos as ocorrências processuais e informar, de imediato, ao Secretário Judiciário de todas as ocorrências havidas fora dos feitos, mas que com eles tenham relação; dar às partes, independentemente de despacho, as certidões que solicitarem; e prestar atendimento às partes, seus procuradores e ao público em geral.

Projetos

Concluídos

1. Bloqueio do número do processo do Relatório Autos Recebidos e Não Movimentados quando selecionado por um servidor;
2. Transferência do atendimento físico do público externo, quanto às solicitações, via SEI, diretamente aos respectivos setores responsáveis pelo procedimento. Foi criada uma ferramenta de acesso via site do Tribunal de Justiça, o Protocolo Administrativo Virtual, visando o acesso dos serviços de forma virtual.

Principais Atividades desenvolvidas

Competência	Nome / CNJ	Quantidade de movimentos	
		2021	2022
Distribuidor do 2º Grau	Arquivamento Definitivo	-	1
	Ato ordinatório	3	1
	Cancelamento de Distribuição	155	132
	Certidão	-	24
	Conclusão	35.870	30.911
	Desarquivamento	-	1
	Disponibilização no Diário de Justiça Eletrônico	-	17
	Distribuição	34.309	28.860
	Documento	959	-
	Expedição de documento	76	133
	Informação inexistente	17.717	-
	Intimação eletrônica	-	6
	Juntada	-	1.718
	Manifestação MP	-	1
	Mudança de Classe Processual	6	4
	Outras informações	-	14.564
	Petição	222	-
	Recebimento	22.644	24.405
	Redistribuição	950	1.770
	Remessa	3.088	2.955
	Trânsito em julgado	1	1

CÂMARA CRIMINAL

A Subsecretaria da Câmara Criminal é unidade vinculada à Secretaria Judiciária e tem suas atribuições definidas na Portaria Normativa 77/2018 (artigo 40). O órgão da qual é integrante, qual seja, como dito, a Secretaria Judiciária é órgão de planejamento, direção, assessoramento e supervisão das atividades jurisdicionais do Poder Judiciário.

A Subsecretaria da Câmara Criminal dispõe de um quadro de pessoal composto de 4 (quatro) servidoras, são elas: Sara de Sousa Rabelo Carvalho (Subsecretária), Ana Virgínia Menezes Soares, Cynthia Santos Porto e Maria Terezinha de Oliveira.

Entre as atribuições da Subsecretaria da Câmara Criminal, descritas no artigo 40 da Portaria Normativa 77/2018, estão: receber e dar andamento aos processos da Câmara Criminal que estiver secretariando, encaminhados para julgamento em sessão, praticando todos os atos necessários ao seu regular processamento, inclusive lançar certidões, atos e termos nos autos, e, em se tratando de autos físicos, receber documentos e promover sua juntada, ressalvada a realização de carga; elaborar as pautas de julgamento da Câmara Criminal, fazendo constar a data e hora de início da sessão de julgamento e encaminhá-las para publicação; secretariar as sessões de julgamento da Câmara Criminal; entre outras.

Além dessas atribuições, a Subsecretaria da Câmara Criminal ainda confecciona mandados de prisão, contramandados de prisão, alvarás de soltura, mandados de internação e desinternação, alvarás liberatórios de objeto e quantia, além de diversos ofícios em cumprimento das deliberações contidas nos acórdãos. Todas essas atribuições foram efetivamente realizadas nos processos criminais respectivos nos anos de 2021 e 2022.

Diante da pandemia, as sessões de julgamento presenciais estavam sendo realizadas por videoconferência, por meio da ferramenta Zoom, passando, em 2022, a serem feitas de forma híbrida, de forma que os Desembargadores-membros da Câmara Criminal, subsecretária e equipe de suporte participam de forma física no auditório da Câmara Criminal; enquanto os Advogados e Ministério Público optam por comparecerem presencialmente ou por videoconferência. A subsecretaria gerencia o envio de link, através de e-mail a todos que participarão do ato, inclusive para equipe de apoio, e gerencia a sala virtual da sessão, prestando os devidos esclarecimentos, por telefone, aos advogados e partes

Projetos e Ações

Em andamento

1. Projeto de alteração de regras de procedimento e gestão processual no 2º Grau, o qual é acompanhado em conjunto com a Secretaria Judiciária e as Subsecretarias das 1ª e 2ª Câmaras Cíveis;
2. Projeto de alteração no sistema para regularizar o gerenciamento do relatório de autos com documentos juntados, o qual é acompanhado em conjunto com a Secretaria Judiciária e as Subsecretarias das 1ª e 2ª Câmaras Cíveis.

Concluídos

1. Em conjunto com a Secretaria Judiciária e as Subsecretarias da 1ª e 2ª Câmaras Cíveis foi concluído o projeto de alteração no sistema para possibilitar a exclusão de processos em pauta publicada;
2. Projeto de alteração no sistema de controle processual, acompanhado em conjunto com a Secretaria Judiciária e as Subsecretarias das 1ª e 2ª Câmaras Cíveis, tratando do gerenciamento de ausência de substituições na composição da sessão de julgamento;
3. Em conjunto com a Secretaria Judiciária e as Subsecretarias da 1ª e 2ª Câmaras Cíveis foram implementadas as sessões de julgamento presenciais híbridas.

Principais atividades desenvolvidas

Na atual gestão, foram realizadas 158 sessões de julgamento, sendo:

- 79 sessões ordinárias virtuais;
- 1 sessão extraordinária virtual;
- 66 sessões ordinárias presenciais por videoconferência/híbridas;
- 12 sessões extraordinárias presenciais por videoconferência/híbridas.

Foram julgados um total de 7.221 processos, sendo:

- 5.433 processos em sessões ordinárias virtuais;
- 113 processos em sessão extraordinária virtual;
- 1.423 processos em sessões ordinárias presenciais por videoconferência/híbridas;
- 252 processos em sessões extraordinárias presenciais por videoconferência/híbridas.

Escrivania da Câmara Criminal e Tribunal Pleno

A Escrivania da Câmara Criminal e Tribunal Pleno, unidade vinculada à Secretaria Judiciária, por força do artigo 68, do RITJSE, e artigo 39, VII, “c”, c/c os artigos 44 e 45, da Portaria Normativa 77/2018 GP 1, dispõe de um quadro de pessoal composto por 10 servidores, e 1 estagiário de nível médio; porém, atualmente, encontra-se com 8 servidores, 1 estagiária de nível médio, portanto, com um déficit de 2 servidores.

Entre atribuições da Escrivania estão: receber os feitos que lhes são distribuídos; dar andamento aos recursos, às ações e aos demais feitos da competência do TJSE; extrair certidões, translados e cartas de sentença nos processos de sua competência; contar os autos e atos praticados nos feitos para cálculo do valor das custas, quando necessário; remeter ao Juízo de origem e ao Arquivo, os feitos findos e, os que devam baixar em diligência; entre outras.

Atividades desenvolvidas

No período compreendido entre 01/01/2022 a 18/11/2022, foram distribuídos 5.742 processos, julgados 4.276 e, na situação de andamento, o total de 1.466. Em consulta ao sistema de controle processual, constata-se, portanto, que a Escrivania Criminal realizou atos processuais no total de 58.999, conforme tabela abaixo:

ATOS CARTORÁRIOS	JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ	TOTAL
ATO ORDINATÓRIO	995	1.675	1.702	1.265	1.944	1.612	2058	2371	2156	1861	916	-	18555
ARQUIVAMENTO	150	289	472	309	367	275	326	310	440	324	150	-	3412
BAIXA DEFINITIVA	73	189	196	197	195	172	180	222	299	289	116	-	2128
CERTIDÃO	81	143	141	111	168	176	158	186	240	209	60	-	1673
CONCLUSÃO	705	759	914	797	850	927	1059	1326	1233	983	542	-	10095
DECURSO DE PRAZO	20	71	70	66	77	35	66	02	109	28	05	-	549

1ª CÂMARA CÍVEL

A Subsecretaria da 1ª Câmara Cível é unidade vinculada à Secretaria Judiciária, conforme artigo 40 da Portaria Normativa 77/2018 e artigo 39, III do RITJSE. Dispõe de um quadro de pessoal composto de 4 servidoras. Entre as atribuições estão: receber e dar andamento aos processos da 1ª Câmara Cível, encaminhados para julgamento em sessão, praticando todos os atos necessários ao seu regular processamento, inclusive lançar certidões, atos e termos nos autos; elaborar as pautas de julgamento da respectiva Câmara, fazendo constar a data e hora de início da sessão de julgamento e encaminhá-las para publicação; entre outras.

Além das atribuições, as sessões de julgamento presenciais estão sendo realizadas de forma híbrida; podendo, os desembargadores, magistrados convocados, procuradores de justiça e advogados, participarem tanto de forma presencial, como por videoconferência.

Para que seja realizada a sessão através da ferramenta Zoom, a Subsecretaria gerencia o envio de link, através de e-mail, para os desembargadores, advogados e servidores da divisão de áudio e que atuam no apoio, bem como organiza a sala de videoconferência, no momento da realização da sessão. As servidoras, que atuam no suporte da sessão, fazem esclarecimentos, por telefone aos advogados e partes, bem como o encaminhamento de link, através de e-mail, quando solicitado.

Projetos e Ações

Em andamento

- 1. Em conjunto com a Secretaria Judiciária e Subsecretarias da 2ª Câmara Cível e Câmara Criminal, está em andamento projeto de alteração no sistema para regularizar o gerenciamento do relatório de autos com documentos juntados;
- 2. Em conjunto com a Secretaria Judiciária e Subsecretarias da 2ª Câmara Cível e Câmara Criminal, está em andamento projeto de alteração de regras de procedimento e gestão processual no 2º Grau;
- 3. Em conjunto com a Secretaria Judiciária e Subsecretarias da 2ª Câmara Cível e Câmara Criminal foram implementadas as sessões de julgamento presenciais híbridas;
- 4. Foi criado canal próprio no YouTube para transmissão ao vivo das sessões de julgamento, possibilitando que as Câmaras possam realizar sessão no mesmo dia e horário, se for necessário.

Principais atividades desenvolvidas

No período compreendido, foram realizadas:

- 88 sessões virtuais;
- 78 sessões ordinárias por videoconferência;
- 23 extraordinárias por videoconferência para julgamento de processos com ampliação de quórum.

Foram julgados um total de 25.400 processos sendo:

- Em sessões ordinárias virtuais 19.872 processos;
- Em sessões ordinárias por videoconferência 4.737 processos;
- Em sessões extraordinárias por videoconferência 791 processos.

Escrivania da 1ª Câmara Cível

A Escrivania da 1ª Câmara Cível é unidade vinculada à Secretaria Judiciária, conforme dispõe o artigo 39, VII, “a”, c/c os artigos 44 e 45, da Portaria Normativa 77/2018 – GP1, e artigo 68, do RITJSE. Dispõe de um quadro de pessoal composto de 11 servidores e 1 estagiário (a) de nível médio, sendo que, atualmente, encontra-se, efetivamente, com 10 servidores, contando com o subscritor e 1 estagiária de nível médio, pois uma servidora foi realocada, por determinação da Presidência do TJSE, para o setor da Justiça Restaurativa, no mês de setembro 2022, sem que, ainda, tenha sido suprida sua vaga.

Tem como atribuições dar andamento aos recursos, às ações e aos demais feitos da competência do Tribunal de Justiça; extrair certidões, translados e cartas de sentença nos processos de sua competência; contar os autos e atos praticados nos feitos para cálculo do valor das custas, quando necessário; remeter ao Juízo de origem e ao Arquivo, os feitos findos e, os que devam baixar em diligência; entre outros.

A prática de rodízio entre os servidores, realizada no ano de 2021, e abolida em 2022, no que pese tenha sido proveniente do estado de pandemia, demonstrou uma salutar prática de reoxigenação para os servidores que passaram a desempenhar suas funções de forma mista; ou seja, em suas residências e no local de trabalho, mas com uma forma mais dinâmica e ampla.

Projetos e Ações

No que pese o tópico denominar-se Projetos e Ações, vamos aqui lançar os números dos processos SEIs iniciados nos anos de 2021 e 2022, que foram criados tendo em vista a necessidade de algum tipo de posicionamento e/ou ação por parte da Presidência do TJ/SE, da Secretaria Judiciária (Sejud) e/ou da Secretaria de Informática (Seteci), setores estes cruciais nas resoluções das demandas laborais ou de métodos de trabalho que envolvam a Escrivania da Primeira Câmara ou Escrivanias do 2º Grau como um todo. São eles:

Ano de 2021

- a) 0009942-60.2021.8.25.8825: criado visando informar a inexistência de visualização de feitos julgados devolvidos do 1º Grau para o 2º Grau, sem a possibilidade de visualização e, conseqüente movimentação destes pelo 2º Grau, restando o presente SEI resolvido com o objetivo alcançado;
- b) 0008270-17.2021.8.25.8825: criado visando regulamentar a certificação e intimação das partes quanto a processos físicos convertidos em eletrônicos pelas Escrivanias Cíveis do 2º Grau, restando o presente SEI resolvido com o objetivo alcançado.
- c) 0020236-74.2021.8.25.8825: criado visando a incorporação nas consultas processuais pelo SCP do 2º Grau da nomenclatura “subsecretaria” antes da respectiva Câmara visando uma melhor identificação da localização do processo pelo usuário, restando o presente SEI resolvido com o objetivo alcançado;
- d) 0021140-94.2021.8.25.8825: criado pela Escrivania da 2ª Câmara Cível e Câmaras Cíveis Reunidas, que em conjunto com esta Escrivania foi criado visando regularizar a forma de apresentação e visualização dos documentos encaminhados pela plataforma MNI pela Defensoria Pública e pelas Procuradorias, restando o presente SEI resolvido com o objetivo alcançado.

Ano de 2022

- a) 0023907-71.2022.8.25.8825: criado visando informar a existência de reclamação de parte junto a Ouvidoria, o qual foi devidamente esclarecido através de manifestação deste subscritor, demonstrando inexistência do fato narrado;
- b) 0025563-63.2022.8.25.8825: criado visando regulamentar e orientar o procedimento a ser adotado quanto aos agravos físicos, anteriormente encaminhados ao STF e STJ, cujos feitos recursais principais, já foram convertidos em eletrônicos e suas necessidades de conversão ou não para fins de arquivamento em caixa, que, nesta oportunidade ainda aguarda posicionamento final da Presidência do TJSE;
- c) 007151-84.2022.8.25.8825: criado visando a regulamentação ou uniformização de prazos para cumprimento de mandados de intimação, pelos Oficiais de Justiça ou Executores de Mandados das Comarcas do Estado tendo em vista a observação de prazos distintos, a depender de cada Comarca e/ou Vara para o cumprimento de um mesmo tipo de mandado judicial, que, nesta oportunidade ainda aguarda posicionamento final da Presidência do TJ/SE;

Principais atividades desenvolvidas

Ano de 2021

Após utilização do gerador de relatórios, constante no SCP deste 2º Grau, restou-se apurado que o período compreendido no ano de 2021 foram distribuídos 14.566 feitos, exclusivamente para a 1ª Câmara Cível e respectiva Escrivania, sendo julgados 10.310 feitos e findando o ano, na situação andamento, o total de 4.256 feitos. Por conta desta situação, a Escrivania da Primeira Câmara Cível realizou a prática de 115.043 atos processuais durante o período de 2021, conforme a tabela abaixo disposta, na qual consta os atos cartorários praticados e a quantidade destes, mês a mês.

Devemos também relatar que atos outros são praticados dia a dia, mas que não são de contabilidade palpável a se poder mensurar. No entanto, são de suma importância para a dinâmica processual, como o atendimento as partes e advogados presencialmente, assim como por telefone ou e-mail, como também contato com as assessorias dos gabinetes da Desembargadoria e dos juízos de 1º Grau, além dos demais órgãos e setores que compõem o Poder Judiciário, tanto da área administrativa como judicial, além de órgãos externos como a Defensoria Pública, Ministério Público, Procuradoria do Estado, Município de Aracaju e dos municípios interioranos.

ATOS CARTORÁRIOS PRATICADOS	JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ	TOTAL
ATO ORDINATÓRIO	2323	3131	4087	3933	5313	4508	5157	5640	5473	4630	998	-	46.411
ARQUIVA-MENTO DEFINITIVO	266	682	869	600	711	585	608	675	753	566	155	-	6.488
BAIXA DEFINITIVA	357	705	808	768	1032	825	870	680	907	753	155	-	7.860
CERTIDÃO	120	88	123	68	153	215	230	270	238	186	19	-	1.710
CONCLUSÃO	2018	1444	1507	1352	1618	1479	1773	1756	1842	1553	277	-	16.619
DECURSO DE PRAZO	197	488	393	368	452	297	425	375	562	446	47	-	4.050
EXPEDIÇÃO DE DOCUMENTO	218	369	401	340	424	351	394	360	424	379	77	-	3.737
INTIMAÇÃO ELETRÔNICA	806	1433	1585	1267	1532	1427	1632	1781	1489	1253	380	-	14.585
REMESSA	174	174	196	183	248	197	227	230	236	233	35	-	2.133
TRÂNSITO EM JULGADO	488	1132	1264	1111	1410	1170	1212	1017	1368	1112	166	-	11.450
TOTAL GERAL							115.043						

Ano de 2022

Em 2022 foram computados, de 01 de janeiro a 07 de novembro, os seguintes dados: distribuídos 13.667 feitos, exclusivamente para a 1ª Câmara Cível e respectiva Escrivania; sendo julgados 9.671 feitos e um total de 3.996 feitos. Por conta desta situação, a Escrivania da Primeira Câmara Cível realizou a prática de 113.828 atos processuais, conforme a tabela abaixo disposta, na qual consta os atos cartorários praticados e a quantidade destes, mês a mês.

A título de registro, ressalva-se que o presente relatório referente ao ano de 2022 foi produzido em 07/11/2022; ou seja, não vindo a contar as práticas de atos cartorários realizados a partir do dia 08/11/2022, até o final do biênio 2021-2023, situação que, se computada, geraria outros números finais, a maior.

ATOS CARTORÁRIOS PRATICADOS	JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ	TOTAL
ATO ORDINATÓRIO	2524	3767	4468	3933	5313	4508	5157	5640	5473	4630	998	-	46.411
ARQUIVA-MENTO DEFINITIVO	284	682	869	600	711	585	608	675	753	566	155	-	6.488
BAIXA DEFINITIVA	344	705	808	768	1032	825	870	680	907	753	155	-	7.847
CERTIDÃO	53	88	123	68	153	215	230	270	238	186	19	-	1.643
CONCLUSÃO	927	1444	1507	1352	1618	1479	1773	1756	1842	1553	277	-	15.528
DECURSO DE PRAZO	170	488	393	368	452	297	425	375	562	446	47	-	4.023
EXPEDIÇÃO DE DOCUMENTO	258	369	401	340	424	351	394	360	424	379	77	-	3.777
INTIMAÇÃO ELETRÔNICA	790	1433	1585	1267	1532	1427	1632	1781	1489	1253	380	-	14.569
REMESSA	113	174	196	183	248	197	227	230	236	233	35	-	2.072
TRÂNSITO EM JULGADO	508	1132	1264	1111	1410	1170	1212	1017	1368	1112	166	-	11.470
TOTAL GERAL							113.828						

2ª CÂMARA CÍVEL

A Subsecretaria da 2ª Câmara Cível é unidade vinculada à Secretaria Judiciária, conforme artigo 40 da Portaria Normativa 77/2018 e artigo 39, III do RITJSE. Dispõe de um quadro de pessoal composto de 5 servidoras. Entre as atribuições, estão: receber e dar andamento aos processos encaminhados para julgamento em sessão, praticando todos os atos necessários ao seu regular processamento, inclusive lançar certidões, atos e termos nos autos; elaborar as pautas de julgamento da respectiva Câmara, fazendo constar a data e hora de início da sessão de julgamento e encaminhá-las para publicação; entre outras.

Além das atribuições, as sessões de julgamento presenciais estão sendo realizadas de forma híbrida, podendo, os desembargadores, magistrados convocados, procuradores de justiça e advogados, participarem tanto de forma presencial, como por videoconferência.

Para que seja realizada a sessão através da ferramenta Zoom, a subsecretaria gerencia o envio de link, através de e-mail, para os desembargadores, advogados e servidores da divisão de áudio e que atuam no apoio, bem como organiza a sala de videoconferência, no momento da realização da sessão. As servidoras, que atuam no suporte da sessão, fazem esclarecimentos, por telefone aos advogados e partes, bem como o encaminhamento de link, através de e-mail, quando solicitado.

Projetos e Ações

Em andamento

- 1. Em conjunto com a Secretaria Judiciária e Subsecretarias da 1ª Câmara Cível e Câmara Criminal, está em andamento projeto de alteração no sistema para regularizar o gerenciamento do relatório de autos com documentos juntados;
- 2. Em conjunto com a Secretaria Judiciária e Subsecretarias da 1ª Câmara Cível e Câmara Criminal, está em andamento projeto de alteração de regras de procedimento e gestão processual no 2º Grau;
- 3. Em conjunto com a Secretaria Judiciária e Subsecretarias da 1ª Câmara Cível e Câmara Criminal foram implementadas as sessões de julgamento presenciais híbridas;
- 4. Foi criado canal próprio no YouTube para transmissão ao vivo das sessões de julgamento, possibilitando que as Câmaras possam realizar sessão no mesmo dia e horário, se for necessário.

Principais atividades desenvolvidas

Foram julgados um total de 24.424 processos sendo:

- Em sessões ordinárias virtuais das Câmaras Cíveis Reunidas 492 processos;
- Em sessões ordinárias por vídeo das Câmaras Cíveis Reunidas 87 processos;
- Em sessões ordinárias virtuais da 2ª Câmara Cível 1.8799 processos;
- Em sessões ordinárias por vídeo da 2ª Câmara Cível 4.083 processos;
- Em sessões extraordinárias virtual da 2ª Câmara Cível 117 processos;
- Em sessões extraordinárias por vídeo da 2ª Câmara Cível 896 processos.

Câmaras Cíveis Reunidas – sessão ord. virtual 2021: 12 2022: 09	Câmaras Cíveis Reunidas – sessão ord. por vídeo 2021: 08 2022: 08
2ª Câmara Cível – sessão ord. virtual 2021: 47 2022: 41	2ª Câmara Cível – sessão ord. por vídeo 2021: 36 2022: 40
2ª Câmara Cível – Sessão extra virtual 2022: 02	2ª Câmara Cível – sessão extra por vídeo 2021: 15 2022: 11

3ª Escrivania da 2ª Câmara Cível e Câmaras Cíveis Reunidas

A 3ª Escrivania da 2ª Câmara Cível e Câmara Cíveis Reunidas do TJSE são vinculadas à Secretaria Judiciária. Atualmente, encontra-se com o seguinte quadro de servidores: 09 + 01 escrivão e 01 estagiário de nível médio; portando, com um deficit de 02 servidores. Ao Escrivão ou Chefe/Diretor de Secretaria incumbe efetivar as ordens judiciais, realizar as citações e intimações, bem com praticando todos os demais atos que lhe forem atribuídos pelas normas de organização judiciária.

Atividades desenvolvidas

Após consulta ao sistema SCP do 2º Grau, em 2021, com dados computados de 01 de janeiro a 31 de dezembro, a 3ª Escrivania da 2ª Câmara Cível e Câmara Cíveis Reunidas realizou a prática de 127.003 atos processuais e se constatou os seguintes dados:

2ª Câmara Cível Feitos distribuídos: 14.067 Feitos julgados: 13.873 Feitos em andamento: 194	Câmaras Cíveis Reunidas Feitos distribuídos: 490 Feitos julgados: 438 Feitos em andamento: 52
---	--

Já em 2022, entre 01 de janeiro e 30 de novembro, foram registrados 138.949 atos processuais, constatando-se os seguintes dados:

2ª Câmara Cível Feitos distribuídos: 14.954 Feitos julgados: 10.202 Feitos em andamento: 4.752	Câmaras Cíveis Reunidas Feitos distribuídos: 461 Feitos julgados: 285 Feitos em andamento: 176
---	---

OUVIDORIA

A Ouvidoria-Geral da Justiça foi criada com o intuito de tornar o Poder Judiciário de Sergipe mais próximo da sociedade, sendo essa unidade vinculada à Presidência do TJSE. Compete à Ouvidoria atuar como órgão de comunicação entre órgãos externos e internos, recebendo e repassando informações pertinentes à administração do Tribunal de Justiça com a finalidade de informar, aprimorar, de forma a contribuir com a celeridade judicial e seu amplo acesso.

São atribuições da Ouvidoria-Geral da Justiça de Sergipe: registrar suas dúvidas, reclamações, sugestões, denúncias e elogios junto ao TJSE. As manifestações recebidas servem de subsídio, colaborando para elevar o nível de excelência dos serviços prestados, pois permitem ao Poder Judiciário: um relacionamento democrático com a sociedade; a identificação de necessidades; um melhor direcionamento das ações; e avaliação do grau de satisfação da população.

Projetos e Ações

Em andamento

A Resolução 432, de 27 de outubro de 2021, do Conselho Nacional de Justiça, trouxe aos Tribunais de Justiça do Brasil norteamento ao aprimoramento e desenvolvimento das Ouvidorias do país com intuito de ampliar seu atendimento e acolhimento da sociedade com todas suas particularidades. Em virtude desta resolução foi inserido e está sendo colocado em ação a Ouvidoria da Mulher. Atualmente, no que diz respeito ao campo administrativo, está em fase de produção e aprovação de nova e própria resolução do assunto. A Resolução trouxe ao TJSE o Comitê Multinível, Multisetorial e Interinstitucional para a Promoção de Políticas Públicas Judiciais de Atenção às Pessoas em Situação de Rua, no âmbito do Poder Judiciário do Estado de Sergipe, dando outras providências, da qual a Ouvidoria-Geral é integrante para sugerir e contribuir com o projeto.

Concluídos

O setor desenvolve, diariamente, a busca por divulgar e dar acesso à sociedade ao uso da Ouvidoria como ferramenta facilitadora do Poder Judiciário, através de divulgação de notícias no site do TJSE, disponibilizando em suas unidades banners informativos do setor. Ainda foi inserido no sistema do Portal da Ouvidoria, responsável por receber manifestações, o campo 'Ouvidoria da mulher', em que é dada prioridade e maior acolhimento no trato com as manifestações diante de sua vulnerabilidade.

Ouvidoria em números

Entre janeiro e dezembro de 2021, foram efetuados 3.246 registros na Ouvidoria. Foi observada uma média de 270 manifestações por mês. Os 1.609 pedidos de informação foram classificados da seguinte forma:

- 974 andamentos processuais: consulta simples ao andamento de processos;
- 229 outras informações: solicitação de informação que não se enquadra em nenhuma das categorias anteriores;
- 133 endereços e telefones: informação acerca de números de telefone e/ou endereços das unidades do Tribunal;
- 49 informações do dia: informação sobre algo específico daquele dia;
- 14 cartórios extrajudiciais: informações relacionadas a cartórios extrajudiciais;
- 51 organização e funcionamento: informações sobre horário de expediente das unidades do Tribunal e/ou seu funcionamento;
- 12 processos em segredo de justiça: solicitação de informações acerca de processos que tramitam em segredo de justiça;
- 73 órgãos externos: informações sobre questões não afetas à competência do TJSE;
- 5 exercício do Direito: orientação ao manifestante, em causas de juizados especiais, quando não possuir advogado;

- 70 diversos: não incluídos nas anteriores;
- 42 sobre Lei de Acesso à Informação (Lei 12.527/2011): em sua maioria, as solicitações de informações através de Lei de Acesso dizem respeito a dados para pesquisa, sendo 2 indeferidas e 40 deferidas.

Entre janeiro e novembro de 2022 foram efetuados 1.266 registros na Ouvidoria, com uma média de 101 manifestações por mês. Os registros foram classificados da seguinte forma:

- 722 andamentos processuais: consulta simples ao andamento de processos;
- 207 outras informações: solicitação de informação que não se enquadra em nenhuma das categorias anteriores;
- 64 endereços e telefones: informação acerca de números de telefone e/ou endereços das unidades do Tribunal;
- 32 informações do dia: informação sobre algo específico daquele dia;
- 3 cartórios extrajudiciais: informações relacionadas a cartórios extrajudiciais;
- 79 organização e funcionamento: informações sobre horário de expediente das unidades do Tribunal e/ou seu funcionamento;
- 17 processos em segredo de justiça: solicitação de informações acerca de processos que tramitam em segredo de justiça;
- 03 órgãos externos: informações sobre questões não afetas à competência do TJSE;
- 2 sobre exercício do direito: orientação ao manifestante, em causas de juizados especiais, quando não possuir advogado;
- 70 diversos: não incluídos nas anteriores;
- 10 Lei de Acesso à Informação (Lei 12.527/2011);
- 01 proteção dos direitos das mulheres.

NUPEMEC

O Núcleo Permanente de Métodos Consensuais de Solução de Conflitos (Nupemec) é órgão integrante da estrutura administrativa da Presidência do Tribunal de Justiça de Sergipe, composto por cinco magistrados da ativa, dois servidores efetivos do Tribunal de Justiça e um secretário. É órgão central de planejamento e decisões com objetivo de desenvolver a política judiciária local no tratamento adequado de resolução de conflitos; promover capacitação; instalar e acompanhar os Centros Judiciários de Solução de Conflitos e Cidadania (Cejuscs), órgãos executores da política consensual e ações de cidadania. Regem-se pela Lei 265/2015 e Resolução 19/2019 do TJSE.

Os projetos e ações realizados no biênio 2021-2023 estão alinhados ao macrodesafio ‘Prevenção de Litígios e Adoção de Soluções Consensuais para os Conflitos’. O Nupemec/ Cejusc não poupou esforços para a implantação da política pública de resolução de conflitos por meios consensuais, enfatizando as ações extrajudiciais que se concretizaram através de parcerias com entidades públicas e privadas.



Inauguração do Cejusc Lagarto, em maio de 2022

A criação de Cejuscs nos municípios do interior, a realização de mutirões para negociações de dívidas e o tratamento diferenciado aos conflitos familiares são destaques importantes para o fomento da autocomposição no Judiciário sergipano. Outro eixo muito trabalhado foi a prevenção ao superendividamento de pessoas e famílias, com oficinas, teatro, orientação/esclarecimentos sobre educação financeira e uso de crédito consciente, temas abordados nos projetos do Programa de Cidadania Financeira.

Estatísticas gerais

Cejusc – Aracaju			
Processual	2021	2022 (até setembro)	Total
Audiências designadas	11.194	9.386	20.580
Audiências efetivamente realizadas	6.965	5.799	12.764
Acordos	1.729	1.707	3.436
Pré-processual	2021	2022	Total
Quantidade de registros	3.098	2.395	5.493
Acordos	2.286	1.952	4.238

Mutirões realizados	26
Cursos de capacitação	10
Pessoas capacitadas no Módulo Teórico	181

Projetos e ações

No atual biênio, o Nupemec/Cejusc executou 23 projetos, em que 22 foram concluídos (tabela), com impactos positivos no fomento e estímulo ao uso da autocomposição, nas estatísticas deste relatório. Apenas o projeto ‘Cejusc Juizado’ não foi concluído. Destacamos aqui o Projeto Contas em Dia, que recebeu menção honrosa no Prêmio Conciliar é Legal. O projeto Janelas do Saber também recebeu homenagem: moção de aplauso do Conselho Estadual de Cultura de Sergipe.

Quanto às questões relacionadas ao superendividamento das pessoas adultas, crianças e idosos, foram atingidas diretamente mais de 3 mil pessoas. Promover conhecimento, proporcionar formas não adversariais de resolução de conflitos e do uso consciente do dinheiro são resultados alcançados ao longo deste biênio, através dos nossos projetos e ações para a população sergipana, contribuindo, assim para relações coletivas e interpessoais mais humanas e respeitosas.



Cordel do Idoso Esperto foi levado para CRAS da capital e tem como objetivo evitar o superendividamento

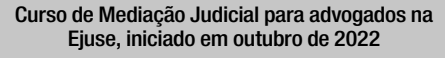


Nupemec e CDL Aracaju assinaram convênio para conciliação de conflitos de natureza empresarial, em dezembro de 2021

Projetos	Resultados alcançados
Conciliador Dativo	Implantação da metodologia consensual como primeira opção, com efetiva e já comprovada economia para o Estado, difusão da cultura de paz e maior satisfação dos envolvidos, com reflexos para a pacificação social e desjudicialização de demandas remanescentes, já que o conflito é trabalhado em todo o seu contexto e possíveis ramificações.
Contas em Dia	Auxílio às pessoas a administrar sua vida financeira, evitando o superendividamento.
Meu Dinheiro tem Valor	Engajamento de alunos da educação de jovens e adultos sobre conhecimentos básicos da educação financeira e uso adequado do crédito, evitando o superendividamento.
Portal da Conciliação	Canal de fomento aos métodos autocompositivos, aumentando o número de acessos para agendamento de conciliações/mediações e busca de informações sobre educação financeira.
Arte no Cejusc	Contribuiu com a disseminação da arte sergipana, utilizando os espaços físicos do Cejusc para expor trabalhos de artistas plásticos, desenhistas, escultores, fotógrafos sergipanos, além de promover um ambiente acolhedor, para que todos se sintam confortáveis para resolver seus conflitos de forma consensual.
Capacitação contínua dos mediadores e conciliadores judiciais que atuam nos Cejusc e convênios	Quadro de conciliadores e mediadores judiciais qualificados, o que reflete em uma maior qualidade de atendimento e satisfação para os envolvidos, que terão seus conflitos pacificados e transformados, com resultados para a sociedade. Ao trabalhar o conflito numa maior amplitude, outras demandas remanescentes deixarão de existir e retornar ao Judiciário.



Mudança de paradigma e a transformação de um antigo modelo de conciliação, para um modelo voltado para a satisfação dos envolvidos, com reflexos para a pacificação social e a desjudicialização de demandas remanescentes.



Curso de Mediação Judicial para advogados na Ejuse, iniciado em outubro de 2022

Cumprimento da norma inserta no art. 9º, §2º da Resolução 125/2010 do CNJ, no qual está estabelecido que os “Tribunais de Justiça e os Tribunais Regionais Federais deverão assegurar que nos Centros atue ao menos 1 (um) servidor com dedicação exclusiva”.

O Cejusc é a porta de entrada para o atendimento do cidadão, conforme o modelo multiportas, o qual se oferece a este o método mais adequado para o tratamento de seu conflito, de forma processual ou pré-processual. Dessa forma o cidadão é direcionado a um atendimento qualificado, com reflexos para a pacificação social e a consequente desjudicialização de demandas remanescentes.

Semana da Mediação Familiar	As pessoas têm a oportunidade de trabalhar o seu conflito familiar, extraindo os pontos positivos e interesses comuns, aptos a promover transformação do contexto conflituoso, com reflexos para uma relação futura saudável, sobretudo quando há a presença de filhos. Existe contribuição para a pacificação social e o estabelecimento de vínculos afetivos duradouros, além da consequente evitação de demandas judiciais remanescentes.
	Trabalho com demandas de forma individualizada, antes mesmo de sua judicialização e com a união de esforços de todos os envolvidos, alcançando o atendimento qualificado, em atendimento a um direito fundamental, com menos custo para o Estado, e consequente desjudicialização.
Cejusc Saúde realizou audiências para procedimentos oftalmológicos na capital	
Monitoramento do art. 334 do CPC por todas as unidades judiciárias	Mudança de paradigma, em que a conciliação deixa de ser uma mera fase processual, outrora sem a devida importância, para que seja uma fase em que os conciliadores/mediadores capacitados tenham a oportunidade de trabalhar o conflito em sua maior amplitude e, dessa forma, promover a transformação deste, com resultados que impliquem maior satisfação dos envolvidos, com reflexos para a pacificação social e desjudicialização de futuras demandas.
Cejusc 100% Digital	Criação do Cejusc 100% digital, com foco na área empresarial, contribuindo com a solução rápida e com ganhos para as partes diante das questões relacionadas à atuação e encerramento de empresas e lojistas.
Cejusc Itinerante	Disseminação da autocomposição como alternativa eficiente e eficaz para resolver conflitos e, consequentemente, ampliar o número de atendimentos do Cejusc, promovendo mediações e conciliações nas áreas mais periféricas dos municípios de Sergipe.
	
Cartilha Meu Dindim, idealizada pelo Cejusc Aracaju, tornou-se apresentação teatral e é levada a Projeto Escolas no Fórum	Cejusc consolida-se como espaço de estímulo à leitura, através desse projeto, criando estantes de livros para seus jurisdicionados.
Contribuição com a cultura de paz junto a adolescentes, através de mecanismos que os façam compreender que os conflitos existem, mas podem ser solucionados por meio de diálogos que busquem atender a todos os envolvidos na questão, sem a necessidade de fazer uso de meios violentos para o convencimento do outro.	Projeto Janelas do Saber cria biblioteca colaborativa nas unidades jurisdicionais

Cejusc na Comunidade	O Cejusc na Comunidade divulgou e estimulou o uso dos métodos autocompositivos, contribuindo para a consolidação de uma cultura de não violência ou competitividade na resolução de conflitos.
DAS – Desburocratizar, acolher e servir	Servidores responsáveis pelo atendimento ao público receberam orientação adequada sobre a forma e métodos da autocomposição para que possam orientar os jurisdicionados sobre a política de resolução consensual de conflitos, entre outras formas de resolução no Judiciário.
Viver Bem em Comunidade	Disponibilização de cursos de conciliação/mediação para servidores municipais, a fim de dirimir conflitos advindos de perturbação do sossego.

Cursos

2021	1. Curso de Conciliação e Mediação Judicial – modalidade presencial – 40 horas – período 16/08/2021 a 25/08/2021. Público – convênio Anoreg; 2. Curso de Conciliação e Mediação Judicial – modalidade presencial – 40 horas – período 20/09/2021 a 29/09/2021. Público – convênio OAB/SE; 3. Curso Oficial de Formação Inicial de Magistrados (Cofim 2021). Módulo ‘Métodos consensuais de resolução de conflitos’ – modalidade EAD – 20 horas – período 13/09 e 17/09/2021. Público – Juizes TJSE; 4. Curso de Conciliação e Mediação Judicial – modalidade EAD – 40 horas – período 13/09/2021 a 25/10/2021. Público – servidores e estagiários do TJSE e convênios – Unit polos Aracaju, Estância, Itabaiana e Propriá, Procon Municipal, estagiários, prefeituras.
2022	1. Curso de Conciliação e Mediação Judicial – modalidade presencial – 40 horas – período 25/04/2022 a 02/05/2022. Público – servidores TJSE; 2. Curso Oficial de Formação Inicial de Magistrados (Cofim 2022). Módulo ‘Métodos consensuais de resolução de conflitos’ – modalidade presencial – 20 horas – período 24, 25 e 26/05/2022. Público – Juizes TJSE; 3. Curso de Conciliação e Mediação Judicial – modalidade presencial – 40 horas – período 06/06/2022 a 13/06/2022. Público – servidores TJSE; 4. Curso de Conciliação e Mediação Judicial – modalidade presencial – 40 horas – período 03/10/2022 a 13/10/2022. Público – convênio Faculdade Ages; 5. Curso de capacitação para os atendimentos do Projeto DAS – modalidade presencial – 4 horas – período 21/10/2022; 6. Curso de Conciliação e Mediação Judicial – modalidade presencial – 40 horas – período 24/10/2022 a 08/11/2022. Público – convênio OAB/SE. 7. Fórum Nacional da Mediação e Conciliação (12º Fonamec), com a participação da magistrada-membro do Nupemec, Dauquiria de Melo Ferreira, e da chefe de Divisão Operacional e de Administração do Nupemec, Carla Maria Franco Lameira Vitale, dias 30/11, 01 e 02/12/2022.

Mutirões

2021
1. Mutirão Banco do Brasil (processual): 10/02/2021, Cejusc Aracaju – audiências virtuais;
2. Mutirão Pio Décimo (pré-processual): 26 a 30/04/2021, Fórum Gumersindo Bessa;
3. Mutirão Pio Décimo (pré-processual): 07, 14, 21, 25 e 28/05, 15, 16 e 18/06, 05, 06 e 07/07/2021. Fórum Gumersindo Bessa;
4. Mutirão LYC Perfumaria Ltda – O Boticário (pré-processual): 21 e 28/05/2021. Cejusc Maracaju;
5. Mutirão Limpa Nome (pré-processual): 10 a 14/05/2022 e 20, 21 e 28/05/2021. NPJ – Cejusc Unit Aracaju;
6. Mutirão Limpa Nome (pré-processual): 17/05 a 19/05/2021. NPJ – Cejusc Unit Itabaiana;
7. Mutirão Limpa Nome (pré-processual): 26 e 27/05/2021. NPJ – Cejusc Unit Estância;
8. Mutirão Limpa Nome (pré-processual): 01 e 02/06/2021. NPJ – Cejusc Unit Propriá;
9. Mutirão Jardim de Infância Cirandar (pré-processual): 30/05 e 01/06/2021. Fórum Gumersindo Bessa – Cejusc;
10. Semana de Mediação Familiar (pré-processual): 07 a 11/06/2021. Fórum Gumersindo Bessa – Cejusc;
11. Mutirão Condomínio Flamboyant (pré-processual): 09, 12, 13 e 14/07/2021. Fórum Gumersindo Bessa – Cejusc;
12. Semana de Mediação Familiar (pré-processual): 02 a 06/08/2021. Fórum Gumersindo Bessa – Cejusc;
13. Mutirão Pio Décimo (pré-processual): 08, 09, 10, 13, 14 e 24/09/2021. Fórum Gumersindo Bessa – Cejusc;
14. Mutirão Energisa (pré-processual): 18 a 27/10/2021. Fórum Gumersindo Bessa – Cejusc;
15. Semana Nacional de Conciliação (pré-processual e processual): 08 a 12/11/2021. Unidades jurisdicionais de Sergipe;
16. Mutirão Banese Card (pré-processual): 08 a 12/11/2021. Arquivo Judiciário;
17. Mutirão DPVAT (processual): 29/11 a 03/12/2021. Setor de Perícias;
18. Mutirão Colégio Master (pré-processual): 16 e 17/12/2021. Fórum Gumersindo Bessa – Cejusc.



Na Semana da Conciliação de 2022, foi realizado mutirão de negociação de dívidas com quatro empresas, no NPJ da Unit

2022
1. Mutirão LYC Perfumaria Ltda – O Boticário (pré-processual): 24 e 25/01 e 25/03/2022. Fórum Gumersindo Bessa – Cejusc;
2. Mutirão Família (pré-processual): 14 a 17/02/2022. Fórum Gumersindo Bessa – Cejusc;
3. Mutirão Banese (processual): 26/04/2022. Fórum Gumersindo Bessa – Cejusc;
4. Mutirão Energisa (processual): 29/04/2022. Fórum Gumersindo Bessa – Cejusc;
5. Mutirão Energisa (pré-processual): 11 a 15/07/2022. Fórum Gumersindo Bessa – Cejusc;
6. Mutirão Colégio Master (pré-processual): 24 a 27/10 e 03/11/2022. Fórum Gumersindo Bessa – Cejusc;
7. Semana Nacional de Conciliação (pré-processual e processual): 07 a 11/11/2022. Unidades jurisdicionais de Sergipe;
8. Mutirão Limpa Nome (pré-processual): 07 a 11/11/2022. NPJ – Cejusc Unit Aracaju.

NUPEJURE

O Núcleo Permanente de Justiça Restaurativa (Nupejure) foi criado pela Lei 8.984, de 24/02/2022, regulamentado pela Resolução 21/2022. Tornou-se o responsável pelo planejamento e a implementação dos projetos e ações apresentados neste relatório. Entende-se como projetos as atividades desenvolvidas diretamente pelo Nupejure em parceria com outras entidades. Denomina-se Ação de Cidadania as atividades protagonizadas pelas instituições parceiras que são assessoradas e apoiadas pelo Nupejure.

Já a Comissão de Implementação, Difusão e Execução da Justiça Restaurativa (Cidejure) foi instituída pela Resolução 14/2018 para desenvolver a política de Justiça Restaurativa no TJSE. Possui em seu programa um conjunto de projetos e ações que visam realizar práticas restaurativas no Estado de Sergipe, tanto nos feitos que tramitam em unidades jurisdicionais quanto em outras ambiências institucionais e comunitárias, através de articulação com as instituições parceiras. O propósito é a difusão do paradigma restaurativo na sociedade, de modo a atender aos preceitos da Resolução 225/2016 CNJ. Este programa faz parte do Planejamento Estratégico do TJSE desde o ano de 2019, no Macrodesafio Prevenção de Litígios e Adoção de Soluções Consensuais para os Conflitos.

Entre os principais projetos da Cidejure, está a instalação do Nupejure como órgão sucessor na macrogestão da política judiciária de justiça restaurativa, propiciando que o seu desenvolvimento ocorra de forma permanente, sustentada e articulada às demais entidades, tais como os órgãos do sistema de justiça, os equipamentos e serviços das redes de atendimento das políticas públicas, as instituições de ensino superior, entre outras



Ações da JR em Sergipe foram apresentadas ao Ministro Luiz Philippe, responsável por essa política no CNJ, em setembro de 2022



Projetos e Ações

Iniciados

1. Protocolo de Cooperação Interinstitucional para difusão da Justiça Restaurativa no Estado de Sergipe

Projeto apresentado à gestão no intuito de promover articulações para a renovação de um convênio firmado, inicialmente, em 2015 com diversas instituições comprometidas com o desenvolvimento da Justiça Restaurativa. Visa funcionar como um espaço de encontro de Programas de Justiça Restaurativa com apoio mútuo na propagação da JR no nosso Estado.



Inauguração do Cejure Aracaju, com palestra magna, em maio de 2022, no Arquivo Judiciário



2. Implantar o Nupejure e o Cejure da Comarca de Aracaju

Projeto que objetiva elaboração de atos normativos para instituição do Nupejure e do Cejure visando o planejamento e acompanhamento sistemático da política de

JR, atendendo à Resolução 225 do CNJ; bem como à execução das práticas restaurativas nas unidades jurisdicionais do Tribunal. Dentre as atividades, está prevista a instalação física do Cejure, criação de sistema informatizado e formação de quadro de pessoal.

3. Implantar as práticas restaurativas no Juizado da Infância e Juventude – 17ª Vara Cível da Comarca de Aracaju

Projeto cuja finalidade é a retomada do atendimento presencial nos processos em tramitação nos quais houve derivação para intervenção dos facilitadores restaurativos visando construção de acordo nos círculos restaurativos.



Círculo de Diálogo com a Guarda Municipal de Itabaianinha

Formação de facilitadores em práticas restaurativas

Consiste na formação de facilitadores em práticas restaurativas capacitando-os à realização de sessões restaurativas no âmbito judicial e à realização de práticas restaurativas em atividades que visam a prevenção de diversas formas de violência e promoção da cultura da paz. Para tanto, são capacitados servidores do Tribunal e funcionários da rede de atendimento em interface com o sistema de justiça.

5. Advogado Dativo Facilitador em Justiça Restaurativa

Projeto que objetiva a difusão das práticas restaurativas nas Comarcas do interior do Estado de Sergipe, possibilitando nessas ambiências o tratamento adequado de conflito de interesses nos processos que tramitam nas suas unidades jurisdicionais. O início do projeto abrangerá as Comarcas de Carira, Itabaianinha e Pacatuba, podendo estender-se conforme resultados das avaliações das atividades realizadas. A previsão de duração é de 18 meses.

6. Cooperação com a Unit para difusão das práticas restaurativas



Ações restaurativas foram apresentadas pelo Juiz Haroldo Rigo a alunos da Unit, em abril de 2022

Compreende realização de articulações para firmar parceria entre o Tribunal de Justiça e a Universidade Tiradentes (Unit) para a difusão da Justiça Restaurativa nos Núcleos de Práticas Jurídicas dos 04 campi da universidade, viabilizando a possibilidade de realização das práticas restaurativas ao público assistido pelo serviço. Outra atividade prevista é a participação de facilitadores voluntários em práticas extensionistas junto às comunidades para a realização dos círculos restaurativos dentre as atividades dos projetos comunitários. Este projeto inclui também a formação de facilitadores dentre professores, alunos e colaboradores da instituição.

7. Cooperação com a UFS para construção de Modelo de Monitoramento de Práticas Restaurativas

Projeto de cooperação entre o TJSE e a Universidade Federal de Sergipe (UFS) para elaboração e estruturação de ferramentas de monitoramento das práticas restaurativas desenvolvidas pelo Nupejure, no âmbito judicial, institucional e comunitário. Entre as principais atividades do projeto estão: articulação para firmar convênio; preparação da equipe para aplicação e mensuração das ferramentas; início da aplicação dos questionários; e avaliação dos resultados.

8. Justiça Restaurativa na Execução das Medidas Socioeducativas – Ação de Cidadania

Essa Ação de Cidadania, iniciada em agosto de 2021, vem sendo desenvolvida pela parceria firmada entre Cidejure, Coordenadoria da Infância e Juventude (CIJ) e 17ª Vara Cível da Comarca de Aracaju. Visa difundir a Justiça Restaurativa no sistema socioeducativo. A parceria entre a Fundação e o TJSE foi firmada no Protocolo Interinstitucional de Difusão da Justiça Restaurativa de Sergipe, assinado em 2015, o que oportunizou formação de facilitadores de justiça restaurativa para funcionários da Fundação, no ano de 2017, promovida pela articulação entre a CIJ e a Escola Judicial de Sergipe (Ejuse). O objetivo do projeto é a realização das práticas restaurativas dentre as atividades da entidade, como uma ação sistemática e contínua, com o intuito de alcançar todas as unidades de atendimento socioeducativo para promover a primazia da humanização do atendimento aos socioeducandos e a seus familiares e a melhoria nas relações interpessoais entre funcionários, e estes e seu público-alvo. As servidoras do Nupejure realizam a supervisão técnica das ações desenvolvidas na fase de implantação do projeto e assessoram a equipe da Fundação Renascer na fase de execução dos círculos nas unidades.

Em andamento

Advogado Dativo Facilitador em Justiça Restaurativa

Concluídos

Todos os projetos listados e 'Ação de Cidadania Justiça Restaurativa na execução de medidas socioeducativas' já alcançaram seus objetivos, exceto o Projeto Advogado Dativo Facilitador que está em andamento.

Resultados

1. Renovação do Protocolo de Cooperação Interinstitucional para difusão da Justiça Restaurativa de Sergipe

Solenidade de assinatura realizada de forma virtual, no dia 03 de fevereiro de 2022, e publicação do Convênio 07/2022 no Diário da Justiça de 09 de maio de 2022. Instalação da Mesa Diretora da Comissão Executiva de Articulação Interinstitucional, no dia 12 de setembro de 2022, na sala de gabinete da Presidência do TJSE.

2. Implantar o Nupejure e o Cejure da Comarca de Aracaju

Aprovação da Lei Estadual 8.984, de 24 de fevereiro de 2022, e da Lei Complementar 361, de 30 de março de 2022. Inauguração das instalações do Centro Judiciário de Justiça Restaurativa de Aracaju, localizado no Arquivo Judiciário, em 30 de maio de 2022. Aprovação pelo Tribunal Pleno da Resolução 21/2022, publicada no Diário da Justiça de 29 de agosto de 2022, regulamentando o funcionamento do Nupejure e Cejures.



Círculo Restaurativo realizado com adolescentes em cumprimento de medida socioeducativa

Práticas restaurativas no Juizado da Infância e Juventude – 17ª Vara Cível da Comarca de Aracaju

Iniciado em julho de 2021, o propósito do projeto foi alcançado com êxito, visto que, desde então, ocorrem círculos de construção de paz nos processos derivados. Além disso, a Resolução 21/2022, em seu Art. 5º, §4º, II, instituiu o Cejure da Infância e Juventude com atuação junto às Varas da Infância e Juventude da Comarca de Aracaju; assegurando, assim, a participação do público dessas unidades nas práticas restaurativas. De julho de 2021 a outubro de 2022 foram derivados 29 processos, dos quais apenas um ainda serão iniciados os procedimentos. Em relação aos processos iniciados, foram realizados 113 atendimentos, dos quais resultaram em 11 círculos, sendo 10 de conflito. Desses, três processos estão em fase de monitoramento do acordo e apenas um acordo não cumprido.

4. Formação de Facilitadores em práticas restaurativas

No ano de 2022 foram realizadas duas formações na modalidade virtual:

a. Formação de facilitador em parceria com a Ejuse, sendo que 21 participantes concluíram a formação teórica;

b. Formação de facilitador em parceria com a Unit, sendo que 14 participantes concluíram a formação teórica.

Atualmente, os 35 facilitadores que concluíram a fase teórica do curso encontram-se sob acompanhamento e supervisão das instrutoras do Nupejure, com alguns encontros já registrados: 08 e 26/04/22 e 10/06/22, turma em parceria com a Ejuse; 27/07/22, turma da Unit; e em 08/08/22 com facilitadores das duas turmas.

5. Advogado Dativo Facilitador em Justiça Restaurativa

Com a assinatura do Convênio 06/2022, entre TJSE, Sefaz e PGE, em 03 de fevereiro de 2022, inicia-se a implantação do projeto nas Comarcas de Carira, Itabaianinha e Pacatuba. Publicação da Portaria 01/2021 – Cidejure, no Diário da Justiça de 08 de fevereiro de 2022, que regulamenta o projeto (cadastramento, atuação e remuneração dos advogados facilitadores).

Lançamento de Edital 01/2022 – Cidejure, no Diário da Justiça de 10 de fevereiro de 2022, para inscrição dos advogados. Início das práticas restaurativas nas Comarcas em março de 2022. Reuniões de acompanhamento com os participantes: 09 reuniões nas seguintes datas: 12/04/22, 10/08/22, 29/08/22, 16/09/22 e 17/10/22 (com todas as Comarcas); 09/06/22 e 06/07/22 (ambas com a Comarca de Carira); 14/09/22 (Comarca de Itabaianinha); e 07/10/22 (Comarca de Cristinápolis).

Total de inscrições de advogados efetivadas: 52, sendo 06 advogados na condição de certificados e 46 na condição de voluntários. No decorrer de 2022, 03 advogados já concluíram a certificação de facilitador judicial.

Resultados da Comarca de Carira – Processos derivados: 49 / Devolvidos: 18 / Círculos realizados: 18 / Com procedimentos em andamento: 13. Total de pessoas atendidas: 45.

Resultados da Comarca de Pacatuba – Processos derivados: 53 / Devolvidos: 21 / Círculos realizados: 20 / Com procedimentos em andamento: 12. Total de pessoas atendidas: 63.

Resultados da Comarca de Itabaianinha: Processos derivados: 25 / Devolvidos: 01 / Círculos realizados: 02 / Com procedimentos em andamento: 22. Total de pessoas atendidas: 15.

6. Cooperação com a Unit para divulgação das práticas restaurativas

Entre os resultados inicialmente temos a assinatura do Convênio 01/2022 – TJSE/ Unit. No âmbito desse projeto foram realizados 04 encontros de sensibilização com os alunos e professores através da execução de círculos de paz nos 04 campi da Unit: Aracaju (28/04/22), Estância (25/04/22), Itabaiana (25/05/22) e Propriá (01/06/22). No período de 3 a 12 de maio de 2022, houve formação teórica ministrada pelas instrutoras do Nupejure, para 14 facilitadores, entre os quais estão alunos, professores e colaboradores da universidade. Atualmente, esses facilitadores que concluíram a fase teórica do curso estão desenvolvendo estágio para obter certificação de facilitador judicial sob supervisão da equipe técnica do Nupejure.

7. Cooperação com a UFS para construção de Modelo de Monitoramento de Práticas Restaurativas

Firmado Convênio 20/2021 com UFS, publicado no Diário da Justiça de 19/10/2021. Houve também reunião para estruturação das ferramentas de monitoramento, em 08/04/2022. O uso das ferramentas teve início no mês de setembro, havendo encontro para ajustes e orientações à equipe do Cejure, no dia 06/10/22. A aplicação dos questionários

está sendo realizada com o público atendido pelas unidades: Cejure da Infância e Juventude, Cejure de Aracaju e Postos Avançados onde acontecem o Projeto de Advogados Dativos Facilitadores, ou seja, Carira e Pacatuba.

8. Desenvolver a Justiça Restaurativa na Execução das Medidas Socioeducativas – Ação de Cidadania

No ano de 2021 foram realizados 08 círculos no total, sendo 03 círculos com facilitadoras formadas da Fundação Renascer, com o intuito de capacitar os facilitadores da instituição e planejar as intervenções seguintes, e 05 círculos com gestores, visando a sua sensibilização e adesão a projeto institucional. O público atingido na fase de capacitação de planejamento foi 06 funcionários. Já na fase de execução e sensibilização dos gestores foi de 35, totalizando 41 pessoas que participaram dos círculos de construção de paz. Em 04 de outubro de 2021, a Justiça Restaurativa como prática dialógica e de promoção da paz foi instituída como política institucional da Fundação Renascer, com a assinatura da Portaria 216/2021. No ano de 2022, as supervisoras do Nupejure deram continuidade às atividades de supervisão e assessoria ao Núcleo de Justiça Restaurativa recém-implantado na instituição em reuniões realizadas nos dias 15 e 21/02/22, 06 e 28/04/22 e 03/08/22.

O Núcleo de JR da Fundação Renascer realizou, no ano de 2022, círculos com o corpo técnico e com adolescentes. Com os técnicos foram realizados círculos com as equipes de todas as unidades que executam as medidas socioeducativas (Case I, Case II, Unifem, Casem e Usip); e com equipe de professores que atuam no núcleo de ensino da Escola Estadual Antônio Fontes Freitas, no Casem; totalizando 15 círculos, com público alcançado de 96 pessoas. Com os adolescentes foram realizados: círculo com os adolescentes em cumprimento de medida; com adolescentes do Programa Jovem Aprendiz; com adolescentes que fizeram curso profissionalizante de Técnicas Básicas em Barbearia. Total de 16 círculos, com 67 pessoas.

FICHA TÉCNICA

I – GABINETE DA PRESIDÊNCIA

Secretária-Chefe de Gabinete

Lorenay Machado Mascarenhas Saturnino

Diretoria de Comunicação

Luciano Freire Araujo

Divisão de Jornalismo

Maurício Meneses da Silva

Coordenação de Cerimonial

Fernanda Ribeiro de Menezes Fontes

Divisão de Atos da Presidência

Maria Givaneide de Oliveira Ramos

Divisão de Apoio Remoto ao 1º Grau

Alex Serra Carvalho

II – ASSESSORIA ESPECIAL DA PRESIDÊNCIA

Juízes Auxiliares da Presidência

Dra. Maria da Conceição da Silva Santos

Dr. Antônio Henrique de Almeida Santos

III – CONSULTORIA-GERAL

Consultor-Chefe

Antônio Márcio Macêdo F. de Oliveira

Consultor de Licitações e Contratos

Nicolás Sales López Baldomá

Consultora de Processos Administrativos

Roberta Chagas Melo Trindade
Fábio Araújo de Carvalho Silva

Consultor de Processos Judiciais

Anselmo de Almeida Gomes

Setor de Acompanhamento de Gestão

Fernando Santos Bezerra

IV – COORDENADORIA DA INFÂNCIA E DA JUVENTUDE

Juíza-Coordenadora

Dra. Iracy Ribeiro Mangueira Marques

V – COORDENADORIA DA MULHER

Juíza-Coordenadora

Dra. Rosa Geane Nascimento Santos

VI – NUPEMEC

VII – DEPARTAMENTO DE PRECATÓRIOS

Juiz Auxiliar da Presidência

Dr. Fernando Clemente da Rocha

Departamento de Precatórios

Marcella Barreto de Medeiros
Trigueiros

Secretaria de Apoio

Isa Almeida Tavares Melo

Divisão de Apoio e Recepção de Precatórios

Nathalia Andrade Lobão

Divisão de Processamento e Cálculos

João José da Silva

Divisão de Pareceres e Pagamento

Saulo Luiz de Almeida Azevedo

VIII – BIBLIOTECA CENTRAL

José Vieira Ramos

Biblioteca Setorial do Fórum Gumersindo Bessa

Norma Suely Santos Santana

IX – MEMORIAL DO PODER JUDICIÁRIO

Sayonara Viana Silva

SECRETARIA JUDICIÁRIA

Secretário Judiciário

Francisco Antônio do Nascimento

Subsecretário da Câmara Criminal

Sara de Sousa Rabelo Carvalho

Subsecretária da Primeira Câmara Cível

Gabriela Oliveira Mandarino

Subsecretária da Segunda Câmara Cível

Lívia Gouveia Silva Duarte

Chefe da Central de Mandados do 2º Grau

Ivanise Barbosa Lima Ribeiro Andrade

Chefe da Central de Protocolo e Registro

Márcia Andréa Souza Reis e Silva

Chefe da Central de Plantão Judiciário

Layseane dos Santos Machado

Arquivo Judiciário

Mônica Porto de Andrade

Divisão de Avaliação Documental

Alessandra Lemos Curvello Doséa

Divisão de Recuperação e Consulta Documental

Maria de Fátima Lima Vasconcelos
Boaventura

Divisão de Memória Judicial

Maira de Freitas Fernandes Paim

Coordenadoria de Perícias Judiciais

Thyago Avelino Santana dos Santos

Divisão de Serviço Social

Maria Luzineide de Araújo Almeida

Divisão de Psicologia

Luana Monise Lima Santana

DIVISÃO DE PERÍCIAS MÉDICAS

Divisão de Perícias Contábeis

Tatiane Batista Alves de Carvalho

Setor de Engenharia Civil

Jairo Rodrigues Corrêa

SECRETARIA DE PLANEJAMENTO
E ADMINISTRAÇÃO

Secretário de Planejamento
e Administração

Valmir de Farias Lima Júnior

Diretoria de Planejamento
e Desenvolvimento

Felipe Baptista Prudente

Divisão de Planos e Programas

Charlton Alexandro Andrade Almeida

Divisão de Estatística e
Planejamento Estratégico

Fabrizio Pereira Dantas Silvestre

Coordenadoria de
Análise Estatística

Jesy Karolyne Sales dos Santos

Divisão de Desenvolvimento
Administrativo

Felipe Duarte Franco

Divisão de Apoio Tecnológico

Wesley Santos Melo

Diretoria de Administração

Carlos Benjamim Carvalho da Cruz

Coordenadoria de
Material e Patrimônio

Murilo Gomes da Silva Júnior

Divisão de Compras

Maurício Correia de Mattos

Divisão de Almoxarifado

Virginia Maria de Azevedo

Divisão de Patrimônio

Márcia Sierra da Silva

Divisão de Controle de Material

Orisvalda Nunes Barreto Nascimento

Coordenadoria de Serviços

Neire Campos Nascimento

Divisão de Transportes

Diogo de Melo Farias

Divisão de Protocolo

Lourival Batista Bittencourt Neto

Divisão de Serviços Gerais

Kleber Monteiro Marcelino

Divisão de Serviços ao Cidadão

Ana Zulmira Freire Barreto de Souza

Supervisão do Palácio da
Justiça e Centro Administrativo

Maria Rivaneide Oliveira

Supervisão do Fórum
Gumersindo Bessa

Walter Britto Amaral Junior

Supervisão do Protocolo
Integrado do Fórum
Gumersindo Bessa

Bruno Jose Pereira Franca Dantas

Supervisão do Protocolo de
Correspondência do Fórum
Gumersindo Bessa

Silvana Bezerra Silva

Diretoria de Gestão de Pessoas

Ana Cristina Machado Silva

Coordenadoria de Gestão

Adriana Fraga Santos

Divisão de Pagamento e Registro

Hans Crystian Anderson de Oliveira Lobo

Setor de Movimentação e Registro

Anete Oliveira Passos de Araújo

Divisão de Direitos e Deveres

Fernanda Virgínia de Freitas Schuster

Divisão de Alocação e Avaliação

Mara Araújo Silva Vieira

Setor de Estágio

Luciana Moraes Carvalho Brandão

Centro Médico

Luciana Nobre Silva Brandão

Divisão Médica

Rosita Fiorotto S. Anhô de Carvalho

Divisão Odontológica

Cristiane Moraes de Góes

Divisão de Atendimento Psicossocial

Sheilla Tatiana Costa de Oliveira

Divisão de Fisioterapia

Bianca Ribeiro de Moraes

Diretoria de Segurança

Flávio Sandro de Albuquerque Souza

Divisão de Segurança Policial

Valmir Tavares dos Santos

Divisão de Segurança Eletrônica

José Francisco Alves Mota

Departamento de Obras

José Anselmo Vieira Silva

Coordenadoria de Projetos

Juliana Viana de Mendonça

Divisão de Arquitetura

Clarissa Lisboa Brito

Divisão de Custos e Orçamentos

Adriana Batista Hagenbeck Santos

Divisão de Engenharia

Alex Costa Araújo

Coordenadoria de Obras

Ângelo Ernesto EHL Barbosa

Divisão de Manutenção

Rafael da Silva Nascimento

Supervisão da Capital

Allef Elias Mendonça Andrade

Supervisão do Interior

Edilson Santana de Jesus Júnior

José Evandro Monteiro Pereira

Divisão de Fiscalização

Daniel Carlos Floresta Felix

SECRETARIA DE FINANÇAS E ORÇAMENTO

Secretário de Finanças e Orçamento

Pedro Vieira Santos

Diretoria de Orçamento

Andrea Paula Gomes Barreto Cajazeira

Divisão de Elaboração e Gestão Orçamentária

Gabriela Andrade Secundo

Divisão de Acompanhamento Gerencial

Rodrigo Vasconcelos Lima

Diretoria Financeira

Augusto Mendonça Conceição

Divisão de Execução Orçamentária e Financeira

Joseane Ester Siqueira

Setor de Empenho

Jacqueline Moraes Guimarães

Divisão de Contabilidade

Samuel Freitas de Souza

Divisão de Liquidação

José Alberto Alves Santana Júnior

Diretoria do Sistema de Arrecadação e Gestão Fiscal

Amanda Barreto Vasconcelos

Divisão do Sistema de Arrecadação do FERD

Caroline Vivas Gonçalves

Divisão de Gerenciamento da Receita e Programação Financeira

Thiago Augusto Almeida Maynard

Divisão de Gestão Fiscal

Diomedes Carvalho de Mesquita

SECRETARIA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO

Secretária da Tecnologia da Informação

Denise Martins Moura Silva

Diretoria de Desenvolvimento de Sistemas Judiciais

José Augusto Rocha Júnior

Divisão de Sistemas da 1ª Instância

Rodrigo Malta da Silva

Divisão de Sistemas da 2ª Instância

Tamara Nascimento Chagas

Divisão de Sustentação aos Sistemas Judiciais

Fábio Cardoso Santa Rosa

Diretoria de Sistemas de Gestão

Pedro José do Nascimento Neto

Divisão de Portais e Canais Digitais

André Santos Oliveira

Divisão de Sistemas de Apoio Judicial e Administrativo

Fernando Rodrigues Teles

Divisão de Sistemas Administrativos

Hugo Ferreira Alves Júnior

Divisão de Sistemas Extrajudiciais e de Arrecadação

Jorge Eduardo Santos Lima

Diretoria de Infraestrutura de TIC

Max Ricardo Borges Ribeiro

Divisão de Segurança da Informação

Adilson Oliveira Santos Júnior

Divisão de Engenharia de Dados

Gustavo Menezes Machado

Divisão de Redes e Convergência Digital

Breno Lívio Santana Tavares

Divisão de Administração de Datacenter e Serviços

Wendell Pacheco Lessa

Diretoria de Atendimento ao Usuário

Lângesson Lopes da Silva

Divisão de Atendimento da Capital

Cantidiano Dantas Leite Cardoso

Setor de Gestão de Serviços de TIC

Pedro Napoleão do Nascimento Silva

Divisão de Atendimento do Interior

João Rezende

Divisão de Manutenção de Equipamentos de TIC

Jorge Augusto Marozzi Cabral

Divisão de Atendimento às Audiências e Sessões

Marcelo Alexandre Santos

Diretoria de Inovação Judiciária

Thiago Porto Morais

DEPARTAMENTOS

DEPARTAMENTO DE AUDITORIA INTERNA – DAI

Chefe do Departamento de Auditoria Interna

Aclécia de Souza Barbosa Dantas

Divisão de Auditoria de Gestão e Pessoal

Djenal Gonçalves Soares Filho

Setor de Gestão de Pessoal

Leila Maria Melo Andrade

Setor de Gestão Operacional

Luciana Lapa de Oliva Leite

Divisão Cível

Alice Emanuela de Oliveira Santos

Divisão Criminal

Karla Vanessa Nunes Aragão Cardoso

Divisão de Juizados Especiais

Luciana Guerra Gonçalves

Divisão de 2º Grau

Igor Eduardo Matos Melo de Carvalho

Divisão de Auditoria Orçamentária e Patrimonial

Sirley Maclaine da Graça

Setor de Auditoria Contábil

Tiago Vinícius de Araújo Campos

Setor de Auditoria Financeira

Ana Flávia dos Santos Cruz



PODER JUDICIÁRIO
DO ESTADO DE SERGIPE

Palácio da Justiça Tobias Barreto de Menezes.
Praça Fausto Cardoso, 112 - Centro - Aracaju/SE - CEP: 49010-080
www.tjse.jus.br